

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Yuri Mello Mesquita

Uma mão lava a outra: saneamento básico, política e meio ambiente em Belo Horizonte 1892 – 1973.

Belo Horizonte
2023

Yuri Mello Mesquita

Uma mão lava a outra: saneamento básico, política e meio ambiente em Belo Horizonte 1892 – 1973.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História

Orientadora: Professora Dra. Regina Horta Duarte

**Belo Horizonte
2023**

M582m

Mesquita, Yuri Mello 1985-

Uma mão lava a outra: saneamento básico, política e meio ambiente em Belo Horizonte 1892 – 1973 / Yuri Mello Mesquita. 2023.

331 f.:enc., il.

Orientadora: Regina Horta Duarte
Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Pós-Graduação em História.

Referências: f. 311-326.

1. História – Teses. 2. Saneamento – Belo Horizonte (MG). 3. Saúde Ambiental. 4 Saúde Pública. 5 Política Pública. 6. Água – Distribuição. 7. Instalações hidráulicas e sanitárias. 8. Esgotos – Belo Horizonte (MG). I. Duarte, Regina Horta. II. Título.

CDD: 363.72



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ATA DA DEFESA DE TESE EM HISTÓRIA DE YURI MELLO MESQUITA
Nº REGISTRO: 2018661960

Ao 1 dia do mês de setembro de 2023 (dois mil e vinte e três), reuniu-se de forma remota, por videoconferência, a Comissão Examinadora composta pelos professores doutores Regina Horta Duarte (UFMG), Tito Flavio Rodrigues de Aguiar (UFOP), Luiz Henrique Assis Garcia (UFMG), Regina Helena Alves da Silva (UFMG) e Yuri Simonini Souza (UNI-RN), para julgar o trabalho final intitulado: **UMA MÃO LAVA A OUTRA: SANEAMENTO BÁSICO, POLÍTICA E MEIO AMBIENTE EM BELO HORIZONTE 1892 1973**, requisito final para a obtenção do grau de DOUTOR EM HISTÓRIA. Abrindo a sessão no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Área de Concentração: História, tradição e modernidade: política, cultura e trabalho - Linha de Pesquisa: Ciência e Cultura na História, a Presidente da Comissão, professora Regina Horta Duarte, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato, para a apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição de resultado final. O candidato foi considerado APROVADO. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ata, que foi assinada pelos examinadores participantes. Belo Horizonte, 01 de setembro de 2023.

Observação da Banca: *A banca destaca a excelência da tese e recomenda sua publicação. Considera ainda que seus méritos a qualificam para concorrer a premiações na área.*

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por Luiz Henrique Assis Garcia, Professor do Magistério Superior, em 04/09/2023, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Tito Flávio Rodrigues de Aguiar, Usuário Externo, em 04/09/2023, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Regina Horta Duarte, Servidora aposentada, em 04/09/2023, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Regina Helena Alves da Silva, Professora do Magistério Superior, em 04/09/2023, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Yuri Simonini Souza, Usuário Externo, em 11/09/2023, às 13:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Para Deborah e Thais.

Agradecimentos

Esta tese não existiria sem a minha orientadora e amiga Regina Horta Duarte. Trabalhamos juntos desde 2006, foram vários grupos de pesquisa, exposições, a monografia de conclusão de curso e a dissertação de mestrado. Regina me conhece muito bem, soube a hora de me ligar e demonstrar preocupação, me ajudou a encontrar o melhor caminho para a escrita e fez a leitura mais carinhosa e atenta possível. Obrigado Regina, por esta tese e pelos quase 20 anos de parceria. Sei que o doutorado está no fim, mas creio que vamos fazer mais coisas juntos.

Meus pais, Márcia Mello e Sandoval Mesquita são eternos incentivadores, sempre me instigaram a estudar e a buscar me qualificar academicamente, nada seria possível sem o apoio constante deles. Agradeço aos meus avôs e avós Altamiro, Augusto, Raquel e Inez. Fui próximo de todos eles enquanto vivos. Meu avô Augusto, falecido em 2015, escritor, poeta, leitor voraz, foi, no sentido acadêmico, o maior incentivador dos meus avós. Ele fazia questão de preparar um café e de separar as duas partes que mais gostava dos jornais para ler antes das aulas: o caderno de esportes e o de cultura. Eu era (sou) péssimo de manhã, naquela época não sabia que era notívago. Mas meu avô facilitou tudo e sempre com bom humor e mesmo se o mundo estivesse despencando em sua cabeça passava o café e contava uma história.

Agradeço imensamente aos amigos da Secretaria Municipal de Política Urbana, em especial aos da Diretoria de Políticas de Planejamento Urbano – DPLU, parte da Subsecretaria de Planejamento Urbano (SUPLAN). Ao secretário José Júlio, ao amigo e chefe Tiago Esteves, à Carolina Soraggi, Renata, Larissa, Natália, enfim... a todos que tive o prazer de conviver nesse tempo. Aprendi demais nos meus 5 anos trabalhando com planejamento urbano, isso foi fundamental para a escrita da tese. Achava que não conseguiria contribuir muito nesse órgão. Eu era, talvez, o único historiador no prédio. Entre audiências públicas, escritas de diagnósticos urbanísticos, planos e a diversão de um ótimo ambiente de trabalho, reforcei a percepção que a cidade é conflito e que entre o planejamento e a prática existe uma distância enorme. Agradeço à Maria Caldas pela oportunidade de conhecer este mundo novo e a todos da SMPU.

No final do meu doutorado voltei ao APCBH. Fato curioso, pois, de certa forma, essa parte da minha trajetória acadêmica começa e termina na instituição que amo tanto e onde fui *criado*. Não é possível citar todas as pessoas importantes do Arquivo nesse

meu caminho. Direciono meu agradecimento na pessoa da Presidente da Fundação Municipal de Cultura Luciana Rocha Féres. Agradeço a todos e todas da comunidade do APCBH, este lugar tão especial e com tanta coisa legal. Este trabalho só existe graças ao trabalho incansável dos funcionários e funcionárias que ajudam a preservar o patrimônio documental de Belo Horizonte. Tenho o prazer de destacar uma pessoa extraordinária, Vilma Sebe, minha primeira chefe, agora aposentada. Ela me entrevistou para meu estágio na instituição. Um menino de cabelo enorme e muito resmungão. Acho que deu certo. Tenho a honra de ser, novamente, diretor dessa casa de todos os belo-horizontinos. Vida longa ao APCBH!

O programa “Cestas da Memória” do APCBH é fundamental para a descrição do acervo fotográfico do Arquivo e foi imprescindível para várias reflexões deste trabalho. Aos voluntários do Cestas, muito obrigado! Em especial à memória de Luiz de Souza, falecido em 2021, fotógrafo da prefeitura, que está nas páginas da minha tese. Músico, apreciador de um bom chope e contador de histórias. Importante citar ainda Albes Pereira Cláudio (em memória), Dr. Marcos, Dalmo Vianna (em memória), Newton Vianna, os dois últimos engenheiros sanitários e protagonistas de algumas de nossas fotos selecionadas.

Aos funcionários da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, do Museu da Imagem e do Som (MIS-FMC), do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB-FMC), do Arquivo Público Mineiro (APM), do Arquivo Nacional, Da Biblioteca Nacional, do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, da biblioteca da FAFICH, da biblioteca da Escola de Arquitetura e Design e do Instituto Cultural Amílcar Martins (ICAM). Tive o prazer imenso de contar com o valioso acervo dessas instituições na minha pesquisa.

À banca de qualificação, composta pelos diletos Luiz Henrique Assis Garcia e Tito Flávio Rodrigues de Aguiar. O exame foi fundamental para várias argumentações neste trabalho. Foi uma banca excepcional, atenciosa e detalhista. Um privilégio inenarrável contar com as palavras valiosas desses pesquisadores que são referência. Os dois foram orientandos de uma inspiração, uma professora que fiz questão de me matricular em todas as optativas enquanto estive matriculado na graduação, mestrado ou doutorado: Regina Helena Alves Silva, a Lena, a quem também agradeço.

Não posso deixar de agradecer à amiga Raquel Duarte que me economizou meses de trabalho, me ajudou com as notas e pesquisou o acervo do *Estado de Minas* no período da obra da Adutora do Rio das Velhas. Como se não bastasse, escutou a muitos desabafos dramáticos de um doutorando em final de tese (exagerado e dramático por natureza). Que bom que Raquel apareceu (e na hora certa). Obrigado!

Ao Liszt Vianna Neto, meu colega desde a graduação e um amigo para todas as horas. Liszt me convidou para coordenação da pós-graduação em Conservação e Gestão do Patrimônio Cultural estreitando ainda mais essa parceria de quase 20 anos. Liszt é uma referência acadêmica, uma das pessoas mais inteligentes que conheci. Muitas parcerias pela frente ainda!

Ao André, Carlos, Cláudio, Isabela, Lira Luiz, Mary, Mari e Nath (em ordem alfabética) amigos que apareceram na minha vida a partir de uma banda que é mais importante pela amizade. Desde que conheci esse pessoal minha vida melhorou. Ao Edson, Ana, Ester e Chiquinho, pessoas maravilhosas que impactam a nossa vida e da pequena Deborah.

Maria... Maria me ajudou na pesquisa da dissertação e é amiga, colega de trabalho e tudo (nem dá para tentar explicar aqui) desde 2005. Além disso, foi colega de disciplinas noturnas na FAFICH (a FAFICH é muito melhor à noite). Maria me deu carona para a arguição oral do doutorado, amiga para todas as horas e para vida toda. Agradeço à Lays, colega de matérias, de trabalho, de quitandas e de temas sobre BH e que sempre conversou sobre a história de Belo Horizonte.

Escrevi esses agradecimentos tomando uma taça de vinho e escutando músicas que me inspiram (nesse momento exato, escuto ao amigo Chris Cornell). Lembrei-me de quantas pessoas julgam desenhos, quadrinhos, videogames e música de uma pegada mais *pop*. Tudo isso que assisti, li e escutei faz parte da minha existência. Se não fossem essas rotas de escape, eu não teria a menor inspiração para meus trabalhos acadêmicos.

Por algum tempo cheguei a acreditar que eu não conseguiria terminar este trabalho. Fiz o processo seletivo em um momento muito conturbado profissionalmente e pessoalmente, quando acumulei funções no trabalho e estava sobrecarregado. Demorei a achar um fio condutor para organizar a minha documentação e até para ter algum tipo de motivação para estudar depois de jornadas cansativas. No meio disso tudo veio a pandemia de 2020 trazendo outro desafio imenso.... como me concentrar nos estudos

enquanto vivíamos o isolamento social e todos os problemas correlatos e o aumento da ansiedade. Nesse tempo todo contei com o apoio, suporte e compreensão de Thais Marcolino, a mulher que salvou a minha vida e me suportou diariamente nesse processo. A melhor coisa que nos aconteceu é a nossa filha Deborah, que nasceu no primeiro semestre do meu doutorado. Com ela, durante as horas brincando e escutando às músicas da dupla Palavra Cantada, tive o *insight* do título do trabalho. Não tenho como descrever o quão privilegiado que sou de contar com as duas na minha vida. Dedico esse trabalho a vocês.

Resumo

Uma mão lava a outra: saneamento básico, política e meio ambiente em Belo Horizonte 1892 – 1973.

O nosso trabalho analisa os discursos, os projetos, as obras, e os problemas relacionados à implementação das redes de esgotamento sanitário e distribuição de água em Belo Horizonte entre 1892 e 1973. Investigamos o impacto do sanitário no planejamento urbano, na natureza e no cotidiano dos habitantes de uma cidade em constante crescimento e transformação. Partimos do princípio de que na capital mineira a questão sanitária se tornou um símbolo e contribuiu para um tipo de ação política bem-sucedida desde a concepção da cidade. Analisaremos, com foco na análise dos projetos e das obras de esgoto e de distribuição de água, os impactos ambientais, políticos e sociais do crescimento urbano no período proposto, principalmente a partir de 1930 quando a população aumentou em ritmo ainda mais acelerado. Entre as questões urbanas podemos citar a falta d'água, as enchentes, a deficiência do recolhimento de lixo, a poluição, o abastecimento de gêneros alimentícios e as doenças gástricas, consequência direta das deficiências sanitárias. O caso de Belo Horizonte possibilita a discussão das relações entre sanitário, política, natureza e urbanismo em um contexto mais amplo de planejamento de redes sanitárias e de metropolizações na América Latina e em outras partes do mundo.

Palavras-chave: história ambiental urbana; saneamento; esgotos; distribuição de água; urbanismo; Belo Horizonte

Abstract

One hand washes the other (one good turn deserves another): sanitation, politics and environment in Belo Horizonte 1892 – 1973.

Our work analyzes the speeches, the projects, the works, and the problems related to the implementation of the modern sewage system and the water distribution in Belo Horizonte between 1892 and 1973. The thesis investigates the impact of sanitation in urban planning, in the nature and in the daily life of the inhabitants of a city in constant transformation. In the capital of Minas Gerais, Brazil, sanitation became a symbol and has contributed to a type of political action. The analyses will focus on the projects and works of sewage and water distribution, the environmental, political and social impacts of the urban growth in the proposed period, principally from 1930 onwards, when the city grew at a faster pace. Among the problems we can emphasize the lack of water, floods, pollution and gastric diseases, a direct consequence of sanitary deficiencies. The case of Belo Horizonte enables the discussion between sanitation, politics, environment and urbanism in a broader context of sanitation networks planning and metropolization in Latin America and in other parts of the world.

Keywords: urban environmental history; sewers; water distribution; sanitation; urbanism; Belo Horizonte.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cadernetas de campo CCNC, 1894	64
Figura 2: Cadernetas de campo CCNC, 1894	64
Figura 3: Planta Geral da Cidade de Minas, março de 1895. A Chácara de Guilherme Vaz de Mello, ou Chácara do Sapo, foi escolhida pela CCNC para a construção do Parque Municipal que teria uma área de 600 mil metros quadrados, limitada pelas atuais avenidas Afonso Pena, Alfredo Balena, Francisco Sales e Assis Chateaubriand.	70
Figura 4: Trecho aberto para colocação de emissário de esgoto na avenida dos Andradas. Data: 1926-1929. Fotógrafo Gines Gea Ribera	133
Figura 5: Rua São Paulo vista a partir da avenida Augusto de Lima. Serviços de canalização do córrego do Leitão durante a administração do prefeito Flávio Dos Santos. Ao fundo, serra do curral. Data: 1926-1929. Fotógrafo Gines Gea Ribera.....	135
Figura 6: Avenida Afonso pena esquina com avenida Floriano Peixoto (atual avenida Brasil). Data: 1926-1929. Fotógrafo Gines Gea Ribera	136
Figura 7: Calçamento da rua São Paulo esquina com rua Gonçalves Dias em Belo Horizonte. Data: 1926-1929. Fotógrafo Gines Gea Ribera.....	137
Figura 8: Caixa de união das canalizações de esgoto de Belo Horizonte. Data: 1926-1929. Fotógrafo Gines Gea Ribera	143
Figura 9: Chegada dos canos na estrada de ferro central do brasil em Belo Horizonte. Data: 1926-1929. Fotógrafo Gines Gea Ribera	144
Figura 10: Visita do presidente Antônio Carlos à nova estação de tratamento de água de Belo Horizonte. Data: 1926-1929. Fotógrafo Gines Gea Ribera	145

Figura 11: PBH, Mensagem apresentada ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Christiano Monteiro Machado (1927-1928). Outubro de 1928, p.198a.....	146
Figura 12: PBH, Mensagem apresentada pelo prefeito Christiano Monteiro Machado ao Conselho Deliberativo de Belo Horizonte em 10 de outubro de 1929 (1928-1929). Relatórios Anexos, p.146a.....	146
Figura 13: Presidente de Minas Gerais Antônio Carlos, sentado, com, da esquerda para direita, Prefeito Alcides Lins, Octacílio Negrão de Lima e Christiano Machado. Relatório geral dos serviços do novo abastecimento d'água de Belo Horizonte apresentado ao prefeito Alcides Lins, pelo engenheiro Octacílio Negrão de Lima, chefe dos serviços p. 8-a (governador e prefeito).....	165
Figura 14: Tubos de concreto armado. Relatório geral dos serviços do novo abastecimento d'água de Belo Horizonte apresentado ao prefeito Alcides Lins, pelo engenheiro Octacílio Negrão de Lima, chefe dos serviços p. 32-a.	167
Figura 15: Veículo de limpeza de vias públicas, 1929. Fotografia Gines Gea Ribera.	172
Figura 16: Melhorias Urbanas. Revista Silhueta, número 01, Março de 1932, p.3. ...	177
Figura 17: Natureza incomparável da cidade. Revista Silhueta, número 03, Maio de 1932, p. 12-13.....	177
Figura 18: Substituição dos paralelepípedos da avenida Afonso Pena pela “faixa de asfalto”. Belo Horizonte na palavra do prefeito Juscelino Kubitschek, 1944, p.6.	194
Figura 19: Planta cadastral de 1942, região do Calafate. F-3-03-06.....	198
Figura 20: Engenheiros do DEMAÉ no interior da tubulação da Adutora do Rio das Velhas. Da esquerda para a direita: 1º Dalmo Cruz Vianna; 2º Newton dos Santos Vianna; 3º Paládio Barroso de Castro e Silva (de gravata e óculos); 4º Rogério Magalhães Pinto (ao fundo); 5º Thales Lobato dos Santos (em primeiro plano, bigode, braços distendidos ao longo do corpo); 6º Pedro “Papa” (atrás de Lobato, baixo, de bigode e óculos); 9º	

Mário Andrade Reis (em primeiro plano, de chapéu); 10º Maurício Cardoso Lemos (alto); 11º Israel Coutinho Magalhães Drummond (de boné, mão sobre o joelho).....	219
Figura 21: Obras da Adutora do Rio das Velhas. Pedro “papa”, 1º da esquerda para a direita; 2º Paládio (DEMAE); 3º Mário Reis; 4º Rogério Magalhães Pinto; 5º Geraldo Fonseca; 6º Sena Freire; 8º Israel Coutinho Magalhães Drummond; 9º Thales Lobato dos Santos. Década de 1960. Figura identificada no programa “Cestas da Memória” do APCBH.....	219
Figura 22: Prefeito Oswaldo Pieruccetti visita obras de esgotamento sanitário e observa esgotos residenciais lançados diretamente em córrego em 08 de setembro de 1966. Da esquerda para a direita: 1º Major Boffa; 2º Engenheiro Hélio Carnevalli; 3º Prefeito Oswaldo Pieruccetti. “Cestas da Memória” do APCBH	221
Figura 23: Matéria paga “veiculada no jornal “O Diário” 02 de julho de 1960, p.9.	228
Figura 24: Nota de pagamento da prefeitura da matéria com empenho em “O Diário” no dia 03 de fevereiro de 1961	228
Figura 25: Adutora em reparo. Ao fundo e à esquerda: Saul Macedo (de cabelo branco, segurando guarda-chuva). Ao centro, da direita para a esquerda: 2º Prefeito Celso Mello de Azevedo (blusa clara, chapéu e mãos no bolso); 3º Oscar Ricardo Pereira (Capitinga) (blazer cinza e chapéu). Figura identificada no programa “Cestas da Memória” do APCB	235
Figura 26: Inauguração de poço artesiano no Progresso Setembro de 1958. Figura identificada no programa “Cestas da Memória” do APCBH.	236
Figura 27: DM. 19 de abril de 1960, p.7. Alguma coisa está faltando., p. 21.....	242
Figura 28: Prefeito Amintas de Barros em reunião na Prefeitura. À mesa, fileira à esquerda, de baixo para cima: 2º Israel Coutinho Magalhães Drummond; 3º João Batista Sena Freire (cabelos grisalhos); 4º Geraldo Magela de Andrade; 5º Manoel Higinio (ou	

Manoel Hygino ?). À cabeceira da mesa: Prefeito Amintas de Barros (sem paletó). Fileira à direita, de baixo para cima: 1º Engenheiro do Departamento de Águas e Esgotos - DAE Dalmo Cruz Vianna (paletó escuro); 2º Engenheiro do DAE Newton dos Santos Vianna; 3º Diretor do DAE Thales Lobato dos Santos; 4º Chefe do Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS Mário Andrade Reis. 01/06/1961. Figura identificada no programa “Cestas da Memória” do APCBH 245

Figura 29: Matéria Paga, Jornal de Montes Claros, Montes Claros, 29 de agosto de 1960.

Todas essas reportagens foram agrupadas em um clipping da Secretaria da Fazenda, que hoje compõe o acervo fazendário do APCBH, as vezes com o carimbo “pago” em cima de cada texto 246

Figura 30: Inauguração da captação do Tabões em Ibirité. Prefeito Jorge Carone em inauguração. Em primeiro plano, da esquerda para a direita: 2ª Primeira-dama Nisia Carone; 3ª Nisia Flores Carone (Nisinha Carone); 4º Prefeito Jorge Carone (girando válvula). Figura identificada no programa “Cestas da Memória” do APCBH..... 250

Figura 31: Distribuição de água em domicílio no bairro Santa Tereza, 1963..... 252

Figura 32: Torneira em vila belo-horizontina instalada em poço artesiano no programa “Água para o povo”, 1963. 252

Figura 33: Visita a poços artesianos do bairro Sagrada Família, setembro de 1967. Prefeito Sousa Lima em visita. Da esquerda para a direita: 1º Chefe de Gabinete do Diretor do Departamento Municipal de Águas e Esgotos - DEMAE, Jorge Washington Cançado (ou George Washington Cançado ?); 2º Lúcio Fonseca de Castro; 3º Prefeito Sousa Lima. Figura identificada no programa “Cestas da Memória” do APCBH..... 271

Figura 34: Prefeito Sousa Lima visita obras sanitárias na rua Platina, bairro Prado. Da direita para a esquerda: 6º Prefeito Sousa Lima (calvo). Julho de 1970. Figura identificada no programa “Cestas da Memória” do APCBH. 274

Figura 35: Tubulações de água e esgotos recém adquiridas pelo DEMAÉ expostas na porta da prefeitura. Agosto de 1968	276
Figura 36: “Belo Horizonte pede licença para falar de seus problemas - e das soluções que encontrou para eles” - Correio da Manhã, 30 de abril de 1972, p.33.	281
Figura 37: Perfuração do Túnel Taquaril. Abril de 1969	284
Figura 38: Inauguração do Túnel do Taquaril, julho de 1973.....	284
Figura 39: Solenidade de inauguração da Adutora do rio das Velhas. Ao centro, abrindo a válvula, Prefeito Oswaldo Pieruccetti. Julho de 1973	285

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Prefeitos nomeados em Belo Horizonte 1897 – 1929..... 98

Quadro 2: Prefeitos nomeados em Belo Horizonte 1930-1954. 157

LISTA DE SIGLAS INDICATIVAS

APCBH	Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CELINC	Comissão de Estudos das Localidades da Nova Capital
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea o Brasil
DAE	Departamento de Água e Esgotos
DER	Departamento de Estradas e Rodagens
DEMAE	Departamento Municipal de água e esgotos (autarquia criada em 1965)
DNOS	Departamento Nacional de Obras de Saneamento
GEF	Grupo Executivo do Fundo Nacional de Financiamento para abastecimento d'Água
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FVG	Fundação Getúlio Vargas
FJP	Fundação João Pinheiro
MHAB	Museu Histórico Abílio Barreto
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PLAMBEL	Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMBH	Região metropolitana de Belo Horizonte

Jornais de Belo Horizonte consultados (1936 – 1975) na Hemeroteca Histórica da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais e siglas indicativas:

CM Correio da Manhã

DM Diário de Minas

EM Estado de Minas

FM Folha de Minas

JM Jornal de Minas

UM Última Hora

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	11
LISTA DE QUADROS	16
LISTA DE SIGLAS INDICATIVAS	17
Introdução - Uma mão lava a outra: saneamento básico, política e meio ambiente em Belo Horizonte 1892 – 1973.....	21
1 – A doença vai embora junto com a sujeira – sanitarismo na Nova Capital de Minas Gerais 1892-1897	37
A Nova Capital de Minas	42
Comissão de Estudos das Localidades (CELINC)	48
Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC)	60
A saída de Aarão Reis e as adaptações ao projeto conduzidas por Francisco Bicalho.....	84
Conclusão: O discurso sanitário e de planejamento	91
2. Nem Luxo, nem Lixo: o discurso político sanitário nos projetos de água e esgotos -1897-1929	94
A organização administrativa da Nova Capital de Minas	96
A consolidação do discurso sanitário-administrativo belo-horizontino	100
Comissão de Novos Serviços de Água e Esgotos da Capital	112
A necessidade de (re)planejar – a gestão de Christiano Machado e a Comissão dos Serviços do Novo Abastecimento	129
Conclusão	148
3. Lenda do Futuro – políticas sanitárias e metropolização em Belo Horizonte – 1930 –1955	150

Rearranjos para modernização: Getúlio Vargas e as novas diretrizes sanitárias nacionais	153
Metropolização: as políticas sanitárias frente ao aumento populacional e dos problemas urbanos em Belo Horizonte	158
Lincoln Continentino, Octacílio Negrão de Lima e esforços em prol do planejamento urbano.....	180
“Empreendimentos que marcarão época” - O “novo tempo” (de novo), a gestão de Juscelino Kubistchek.	192
Autonomia administrativa e eleições: A segunda gestão de Octacílio Negrão de Lima.....	199
Plano programa de administração para Belo Horizonte: A gestão de Américo Rennê Giannetti.	206
Conclusão	211
4. Cidade em pó: A Adutora do Rio das Velhas e as políticas públicas de saneamento entre 1955-1973	214
A fotografia como documento comprobatório e celebrativo – o fundo ASCOM/APCBH.	217
Celso Mello de Azevedo – O início da empreitada da Adutora do Rio das Velhas e a capacitação dos engenheiros sanitários da PBH.	221
A “Obra do século.”.....	229
As gestões Amintas de Barros e Jorge Carone: as barganhas políticas em torno dos projetos sanitários.	238
Oswaldo Pieruccetti e os rearranjos sanitários após o golpe de 1964.	257
Crise sanitária em Belo Horizonte.	268
O fim da novela: A inauguração da Adutora do Rio das Velhas no contexto do PLANASA.....	282
Conclusão	286
Saudoso blues do subterrâneo – Conclusão.....	290
FONTES	295

Relatórios de Prefeitos	298
Documentos Jurídicos (Lei / Decretos / Ofícios)	302
Páginas consultadas	305
Periódicos (Jornais / Revistas).....	306
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	310
ANEXO 1 – Hidrografia Belo Horizonte	326
ANEXO 2 – Regionais de Belo Horizonte Design.....	327

Introdução - Uma mão lava a outra: saneamento básico, política e meio ambiente em Belo Horizonte 1892 – 1973

Quando criança, eu adorava a franquia mais conhecida pelo desenho animado e pelos jogos de videogame populares no Brasil no final dos anos 1980 e no início nos anos 1990: *Teenage Mutant Ninja Turtles* – TMNT, no português Tartarugas Ninja.¹ São quatro tartarugas antropomórficas, habitantes dos esgotos de Manhattan, que possuem os nomes de quatro pintores renascentistas: Leonardo, Raphael, Donatello e Michelangelo. O grupo é treinado por Splinter, um rato mestre em *ninjitsu*. Os répteis e seu líder roedor moravam em galerias enormes, mobiliadas, com muito espaço e se locomoviam rapidamente no subsolo da cidade. O que mais me impressionava não era o fato de a animação retratar tartarugas mutantes adolescentes viciadas em pizza e em videogames, mas a amplitude do esgoto. Como era possível uma estrutura tão gigantesca? Seria isso verdade ou uma hipérbole para facilitar a narrativa de habitantes do subsolo que combatiam os malfeitores e conseguiam permanecer escondidas, pois os subterrâneos eram ignorados pelos habitantes da superfície? Para minha surpresa, consultando uma enciclopédia da vasta biblioteca de meu avô Augusto, admirei fotografias dos esgotos de Londres, Nova Iorque e Paris. As imagens faziam o lar das tartarugas mutantes parecer singelo. Eu me perguntava, como pode haver estruturas tão grandes embaixo de uma cidade? Todavia, essa inquietação ficou dormente, pois crianças curiosas crescem e se tornam, geralmente, adultos enfadonhos.

Os esgotos modernos, construídos em grandes empreendimentos urbanos a partir da segunda metade do século XIX, são habitados por animais como ratos, baratas, répteis de todos os tipos, guaxinins, raposas, entre outros. Assim, várias lendas surgiram a partir de histórias de animais gigantescos das profundezas do mundo urbano. Nos anos 1970-1980, com a popularização da domesticação de animais exóticos, essas histórias se tornaram mais frequentes, potencializadas pelo medo dos supostos efeitos da radiação, uma das maiores paranoias do período da Guerra Fria e do avanço da energia atômica, fato que também contribuiu para a criação da história das Tartarugas Ninja.²

¹ A revista em quadrinhos que originou a animação foi criada por Kevin Eastman e Peter Laird, e publicada originalmente nos Estados Unidos em 1984 pela editora independente *Mirage Comics* e possuía narrativa sombria, com arte em preto e branco. O desenho estreou em 1987 e teve 10 temporadas. A franquia gerou inúmeros jogos, o mais famoso é o maravilhoso *Turtles in Time*, lançado em 1991 em várias plataformas. Este autor recomenda o jogo em questão.

² Nova Iorque, o lar das Tartarugas Ninja, possuía em 2022 cerca de 8.000 quilômetros de canos, manilhas e galerias. 70% do esgoto da cidade é composto por um sistema que combina águas pluviais além dos

Esse fascínio que veio da infância foi reavivado quando comecei a trabalhar no projeto de pesquisa História e Natureza, em 2006 (coordenado por Regina Horta Duarte, minha orientadora desde então) e como estagiário no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte na mesma época quando me deparei com um número imenso de documentos relacionados ao saneamento básico em Belo Horizonte. A pesquisa pela metodologia da História Ambiental Urbana nesses documentos gerou uma monografia em 2008 e a dissertação de mestrado Jardim de asfalto: água, meio ambiente, canalização e as políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte, 1948-1973, defendida em 2013. A pesquisa analisou a canalização dos rios da capital mineira entre 1948 e 1973. A hipótese central do projeto de mestrado defendeu que as iniciativas de canalização total dos cursos d'água de Belo Horizonte naqueles anos relacionaram-se diretamente à concepção política desenvolvimentista na qual carros e asfalto foram protagonistas. Entretanto, ainda havia muito a explorar na documentação. Fiquei estimulado a aprofundar sobre os bastidores das escolhas políticas das obras sanitárias, a refletir sobre conceitos e afirmações presentes em relatórios e discursos de prefeitos que chamavam Belo Horizonte de “a cidade que nasceu para ser sanitária”. Quase todos os chefes do executivo até 1973 diziam priorizar a questão sanitária em suas políticas. Priorizavam mesmo? Era esse um mecanismo de discurso? Ou seria mais uma estratégia que utilizava a suposta isenção do campo técnico para evitar questionamentos às decisões de suas gestões? Essas questões se tornaram ainda mais instigantes, pois a municipalidade, no recorte cronológico desde trabalho, privilegiou o abastecimento de água em detrimento do serviço de esgotamento sanitário. Qual seria o motivo dessa preferência?

Ao aprofundar a pesquisa, constatee a preocupação por parte de alguns administradores públicos de Belo Horizonte em justificar suas decisões a partir do sanitarismo. A retórica sanitária esteve constantemente presente (em diferentes medidas e com nuances típicas de cada época ou gestão) no vocabulário político belo-horizontino. O discurso técnico instrumentalizado serviu, também, para imposição de escolhas

dejetos oriundos das torneiras e dos vasos sanitários. O site: <https://opendata.cityofnewyork.us/projects/open-sewer-atlas-nyc/> possui todos os dados sobre os esgotos de Nova Iorque, bem como sua construção e as modificações ao longo dos anos (NYCOPENDATA. *Open Sewer Atlas NYC*. Disponível em: <https://opendata.cityofnewyork.us/projects/open-sewer-atlas-nyc/>. Acesso em: 06 jun. 2023). O Arquivo da Cidade de Nova Iorque (NYC Department of Records), realizou uma exposição fascinante sobre o abastecimento de água e esgotamento sanitário “Ebb & Flow TAPPING INTO THE HISTORY OF NEW YORK CITY’S WATER”. EBB&FLOW. *Tapping into the History of New York City’s Water A Collaboration between the New York City Municipal Archives and the Museum of American Finance*. Disponível em: <https://www.archives.nyc/ebb-flow>. Acesso em 06 jun. 2023.

políticas, para a barganha eleitoreira, para beneficiar setores específicos da economia local, entre outros atos administrativos que serviram prioritariamente a interesses fisiológicos.

Originalmente, quando iniciei esta pesquisa, levantei a hipótese de que o sanitarismo teria extrapolado suas fronteiras e se incorporado no jogo político belo-horizontino, consolidando-se como um símbolo dessa cidade. Com o amadurecimento da investigação, este trabalho propõe demonstrar que esta fronteira era inexistente ou, pelo menos, teria seus limites muito mais fluidos do que supomos à primeira vista. O sanitarismo é, também, um movimento político, com seus membros atuando em diversos lugares de ação política, desde a atividade acadêmica até os mais importantes cargos do executivo e do legislativo da capital. No contexto do final do século XIX, o empreendimento da Nova Capital de Minas teria como um dos motivadores um discurso sanitarista crescente, que acredito ter moldado, ao longo dos anos, um discurso identitário na formação da cidade e na consolidação dos discursos políticos em Belo Horizonte. Dessa forma, o sanitarismo conformou uma forma de ação política na capital

Acredito que Belo Horizonte oferece oportunidade exemplar para discutir as relações entre política, sanitarismo, sociedade, urbanismo, poder público e natureza sugestiva para uma discussão mais ampla sobre o Brasil e a América Latina. Discutirei as políticas na capital mineira, inaugurada no princípio do período republicano, que tentava estruturar sua incipiente municipalidade, como a maioria dos serviços públicos da cidade. Com isso, a capital sofreu nitidamente os efeitos negativos do crescimento acelerado, das descontinuidades administrativas e dos jogos de interesses políticos. Mesmo se tratando de um estudo de caso, esta tese abre perspectivas para entender e para dialogar com questões históricas amplas como o planejamento urbano, a relação fluída entre técnica e política, a instrumentalização do discurso científico para a realização de atos administrativos pensados por uma camada privilegiada da sociedade que beneficiaram, no final, essa mesma parcela da população. São essas questões pertinentes à muitas outras cidades de todo o continente latino-americano. Abordarei o desenvolvimento de técnicas que, mesmo inspiradas em estudos de várias partes do mundo, foram construídas no contexto brasileiro, que responderam a questões específicas do meio biofísico local, à logística e ao orçamento destinado a projetos sanitários. Portanto, não concordamos com

afirmações, repetidas por parte da historiografia, de que os modelos implementados na capital mineira são meramente importados.³

Esta tese vem juntar-se a uma ampla bibliografia sobre a cidade de Belo Horizonte, mas ela inova ao trabalhar algo pouco comum na historiografia, em um período também relativamente ignorado pela maioria dos historiadores que focam na capital mineira. Analisarei como o discurso sanitário modificou as políticas públicas ao mesmo tempo que foi modificado por elas. Refletirei sobre como algumas políticas, ditas prioritárias, responderam ou não às demandas públicas e acabaram, em muitas ocasiões, beneficiando as camadas mais privilegiadas da capital mineira.

Arretche ressaltou a necessidade de analisar o desenvolvimento concreto das políticas públicas para compreender a ação efetiva e o alcance do estado. É insuficiente analisar somente o discurso oficial do executivo, ou o debate legislativo e eleitoral. É necessário refletir sobre as disputas nos diversos campos políticos e a execução orçamentária para aferir onde o dinheiro público é aplicado e quais grupos se beneficiam. Este trabalho, portanto, se propõe a fazer a análise sobre as políticas de saneamento a partir dos discursos oficiais, das demandas dos cidadãos, do uso político-fisiológico da água, da destinação e da execução orçamentária.⁴

A atuação do chamado “corpo técnico” e os discursos que estabeleciam uma suposta imparcialidade das decisões políticas fundamentadas em critérios técnicos, me fizeram refletir sobre um conceito apropriado para descrever as políticas públicas, os relatórios e os atos administrativos neste trabalho. Todos as ações aqui analisadas são, fundamentalmente, políticas e, em muitos casos, os critérios técnicos foram distorcidos em prol de fisiologismos ou de facilidades administrativas. Entretanto, o discurso técnico-científico foi central no jogo político no período cronológico estudado e os técnicos ganharam relevância e espaço nos aparatos administrativos. Para descrever esses atos, acredito que o termo “técnico-político” é o mais adequado por evitar, ou diminuir, reducionismos e generalizações imprecisas. Partimos do princípio de que a atuação técnica em torno dos projetos sanitários e urbanísticos é, também, política. O termo

³ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Razões da desordem*. 3.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

⁴ ARRETICHE, Marta; MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). *As políticas da política: Desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT*. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

“técnico-político” serve para enfatizar a fronteira fluida (ou inexistente) entre os dois campos.

Realizei parte considerável das reflexões metodológicas deste trabalho durante o isolamento da pandemia do novo coronavírus a partir de março de 2020. Nesse período, estive com minha esposa e minha filha, que completou dois anos em abril do mesmo ano. Além da ansiedade, da tensão, das saudades consequentes do isolamento, foi possível vivenciar de perto o crescimento da pequena criança e aproveitar o tempo juntos. Ensinamos a nossa filha a importância de lavar as mãos, que era uma das propagandas e um dos objetivos finalísticos dos sanitaristas, dos técnicos, dos urbanistas e dos administradores públicos durante todo o recorte do estudo. Para isso, escutamos várias vezes uma bela canção de Arnaldo Antunes, interpretada pela dupla “Palavra Cantada”, que se chama “lavar as mãos”. Seu refrão repete a frase “Uma mão, lava a outra, lava uma (mão).” A letra possui outro trecho que merece destaque para temática deste trabalho: “A doença vai embora junto com a sujeira/Vermes, bactérias, mando embora embaixo da torneira” (não por acaso título do primeiro capítulo), pois resume uma das principais bandeiras do movimento sanitário primeiramente desenvolvidas na Inglaterra a partir de 1840: a necessidade de remover a imundície das urbes. Essa motivação faz parte da teoria da sujeira, *the filthy theory*, que na segunda metade do século XIX tinha como uma das principais motivações a “retirada” da sujeira das cidades para, dessa forma, combater as infecções.

A partir da canção “Lavar as Mãos”, que inspirou o título deste trabalho, e de outras que escutei durante a redação, construí as hipóteses da tese. Toda vez que escutava o refrão: “uma, lava a outra, lava uma mão” imaginava no sentido figurado da expressão. Nesse caso específico na relação estreita entre política e sanitarismo e dos técnicos no aparelho do estado ao longo do tempo. A partir das músicas, das fontes trabalhadas e das valiosas conversas com minha orientadora Regina Horta Duarte, refletimos sobre a complexidade da relação simbiótica entre o discurso técnico e político na cidade e como que essa pretensa fronteira entre os dois campos era inexistente ou fluida. Com isso, a questão sanitária, que seria um símbolo da capital mineira, teria ajudado a moldar uma prática política em Belo Horizonte.

Concomitante ao meu estudo sobre o planejamento de redes sanitárias, a necessidade de inaugurar uma capital moderna e “limpa”, os problemas da falta de água e de esgotos insuficientes em Belo Horizonte durante sua metropolização a mídia a partir

da pandemia veiculou mensagens sobre a necessidade de dobrar os cuidados sanitários. No dia 13 de março de 2020, o diretor de programas do UNICEF, Sanjay Wijesekera, defendeu, em notícia publicada no site do órgão, a necessidade de se lavar as mãos com sabão por ser uma das coisas mais baratas e eficazes para proteção contra doenças infecciosas, incluindo o coronavírus. Todavia, de acordo com o mesmo texto, esse ato corriqueiro para muitos estava fora de alcance para cerca de 40% da população mundial.⁵

Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), em 2019 47% dos brasileiros utilizavam medidas alternativas para lidar com os dejetos, como fossas ou despejando diretamente em cursos d'água. Outros dados chamam atenção, como o fato de aproximadamente 16% dos brasileiros não terem acesso à água tratada e que menos da metade dos esgotos do país, 46%, eram tratados. O estudo explicita a desigualdade do acesso ao saneamento básico. Enquanto no Sudeste 79% da população é atendida pela coleta dos esgotos, no Norte o serviço é disponível para apenas 12% das pessoas. Ainda há discrepâncias em cidades com bons níveis de saneamento, como Belo Horizonte, onde ocupações recentes e regiões periféricas sofrem com inconsistências no serviço e ausência de tratamento das águas servidas.⁶

Ventura defende que medidas sanitárias e de saúde pública para serem efetivamente bem-sucedidas, seja qual for o objetivo, demandam unidade de discurso, ou, pelo menos de entendimento e de clareza entre o poder político e o discurso técnico-científico.⁷ No caso municipal, seria necessário acordo, com seus eventuais comprometimentos, entre o legislativo e o executivo aliado ao devido embasamento da ciência e da técnica para a realização das ações práticas na cidade. Quais seriam, portanto, as dissonâncias no período cronológico aqui estudado? Como esse discurso foi apropriado pela população? As bases científicas foram questionadas em outros momentos? Essas

⁵ UNICEF.ORG. *Lavar as mãos com sabão – fundamental na luta contra o coronavírus – está "fora de alcance" para bilhões*. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/lavar-maos-com-sabao-fundamental-contracoronavirus-fora-de-alcance-de-bilhoes>. Acesso em: 15 fev. 2021.

⁶ SNIS.GOV.BR. *Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - Série Histórica, ano de 2019*. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

⁷ VENTURA, Deisy de Freitas Lima. *Do Ebola ao Zika: as emergências internacionais e a securitização da saúde global*. *SciELO: Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.32, n.4, e00033316. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00033316>. Acesso em: 03 mar. 2021; VENTURA, Deisy. *Brasil falhou em todos os aspectos na resposta à pandemia*. Entrevista cedida a UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/07/01/brasil-falhou-em-todos-os-aspectos-na-esposta-a-pandemia-diz-especialista-da-usp.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 03 mar. 2021.

perguntas tornaram-se ainda mais importantes devido ao contexto pandêmico em que vivíamos.

A pandemia contribuiu para escancarar a atualidade do tema proposto e demonstrar como as medidas sanitárias são complexas e encontram obstáculos práticos, políticos e sociais. Além disso, as novas discussões sobre o tema trouxeram novas indagações para a pesquisa, afinal passamos por uma “crise sanitária”, que durou até maio de 2023,⁸ com a presença cotidiana de infectologistas, de administradores públicos, de virologistas e de sanitaristas na mídia discutindo saúde pública, doenças infecciosas e medidas sanitárias. Presenciamos disputas políticas protagonizadas por defensores de métodos sem comprovação científica, o que pode ter contribuído para minar as iniciativas de saúde pública resultando em números preocupantes da proliferação do vírus no Brasil. Tudo isso ocorreu enquanto o novo marco legal do saneamento básico foi votado pelo senado em junho de 2020, com recepção favorável de parte da mídia nacional.⁹

Este trabalho analisa os discursos, os projetos, as obras, e os problemas relacionados à implementação das redes de esgotamento sanitário e distribuição de água em Belo Horizonte, entre 1892 e 1973. Investiga o impacto do sanitarismo no planejamento urbano, na natureza e no cotidiano dos habitantes de uma cidade em constante crescimento e transformação. Justamente por isso, reiteramos que o caso de Belo Horizonte possibilita a discussão das relações entre sanitarismo, política, natureza e urbanismo em um contexto mais amplo de planejamento de redes sanitárias, de política e de metropolizações na América Latina e em outras partes do mundo.

As políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte serão, portanto, estudadas com foco na análise dos projetos e das obras de esgoto e de distribuição de água da capital mineira e nos impactos ambientais, políticos e sociais do crescimento urbano no período proposto, principalmente a partir de 1930 quando a cidade cresceu em ritmo

⁸ A Organização Mundial da Saúde, OMS, da Organização das Nações Unidas, ONU, declarou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional da Covid-19 em 05 maio 2023.

⁹ A cobertura da mídia para o novo marco do saneamento foi geralmente favorável como nas matérias da Folha de São Paulo, Estadão, Portal G1, entre outros. Basicamente existe o entendimento que a presença da iniciativa privada no setor poderia ajudar a melhorar sua eficiência, todavia, isso não aconteceu nos países que tentaram esse método e a desigualdade aumentou. Ver: Novo marco legal do saneamento vai na contramão do que se vê hoje no mundo, afirma HELLER, Leo. Novo marco legal do saneamento vai na contramão do que se vê hoje no mundo. Entrevista cedida a UFMG Educativa. *UFMG Educativa*. Belo Horizonte, sexta-feira, 17 de julho 2020. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/novo-marco-legal-do-saneamento-vai-na-contramao-do-que-se-ve-hoje-no-mundo-afirma-leo-heller>. Acesso em: 06 julho 2023.

ainda mais acelerado. Entre os problemas destacam-se a falta d'água, as enchentes, a deficiência do recolhimento de lixo, a poluição, o abastecimento de gêneros alimentícios, a falta de cemitérios, transporte público insuficiente e as doenças gástricas, consequência direta das deficiências sanitárias.

O marco inicial da pesquisa é a criação, em 1892, durante o governo de Afonso Pena, presidente do estado de Minas Gerais (1892-1894), da Comissão de Estudos das Localidades (CELINC).¹⁰ A Comissão, a partir de 1893, fez estudos envolvendo as cidades de Barbacena, Juiz de Fora, Paraúna, Várzea do Marçal e arraial de Belo Horizonte e tinha como objetivo a escolha do sítio onde seria construída a Nova Capital de Minas.¹¹

A CELINC atuou em contexto de protagonismo sanitarista nas intervenções urbanísticas mundo afora. A partir de 1872, portanto, a CELINC aglutinou, juntamente com a Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) que a sucederia, discussões sobre o sanitarismo. A CCNC foi responsável por inaugurar a Nova Capital de Minas em 1897, uma cidade incipiente em vários aspectos, mas que era responsável pelos serviços sanitários inconclusos e com improvisos realizados na pressa de inaugurar a cidade. A partir dos trabalhos das Comissões, discutirei a hipótese de que o sanitarismo teria se tornado um instrumento balizador de discursos políticos belo-horizontinos.

O marco cronológico final corresponde ao fim do período em que o saneamento básico de Belo Horizonte ficou a cargo da Prefeitura, a partir de 1973, quando passou a ser de responsabilidade do governo do estado. Esse fato é, também, consequência das sistematizações do Plano Nacional de Saneamento, PLANASA, que, em 1971, mudaram a dinâmica na formulação das políticas públicas de distribuição de água e esgotamento sanitário no Brasil. O ano marcou, ainda, a inauguração da Adutora do Rio das Velhas, que vislumbrou solução para a escassez de água em Belo Horizonte. A obra foi uma das mais simbólicas e conturbadas da história política da capital mineira, iniciada na gestão Celso Mello de Azevedo (1955 – 1959) e finalizada somente na segunda passagem de

¹⁰ Ao contrário da CCNC, que utilizou a sigla desde a época de sua constituição, a sigla CELINC não existia na época. Todavia, utilizamos neste trabalho para não termos que repetir o nome consideravelmente grande da referida Comissão.

¹¹ AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. *Vastos subúrbios da nova capital: formação de espaços urbanos na primeira periferia de Belo Horizonte*. 2006. 445f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005; VIANNA, Newton dos Santos. *Belo Horizonte: seu abastecimento de água e sistema de esgotos 1890 - 1973*. Belo Horizonte, 1997.

Oswaldo Pieruccetti como prefeito de Belo Horizonte (1971-1975). A “obra do século”, teve trajetória sinuosa e é paradigmática para análise de políticas públicas na capital mineira. Foi um dos empreendimentos mais documentados do município até então, envolveu diversos interesses técnico-políticos e a sua inauguração foi adiada pela prefeitura várias vezes. Com isso, os belo-horizontinos, impacientes com o atraso, alcunharam o empreendimento de “a obra dos cem anos”.¹²

Este é um trabalho alinhado à História Ambiental Urbana, analisando as ideias e percepções que orientam as relações dos seres humanos com o meio biofísico.¹³ Os estudiosos dessa linha de pesquisa discutem os significados sociais, culturais e políticos de elementos considerados como *naturais* no ambiente urbano. As formas como os municípios se relacionam com esses elementos são vitais para compreender a história das cidades, das políticas públicas das municipalidades e da urbanização em todo o mundo.

¹² FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). *Saneamento Básico em Belo Horizonte: Trajetória em 100 Anos — os serviços de água e esgoto*. Belo Horizonte: FJP, 1997; MESQUITA, Yuri. *Jardim de asfalto: água, meio ambiente, canalização e as políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte, 1948-1973*. 2013. 175f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013, f.87; VIANNA, 1997, p.62.

¹³ Esta é uma linha do conhecimento que vem crescendo na América Latina com diversos trabalhos sobre a relação das sociedades urbanas com o meio biofísico nas urbes modernas. Minha tese deve muito à essa bibliografia que possui uma forma inovadora e ampla de se pensar as cidades em sua complexidade. Para a elaboração desta tese destacamos: SEDREZ, Lise, and Regina Horta Duarte. “The Ivy and the Wall: Environmental Narratives from an Urban Continent.” In: *A Living Past: Environmental Histories of Modern Latin America*, edited by John Soluri, Claudia Leal, and José Augusto Pádua, 1st ed., 13:138–62, Berghahn Books, 2019. Obra que faz um apanhado da produção sobre História Ambiental no continente. Bogotá é uma cidade privilegiada na área, portanto, destacamos sobre poluição do ar: MACÍAS, Mauricio Angel. *Contaminación del aire y salud en Bogotá en la segunda mitad del siglo XX: Una historia ambiental*. Ph.D. Public Health, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2021. Sobre lixo na capital da Colômbia: MOLANO, Frank. *Las políticas de la basura en Bogotá: Estado, ciudadanía y derecho a la ciudad en la segunda mitad del siglo XX*. Trabajo de grado – Doctorado, 2019. Sobre rios urbanos em Bogotá: Sánchez Calderón, Fabio Vladimir. *La urbanización del río Tunjuelo: Desigualdad y cambio ambiental en Bogotá a mediados del siglo XX*. Bucaramanga: Universidad Industrial de Santander, 2021. Bogotá também foi privilegiada em estudos sobre esgotos que foram fundamentais no diálogo com nossa tese: TORRES, María Clara. “El alcantarillado de Bogotá 1886-1938, institucionalización de un problema ambiental.” Tesis de maestría en Medio Ambiente y Desarrollo, Universidad Nacional de Colombia, 2010; LOAIZA RIOS, Myriam Astrid. “Alcantarillas y Aguas Para Bogotá 1870-1924 Del Caos Sanitario a La Transformación de Espacios Públicos y Privados.” Maestría en Historia, Pontificia Universidad Javeriana, 2015. No Brasil, para citar poucos exemplo, temos vários trabalhos excelentes sobre a cidade do Rio de Janeiro: SOUZA, Bruno Rangel Capilé de. *Os muitos rios do Rio de Janeiro: interações entre dinâmicas sociais e sistemas fluviais da cidade do Rio de Janeiro (1850-1906)*. 2018. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2018; ROCHA, Lucas Vinícius Erichsen da. *História Desanima(liza)da: Os Matadouros da Cidade do Rio de Janeiro (1771-1881)*. 2020. 273f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020. O México é outro importante núcleo com trabalhos como: RODRÍGUEZ, Alicia Torres; García, Adriana Hernández, Juárez, Juan Manuel Durán. Usos del agua y reconfiguraciones regionales en los ríos Zula y Santiago, siglo XIX y XX. *Revista del Seminario de Historia Mexicana*, Diversae, tercera época, volumen 2, Núm. 2, Primer semestre 2015, Universidad de Guadalajara, Centro Universitario de los Lagos, Guadalajara, Jal., Méx.; CERVANTES César Federico Macías; VALDÉS, José Luis Lara (coords.). *Relatos de Agua. Agua y sociedades en el centro occidente de México através del tiempo*, 1ªed. Guanajuato: Universidad de Guanajuato, 2021, p. 176.

A História Ambiental não faz suas reflexões a partir da premissa de uma *natureza* como realidade única e imutável, pois a concepção do meio biofísico é uma forma de conhecimento social. Dessa forma, as fronteiras entre o que se considera natural e artificial são problematizadas. A partir desse raciocínio, é possível compreender a ação humana em ambientes considerados como “naturais” ou “intocados”, assim como o inverso, pois a História Ambiental possibilita analisar a natureza e sua agência em objetos e paisagens criados pela humanidade.¹⁴ Não se pode, portanto, analisar o meio biofísico como meramente passivo da ação humana e da vida urbana. O pesquisador deve considerar a agência dos elementos naturais nas relações entre a humanidade e a natureza, mesmo quando os elementos não dotados de qualquer intenção ou subjetividade.¹⁵

A História Ambiental analisa as cidades como organismos dinâmicos, campos de conflitos sociais e políticos nos quais a natureza urbana assume o papel principal. Apesar de parecer uma obviedade, é preciso ressaltar que as urbes são habitadas por animais (humanos e não humanos), vírus, bactérias, vegetais, fungos, entre uma infinidade de organismos. Além dos organismos vivos, elementos como o solo, os ventos, a topografia e os cursos d’água impactam o ambiente urbano. O que comumente se considera como *natureza* se confunde com a trama urbana. Dessa forma, conceitos hodiernamente largamente utilizados como “soluções baseadas na natureza” podem ser, em alguma medida, questionados. Qualquer solução urbana é, em alguma medida, baseada ou originada no meio biofísico.¹⁶ Um exemplo óbvio para exemplificar a importância do estudo do meio ambiente urbano são as inundações.

As enchentes são corriqueiras nos verões belo-horizontinos desde a fundação da cidade que foi planejada com pouca consideração pela topografia e hidrografia do seu terreno. O traçado irregular dos rios não era compatível com as ruas retilíneas pretendidas

¹⁴ CRONON, William (org.). *Uncommon Ground – rethinking the human place in nature*. New York: W.W. Norton & Company, 1996; MELOSI, Martin V. *Effluent América: Cities, Industry, Energy, and the Environment*, Pittsburgh, Pennsylvania: University of Pittsburgh Press, 2001; THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural – mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; WROSTER, Donald. *The Ends of the earth: perspectives on modern environmental history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

¹⁵ DUARTE, Regina Horta. A cidade e sua natureza: uma história ambiental de Belo Horizonte. In: BOSCHI, Caio César; DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *Estudos sobre Belo Horizonte e Minas Gerais nos trinta anos do BDMG Cultural*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2018.

¹⁶ Segundo o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP, 2022), Soluções Baseadas na Natureza contempla alternativas que procuram mimetizar os processos do meio biofísico entre outros conceitos como o de Infraestruturas Verde e o Desenvolvimento de Baixo Impacto. São vários os exemplos, como os chamados “jardins de chuva” desenvolvidos pela Prefeitura de Belo Horizonte desde 2020, com objetivo de evitar pontos de alagamento e cria espaços de vegetação.

pelos engenheiros da CCNC. Devido a essa concepção, os cursos d'água sofreram a primeira intervenção e foram “canalizados” para acompanhar o trajeto das ruas. O esgoto era despejado nos córregos sem qualquer tipo de tratamento e as suas margens foram indevidamente ocupadas. As enxurradas, sem uma rede coletora de água pluvial e sem o devido investimento em infraestrutura sanitária, eram conduzidas diretamente aos córregos, levando todo o tipo de detritos que havia no caminho. Além disso, a pavimentação das ruas diminuiu a absorção de água pela terra, aumentando o volume das enxurradas, agravando esse cenário.

A impermeabilização do solo impactou o meio ambiente, o saneamento básico e várias questões urbanísticas em Belo Horizonte. Além dos desmatamentos e das canalizações, até o plano diretor de 1996¹⁷ não havia taxa de permeabilidade para construção nos loteamentos da cidade. Ou seja, o município podia impermeabilizar a totalidade do terreno. Outro problema grave que diz respeito a impermeabilização do solo são as construções irregulares, que não possuem projeto aprovado na Prefeitura, ou as que aprovam o projeto corretamente, mas constroem infringindo parâmetros, tentando ludibriar a legislação. São vários exemplos de estacionamentos, de casas, de edifícios, de galerias, de lojas e de grandes empreendimentos que descumprem a legislação urbanística. São frequentes os empreendimentos que se utilizam de esgotos clandestinos, ou que infringem normas para se livrar dos dejetos, aumentando a poluição da água e onerando as redes coletoras. Além disso, ainda é comum a existência de redes clandestinas de água, prejudicando os cidadãos que dependem do serviço.¹⁸

Quando a chuva cai, a água corre para os bueiros que não suportam a demanda e transbordam. O fato de munícipes descartarem lixo nas vias públicas agrava o problema. Em dezembro de 2018, por exemplo, a Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte (SLU) colocou uma espécie de “aquário” na Praça 7, no centro da capital

¹⁷ BELO HORIZONTE: *Lei municipal nº 7.165, de 27 de agosto de 1996. Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte*: lei municipal nº 7.165, de 27 de agosto de 1996. Belo Horizonte: 1996. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/Lei_7165_Plano_Diretor.pdf . Acesso em 06 julho 2023.

¹⁸ EM.COM.BR. *Copasa faz operação para identificar roubo de água; são estimadas 300 mil ligações irregulares*. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/11/11/interna_gerais.1203731/copasa-faz-operacao-para-identificar-roubo-de-agua.shtml. Acesso em: 06 julho 2023; OTEMPO.COM.BR. *Copasa e Cemig combatem gatos de água e luz em megaoperação na Grande BH*. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/copasa-e-cemig-combatem-gatos-de-agua-e-luz-em-megaoperacao-na-grande-bh-1.2442513> . Acesso em: 06 julho 2023.

mineira, um *lixômetro*, para demonstrar o quanto se sujava as ruas. Na época, três toneladas de lixo por dia somente naquele pequeno espaço.¹⁹

Como dito, este é um trabalho de História Ambiental Urbana e a nossa análise só foi possível graças às especificidades que esta linha de pesquisa oferece aos historiadores e historiadoras que seguem sua metodologia. As análises aqui presentes dialogam com uma recente produção que busca entender aspectos relacionados aos subterrâneos urbanos, considerando a agência do meio biofísico no processo. A partir da perspectiva da *natureza* como forma de conhecimento social, as fronteiras entre o natural e o artificial são problematizadas. Torna-se possível perceber a ação humana em ambientes considerados como “naturais” ou “intocados”. O inverso também é plausível, assim podemos aferir a agência do meio biofísico em objetos e paisagens criados pelas sociedades. A História Ambiental Urbana oferece liberdade e arsenal teórico para tratar de aspectos da polissemia urbana, desde os projetos urbanísticos, com a devida análise dos diagnósticos das áreas de intervenção. É possível articular os problemas urbanísticos com doenças, as chamadas pragas urbanas e as falhas na execução das redes de água e esgotos. Por meio dessa linha de pesquisa é possível analisar como as concepções de natureza foram discutidas no meio técnico-político.

A partir da metodologia da História Ambiental Urbana, o nosso trabalho levantou milhares de documentos, em diferentes suportes, formatos e tipologias, nas quais a questão sanitária é o foco, antes mesmo da fundação de Belo Horizonte. Os relatórios oficiais e discursos de prefeitos e vereadores priorizaram o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, o término das enchentes, a limpeza da cidade, entre outras questões afins aos ideais de salubridade.

Um dos pilares da pesquisa documental foi no “Fundo Assessoria de Comunicação” do APCBH. Esse acervo possui milhares de fotografias oficiais da Prefeitura de Belo Horizonte dos anos 1950 até a gestão do Prefeito Alexandre Kalil da (2017 – 2022). Importante destacar que possuo afinidade com esse acervo também na vida profissional, pois participei da organização, da digitalização e da identificação, por

¹⁹ PBH.GOV.BR. *Lixômetro registra 21 toneladas de resíduos coletados na Praça Sete*. Disponível em: <http://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/lixometro-registra-21-toneladas-de-residuos-coletados-na-praca-sete>. Acesso em: 06 julho 2023; EM.COM.BR. *Lixômetro da Praça Sete acumula peso equivalente a mais de 7 elefantes*. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/12/14/interna_gerais.1013387/lixometro-da-praca-sete-acumula-peso-equivalente-a-mais-de-7-elfantes.shtml. Acesso em: 06 julho 2023.

meio do programa “Cestas da Memória”, das fotografias. O Cestas da Memória contribuiu desde 2003 para a descrição do acervo fotográfico do APCBH, mas vai muito além disso. O projeto estimula a participação da comunidade nesse processo e proporciona a formação e a capacitação de técnicos que passam pela instituição. Entrei no Arquivo como estagiário, quando ainda cursava meu segundo ano de graduação e, em 2007, fui designado para trabalhar com o acervo fotográfico e com o projeto Cestas da Memória. Enquanto realizava minhas tarefas diárias, o grande volume de fotos de canos de distribuição de água, de implementação de redes de esgoto e de canalização despertaram minha curiosidade para desenvolver pesquisas na temática desde então.²⁰

Além do acervo fotográfico, analisamos todos os Relatórios dos Prefeitos desde a primeira edição, de 1897, até o ano de 1974. A coleção, disponível no site do APCBH, é um valioso acervo que detalha as atividades realizadas pelo executivo municipal, durante o ano administrativo, sob o interesse de seus autores que apresentam narrativas positivas sobre as suas realizações. Além da Coleção Relatórios de Prefeitos, pesquisamos cinejornais, relatórios técnicos, documentos fazendários, croquis, projetos sanitários e urbanísticos, discursos, periódicos, entre várias outras fontes que serão mais bem descritas em cada um dos capítulos.²¹

A divisão dos capítulos visou organizar a narrativa histórica o mais simplesmente possível e da forma que consideramos ser a mais condizente para retratar políticas públicas e as diferenças entre cada uma das gestões dos prefeitos a partir das hipóteses do trabalho: cronologicamente e com as divisões entre capítulos demarcadas por fatos relevantes da vida política em Belo Horizonte. Refleti sobre outras formas de organização, como a de segmentar por temática. Todavia, acreditei que a forma aqui proposta possibilita o melhor entendimento das nuances de cada gestão, a continuidade e

²⁰ Algumas das fotos são, tecnicamente, de manilhas. Todavia, preferimos manter a palavra “canos”, pois os fotógrafos da PBH, assim como membros da imprensa, assim as descreveram.

²¹ Toda minha trajetória no Arquivo se confunde com o Cestas da Memória. Como estagiário, como contratado de projetos, como funcionário terceirizado e como diretor, sempre estive próximo ao projeto de alguma forma. Por tudo isso, tenho enorme carinho pelo trabalho desenvolvido e por todas as pessoas que passaram pelo Cestas da Memória. Tenho convicção que esses voluntários oferecem ajuda primorosa para a preservação da história do nosso município. São fontes riquíssimas para sabermos como a administração pública funcionava nos seus bastidores, as nuances do dia a dia político e tudo aquilo que a PBH queria mostrar (e que queria esconder também) é contado por essas pessoas que reservam suas sextas para contribuir com o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Entre as conversas, os casos de bastidores, as piadas, os boatos, os escândalos, os relatos das mudanças que a cidade sofreu, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte conseguiu muito mais do que descrever seu acervo fotográfico, foi possível entender a estrutura da prefeitura a partir daqueles que dedicaram anos de suas vidas trabalhando, morando e convivendo na capital mineira, que se tornou metrópole e trouxe uma série de transformações nesse processo.

as rupturas de projetos além de facilitar a organização das fontes e da narrativa. Uma das minhas expectativas foi oferecer um texto claro e acessível aos leitores

Por se tratar de uma tese de políticas públicas de saneamento básico, elaborada a partir de milhares de itens documentais, ela é factual e cronológica, com atenção para as nuances de cada gestão de prefeitos e das mudanças no setor responsável pelas políticas sanitárias em Belo Horizonte. O que costura os quatro capítulos é a análise do discurso e da prática do sanitarismo em Belo Horizonte. Mostrarei como o sanitarismo se moldou como símbolo de Belo Horizonte ao mesmo tempo em que ofereceu elementos que impactaram o cenário político da cidade e formas de ação administrativa, muitas vezes impositivas.

Justamente pela importância das músicas para a fruição deste trabalho, os capítulos começam com títulos ou trechos de canções. Escolhi as composições pela proximidade com a temática de cada um dos capítulos. O capítulo 01: A doença vai embora junto com a sujeira – sanitarismo na Nova Capital de Minas Gerais 1892-1897, analisa o empreendimento da Nova Capital de Minas, com destaque para os debates da CELINC e para as redes subterrâneas projetadas e construídas pela CCNC, em diálogo com o movimento sanitarista a partir da segunda metade do século XIX. Discutirei as articulações em torno do sanitarismo, as dificuldades encontradas pelos técnicos e as adaptações propostas para o andamento do trabalho. Outro ponto central são as decisões políticas embasadas, ou que se apropriaram das discussões técnicas produzidas pela CELINC e pela CCNC. A partir dos trabalhos das Comissões, demonstrarei a hipótese de que o sanitarismo se tornou um instrumento balizador de discursos políticos belo-horizontinos.

O capítulo 2: Nem Luxo, nem Lixo: o discurso político sanitário nos projetos de água e esgotos – 1897-1929, aborda como a prefeitura conduziu o esgotamento sanitário e a distribuição de água. Discutirei, também, como o sanitarismo se inseriu na retórica política da jovem capital mineira. A partir da análise do início da estruturação da prefeitura, o capítulo avança na demonstração da tese central do trabalho de que a questão sanitária moldou uma forma de ação política na capital e se tornou um símbolo na cidade que serviu para estruturar planos e ações administrativas. Ela Serviu ainda como justificativa para mazelas urbanas de todos os tipos, pela complexidade das intervenções e pelo orçamento elevado para o investimento e manutenção das redes de água e esgotos. Indicarei alguns efeitos das escolhas urbanísticas e da preferência manifesta e

orçamentária da construção de redes de água em detrimento das redes de esgotamento sanitário.

O terceiro capítulo: Lenda do Futuro – políticas sanitárias e metropolização em Belo Horizonte – 1930 –1955, discutirá o avanço do processo de metropolização a partir de 1930. Houve a piora dos parâmetros sanitários do município concomitantemente ao aumento de discursos que defendiam a necessidade de se replanejar Belo Horizonte. A questão sanitária se consolidou como uma marca em Belo Horizonte, mas foi repaginada para outros projetos de modernização, de planejamento urbano e de políticas higienistas para a expulsão dos pobres do centro da cidade. A preferência manifesta pela água em detrimento do sistema sanitário é mais um indício que as decisões pautadas nos discursos técnico-sanitário eram, efetivamente, decisões políticas que precisavam de ser investidas com conceitos técnicos. A questão da água em Belo Horizonte trazia mais capital político e popularidade em comparação com as redes de esgotos. O capítulo se encerra na gestão de Américo Renê Giannetti, quando foi elaborado o Plano-Programa de Administração para Belo Horizonte na tentativa de corrigir problemas da capital e de adequar a administração da cidade, todavia, como outras propostas técnicas anteriores, o Plano não foi efetivado, ampliando o ciclo vicioso de problemas urbanos da capital.

O último capítulo: Cidade em pó: A Adutora do Rio das Velhas e as políticas públicas de saneamento entre 1955-1973 explora a obra talvez mais importante da cidade até então, a Adutora do Rio das Velhas. A mídia mineira discutiu abundantemente o empreendimento, tema de inúmeros editoriais e matérias. A adutora foi objeto de reclamações de munícipes, de eventos em sindicatos patronais, de simpósios de engenharia sanitária, de reuniões do legislativo belo-horizontino e de disputas políticas. A Adutora é paradigmática para a discussão da importância do saneamento no jogo político belo-horizontino, e é o exemplo mais representativo da preferência manifesta pela construção de redes de água em detrimento das redes de esgotamento sanitário. A complexidade do discurso político-sanitário em Belo Horizonte neste capítulo será discutida a partir da Adutora, um empreendimento considerado como redentor para a melhoria dos padrões higiênicos da cidade.

De certa forma, ao escrever este trabalho eu me sinto num saudosismo de quando eu era realmente curioso de tudo. O jeito legal de perceber esta tese é como uma continuidade do menino que abriu a enciclopédia empoeirada do vô. As próximas páginas

são uma tentativa, ao explorar os subterrâneos da minha cidade natal, de responder parte das expectativas da criança inquieta que ainda persiste em mim.

1 – A doença vai embora junto com a sujeira – sanitário na Nova Capital de Minas Gerais 1892-1897

*A doença vai embora junto com a sujeira/
Verme, bactéria, mando embora embaixo da torneira
Lavar as mãos, Arnaldo Antunes, 1994.*

Belo Horizonte iniciou o ano de 2020 com expectativas de tempestades e alertas de cheias e deslizamentos. Poucos antes, em dezembro de 2019, na efeméride do seu aniversário de 122 anos, a cidade foi mais uma vez reverenciada por ser a "a primeira cidade moderna planejada do país".²² As enchentes são corriqueiras nos verões da capital mineira desde seus primeiros anos, mas, neste caso específico, os meteorologistas divulgaram previsões de chuvas extraordinárias. A partir deste prognóstico, a municipalidade montou o que chamou de “operação de guerra” e transferiu o Gabinete do Prefeito para o Centro de Operações da Prefeitura,²³ COP, no dia 24 de janeiro, uma sexta-feira. O executivo municipal realizou alterações em horários de trabalho para evitar engarrafamentos no momento de maior probabilidade de precipitação, retirou moradores de áreas de risco, realizou acompanhamento das chuvas em tempo real e divulgou de alertas nas redes sociais e por mensagens de texto.²⁴ A chuva, prevista para a hora do *rush*, chegou mais tarde que o previsto, depois das 19:30h, e as regiões do Barreiro, Centro-Sul e Oeste ultrapassaram os 100 milímetros de precipitação. Infelizmente houve mortes, deslizamentos e moradores de áreas vulneráveis perderam todos seus pertences.

Em 28 de janeiro ocorreu a maior tempestade já registrada em Belo Horizonte, foram 183,5 mm em aproximadamente duas horas e meia na regional Centro-Sul. Sou morador de Belo Horizonte desde meu nascimento e mudei-me para o bairro Centro em 1991, quando tinha 6 anos, e a intensidade da chuva pareceu-me sem precedentes. Ao olhar pela janela, me deparei com uma cena nunca presenciada por mim, o Córrego do Leitão havia transbordado e coberto as ruas Padre Belchior, Curitiba e Goitacazes. O rio

²² CAUMG.GOV.BR. *122 anos da primeira cidade moderna planejada do Brasil*. Disponível em: <https://www.caumg.gov.br/122-anos-da-primeira-cidade-planejada-do-brasil/>. Acesso em: 05 abr. 2023.

²³ O Centro Integrado de Operações de Belo Horizonte (COP-BH), inaugurado em junho de 2014, é vinculado à Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção e reúne instituições com o objetivo de tomar decisões estratégicas em tempo real.

²⁴ PBH.GOV.BR. *Prefeito transfere seu gabinete para Centro de Operações a partir desta quinta*. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prefeito-transfere-seu-gabinete-para-centro-de-operacoes-partir-desta-quinta>. Acesso em: 07 abr. 2023.

invadiu o Mercado Central e o porão do edifício onde moro. As redes sociais foram inundadas com vídeos, relatos e imagens do evento, uma das mais curiosas foi a de clientes em um restaurante do bairro Lourdes subindo nas mesas na medida em que a água subia de nível no estabelecimento. Enquanto isso, as correntes de água arrastaram carros de todos os tamanhos na rua Curitiba, defronte ao estabelecimento com vista privilegiada para a grande enxurrada.²⁵

Quando a água baixou, o cenário de destruição na região dita *nobre* da cidade impressionou. A enxurrada destruiu o asfalto, invadiu estabelecimentos e capotou carros que estavam espalhados por todo trajeto do rio tamponado. Curiosamente, a promessa da gestão do Prefeito Oswaldo Pierucetti feita em um cinejornal de 1972 com a seguinte fala: “Hoje o Leitão está por baixo desta nova e ampla avenida. Uma verdadeira passarela negra que vai ajudar a resolver nossos problemas de trânsito. Cenas de enchentes, você nunca mais verá” não se concretizou.²⁶

Concomitantemente, a municipalidade acionou a Secretaria Municipal de Saúde para realizar campanhas para prevenção de contaminação por doenças infectocontagiosas, potencializadas nos verões e nos eventos de tempestades. Para orientar os profissionais de saúde e os cidadãos, a prefeitura lançou uma nota técnica com os sintomas mais comuns e formas de tratamento de doenças que podem surgir após o contato com a água da chuva. A publicação orientou as pessoas sobre em que condições elas deveriam procurar as unidades de saúde, bem como especificou diretrizes para a limpeza dos objetos que tiveram contato com a água e a higienização correta das casas.²⁷

Cartilhas com orientações sanitárias, assim como as tempestades, são habituais nos verões belo-horizontinos. Estes documentos, geralmente, demonstram que as chuvas e enchentes podem trazer riscos à saúde, devido à possibilidade de aquisição de doenças infecciosas transmitidas pelo consumo de água não tratada e pelo contato com o líquido contaminado por urina de rato ou por outros dejetos. As enfermidades mais comuns

²⁵ EM.COM.BR. *Restaurantes, pizzarias e pastelaria são alagados com forte chuva em Belo Horizonte*. Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/01/28/interna_gerais.1117723/restaurantes-pizzarias-e-pastelaria-sao-alagados-com-forte-chuva-em-b.shtml. Acesso em: 07 abr. 2023.

²⁶ ERA UMA VEZ UM LEITÃO: ENCHENTES NO CÓRREGO DE LEITÃO – BELO HORIZONTE. Museu da Imagem e do Som. Belo Horizonte: Argus Filmes, 1972. 1 vídeo (0,54 min). Publicado por Canal MIS BH. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pBaQrHhxdg>. Acesso em: 04 maio 2023.

²⁷ PBH.GOV.BR. *Alerta Enchentes*. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/saude/Enchentes%20Atualizado.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2023.

divulgadas nos documentos oficiais são: febre tifoide, hepatite A, além de diarreias agudas. Outro risco apontado são o de acidentes com animais peçonhentos.

O janeiro de 2020 ano foi o mês mais chuvoso desde que a medição das chuvas começou a ser feita em 1910. Do dia 1 ao dia 29 a capital mineira registrou 932,3mm de chuva. Para efeito de comparação do volume imenso de precipitação no primeiro mês de 2020, em todo o ano de 2019 as chuvas em BH somaram 986,6mm. Isso também se deve a questões meteorológicas específicas e a mudança climática em escala global, mas o histórico das intervenções urbanas na cidade foi também decisivo para tal fenômeno, fato que será mais bem discutido ao longo desta tese.²⁸

A mídia mineira cobriu largamente o que chamou do mês “mais chuvoso da história” com perguntas que discutiam o fato da recorrência das tragédias e que buscavam apurar responsabilidades e, para isso, chamou especialistas de várias formações diferentes. Algumas análises apontaram o Plano da CCNC como um “vício de origem” que explicaria diversos problemas urbanos atuais, como as enchentes.²⁹ As reportagens costumam a apresentar o Plano da Comissão como algo rígido e que foi plenamente executado e finalizado. Talvez, este movimento venha da necessidade de se buscar uma *origem* para os problemas das cheias da capital. Entretanto, este tipo de abordagem pode contribuir para generalizações imprecisas tão constantes nas análises sobre a história de Belo Horizonte.

O transbordamento dos córregos são eventos sociais que tiveram e continuam a ter impacto nas cidades brasileiras. Neste tipo de evento vários atores são postos à prova, como a municipalidade, membros da sociedade civil, órgãos de assistência, entre outros, expondo tensões entre segmentos sociais envolvidos no processo de urbanização e na

²⁸ EM.COM.BR. *Em apenas um mês, BH recebeu chuva de um ano inteiro*. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/01/30/interna_gerais.1118075/em- apenas-um-mes-bh-recebeu-a-chuva-de-um-ano-inteiro.shtml. Acesso em: 10 abr. 2023; EM.COM.BR. *Janeiro de 2020 já é o mês mais chuvoso da história de BH*. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/01/29/interna_gerais.1117794/janeiro-de-2020-ja-e-o-mes-mais-chuvoso-da-historia-de-bh.shtml. Acesso em: 10 abr. 2023; CLIMATEMPO. *BH: em 100 anos, nunca choveu tanto como em janeiro de 2020*. Disponível em: <https://www.climatempo.com.br/noticia/2020/01/29/bh-em-100-anos-n-nunca-choveu-tanto-como-em-janeiro-de-2020-1563>. Acesso em: 10 abr. 2023; EM.COM.BR. *Em três horas, choveu mais que a metade do esperado para janeiro no Centro-Sul de BH*. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/01/28/interna_gerais.1117736/em-tres-horas-choveu-mais-que-a-metade-do-esperado-para-janeiro-no-ce.shtml. Acesso em: 10 abr. 2023.

²⁹ G1. GLOBO. COM. *BH tem pouco investimento em obras para minimizar os estragos causados pela chuva*. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/04/05/bh-tem-pouco-investimento-em-obras-para-minimizar-os-estragos-causados-pela-chuva.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2023.

configuração das territorialidades que dele participam. A enchente é um acontecimento no qual o mundo subterrâneo reclama seu espaço na vida das cidades. Os historiadores brasileiros, apesar de estudar abundantemente as temáticas urbanísticas ainda costumam a ignorar os subterrâneos literais das urbes contemporâneas: os esgotos, o metrô, os animais não humanos ali presentes, entre outros.

Hausmann, responsável pelas reformas de Paris, em suas memórias, defendeu que as galerias subterrâneas são um órgão da grande cidade, funcionando como os do corpo humano. As secreções são “levadas misteriosamente e não perturbam o bom funcionamento da cidade” e não estragam o seu exterior.³⁰ Os esgotos, além de esconderem a sujeira, foram habitados desde o princípio por outros elementos indesejados das cidades modernas, como ratos, baratas, répteis de todos os tipos, guaxinins e raposas. Apesar da importância, parte da historiografia negligenciou os impactos ambientais e urbanos, bem como os mitos inspirados pelas grandes galerias subterrâneas.³¹

No caso belo-horizontino, os transbordamentos dos córregos escancaram os problemas e contradições de uma cidade que nasceu sob os ideais do sanitarismo e do urbanismo mais recentes na época. A água poluída invadiu constantemente as ruas da capital mineira nos períodos chuvosos, assim como os esgotos que arrebentavam com frequência, animais mortos atingidos pelas enxurradas, tocos e restos de árvores e por todos os tipos de objetos. Posteriormente, restava o lixo, a lama e vários insetos que se proliferam nessas condições. Com a sujeira, cresciam as reportagens na mídia, as reclamações da sociedade civil e as falas políticas, bem como as promessas para as soluções definitivas.

Este capítulo protagonizará o empreendimento da Nova Capital de Minas, com destaque para as redes subterrâneas projetadas e construídas pela CNNC, em diálogo com o movimento sanitarista e com as reformas urbanas a partir da segunda metade do século XIX. Não pretendemos fazer uma “busca das origens” dos problemas urbanísticos e sanitários presentes em Belo Horizonte durante todo o período cronológico deste trabalho.

³⁰ HALLIDAY, Stephen. *An Underground Guide to Sewers or: Down, Through, and Out in Paris, London, New York*. London: Thames & Hudson Ltd, 2019.

³¹ O britânico H.G Wells criou os Morlocks, em seu livro *The Time Machine*, de 1895. Os morlocks são humanóides que vivem nos subterrâneos do futuro. Eles seriam descendentes dos seres humanos que refugiaram no subterrâneo, justamente nessas grandes galerias construídas na época, após uma guerra que devastou o mundo. As criaturas criadas por Wells fizeram parte do imaginário por muitos anos e o termo Morlocks foi utilizado por vários outros autores para descrever habitantes (fictícios ou não) desse novo mundo subterrâneo.

Se fizermos a análise a partir desse prisma, procurar-se-á elementos que reafirmam o ponto de partida, ou seja, a situação atual que seria o único ponto de chegada possível. Assim, poderíamos desprezar outros elementos do contexto presentes no cotidiano da cidade ou que estavam em disputa entre os múltiplos agentes envolvidos na época.³²

A historiografia sobre Belo Horizonte é bem servida de estudos relacionados à CCNC. O projeto e a construção da Nova Capital de Minas é, indubitavelmente, um dos períodos mais estudados da capital mineira com incontáveis artigos, dissertações, teses e livros a ela dedicados. Faremos um breve estudo desse período no qual nos interessa entender as articulações em torno das discussões sanitárias, as dificuldades encontradas pelos técnicos, as adaptações necessárias e as decisões políticas embasadas, ou que se apropriaram, das discussões técnicas produzidas pela CCNC, tema que foi pouco estudado pelo viés historiográfico. O desejo pela cidade moderna e o discurso sanitarista esteve presente em todos os momentos dos trabalhos iniciados em 1894, todavia o que foi inaugurado era distante da cidade imaginada. A partir dos trabalhos da Comissão, pretende-se discutir a hipótese de que o sanitarismo teria se tornado um instrumento balizador de discursos políticos belo-horizontinos.

No caso Belo Horizontino acreditamos que, para os administradores do Estado e da cidade fundada, inacabada, em 1897, o processo de planejamento e construção da nova capital inaugurou um elemento administrativo importante e bem-sucedido. A partir do discurso científico foi possível ampliar o alcance do aparato administrativo por meio de justificativas que se baseavam em questões técnicas e de saúde pública. Todavia, a presença do discurso sanitarista, mesmo com as distorções, possibilitou o pioneirismo de políticas públicas em Belo Horizonte relacionadas, ou que dialogavam com o saneamento básico, como: políticas de abastecimento de gêneros alimentícios, de educação básica e de manutenção de áreas. O vocabulário sanitário passou a fazer parte de demandas políticas e foi objeto de demandas por parte de camadas desfavorecidas que exigiam melhores condições de vida na capital mineira.

A partir da extinção da CCNC e com a organização da municipalidade da capital sem autonomia administrativa, as questões relacionadas ao saneamento da cidade, com maior ou menor destaque, com roupagens e justificativas diferentes, esteve presente no

³² Como nos ensinou Koselleck, o futuro do passado estava em aberto, em disputa. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica do tempo histórico*. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2006.

centro de negociações e decisões políticas. Defendemos que a questão sanitária se tornou um símbolo da cidade e serviu para estruturar discursos, projetos e replanejamentos locais.

Os discursos político-administrativos que permeavam o sanitarismo em Belo Horizonte foram reforçados, paradoxalmente, pela deficiência dos serviços públicos. Entre as questões a escassez de água era destaque (muitas vezes referida como o principal problema da cidade), além de problemas relacionados ao esgotamento sanitário, ao recolhimento de lixo, à proliferação de doenças como gastroenterite e esquistossomose, entre outros.³³ Este fato se deu, também, por uma série de percalços no planejamento e na execução das redes de distribuição de água e de esgotamento sanitário desde a concepção da cidade. As dificuldades foram enormes, associadas a problemas logísticos, dificuldades técnicas, falta de recursos e decisões administrativas fisiológicas. Ao mesmo tempo em que a municipalidade e os técnicos da área consolidavam um conhecimento relacionado às redes subterrâneas, moldou-se uma forma de fazer política que fez uso dos perigos de uma cidade insalubre, das dificuldades de solucionar os problemas e das promessas de efetivar o sonho presente desde a fundação de Belo Horizonte de ser uma cidade higiênica.³⁴

A Nova Capital de Minas

A análise do processo da escolha da nova capital de Minas é central para nosso trabalho, pois inaugurou no estado uma forma de discurso político apoiado em estudos técnico-científicos. A nova abordagem incluiu as ideias urbanistas e sanitaristas mais recentes da época e a necessidade de conhecer e instrumentalizar o meio biofísico das regiões. O projeto da Nova Capital de Minas estava inserido numa iniciativa para modernização regional centrada num novo polo que pudesse intensificar a dinamização econômica, amenizar os desejos separatistas e impulsionar o estado mineiro na nova

³³ HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2013.

³⁴ Sobre saneamento e água na América Latina existem trabalhos da área de História Ambiental Urbana que dialogam com nossa tese, como: LATORRE, Maria Clara Torres. El alcantarillado de Bogotá: discursos e institucionalización de um problema ambiental, 1886-1938. In: LÓPEZ, Rosalva Loreto; BARRERA, Laura Caso; FERNÁNDEZ, Mario Aliphath. (org.). *Ciudad, Paisaje y Patrimonio en America Latina*, v.4 de Colección Estudios urbanos y ambientales. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2015; LÓPEZ, Rosalva Loreto (org.). *Agua, poder urbano y metabolismo social*. Puebla: Editora de La Benemerita Universidad Autónoma de Puebla, 2009. (Coleção Estudios Urbanos y Ambientales, v. 1).

República.³⁵ Iniciativas semelhantes de promover projetos modernizantes a partir de reformas urbanas³⁶ aconteceram em outras cidades na América Latina, como Rio de Janeiro, São Paulo, Viena³⁷, La Plata, Buenos Aires e Bogotá.

Gorelik, argumentou que havia uma pretensão por parte das elites latino-americanas de irradiar ideais de modernidades locais para o mundo. Para tanto, era preciso repensar e intervir nas infraestruturas urbanas. As cidades modernizadas, higiênicas e adequadas aos novos padrões urbanísticos serviriam como vitrines para os modernismos latinos. As elites mineiras, a sua maneira, pretendiam tornar a Nova Capital de Minas o farol para a modernização regional, promovendo Minas Gerais no cenário nacional.³⁸ O sanitarismo foi pilar para os discursos em torno desse projeto.³⁹

Essa premissa é reforçada por Tedeschi.⁴⁰ Segundo a autora, a renovação das cidades brasileiras estava carregada de promessas de futuro, principalmente após a Proclamação da República. Nesse mesmo contexto, o chamado “saneamento moderno” surgiu entrelaçado aos ideais da cidade moderna, lhe conferindo destaque para o urbanismo emergente, pois era lugar de efeito e produto das demandas sociais, técnico construtivas e científicas em torno das questões de saúde e no acesso à água. A autora utiliza propositalmente a expressão redundante “saneamento moderno”, pois “o saneamento é moderno e é parte constituinte do fenômeno urbano moderno”.⁴¹

Nossa análise se deterá no discurso técnico-político no alvorecer da República que justificou e possibilitou (ou, pelo menos, facilitou) a construção cidade. Estudaremos os

³⁵ AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. *Vastos subúrbios da nova capital: formação de espaços urbanos na primeira periferia de Belo Horizonte*. 2006. 445f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

³⁶ Sobre outra reforma no séc. XIX na perspectiva da História Ambiental Urbana ver: PALACIO CASTAÑEDA, Germán A. *Urbanismo, naturaleza y territorio en la Bogotá Republicana. 1810-1910*. Puebla: Universidad Nacional de Colombia Sede Amazonía. Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. 2012.

³⁷ No mesmo período da construção de Belo Horizonte, Viena passou por reformas e mudou sua relação com o rio Danúbio, canalizado para melhorar a navegação, e expandir os subúrbios da cidade. Ver: HAIDVOGL, Gertrud. *The channelization of the Danube and urban spatial development in Vienna in the nineteenth and early twentieth centuries*. In: CASTONGUAY, Stéphane and EVENDEN, Matthew (org.). *Urban Rivers: Remaking Rivers, Cities, and Space in Europe and North America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2012.

³⁸ GORELIK, Adrián. *Miradas sobre Buenos Aires: história cultural y crítica urbana*. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2007.

³⁹ Idem.

⁴⁰ TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro. *A Engenharia Das Águas Saneadas: Planejamento, Construção e Uso do Sistema de Saneamento na Capital Mineira (Belo Horizonte, 1890- 1910)*. 2022. 469f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo 2022, p.19.

⁴¹ Idem, p.20.

engenheiros como parte atuante no cenário político mineiro, que buscavam ampliar sua área de atuação dentro do aparato administrativo. Diferentemente de Tedeschi e de outros estudos, acreditamos que os engenheiros que compõe as comissões são primordialmente técnicos e não cientistas, como os próprios se autoproclamaram em algumas oportunidades e foram ecoados em discursos celebrativos sobre os trabalhos na nova capital de Minas. Apesar de seguir e de exaltar o conhecimento científico, os técnicos participantes da CCNC e da CELINC aplicaram as metodologias científicas em voga na época por meio de trabalhos práticos de levantamento do terreno e construção de uma urbe no final do século XIX. Em relação às redes sanitárias é preciso ressaltar que nenhum dos envolvidos tinha formação específica no assunto. As inovações in loco, necessárias para adaptação dos estudos à realidade local e para contornar as contingências surgidas ao longo do processo, respondeu a problemas imediatos com soluções condizentes com o campo da técnica.

Antes de avançarmos no foco deste capítulo, é importante refletir sobre o conceito “técnico-político” que utilizaremos reiteradas vezes ao longo do trabalho. Os técnicos das comissões e da municipalidade e até mesmo os prefeitos tentaram, em diversas oportunidades, justificar suas escolhas como estritamente técnicas, sem qualquer influência política. Defendemos que a atuação técnica em torno dos projetos sanitários e urbanísticos é, também, política. Os sanitaristas, por exemplo, atuam politicamente desde a militância acadêmica até os mais destacados cargos do executivo e do legislativo da capital. Por isso acreditamos ser conveniente ressaltar que o discurso era técnico e político, mesmo que isso pareça redundante em alguns momentos.

Os debates em prol da mudança da capital intensificaram-se durante o governo do Presidente de Minas Gerais Augusto de Lima, empossado em março de 1891. A priori, o chefe do executivo estadual pretendia decretar impositivamente a mudança da capital para a região de Belo Horizonte.⁴² Todavia, devido à reação dos defensores de outros sítios para a construção da nova cidade, a oposição dos contrários à mudança da sede administrativa de Minas e pela proximidade da Constituinte Mineira, Augusto de Lima desistiu de publicar o decreto e encaminhou a decisão para discussão neste plenário. No início dos trabalhos, em 30 de março de 1891, o Congresso Constituinte de Minas Gerais

⁴² Nesse contexto, acreditava-se que o nome Curral d’El Rey, que abrigaria a Cidade de Minas, representava o atraso do regime monárquico recém-deposto. Assim, já em 1889, membros do clube republicano do pequeno arraial, emoldurado pela Serra do Curral, reuniram-se para escolher um novo nome, mais adequado ao novo regime. Depois de várias reuniões e propostas, foi proposto o nome de Arraial de Belo Horizonte.

escolheu uma “Comissão dos Onze”, com responsabilidade de dar parecer sobre a proposta da presidência de Minas Gerais sobre a mudança da capital.⁴³

Na mensagem enviada à Constituinte, em 07 de abril de 1891, Augusto de Lima afirmou que nada se impôs mais insistentemente à meditação do governo, desde a administração dos seus dois antecessores, do que a questão que tinha como objetivo “dotar o Estado de uma nova capital, que seja um centro de atividade intelectual, industrial e financeira, ponto de apoio para a integridade de Minas Gerais”. Ouro Preto não ofereceria essas condições, mas seria “tão prestigiada, entretanto, de recordações que forma o mais caro patrimônio histórico do povo mineiro”. Augusto de Lima continuou a mensagem defendendo, mais uma vez, a escolha da região de Belo Horizonte para o empreendimento: “à conclusão de que nenhum outro lugar reúne maior soma de condições para o fim em vista do que o planalto denominado Belo Horizonte, no vale do Rio das Velhas, no Município de Sabará, onde possui o Estado considerável extensão de terrenos”.⁴⁴

A decisão de Augusto de Lima, articulado com parte da elite política e econômica mineira, usou como justificativa o estudo encomendado por Domingos Rocha⁴⁵, presidente interino de Minas Gerais, ao engenheiro Herculano Pereira sobre o vale do rio das Velhas. No relatório do dia 23 de novembro de 1890, Pereira concluiu que o sítio da região de Belo Horizonte tinha “águas abundantes e de excelente qualidade fornecidas por oito córregos, que nascem na Serra do Curral”. Esses cursos d’água poderiam ser aproveitados para abastecimento do líquido e para a rede de esgotos. No ano seguinte, quando o Congresso Constituinte iniciou suas sessões, o estudo foi exaustivamente debatido na imprensa e entre os constituintes. Isso se deve, primordialmente, à indicação da região da nova capital por Augusto de Lima.⁴⁶

⁴³ DULCI, Otávio Soares (coord.). *As Constituintes mineiras de 1891, 1935 e 1947: uma análise histórica*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1989; BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história antiga e história média*. 2º ed. Belo Horizonte: FJP/CEHC, 1995.

⁴⁴ MINAS GERAIS. Congresso Mineiro. Mensagem dirigida ao Congresso Constituinte Mineiro pelo Dr. Antônio Augusto de Lima. In: _____. *Anais do Senado mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1891, p.7.

⁴⁵ Domingos José da Rocha (27/08/1862 – 16/11/1914), engenheiro e professor, foi nomeado vice-governador de Minas Gerais em 12 de abril de 1890, assumindo o governo interinamente três vezes, de 20 a 23 de julho, de 6 a 13 de agosto e de 4 a 17 de outubro de 1890.

⁴⁶ MESQUITA, Yuri. *Jardim de asfalto: água, meio ambiente, canalização e as políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte, 1948-1973*. 2013. 175f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013; BARRETO, 1995, p.307.

Nos trabalhos da Constituinte, Augusto Clementino da Silva, senador do Norte do estado, compactuava com mudança apresentada pelo executivo e defendeu que o governo estadual deveria transferir a capital, no prazo máximo de 4 anos, “para um ponto central, no vale do rio das Velhas, que se presta à edificação de uma grande cidade com as indispensáveis condições higiênicas.” A nova cidade, portanto, deveria ser higiênica, característica indispensável para urbanismo e modernismo da época. Essa condição esteve presente em todos os momentos do empreendimento da Nova Capital de Minas, até mesmo nos seus debates incipientes e nos estudos técnicos que subsidiaram as discussões.

Os parlamentares debateram intensamente o assunto com posicionamentos divididos. Parte considerável dos constituintes reagiu negativamente à proposta de mudança, pois a escolha da localidade se limitava a um estudo insuficiente que abarcou somente uma região de Minas Gerais e sem, segundo congressistas, base científica.⁴⁷ Concomitantemente, grupos de outras localidades reivindicaram as suas regiões como as mais propícias para a nova capital, como o planalto de Catas Altas de Mato Dentro, Várzea do Marçal, Barbacena, Juiz de Fora, entre outras. A quantidade de sítios pretendentes, bem como as discordâncias no Congresso Constituinte, agradou aos alcunhados de “antimudancistas”, que propuseram uma reforma urbana em Ouro Preto para que a sede administrativa de Minas Gerais fosse ali mantida.⁴⁸

Segundo Aguiar, a escolha da localização da nova capital provocou debates calorosos entre as elites políticas mineiras entre 1890 e 1893. para “dirimir dúvidas e como meio de fortalecer as posições assumidas por cada grupo nesse debate apelou-se, desde cedo, para estudos técnicos encomendados a engenheiros civis”.⁴⁹ A partir desse momento, as articulações políticas precisariam de se embasar em relatórios técnicos assinados por profissionais reconhecidos, presumidamente imparciais e que analisassem aspectos que seriam centrais para nova cidade com pretensão de ser moderna, com boas

⁴⁷ ARRUDA, Rogério Pereira. Belo Horizonte e La Plata: cidades-capitais da modernidade latino-americana no final do século XIX. *Revista de História Comparada*, v. 6, n.1, p.85-123, 2012, p.10.

⁴⁸ MINAS GERAES. Congresso Mineiro. *Annaes do Congresso Constituinte do Estado de Minas Geraes (1891)*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896; IGLESIAS, Francisco. A constituinte de 1891. In: DULCI, Otávio Soares (coord). *As Constituintes mineiras de 1891, 1935 e 1947: uma análise histórica*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1989, p.47.

⁴⁹ AGUIAR, 2006, p. 89.

condições higiênicas e que respeitasse os novos conceitos do urbanismo e do sanitarianismo.⁵⁰

Após debates intensos, a Assembleia Constituinte aprovou o artigo 13 da Constituição Estadual determinando a mudança da capital para sítio que oferecia “as precisas condições higiênicas, se preste à construção de uma grande cidade”,⁵¹ mas ainda sem indicar o local. A Lei Adicional número 1, de 28 de outubro de 1891 estabeleceu a prerrogativa para o presidente de nomear uma ou mais comissões para realizar estudos em Belo Horizonte, Barbacena, Paraúna, Juiz de Fora e Várzea do Marçal para, entre essas localidades, escolher o sítio da nova capital. Os Anais do Congresso Mineiro de 1891 não justificam a seleção prévia dessas regiões indicadas pelo grupo de trabalho dedicado ao tema. Os Anais do congresso demonstram que, após a aprovação de quatro localidades, a Assembleia aceitou o pedido do deputado Carlos Alves de incluir a cidade de Juiz de Fora. Isso pode indicar que o legislativo decidiu estudar essas regiões, primordialmente, por articulações políticas e para agradar grupos de cada um desses locais.⁵²

A criação de comissões foi recorrente no início da República. Por meio delas se consolidavam estruturas político-administrativas e legislações baseadas em preceitos técnicos-científicos. Esse mecanismo preconizava, geralmente, a nomeação de um corpo técnico em comissões provisórias de planejamento e execução de obras. Comissões serviram para a realização de estudos de redes de água e esgotos, para reformas urbanísticas, para projetos de iluminação pública, projetos de remoção de lixo, entre outros. Esse modelo, com as devidas diferenças devido às legislações e ao contexto político de cada época, foi comum na realização de obras sanitárias emergenciais e permanece a ser largamente utilizado pelo poder público.

No início da República brasileira, as referidas comissões contribuíram para a promoção do saneamento e para a relevância dos técnicos no cenário político-administrativo. Nesse sentido, pelo pioneirismo e relevância, pode-se dizer que a criação

⁵⁰ Sobre os debates da constituinte ver: IGLESIAS, 1989, p.313.

⁵¹ MINAS GERAIS. Congresso Mineiro. Ata da sessão solene de instalação do Congresso Legislativo do Estado de Minas Gerais, em Barbacena, 7 de dezembro de 1893. In: *Anais do Congresso Mineiro em Sessão Extraordinária em Barbacena e das sessões preparatórias do Senado e da Câmara dos Deputados realizadas na mesma cidade, de 22 de novembro a 18 de dezembro de 1893*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1894, p.47.

⁵² NETO, Guilherme Nunes de Avelar. *Ciclones e macaréus: o parlamento na história de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Câmara Municipal de Belo Horizonte, Programa Pró-Memória Legislativa, 2010.

da Comissão de Estudos das Localidades, CELINC, é paradigmática nesse processo. Suas conclusões e métodos pautaram discussões na imprensa, nos meios administrativos, entre a população mineira e embasaram justificativas para escolhas políticas em prol da mudança da sede do governo do estado.

Comissão de Estudos das Localidades (CELINC)

A historiografia sobre Belo Horizonte se dedicou largamente sobre o processo de transferência da Capital. Entretanto, alguns trabalhos ignoraram a CELINC ou a caracterizam como uma comissão proforma que gerou um relatório desimportante, pois a decisão seria estritamente política.⁵³ De fato, as articulações entre as elites foram o elemento preponderante para a escolha da localidade onde seria construída a capital. Todavia, o Relatório produzido pela Comissão foi central no trabalho dos congressistas e no convencimento dos votos. Foi ainda intensamente debatido, distorcido e apropriado. Independentemente de a escolha política divergir dos estudos, o Relatório serviu para legitimar e dar credibilidade ao processo decisório. As percepções em relação ao meio biofísico por parte dos técnicos e as propostas para as redes sanitárias serão nosso foco na análise da CELINC.⁵⁴

Em 1892, Afonso Pena, presidente do estado de Minas Gerais (1892-1894), criou a Comissão de Estudos das Localidades (CELINC), presidida pelo engenheiro Aarão Reis e composta, deliberadamente, por técnicos de fora de Minas Gerais, para tentar evitar polêmicas e acusações de favorecimento de uma região do estado em detrimento à outra. Reis foi membro da chamada geração pré-republicana da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Assim como alguns dos seus colegas, teve a formação permeada por ideais positivistas.⁵⁵ Essa geração foi decisiva para a formação de uma nova intelectualidade

⁵³ Entre os trabalhos que caracterizam a CELINC como desimportante podemos destacar: RESENDE, Maria Efigênia Lage. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n. 39, 1974. Para a autora, citada em diversos trabalhos posteriores, o legislativo mineiro não estava interessado em determinar o melhor local a ser escolhido para capital. A vitória do arraial teria sido produto de articulações políticas de Augusto de Lima e do senador José Pedro Drumond com o objetivo de equilibrar as forças políticas de Minas.

⁵⁴ Os postos de maior relevância da CELINC são: Aarão Reis, engenheiro-chefe; engenheiro Eugênio de Barros Raja Gabaglia (estudo de Juiz de Fora); engenheiro José de Carvalho Almeida (estudo de Várzea do Marçal); engenheiro Luiz Martinho de Moraes (estudo de Paraúna); engenheiro Manoel da Silva Couto (estudo de Barba-cena); engenheiro Samuel Gomes Pereira (estudo do arraial de Belo Horizonte); médico higienista José Ricardo Pires de Almeida e o desenhista Júlio César da Silva.

⁵⁵ O Positivismo, em suas diferentes formas propagadas no Brasil, popularizou-se em camadas letradas na segunda metade do século XIX. A Escola Politécnica, instituição civil fundada em 1874, contou com professores declaradamente positivistas, como Aarão Reis. Grupos positivistas brasileiros se destacaram pelo comprometimento com questões nacionais, opinando (às vezes conflituosamente) sobre diversos assuntos como a abolição da escravatura, a organização urbana das cidades brasileiras e sobre a instituição

brasileira com proposta modernizadora e que buscava a *redenção* da realidade nacional. O saber científico permeado por ideais positivistas propôs um pensamento intelectual que se opunha à cultura bacharelesca. Para esse grupo, o conhecimento deveria servir para a modernização e reforma social da nação.⁵⁶ O campo da engenharia conquistou mais espaço e reconhecimento no início do período Republicano, época em que cresceu a demanda por profissionais dessa área.

Os politécnicos buscaram reconhecimento da sua área de formação, bem como maior participação na administração pública e nos aparelhos do Estado da República nascente. Parte desses profissionais acreditavam que os cargos públicos eram ocupados por indivíduos sem a devida formação técnica e com ausência de um idealismo renovador necessário para a modernização nacional.⁵⁷ O número de engenheiros nos cargos do governo, tanto no legislativo quanto no executivo, cresceu, reflexo do aumento da proporção destes entre os formados em curso superior no Brasil e da militância do grupo. Os membros da CELINC e da CCNC tiveram carreira extensa em cargos públicos, exemplificando esse processo.⁵⁸

A CELINC pautou seus estudos a partir instruções aprovadas pelo governo de Minas Gerais em despacho de 9 de dezembro de 1892. Essas diretrizes foram destacadas no Anexo 1 do relatório da Comissão e já demonstram a relevância de ideais sanitaristas para os estudos. Em primeiro lugar, a Comissão deveria estudar as condições “naturais de salubridade” das regiões analisadas, com atenção para: a situação do solo e do subsolo, bem como das águas superficiais e das suas camadas inferiores, além da existência de pântanos. A CELINC faria ainda o levantamento das condições climáticas com destaque para a temperatura, a pressão atmosférica, às chuvas e os ventos. Era necessário conhecer as “moléstias que forem mais frequentes” e suas causas naturais e os possíveis

da República. Apesar de dissidências, os positivistas tiveram em comum a busca pelo progresso da nação em um projeto civilizacional, com adesão de preceitos higienistas e racionalistas. O Positivismo dialogou com diversas outras correntes que circularam no Brasil na época como o Evolucionismo, o Naturalismo, o Urbanismo e o Sanitarismo, no contexto em que os problemas urbanos e de saúde pública se agravaram.

⁵⁶ Para saber mais ver: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). *Saneamento básico em Belo Horizonte, trajetória em 100 anos, os serviços de água e esgotos: Os Sanitaristas e Belo Horizonte: Percursos na Engenharia Sanitária*. Belo Horizonte: FJP, 1997.

⁵⁷ Idem; VIANNA, Newton dos Santos. *Belo Horizonte: seu abastecimento de água e sistema de esgotos 1890 - 1973*. Belo Horizonte, 1997.

⁵⁸ Segundo Martins, a administração pública de Minas Gerais contratou absorveu cerca de oitenta mil pessoas entre 1899 e 1930. MARTINS FILHO, Amílcar, V. *O Segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)*. Belo Horizonte: Crisalida, 2009.

melhoramentos em relação a esses temas. Para isso, era preciso colher “provas documentais, dados estatísticos, tradição oral, etc.”⁵⁹

As qualidades *naturais* de salubridade de cada terreno, ou seja, a situação do solo e do subsolo, o clima, a presença de pragas, de doenças e bactérias infectocontagiosas, se referiam à situação do sítio no momento do estudo, antes da intervenção modernizadora da construção da nova urbe. Isso já demonstra a necessidade, por parte dos técnicos, de conhecer minuciosamente e documentalmente o meio biofísico para depois propor os *melhoramentos* possíveis para esse meio. Aqui já temos indícios da necessidade de instrumentalizar e *melhorar* a natureza em benefícios da modernidade e da urbe pretensiosamente racional e sanitária que viria a ser construída. Esse desejo, característico de uma construção social relacionada a natureza por parte do pensamento tecnicista dos engenheiros do século XIX, já se fazia presente desde os objetivos norteadores da CELINC.

As instruções continuam com os itens número 2 e 3 e indicam que era preciso, respectivamente, se dedicar ao abastecimento abundante de água potável e os esgotos e conveniente escoamento das águas pluviais. Para o abastecimento do líquido, questão de grande relevância para os ideais urbanistas sanitaristas da época, a Comissão deveria examinar os mananciais que poderiam ser aproveitados para o abastecimento “não só quanto ao volume e qualidade das águas, mas também quanto à altura disponível”. Esses estudos já deveriam indicar os meios de conduzir e distribuir o líquido levando em consideração a menor despesa possível para execução das obras.⁶⁰

Em relação aos esgotos, o escoamento das águas pluviais e a drenagem dos solos, a Comissão foi incumbida de indicar o processo preferível para o esgotamento sanitário “quer despejando suas águas, depois de convenientemente purificadas e desinfectadas, em rio que se preste a recebê-las, quer aplicando-as à irrigação de campos”, na qual poderia passar por processos químicos para seu tratamento pela terra.⁶¹ As análises deveriam considerar prioritariamente o tratamento das águas residuais, algo em consonância com o sanitarismo em voga na época.

⁵⁹ MINAS GERAIS. *Relatório da Comissão das localidades indicadas para a nova capital (CELINC). Relatório do Engenheiro chefe da Comissão*. Anexo I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, p.3.

⁶⁰ Idem, p.4.

⁶¹ Idem.

O estudo em relação a distribuição de água foi o segundo objetivo da CELINC, antes do escoamento sanitário, que foi o terceiro. Indubitavelmente, as condições prévias para a instalação das redes sanitárias foi tema central para os trabalhos técnicos para a definição do local para a instalação da capital. Curiosamente, apesar da ordem não significar necessariamente que um seria mais importante que o outro, a política belo-horizontina priorizou o abastecimento do líquido em detrimento da rede de esgotos desde os trabalhos da CCNC, característica que permaneceu em todo o período cronológico estudado.

A CELINC deveria investigar ainda as “facilidades oferecidas para a edificação e construção em geral”, como 4º objetivo. Para isso, a análise se daria nas “pedreiras, jazidas de barro, caieiras, depositas de areias e matas que houver nas cercanias”. Caso esses elementos fossem insuficientes para as exigências em larga escala impostas pela nova urbe, era preciso indicar os meios de se obter os materiais levando em consideração as condições econômicas para tanto.⁶² O 5º objetivo compreendia na “garantia de um farto abastecimento dos produtos da pequena lavoura indispensáveis ao consumo diário”, para isso era necessário analisar a fertilidade do solo, bem como a possibilidade de se instalar lavouras para o abastecimento de gêneros alimentícios para a cidade.⁶³ Estes dois objetivos também explicitam a necessidade do detalhamento de elementos do meio físico da localidade e as condições para a sua utilização nas obras e na futura cidade. A Comissão deveria ainda analisar a iluminação pública e particular, 6º objetivo, as condições topográficas em relação à livre circulação dos veículos e ao estabelecimento de carris, 7º objetivo, a ligação ao plano geral da viação estadual, 8º objetivo, e, como objetivo derradeiro, a despesa mínima possível a ser despendida pelas obras.⁶⁴ Esses objetivos ambiciosos deveriam ser cumpridos nos estudos da CELINC em um prazo exíguo de 5 meses.

Aarão Reis coordenou os trabalhos que resultaram em um minucioso relatório com aproximadamente 490 laudas. O dossiê continha plantas, relatórios, análises de amostras, gráficos, mapas, tabelas e esboços de projetos que levaram em consideração a possibilidade de edificar uma cidade de 150 a 200 mil habitantes. Reis, na elaboração do documento, teve preocupação em cotejar as localidades e fornecer ao congresso os dados

⁶² Idem.

⁶³ Idem.

⁶⁴ Idem.

e suas conclusões técnicas. A própria construção do relatório e a sua apresentação gráfica pretendia apresentar os estudos de forma imparcial e comparativa, com abundância de dados que subsidiaram as conclusões da CELINC.⁶⁵

A atenção a salubridade dos sítios, bem como ao saneamento da cidade a ser edificada foi central em todo o documento. No item “Esgoto geral de imundícias, matérias fécaes e águas servidas e pluviais”, Reis, em consonância com ideais do movimento sanitário,⁶⁶ expôs a preocupação em retirar a imundície de fora da urbe. Dessa forma, “não bastaria que toda a massa de imundícies produzidas pela vida diária seja fácil e prontamente transportada para fora”. Simplesmente transportar as sujidades para algum lugar nas circunvizinhanças da cidade prejudicaria os habitantes dessas regiões e traria perigo de se desenvolverem “moléstias que, irradiando-se pela propagação, vão assolar a própria cidade que se procurou sanear”. Era preciso planejar um sistema de saneamento completo, no qual o “saneamento interno deveria ser contemplado pelo saneamento externo”. Reis chamou de saneamento interno os sistemas de esgotos e coleta de lixo, já o saneamento externo referia-se ao tratamento dos dejetos. O lixo deveria ser colhido diariamente nas edificações e nos logradouros públicos, nas primeiras horas do dia, para depois ser transportado em “*carrocinhas fechadas*” e incinerado em fornos específicos longe do centro povoado.⁶⁷

Em relação aos esgotos, o engenheiro chefe utilizou-se de literatura francesa da época, em particular do médico Jules Arnould e do engenheiro P. Pignant, para justificar sua preferência ao sistema *tout à l'égout*, ou, como o próprio denominou, tudo ao esgoto (mais comumente conhecido como sistema unitário).⁶⁸ Quanto ao tratamento, as águas servidas poderiam ser, após sua desinfecção, despejadas em rio caudaloso ou depuradas pela terra para possível utilização como fertilizante como era comum na Europa.⁶⁹ Todavia, as localidades estudadas não contavam com a área necessária para a implementação desse modelo, por isso a Comissão cogitou a possibilidade de lançamento

⁶⁵ MINAS GERAIS, (CELINC), 1893, p.10.

⁶⁶ SNOWDEN, Frank. The Sanitary Movement and the "Filt Theory of Disease". In: *HIST 234 - Epidemics in Western Society Since 1600*. Lecture 11. Open Yale Courses, 2010. Transcript. Disponível em: <https://oyc.yale.edu/history/hist-234/lecture-11>. Acesso em: 10 abr. 2023.

⁶⁷ MINAS GERAIS (CELINC), 1893, p.55-56.

⁶⁸ Esse sistema consiste, simplificada, na coleta dos esgotos pluviais, domésticos e industriais em um único coletor.

⁶⁹ MINAS GERAIS (CELINC), 1893, p.55-56.

do esgoto diretamente nos rios sem qualquer tipo de tratamento.⁷⁰ Segundo Reis, em cada um dos sítios estudados havia “um rio caudaloso que, sem inconveniente, pode receber e depurar as águas de esgotos diluindo, em grandes massas d’água puras e muitas agitadas por quedas repetidas, as matérias sólidas que forem acarretadas”.⁷¹

Para cada uma das localidades pré-definidas, a Comissão produziu relatórios assinados pelo técnico responsável por cada sítio.⁷² Reis explica que esta divisão seria a melhor forma de cumprir com o prazo de 5 meses, pois cada uma das regiões seria analisada simultaneamente para depois serem comparadas por ele com o objetivo de apurar qual delas ofereceria o “melhor conjunto de condições *naturaes*” para o estabelecimento da nova capital.⁷³ Segundo o engenheiro chefe, o relatório seria um trabalho preliminar que exigiria maior detalhamento posterior. Pela dificuldade de realizar tamanha tarefa no “prazo limitadíssimo” e sem verbas que permitissem a contratação de auxiliares técnicos, não era “materialmente possível fazer mais, nem melhor”.⁷⁴ A CELINC, em suas conclusões, rejeitou as regiões de Barbacena e Paraúna e Juiz de Fora.⁷⁵ A escolha, portanto, se limitaria a dois sítios: Várzea do Marçal e Belo Horizonte por terem apresentado as melhores condições topográficas, de abastecimento de água e para a construção das redes de esgotamento sanitário.⁷⁶ A Comissão fez

⁷⁰ Segundo Botelho, a conclusão de Reis sobre a possibilidade de lançamento de esgotos nos rios sem tratamento prévio foi superficial. A obra citada de Jules Arnould, citada por Reis, dialoga com outros estudos da época da França, Inglaterra e Alemanha, foi escrita no ano de 1881. O médico elenca o lançamento de esgotos nos rios ou no mar como possível processo utilizado para a sua depuração, mas também debateu sobre os malefícios dessa prática a partir de dados, principalmente da Alemanha que já contava com leis regulamentando a poluição dos cursos d’água ao final dos anos 1870 (BOTELHO, Danilo. *Belo Horizonte underground: os sistemas de saneamento e as canalizações dos cursos d’água na nova capital de Minas Gerais*. 2018. 245f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018, f.68-75).

⁷¹ MINAS GERAIS (CELINC), 1893, p.55-56.

⁷² O engenheiro José de Carvalho Almeida foi o responsável por Várzea do Marçal, Samuel Gomes Pereira foi o responsável por Belo Horizonte, Manoel da Silva Couto ficou encarregado pela análise da cidade de Barbacena; Eugênio de Barros Raja Gabáglia para Juiz de Fora; e Luiz Martinho de Moraes para Paraúna. A CELINC contava ainda com Urquiza Nina, auxiliar administrativo, e Michel Dessens, Aristides de Oliveira, Pedro Noel Sicard, João de Almeida e Luiz Castanhede como auxiliares técnicos. Francisco Furtado Nunes foi o auxiliar de escrita. Os trabalhos foram acompanhados pelo médico higienista José Ricardo Pires de Almeida que deveria averiguar as condições sanitárias de cada uma das localidades. Os engenheiros politécnicos da CELINC tiveram cinco meses para analisar condições de salubridade, as águas, a topografia, o solo, o subsolo, dados meteorológicos, abastecimento alimentar, sugerir soluções para abastecimento d’água e o esgotamento sanitário. Além disso, deveriam atentar para a comunicação com o restante do país e se preocupar com as matérias primas para a obra a ser executada viabilidade de comunicações, disponibilidade de materiais para a construção.

⁷³ MINAS GERAIS (CELINC), 1893, p.10.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Barbacena e Paraúna foram rejeitadas, primordialmente, pela escassez de recursos hídricos e pela ausência de superfícies planas. Juiz de Fora teve como ponto desfavorável a sua localização afastada do centro do território do estado.

⁷⁶ FJP, 1997, p.30; MINAS GERAIS (CELINC), 1893, p.76.

descrições detalhadas do meio biofísico das regiões, com o detalhamento de elementos considerados insalubres, a identificação de problemas para a urbanização e as alternativas para solucioná-los.

A análise da qualidade das águas e da possibilidade do seu aproveitamento para distribuição, um dos objetivos de maior destaque no trabalho dos técnicos, teve bons resultados em Várzea do Marçal e em Belo Horizonte. Os estudos relacionados ao líquido se basearam, primordialmente, na quantidade de resíduos e de matéria orgânica presentes nas amostras.⁷⁷ Apesar de, no seu parecer, Reis reconhecer que análises bacteriológicas elucidariam “muito mais todas das questões que pode suscitar a composição das águas”⁷⁸ a Comissão não fez exames dessa natureza, com exceção da análise de Juiz de fora conduzida por Raja Gabaglia. Isso pode ser explicado pela limitação do orçamento, ou por alguma reminiscência do uso da teoria miasmática ainda presente na literatura durante a formação de Reis.⁷⁹

Samuel Gomes Pereira foi o responsável por Belo Horizonte. Em relação ao abastecimento de água concluiu que as análises prévias das águas dos córregos Acaba Mundo, Serra, Cercado e Cercadinho indicavam que elas poderiam ser utilizadas sem “filtragem preventiva” devido à sua pureza. O engenheiro descreveu a hidrografia abundante da região, capaz de atender as necessidades de 400.000 habitantes com consumo de 300 litros de água por dia, e apontou a possibilidade da utilização de outros afluentes do Ribeirão Arrudas, além da captação do ribeirão dos Macacos, em Nova Lima, e da Pantana, em Ibitiré.

O Ribeirão Arrudas poderia abastecer *fartamente* a futura cidade, mas não havia a necessidade de “aproveitá-lo desde logo”. Seria conveniente deixá-lo para receptáculo das águas de esgoto, “enquanto a aglomeração da população não exigir que sejam estas levadas diretamente ao Rio das Velhas”. A CELINC cogitou a utilização dos rios como depuradores das águas de esgoto, sem a necessidade de tratamento prévio, se o volume de detritos fosse até 100 vezes menor do que o rio. Nessa premissa, o Arrudas poderia ser aproveitado para depurar o esgoto enquanto a população não excedesse 30.000 habitantes.

⁷⁷ Sobre a análise das águas pela CELINC ver: TEDESCHI, 2022.

⁷⁸ MINAS GERAIS (CELINC), 1893, p.49.

⁷⁹ Segundo Tedeschi: “Na avaliação físico-química, portanto, Reis se apoiou na dosagem de matéria orgânica como critério de potabilidade das águas. Quanto maior a concentração de matéria orgânica, maior a ocorrência do processo de putrefação, do qual se originariam as perigosas partículas, os miasmas” (TEDESCHI, 2022, p.65).

Pereira apresentou outras propostas preliminares de sistemas de esgotamento sanitário com o devido tratamento das águas servidas.⁸⁰ Uma opção seria o sistema unitário (*tout a l'égout*) que recolheria, na mesma tubulação, as águas servidas e pluviais para depois serem depuradas (mas, discordando de Aarão Reis, o engenheiro responsável pelo arraial de Belo Horizonte desaconselhou o modelo). Pereira descartou ainda um sistema baseado nos esgotos modernos parisienses devido à declividade do terreno, o que demonstra como a realidade local impactaria decisivamente os projetos de redes sanitárias. Outras possibilidades incluíam: o sistema separador absoluto, no qual há uma rede de coletores para o esgoto e águas pluviais; o sistema diferenciador, que consiste em uma rede pneumática para evacuação das matérias fecais e outra para as águas servidas e pluviais; e, por último, o sistema Berlier, que apresentava a vantagem dos aproveitamentos dos resíduos que se transformariam, depois de devido tratamento, em adubo.

Os estudos coordenados por Aarão Reis pautaram a discussão política em torno da mudança da capital e demarcaram o espaço do conhecimento técnico, de ideais sanitaristas e urbanistas no vocabulário político mineiro.⁸¹ Dessa forma, o Relatório é uma espécie de manifesto técnico, pois ele possui uma estratégia de convencimento em sua narrativa, com descrições e proposições de melhoramentos a partir de uma ótica progressista. O documento se colocou em oposição a bairrismos e decisões pautadas sem a devida fundamentação científica. O Relatório trouxe a defesa de uma suposta imparcialidade técnica e estabeleceu um novo formato para a incorporação do discurso técnico-científico no jogo político e na estrutura administrativa do Estado. Aarão Reis tinha clareza da importância dos trabalhos da CELINC e do alcance que tal empreitada poderia atingir. Esse fato pode de ser comprovado pela defesa antecipada a possíveis críticas relacionadas aos estudos, na forma como detalhou cada localidade, em comentários relacionados ao Congresso e no tom lisonjeiro que tratou o poder executivo de Minas Gerais. Além disso, Reis apresentou o estudo, realizado com prevalência racional, *positiva* e científica, como um empreendimento bem-sucedido graças ao emprego de profissionais escolhidos por “notória competência e provada dedicação pelo serviço público” que conseguiram concluir uma tarefa imensa mesmo com a “deficiência desesperadora do tempo” e limitações orçamentárias. Nas páginas do dossiê produzido pela Comissão percebemos a devida noção do pioneirismo do trabalho, do desbravamento

⁸⁰ MINAS GERAIS (CELINC), 1893, p.44.

⁸¹ TEDESCHI, 2022, p.123.

e descrição de sítios desconhecidos, alguns deles “onde nada havia ainda feito que servisse ao menos de ponto de partida”, e do desejo de conhecer o meio biofísico para transformá-lo em prol da futura cidade.⁸²

O documento é abrangente, uma apologia da técnica, mas, apesar de se colocar como isento e alheio a qualquer opinião que não partisse da objetividade científica, não se acanhou em se posicionar com consciência do jogo de interesses políticos de Minas Gerais. Reis sabia que caberia ao Congresso a decisão final e, em sua conclusão, fez “os mais ardentes votos para que o futuro confirme a escolha que for decretada, embora divirja a decisão suprema do Congresso Legislativo das indicações que ofereço como resultado do meu estudo comparativo, e baseado nos dados positivos reunidos pelos meus distintos colegas”.⁸³ Essa clareza também está exposta pelo médico da Comissão, José Ricardo Pires de Almeida. Ele afirmou ter descrito e classificado as localidades “unicamente sob a preocupação higiênica, pelo confronto das vantagens sobre os inconvenientes”. Com isso, o médico acreditava “ter disposto de elementos capazes de me proporcionarem afirmações acertadas”. Em seguida, em tom elogioso ao legislativo mineiro, Almeida reconheceu nessa instância a possibilidade de suprir as deficiências do seu parecer, principalmente relacionadas ao prazo diminuto. Pois, se cometeu algum erro, “o Congresso Mineiro, que conta em seu seio com ilustrações em todos os ramos da atividade humana, suprirá com a sua capacidade” as limitações dos seus estudos comparativos.⁸⁴

Os estudos da CELINC evidenciam uma nova forma do conhecimento técnico se impor na discussão política e vice-versa. Após a análise das discussões do Congresso mineiro e dos relatos dos membros da Comissão, ficou evidente que o uso de técnicos nos processos de decisão política trazia benefícios para os dois lados. Enquanto o discurso político era revestido por cientificidade, ampliando seu campo de atuação, os técnicos, como os engenheiros e médicos, conquistaram espaço profissional, político e social na República nascente.⁸⁵

As supostas fronteiras entre técnica e política, portanto, são difusas e fluidas ou inexistentes. O saber científico ganhou projeção, passou a ser a palavra balizadora, que

⁸² MINAS GERAIS (CELINC), 1893, p.10.

⁸³ Idem, p.11.

⁸⁴ MINAS GERAIS (CELINC), 1893, anexo F, p.3.

⁸⁵ TEDESCHI, 2022, p.123.

não poderia ser confrontada sem o devido rigor, ou sem discussões elaboradas. Os técnicos projetaram-se na sociedade e na vida política e se inseriram com destaque na administração pública. Todavia, aspectos políticos e fisiológicos ainda se sobressaíam, fato que pode ser comprovado pelas discussões que seguiram a divulgação do Relatório, incluindo elogios e críticas da imprensa e de congressistas ao documento coordenado por Reis. A partir da publicação do relatório da CELINC, dados espontâneos e sem referências não poderiam mais ser livremente utilizados na argumentação política em torno da mudança da capital. Entretanto, os debates no Congresso entreveem formas de distorcer os argumentos técnico-científicos. Por meio de argumentações que partiam dos estudos produzidos pela Comissão, seu conteúdo foi subvertido e adaptado de acordo com as paixões do debatedor. Esse fato exemplifica que a atuação dos especialistas no seio dos interesses políticos era também conflituosa e, em muitas oportunidades, os técnicos foram derrotados, alijados, ou renunciaram a suas convicções.

O executivo do estado de Minas Gerais recebeu o parecer de Aarão Reis que apontou Várzea do Marçal como a melhor localidade devido à existência de estradas de ferro e maior quantidade de terrenos devolutos. As obras nesse sítio seriam menos dispendiosas que no arraial de Belo Horizonte, onde seria necessário construir ramal ferroviário de 15 quilômetros para integração à Estrada Central do Brasil. Antes mesmo dos debates iniciarem no Congresso, o parecer de Aarão Reis foi publicado no jornal *O Pharol* em 04 de julho de 1893 e tornou-se tema dos principais jornais do Estado.

O Relatório foi encaminhado para o Parlamento Mineiro no dia 7 de julho de 1893 e recebido pelo senador Bias Fortes que convocou sessão do Congresso para tomar a decisão em 4 dias.⁸⁶ Foi formada comissão mista de senadores e deputados mineiros para estudar o documento, todavia o prazo para decisão foi questionado e os ânimos políticos voltaram a se acirrar.⁸⁷ Os antimudancistas de Ouro Preto se articularam e os deputados e a imprensa de cada uma das regiões envolvidas protagonizaram debates que iam desde

⁸⁶ MINAS GERAIS. Congresso Mineiro. *Anais do Senado Mineiro: Ata da 48ª sessão ordinária, 3 de julho de 1893: Terceira Sessão da Primeira Legislatura, no ano de 1893*. Ouro preto: Imprensa Oficial, 1893, (coluna 2), p.220.

⁸⁷ A Comissão era composta pelos senadores Carlos Ferreira Alves, Manuel Eustáquio Martins de Andrade, João Nepomuceno Kubitschek e pelos deputados Otávio Esteves Otoni, Eduardo Augusto Pimentel Barbosa, Camillo Filinto Prates e Francisco Antônio de Sales.

o questionamento de elementos do Relatório da CELINC, quanto a denúncias de especulação imobiliária.⁸⁸

A tensão, que incluiu ameaças de atentados a bomba, provocou a instalação do Congresso extraordinariamente em Barbacena somente no final do mês de novembro.⁸⁹ O parlamento foi palco de intensas discussões com a divisão dos membros em bancadas regionais que apoiavam Várzea do Marçal, Belo Horizonte ou nenhuma das duas localidades.⁹⁰ Os debates se deram primordialmente em torno dos trabalhos da CELINC, na comparação com visitas realizadas pelos próprios congressistas *in loco*, além de estatísticas e relatos de médicos e de profissionais locais. Costa Sena, por exemplo, engenheiro antimudancista, criticou elementos técnicos do relatório e desqualificou a metodologia utilizada para a aferição da potabilidade das águas de Belo Horizonte. Segundo o congressista, “estas águas não podem servir tendo em vista que ultrapassaria o limite de matérias orgânicas admitido pelo conselho de higiene em França, onde há químicos e médicos notabilíssimos”.⁹¹ Em outros momentos, as conclusões de Aarão Reis foram exaltadas quando havia dados positivos em relação ao sítio de predileção do político, ou criticadas quando o parecer elencava pontos negativos da mesma localidade.⁹² Houve ainda a tentativa de esmiuçar possíveis contradições entre os membros da Comissão e insinuações de predileções políticas de Aarão Reis.⁹³

Em todos os momentos, o Congresso debateu, largamente, os elementos do meio biofísico. A condição dos solos, das águas, a existência de pântanos, de doenças como

⁸⁸ Segundo Guilherme Nunes de Avelar Neto, a região no entorno da nova capital poderia ser beneficiada com novos investimentos, especialmente públicos. Isso se deve ao incremento da arrecadação fiscal dos estados promovido pela Constituição Federal de 1891. Anteriormente, a renda nacional era concentrada no governo imperial, que repassava o recurso aos estados. A Constituição da nova República criou impostos estaduais e deu autonomia para os estados empenharem seus recursos próprios. A decisão sobre a aplicação desses recursos seria discutida na nova sede do poder. Hoje, a arrecadação de cada estado é prefixada em lei, quando se discutia a transferência da capital não havia legislação consolidada. Além disso, o mercado local se animou com a possibilidade de investimentos diretos para a construção da cidade e pelos novos loteamentos que surgiram (NETO, 2010).

⁸⁹ A Câmara Municipal de Ouro Preto pleiteou junto ao Congresso a caducidade do texto constitucional que determinava a mudança da capital, mas foi rejeitado no dia 29/11/1893 (NETO, 2010, p.372).

⁹⁰ Infelizmente não será possível detalhar melhor os ricos debates dos congressistas para a escolha da capital devido ao amplo recorte da tese, todavia o tema é muito bem debatido no capítulo 2 e 3 intitulado “Os Usos e Apropriações do Relatório da Comissão de Estudo das Localidades” da tese de Denise Tedeschi e no trabalho Ciclonos e macaréus (2022, p.357-659), coordenado por Guilherme Nunes Avelar Neto no pró-memória da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

⁹¹ Segundo Costa Sena, a quantidade de matérias orgânicas admitida pelo Conselho de Higiene da França era: para águas potáveis de dois miligramas a três por litro, quatro para as águas suspeitas. E as águas do ribeirão das Águas Limpas contém oito! E isto está bem confirmado no relatório do Sr. Dr. Aarão Reis. (MINAS GERAIS, 1893, p.120).

⁹² TEDESCHI, 2022. p.126.

⁹³ MINAS GERAIS, 1893, p.101, coluna 2; p.102, coluna 1.

malária foram pautas dos congressistas. Um exemplo foi o pronunciamento de Gomes Freire sobre sua visita em Várzea do Marçal: “de certo ponto em diante, comecei a observar sinais de pântano. E para confirmar minhas asserções, para mostrar que a malária ali costuma aparecer, bastaria citar as palavras de um distinto médico que em São João clínica há muitos anos, o doutor Cornélio Milward.”⁹⁴ Freire ressaltou a necessidade de se instalar uma cidade higiênica em local com melhor condições para tal empreitada:

A higiene moderna, é certo, não recua diante de obstáculo algum, com os recursos de que dispõe; e, com dispêndios verdadeiramente fabulosos, ela, que já não conhece os impossíveis, seria capaz de operar verdadeiras maravilhas de saneamento, ao que afirma o próprio relatório que serve de base aos meus argumentos.⁹⁵

A votação para a definição da localidade durou três turnos, os dois primeiros vencidos por Várzea do Marçal. No turno derradeiro, apoiadores de Paraúna e os de Ouro Preto votaram em Belo Horizonte, que foi escolhida por pequena margem, 30 votos a favor e 28 contrários. Abílio Barreto defendeu a tese de que um dos motivos dos votos dos ouropretanos em Belo Horizonte foi a dúvida da possibilidade de edificar naquele local uma nova cidade em tão pouco tempo. Para os representantes antimudancistas, em “um arraial tão pobre, sem estrada de ferro, desprovido de tudo, seria materialmente impossível realizar-se o gigantesco empreendimento” no prazo diminuto.⁹⁶ Todavia, houve intensa negociação política para conseguir votos para a região de Belo Horizonte, com a participação do executivo, promessas e articulações típicas de decisões legislativas importantes. Outro fator primordial foi a localização geográfica próxima à Ouro Preto, facilitando a adesão antimudancista.⁹⁷

Após polêmicas, negociações e discussões que tiveram um documento técnico como referência, o Congresso definiu a edificação da Nova Capital de Minas Gerais no singelo arraial de Belo Horizonte, parte do município de Sabará. Em 17 de dezembro de 1893, a Lei Adicional nº 3 trouxe as regras para tal empreendimento, nas quais, segundo o artigo 3º, dever-se-ia “estabelecer em regulamento os planos, condições higiênicas e arquitetônicas que devem presidir às edificações”. Os serviços de abastecimento de água

⁹⁴ Fala de Gomes Freire ver: MINAS GERAIS, 1894.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ BARRETO, 1995, p.432.

⁹⁷ NUNES, Silvia Alexim. *Medicina Social e Regulação do Corpo Feminino*. 1972. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982. p.630-649.

e de esgotos poderiam ser concedidos a iniciativa privada desde que autorizados pelo Congresso. O assunto, enfim, foi devolvido ao poder executivo que deveria, em quatro anos, construir a nova cidade.⁹⁸

Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC)

Em 14 de fevereiro de 1894, o governo mineiro criou a Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), por meio do Decreto número 680, com a chefia de Aarão Reis. O Presidente de Minas Gerais Afonso Pena investiu na Comissão autonomia administrativa. Sua composição contava com uma elite técnica para a execução dos trabalhos no prazo de 4 anos. A área destinada à Cidade de Minas consistia no arraial de Belo Horizonte e seu entorno, um território de aproximadamente 51km². A CCNC deveria planejar, mapear, cadastrar, desapropriar, propor o zoneamento da nova urbe, além de planejar as redes sanitárias, as edificações públicas e os serviços básicos iniciais de uma cidade que deveria abrigar cerca de 200.000 seguindo os padrões mais recentes do urbanismo e do sanitário.

Segundo o referido decreto, a CCNC a deveria “obedecer às mais severas indicações e exigências modernas de higiene, conforto, elegância e embelezamento”.⁹⁹ O mesmo regulamento organizou o seccionamento da CCNC em seis divisões de serviço.¹⁰⁰ Dentre elas, a 5ª Divisão era a responsável pelo planejamento e execução das redes de distribuição de água, de esgotamento sanitário, de canalização das águas pluviais, além da “modificação do regime dos cursos d’água e às drenagens”.¹⁰¹ Reis escolheu o engenheiro Caetano César de Campos para coordenar a divisão que contava com duas seções: A 1ª Seção, coordenada por Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, ficou responsável pelo abastecimento e pela *modificação* dos cursos de água. Já a 2ª, chefiada por Eugênio Raja Gabaglia, era a responsável pela rede de esgotos, pela canalização das águas pluviais e pela drenagem do subsolo.

⁹⁸ MINAS GERAIS. Lei Adicional nº 3, de 17 de dezembro de 1893. Comissão Construtora da Nova Capital. *Revista Geral dos Trabalhos*. Rio de Janeiro, v. II, abr. – ago. 1895.

⁹⁹ MINAS GERAIS. Decreto estadual nº 680, de 14 de fevereiro de 1894. Regula o Disposto no Art. 2º da Lei nº 3 de 17 de dez. de 1893, Adicional À Constituição do Estado. In: *Coleção das Leis e Decretos de Minas Gerais*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1894, col. 1, p.118.

¹⁰⁰ 1ª Administração central; 2ª Contabilidade; 3º Escritório técnico; 4º Estudo e preparo do solo; 5º Estudo e preparo do subsolo; 6º Estudo e preparo da viação, das edificações, das instalações elétricas e mais trabalhos acessórios.

¹⁰¹ Idem.

A CCNC contou com amplos poderes na condução do processo de planejamento e construção da nova cidade, competindo-lhe a gestão administrativa, contábil e técnica do empreendimento. Havia a pretensão de planejar e inaugurar uma cidade moderna, sanitária e progressista que seguiria a racionalidade técnica na sua organização. Entretanto, a muito bem documentada trajetória da CCNC foi sinuosa.¹⁰²

A minuciosa produção documental foi elemento marcante do funcionamento da Comissão. Por isso, o conjunto de documentos que ela gerou é diverso e volumoso. O acervo é composto por documentos textuais, como notas de pagamento, ofícios, atos normativos, cadernetas de campo, projetos e pesquisas. São abundantes ainda os documentos cartográficos, como projetos sanitários, planos da cidade, projetos de edifícios públicos, mapas, projetos de praças e parques; e iconográficos, como fotografias.

Apesar do objetivo pragmático na preservação dos documentos, advindo do tecnicismo que demandava a produção de registros, parte do acervo documental produzido pela CELINC e pela CCNC entreveem a prática deliberada de produzir registros que poderiam contribuir, também, para a criação de uma memória celebrativa de suas ações. Essa hipótese é corroborada por práticas de produções de documentos para divulgação dos feitos, como a *Revista Geral dos Trabalhos*,¹⁰³ e na existência de um Gabinete Fotográfico na estrutura da CCNC. Como outras cidades do país e do mundo, Belo Horizonte e seus administradores públicos utilizaram-se da fotografia como forma de produção de representações das urbes modernas. Esse acervo imagético teve outro objetivo prático: angariar apoio ao empreendimento ao redor do Estado de Minas Gerais, pretendia-se divulgar os ideais de modernidade que nortearam a concepção da cidade, bem como demonstrar aspectos vitais da ideologia por trás do empreendimento, como a construção de uma cidade racional, limpa e moderna.¹⁰⁴

¹⁰² AGUIAR, 2006; FJP, 1997.

¹⁰³ Publicação periódica da CCNC feita para divulgar os trabalhos técnicos. MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. *Revista Geral dos Trabalhos*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts, 1895. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242462>. Acesso em: 08 abr. 2023.

¹⁰⁴ A Comissão foi extinta em 3 de janeiro de 1898 pelo Decreto estadual nº 1.093. (MINAS GERAIS. *Decreto estadual nº 1093, de 3 de janeiro de 1898*. Declara Extinta a Comissão Construtora da Nova Capital e dá Providências para a Continuação das Obras em Andamento. Decreto estadual nº 1093, de 3 de janeiro de 1898. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 03 de jan. 1898). Suas funções foram divididas e absorvidas pelas instâncias administrativas estaduais e municipais e seu acervo documental, guardado com cuidado pela própria comissão, se dispersou por diferentes órgãos da administração pública. O acervo em questão está fisicamente disperso entre o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), o Arquivo Público Mineiro (APM) e o Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB). Todavia,

A intencionalidade da CCNC em produzir e preservar o acervo serviria, também, para sua própria defesa. Havia debates em torno dos projetos da cidade a ser construída, além disso, o campo do conhecimento da engenharia era marcado por controvérsias e disputas acirradas. A Comissão pretendia criar um conjunto de documentos minucioso para registrar todas as escolhas técnicas e suas respectivas justificativas como uma medida de acautelamento. Posteriormente, o acervo serviria como prova documental para defesa dos membros da CCNC contra eventuais críticas ou acusações levantadas por seus opositores. Outro objetivo do acervo era o de promover a nova urbe e solidificar, desde o processo de sua construção, uma imagem de cidade capital do estado, principalmente por meio dos periódicos e jornalistas que acompanharam os trabalhos técnicos.¹⁰⁵

A ampla documentação sobre a CELINC e da CCNC, assim como outros exemplos de reformas urbanas no continente latino-americano a partir da segunda metade do século XIX¹⁰⁶, demonstram como estudos europeus, como os de urbanismo e sanitarismo, se amalgamaram com a expertise técnica e as especificidades das realidades locais. É, portanto, impreciso trabalhar com os projetos sanitaristas de Belo Horizonte, bem como o seu projeto urbanístico, na chave da influência de vertentes originadas nos chamados “grandes centros”, como nos alertou Gorelik.¹⁰⁷

Segundo o urbanista, existe uma simplificação largamente utilizada pela literatura sobre os projetos de modernização urbana latino-americanos entre o final do século XIX e os anos 1930. Esses processos são comumente analisados a partir da noção de *influência*. Esses empreendimentos são diminuídos como meras *haussmanizações* das cidades, ou como uma espécie de *importação de modelos*. Esse tipo de análise, ainda comum, nos impede de esmiuçar os projetos de cada cidade e compará-los com as suas execuções e com as singularidades de cada caso. As ideias urbanísticas em voga no continente europeu se mesclaram a práticas e ideologias locais e foram adaptadas às

existe banco de dados do “Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital”, com parte considerável do acervo disponível para consulta online.

¹⁰⁵ Ver: AGUIAR, 2006; DIAS, José Luciano de Mattos. Engenheiros. In: GOMES, Ângela M. de Castro. (org.) *Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994; GOMES, Maria do Carmo Andrade de. *Mapas e mapeamentos: dimensões históricas: as políticas cartográficas em Minas Gerais (1850-1930)*. 2005.435f. Tese (doutorado em História) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2005; TEDESCHI, 2022.

¹⁰⁶ Sobre as reformas urbanas do séc. XIX na perspectiva da História Ambiental Urbana ver: PALACIO CASTAÑEDA, 2012.

¹⁰⁷ GORELIK, 2007.

condições específicas, sociais e físicas de cada localidade, como exemplificado pela ação da Comissão Construtora.¹⁰⁸

No princípio, a CCNC dedicou-se em conhecer a região para implantar a capital. Para isso, ela mapeou o terreno e realizou o cadastramento e a desapropriação de fazendas e propriedades urbanas do arraial que ali existia. Nesse processo, as propriedades foram compulsoriamente vendidas ao Estado, por dinheiro ou em lotes na nova urbe. Outra ação inicial foi a de propor o zoneamento e a definição dos usos do solo e da rede viária da futura cidade. Para isso, a Comissão realizou atividades cartográficas acompanhadas de trabalhos de gabinete e estudos de todos os tipos que abarcavam a construção da rede geodésica e o levantamento da rede hidrográfica que subsidiaria os projetos para abastecimento de água¹⁰⁹ e esgotamento sanitário.¹¹⁰

Os trabalhos de levantamento foram minuciosos e incluíram descrições detalhadas do meio biofísico e das propriedades no terreno a ser totalmente transformado. No processo, a Comissão produziu mais de 600 Cadernetas de Campo, disponíveis para consulta no Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB). Estes documentos incluem os dados detalhados dos terrenos, do solo, análise dos ventos, dos córregos, das nascentes, dos lençóis freáticos, trabalhos relacionados ao cadastro do arraial e os estudos para linha férrea e rede de água. As imagens 01 e 02 referem-se, respectivamente, a trabalhos de campo realizados no ribeirão Arrudas e do Cercadinho. Demonstrem como as cadernetas são importantes para a apreensão da metodologia dos engenheiros na análise do meio biofísico e de como os técnicos imaginaram sua transformação por meio de croquis, cálculos, informações gerais e outras formas de representações gráficas das áreas estudadas ali contidas. As cadernetas representam o trabalho bruto, realizado *in loco*, dos técnicos antes de sua lapidação feita a posteriori. Todavia, embora possam, em alguns momentos, conter rasuras e se assemelhar a rascunhos, eram validadas como os outros documentos gerados pela Comissão, com numeração própria, datas e títulos específicos. As cadernetas, imprescindíveis para os trabalhos técnicos da comissão, evidenciam como

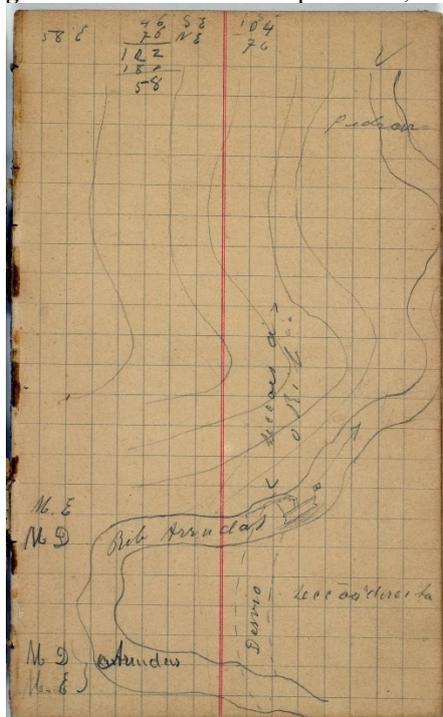
¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Esses estudos desenvolvidos pela 2ª seção da 4ª Divisão subsidiaram os projetos relacionados aos serviços de abastecimento de água. Para isso, foram utilizados também as plantas das fazendas que abrigavam os mananciais que poderiam ser aproveitados para o abastecimento.

¹¹⁰ GOMES, Maria do Carmo Andrade. O mapeamento cadastral do Curral del-Rei: arqueologia de um assentamento urbano de origem colonial. In: III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. *Anais [...]*. Ouro Preto, 2009.

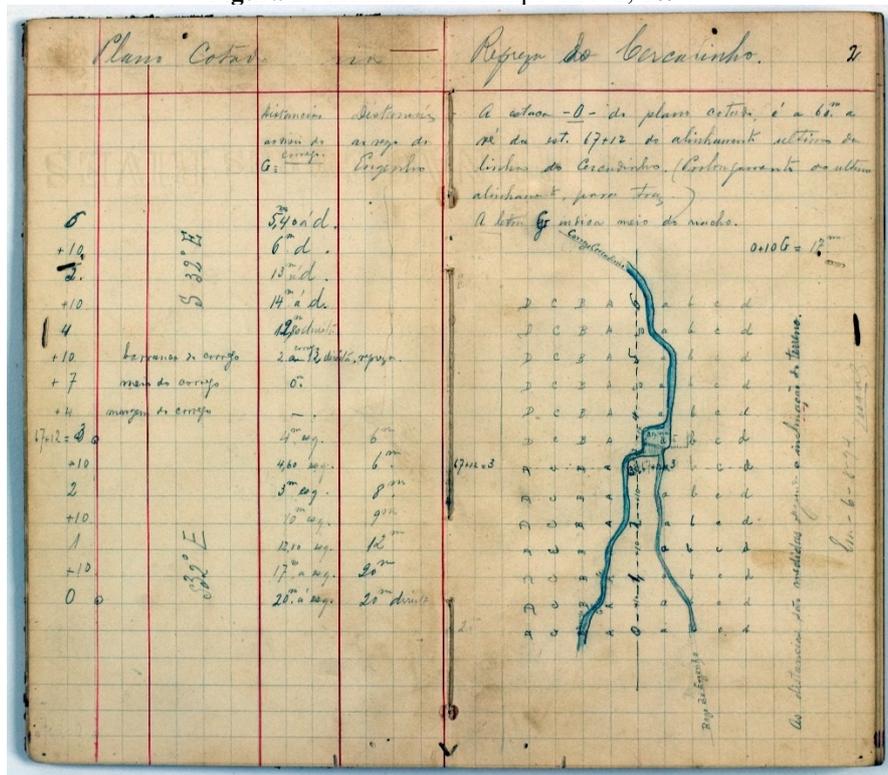
as condições locais foram minuciosamente analisadas e subsidiaram escolhas e adaptações de métodos para a distribuição de água e para o esgotamento sanitário.

Figura 1: Cadernetas de campo CCNC, 1894.



Fonte: Acervo MHAB.

Figura 2: Cadernetas de campo CCNC, 1894.



Fonte: Acervo MHAB.

Melosi demonstrou como as redes de saneamento modernas implementadas nas cidades norte americanas no século XIX responderam às necessidades e especificidades de cada local. Dessa forma, mesmo dialogando com estudos e técnicas recentes desenvolvidas no continente europeu, eram projetos americanos.¹¹¹ O caso de Belo Horizonte, assim como em exemplos analisados por Melosi, emergiu de uma concepção sobre o meio biofísico, difundida entre técnicos, sanitaristas e urbanistas do século XIX, que parte do desejo de instrumentalizá-lo. A concepção de controle e de modernização do ambiente, processo no qual o sanitarismo teria protagonismo, foi comum a várias cidades do século XIX, como assinalado por Dagenais e Durand em estudo sobre Montreal, Canadá. Essas autoras demonstraram como o meio biofísico foi modificado para se adaptar as demandas das sociedades urbanas. Nas cidades do continente americano, que surgiram ou foram replanejadas no final do XIX e no início do XX, acreditava-se que sanear a urbe e dominar sua *natureza* seriam condições indispensáveis para os projetos modernizadores. Além disso, uma cidade limpa e moderna proporcionaria uma “elevação moral” para os seus habitantes.¹¹²

A pretensa vontade de domínio sobre o que se convencionava a chamar de natureza, bem como sua instrumentalização e seu controle, são construções sociais da época em que a bandeira da modernização e do progresso eram erigidas frequentemente. Worster, ao analisar a história da ecologia, descreveu concepções relacionadas ao mundo natural na Europa e nos Estados Unidos nos séculos XIX e XX. Nesse momento é comum a exaltação da capacidade das sociedades em *controlar* e modificar o mundo natural por meio da tecnologia. Nesta concepção, preconiza-se retirar do meio biofísico o que é necessário para o desenvolvimento da técnica e do progresso. A natureza estaria ali, portanto, para servir as sociedades humanas.¹¹³

Outro exemplo estudado na perspectiva da História Ambiental é a região de Puebla. O século XIX na cidade Mexicana marcou a exploração das potencialidades hídricas da região em prol da urbe crescente e de atividades econômicas, como a indústria

¹¹¹ MELOSI, Martin V. *The Sanitary City: Environmental Services in Urban America from Colonial Times to the Present*. Abridged Edition. Pittsburgh, Pennsylvania: University of Pittsburgh Press, 2008.

¹¹² DAGENAIS, Michèle; DURAND, Caroline. “Cleansing, Draining, and Sanitizing the City: Conceptions and Uses of Water in the Montreal Region.” *The Canadian Historical Review*, v. 87, n. 4, p.621-651, dec. 2006.

¹¹³ WORSTER, Donald. *Nature's economy: a history of ecological ideas*. Cambridge: Cambridge University Press. 1985.

têxtil. Segundo Molina, os humanos organizados em sociedade, independentemente da sua formação social e período cronológico, realizam ações que transformam, consomem e excretam materiais e energias provenientes do mundo biofísico. A História Ambiental seria o estudo histórico da mudança das sociedades humanas e dos processos naturais e sociais em mútua transformação. Esta área do conhecimento¹¹⁴ nos permite, portanto, apreender a agência do meio biofísico no período em que havia a pretensão de subjugarlo em prol das sociedades urbanas. É possível apreender ainda que, para alguns promotores de reformas nas cidades do século XIX, os pequenos vilarejos, bem como vilas e subúrbios sem o devido planejamento, eram confundidos com a *natureza*.¹¹⁵

A ideia de conquista da natureza na construção da nova capital de Minas incluiu o singelo arraial de Belo Horizonte. Essa concepção esteve presente nas crônicas do arquiteto membro da CCNC Alfredo Camarate¹¹⁶ sobre os trabalhos técnicos desenvolvidos pela Comissão. No texto do dia 18 de julho de 1894, por exemplo, Camarate descreveu o pequeno arraial como algo pitoresco, incivilizado, com casas pobres. Segundo o cronista, o lugarejo com “toda esta miséria, que provém mais do abandono do que da pobreza, é emoldurada numa vegetação opulenta”.¹¹⁷ Apesar disso, as crônicas descrevem a beleza da paisagem natural da região que merecia ser preservada nos “arquivos da municipalidade futura ou nos da secretaria da Agricultura”, não em fotografias em tons de cinza, mas sim em pinturas feitas por artista conhecido. Caso contrário, “estas belezas deixarão de ficar arquivadas, embora deixando em seu lugar, as belezas que provêm das futuras conquistas da civilização”. Ou seja, a paisagem antiga deveria ser preservada, mas em telas artísticas que fizesse jus a suas cores e formosuras,

¹¹⁴ Outro exemplo que caracteriza bem a tentativa de controle do que se convencionava a se conhecer por natureza é Bogotá, em especial a *Comision Permanente de Aguas del Municipio de Bogota* em 1886. No período, a Comissão estudou utilizar o córrego para o futuro da cidade. Ver: OSORIO, Julian Alejandro. *La Historia Del Agua En Bogotá: Una Exploración Bibliográfica Sobre La Cuenca Del Río Tunjuelo, En El Siglo XX*. Mem.soc / Bogotá(Colombia), 12 (25):107-116 / julio-diciembre 2008; SEDREZ, Lise. “Historia ambiental de América Latina: Origen, principales interrogantes y lagunas”. *Repensando la naturaleza: reflexiones desde la historia ambiental*. Palacio y Ulloa (eds.). Bogotá: Icanh, 2002. 99-109. Sobre Buenos Aires ver: BRAILOVSKY, Antonio Elio y Dina Foguelman. *Memoria verde, historia ecológica de la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 1997.

¹¹⁵ LÓPEZ, 2009.

¹¹⁶ Sobre Camarate ver: COSTA, Tiago Carlos Costa. *O escritor andarilho por entre montes, letras, vales e memórias: Alfredo Camarate e a construção de Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado (Letras) UFMG, 2014.

¹¹⁷ CAMARATE, Alfredo (RIANCHO, Antônio). Por Montes e Vales. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. XXXVI, p.23-198, 1985.

pois, em seu lugar, um outro tipo de beleza se instalaria, a civilização que conquistaria o a natureza da região do antigo arraial Belo Horizonte.¹¹⁸

Apesar disso, não se pode negar que os elementos naturais foram importantes na concepção da Nova Capital de Minas, sobretudo se considerarmos os rigorosos estudos sobre a localidade com detalhada descrição do ambiente. Existia a vontade de domínio sobre a natureza na nova capital, mas havia também o reconhecimento de elementos determinantes do meio biofísico. Os ventos, o clima, a pluviosidade, a vegetação, as doenças, a qualidade da água e do solo foram minuciosamente estudadas e isto subsidiou o projeto da CCNC em vários aspectos, além de servirem para justificar a escolha da localidade onde a cidade seria construída. A avenida Afonso Pena, por exemplo, um dos principais eixos estruturantes da nova capital mineira, interliga dois elementos naturais referenciais da cidade: o ribeirão Arrudas ao sul e a Serra do Curral, ao Norte, que foi elemento paisagístico vinculado ao traçado da Nova Cidade de Minas, uma moldura natural para a cidade nascente.¹¹⁹

Duarte, ao estudar a Serra do Curral, símbolo de Belo Horizonte, propôs que é insuficiente analisar a natureza das cidades como objeto passivo da ação humana e da vida urbana. A agência dos elementos naturais nas relações entre a humanidade e a natureza deve ser considerada, mesmo quando não dotados de qualquer intenção ou subjetividade. Da mesma forma que abandonamos a abordagem histórica em que a humanidade seria determinada pelo seu ambiente, não podemos construir narrativas em que o ser humano assume total protagonismo e o meio biofísico é simplesmente desprezado como objeto relevante da análise histórica. Dessa forma, é impossível menosprezar a importância da natureza na concepção da nova cidade, mesmo quando havia a tentativa inalcançável de subjugar-la à nova ordem urbana que se formaria.¹²⁰

Os engenheiros da CELINC e da CCNC, ao desempenhar os seus trabalhos, teceram, frequentemente, comentários sobre a natureza, de como modificá-la e, em alguns poucos casos, projetaram impactos negativos de trabalhos para o cotidiano da nova cidade. O engenheiro Caetano César de Campos, por exemplo, mostrou-se preocupado com o desmatamento das matas ciliares, “benéfico regulador do regimen hydraulico”,

¹¹⁸ Idem, p.51.

¹¹⁹ AGUIAR, 2006, p.103; MESQUITA, 2013, p.13-20.

¹²⁰ DUARTE, Regina Horta. A cidade e sua natureza: uma história ambiental de Belo Horizonte. In: BOSCHI, Caio César Boshi e DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *Estudos sobre Belo Horizonte e Minas Gerais nos trinta anos do BDMG Cultural*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2018.

reduzida a pastos em larga extensão da sua área. Esse fato poderia impactar os cursos d'água da futura capital que teriam *regime torrencial*.¹²¹ O alerta do engenheiro chefe da 5ª Divisão da CCNC demonstra que havia o entendimento de que a modificação indiscriminada do meio biofísico poderia trazer consequências para a futura cidade. No caso específico, o desmatamento poderia prejudicar os ribeirões que abasteceriam a urbe com água potável, além de assoreá-los e piorar as enchentes. Os documentos produzidos pela CCNC, exemplificados pelas cadernetas de campo com descrições detalhadas da natureza e com sugestões de modificações de projetos para adaptar a condições específicas da localidade, bem como o relato de Campos, demonstram a agência do meio biofísico no projeto e construção da nova capital que impactou todas as etapas dos trabalhos da CCNC. Talvez valha a reflexão do fato de o transbordamento dos córregos, preocupação de Campos e fato corriqueiro nos períodos chuvosos desde a inauguração da cidade, é um dos exemplos mais óbvios da impossibilidade de subjugação total do meio natural em prol das, parafraseando Camarate, *conquistas da civilização*.

A pretensão da instrumentalização da natureza também se fez presente no projeto do Parque Municipal. O paisagismo de Paul Villón¹²² para a área verde, localizada no centro da urbe, integrou diversos valores propalados pelo empreendimento da nova capital. A concepção do parque dialogou com projetos do novo sistema de parques de Paris, de 1853; de Londres, como o *Green Park* de 1820 e *St James* de 1826 e nos parques americanos de Frederyck Law Olmsted¹²³: *Central Park* de Nova Iorque, 1858-1861 e o *Back Bay*, de Boston, de 1878.¹²⁴

O paisagismo de Olmsted incorporou aspectos funcionais, como o objetivo de trazer a natureza para o ambiente urbano, servindo para contribuir com a sua limpeza; o

¹²¹ MINAS GERAIS, 1895, p.55.

¹²² Paul Vincent Villon (França 1841-1915) engenheiro e paisagista francês que, no Brasil, além do Parque Municipal desenvolveu projetos como o Jardim do Palácio da Liberdade, também em Belo Horizonte e o Parque Trianon, em São Paulo e Campos de Santana, no Rio de Janeiro.

¹²³ Arquiteto, paisagista e jornalista americano (1822 – 1903), além dos célebres projetos paisagísticos nos referidos parques, Olmsted e seus filhos: John Charles Olmsted e Frederick Law Olmsted Jr., foram importantes no movimento preservacionista e na fundação de parques nacionais norte-americanos como: Yellowstone; Yosemite Valley, Niagara Falls. Ver: DIAMANT, Rolf. The Olmsteds and the Development of the National Park System *In*: LAWLISS, Lucy, et al. *The Master List of Design Projects of the Olmsted Firm 1857–1979*. District of Columbia: National Association for Olmsted Parks and National Park Service, 2008.

¹²⁴ HOYUELA, Antônio; MESQUITA, Yuri. Um Plano Diretor para o Parque Municipal: patrimônio cultural e ambiental da cidade de Belo Horizonte. *In*: Seminário Mestres e Conselheiros: Agentes Multiplicadores do Patrimônio, 6., 2015, Belo Horizonte. *Anais eletrônicos* [...]. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 2015. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/seminarios/2015/anais/06.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

respeito à flora local e a compreensão das condições tecnológicas da época. O seu trabalho no planejamento dos parques de Nova Iorque coincide com o crescimento da cidade e a piora das condições de salubridade. Objetivou-se a pensar novas formas de integrar a natureza na cidade tendo a limpeza urbana como um dos pilares dessa proposta. Ali, o meio biofísico seria “controlado”, sem as imprevisibilidades dos movimentos naturais.

A proposta do Parque Municipal se assemelhava a esses conceitos, pois propunha, na sua concepção, disponibilizar a natureza para a fruição do cidadão por meio de um jardim cultivado. A área verde contribuiria para sanear o ambiente urbano e serviria de ponto de apreciação para os munícipes que viveriam no ritmo intenso da cidade moderna. O encontro do córrego do Acaba Mundo e o rio Arrudas no interior do Parque era fundamental no paisagismo inicial, pois Villón propunha rearranjar a natureza de forma nova e pitoresca, possibilitando a melhor fruição das águas, das árvores e dos animais ali presentes. O paisagismo do Parque incorporou discussões sanitárias, urbanísticas, de engenharia, de novas tecnologias e propôs um modelo de área verde interconectada com a cidade. Pretendia-se, pela concepção da época, tornar a *natureza* mais próxima do cidadão por meio das inovações técnicas e do urbanismo, todavia ela serviria para fruição e para contribuir com o saneamento e para a ambiência da urbe.¹²⁵

O projeto da nova cidade dialogou com tradições barrocas em uma época de consolidação do urbanismo e do sanitarismo. O urbanismo barroco da época, em voga desde o século XVI, almejava uma subjugação e distanciamento da natureza, evidenciada nas propostas de desenhos urbanos com suas linhas retilíneas, que almejam se impor às condições específicas do meio biofísico onde são implantadas.¹²⁶ No projeto da Nova Capital de Minas, coordenado inicialmente pelo engenheiro Aarão Reis e, posteriormente, por Francisco Bicalho, foi proposta a divisão em três áreas: Zona Urbana, Zona Suburbana e Colônias Agrícolas. Na Zona Urbana prevalecem noções de simetria e

¹²⁵ A área do Parque municipal antes da sua inauguração contava com espécies de árvores frutíferas típicas dos campos e dos cerrados, como a mangaba, a cagaitera e o araticum, além de laranjeiras, coqueiros e jabuticabeiras. Em 1895, com o início sistemático dos plantios, o parque recebeu eucaliptos, saponárias e gramíneas. Nesse período, o viveiro do Parque contava com palmeiras, pau-ferro, paineiras, ficus benjamina, acácias, saboeiras, jambosas, canfoeiras, malváceas e flamboyants que, mais tarde, foram plantadas no Parque e em outros pontos da cidade. Paul Villon, que residiu na área do futuro Parque, na antiga Chácara Guilherme Vaz de Mello, durante o seu tempo na CCNC, fez também uma proposta de arborização para a capital com 19875 plantas. No início do século XX, a área do Parque Municipal perdeu espaço progressivamente devido a escolhas políticas e pela especulação imobiliária e no ano de 2022 conta com 182 mil m², um terço da sua área prevista pela CCNC. O assunto será retomado nesta tese. Ver: CORDEIRO SOUZA, Tatiane. *Plantas Ornamentais: Nichos Ecológicos do Parque Municipal Américo René Giannetti*. Lavras: Editora Universidade Federal de Lavras, 2009.

¹²⁶ CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades: uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

hierarquia, traduzidas na malha de vias com avenidas em 45° sobrepostas, bem como na posição privilegiada e destacada do Parque Municipal como a figura 03 demonstra a importância que essa área verde teria na futura cidade. A Nova Capital de Minas seria limpa, higiênica, ao seguir os padrões mais rigorosos do sanitarismo, e contaria com abastecimento de água e esgotos para todos seus munícipes. Todavia, o projeto do parque não foi finalizado e 2/3 da sua área foi perdida, assim como as redes sanitárias propostas pela Comissão também não foram terminadas. Ou seja, houve um descompasso entre o projeto e a prática e a cidade sanitária, comemorada nos discursos políticos, talvez foi realidade somente na retórica.

Figura 3: Planta Geral da Cidade de Minas, março de 1895. A Chácara de Guilherme Vaz de Mello, ou Chácara do Sapo, foi escolhida pela CCNC para a construção do Parque Municipal que teria uma área de 600 mil metros quadrados, limitada pelas atuais avenidas Afonso Pena, Alfredo Balena, Francisco Sales e Assis Chateaubriand.



Fonte: MHAB.

Em busca da cidade sanitária: os projetos de distribuição de água e esgotamento sanitário da CCNC.

Como dito, o caso belo-horizontino está inserido em um contexto de cidades que surgiram ou foram replanejadas no final do XIX e no início do XX, quando o saneamento da cidade e a conquista da natureza urbana seriam pré-requisitos para a modernidade.¹²⁷ Todavia, a pesquisa propõe a discutir a cidade de Belo Horizonte como estudo de caso também por sua excepcionalidade, justamente pela questão sanitária ter sido preocupação desde a escolha da localidade na qual a nova capital seria construída e ter sido campo de disputas políticas e sociais durante o período proposto.¹²⁸

Práticas de difusão técnica e política foram utilizadas por intervenções sanitárias em várias partes do mundo. Segundo Snowden, um dos aspectos chave dos movimentos de saúde pública, principalmente a partir do movimento sanitário da segunda metade do século XIX, é a de que seus ideais não se limitam a sua atuação científica, mas também a seus aspectos estratégicos e políticos. Ou seja, esses movimentos e suas ações práticas promoviam determinados tipos de sociedade e empoderaram elites políticas que também se utilizaram do discurso sanitário para seus interesses.¹²⁹

O movimento sanitário¹³⁰ ganhou projeção na Inglaterra a partir de 1830 e se espalhou pela Europa e pelas Américas.¹³¹ Os sanitários foram os primeiros a se autodenominarem como “movimento de saúde pública” e poderiam ser caracterizados, inicialmente, na atuação em duas frentes principais: na prevenção de doenças infectocontagiosas e na remoção da sujeira. Nesse sentido, o movimento, em parte,

¹²⁷ A Comissão de Escolha das Localidades e a Comissão Construtora foram brevemente estudadas por esse autor na dissertação de mestrado, mesmo estando fora do período cronológico daquela pesquisa sobre a canalização dos rios de Belo Horizonte entre 1948 e 1973. Na dissertação, ficou evidente que as escolhas técnico-políticas da CCNC, seja por falta de verba, de problemas logísticos, ou de tempo, contribuíram para a “marginalização” dos córregos na vida urbana da capital mineira. Nesta tese o enfoque do estudo das Comissões será nos projetos sanitários de esgoto e de distribuição de água e de como as ações da comissão tiveram impacto na questão sanitária da cidade durante todo o período proposto.

¹²⁸ DULCI, 1989.

¹²⁹ SNOWDEN, 2010.

¹³⁰ O movimento Sanitarista contou com tradições anteriores de pensamento, como a Polícia médica e a Medicina Social. Estas correntes ganharam importância a partir da segunda metade do século XVIII, quando o número de doenças e de surtos epidêmicos cresceu, instigando médicos e estudiosos da área de saúde a formularem estudos que propunham novas práticas de atuação do Estado em relação a sociedade. Sobre os movimentos que precederam o sanitarismo ver: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979; NUNES, 1982; MANTOVANI, Rafael: *O que foi a polícia médica? História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro. v. 25, n. 2, apr - june. 2018.

¹³¹ MELOSI, 2008.

baseou-se na relação entre sujeira/patologia e o seu foco eram as urbes afetadas pelo processo de urbanização acelerada pela Revolução Industrial.¹³²

A partir da segunda metade do século XIX, O discurso sanitaria possibilitou a implementação das redes modernas de esgoto e de abastecimento de água em vários centros urbanos, como Londres, Paris, Viena, Nápoles, Nova Iorque, Chicago, Memphis, Boston, Rio de Janeiro, Buenos Aires, São Paulo, Recife, Porto Alegre entre outros. Além disso, os sanitaristas contribuíram para concepções paisagísticas de parques urbanos, para projetos de remoção de lixo e limpeza das ruas; para a estrutura física das indústrias e a destinação dos seus resíduos. Esses projetos, alguns deles empreendimentos grandiosos de obras públicas, foram, até então, sem precedentes. Eles abarcam a criação de novas infraestruturas, de técnicas de perfuração do subsolo urbano, de captação, de bombeamento e de tratamento de água, entre outras inovações. O discurso sanitaria trouxe novo arsenal para as diferentes abordagens do espaço urbano da época. Impactou práticas, reflexões e intervenções nas cidades e ofereceu novas formas de ações política, que passou a interferir diretamente na vida privada das pessoas.¹³³

Em 1840, o advogado e reformista social Edwin Chadwick¹³⁴ foi encarregado pelo governo da Grã-Bretanha para realizar investigações sobre as condições sanitárias da Inglaterra e propor ações para melhorá-la e, em 1842, publicou o trabalho seminal *Report on an inquiry into the sanitary condition of the labouring population of Great Britain*.¹³⁵

¹³² SNOWDEN, 2010.

¹³³ LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel/FAUUSP/FUPAM, 1999; MELOSI, 2008; SNOWDEN, 2010.

¹³⁴ Chadwick, antes de realizar esse trabalho, foi um dos responsáveis pela *Poor Law Amendment Act 1834*, emenda a “Lei dos Pobres”, mais conhecida como *new poor law* de 1832, que serviria para garantir assistência aos cidadãos passando por algum tipo de necessidade, como a fome, a falta de moradia e doenças. Um dos objetivos da emenda foi diminuir os custos das políticas assistencialistas, para isso, Chadwick propunha que a experiência de receber assistência deveria ser intencionalmente ruim, dificultada e burocratizada para desencorajar qualquer pessoa a buscar alívio a suas mazelas garantidas pela lei. Assim, as *Workhouses*, locais mantidos pelo governo que ofereciam trabalho e acomodações para os que não tinham como se sustentar, deveriam ter condições piores que qualquer indústria da época. Suas ideias para formulação da lei estavam presentes no estudo sanitário de 1842. Chadwick não possuía qualquer formação na área de saúde e baseou suas conclusões em estudos, no senso comum da época e em conclusões a priori, sem rigor científico. A teoria miasmática foi muito importante nas suas formulações e em todo o *Report* ele dá muita importância aos odores, associando doença à *malária*, ou seja, ao ar ruim, e apresenta várias definições sobre os ares viciados da cidade, principalmente nas regiões empobrecidas. Com isso, o autor descreve de sua maneira, dialogando com o malthusianismo, o padrão de vida dos mais pobres nas urbes e propõe o saneamento dessa condição, com claro objetivo de controle social. Para Chadwick, sua missão seria a de “limpar e civilizar” as classes perigosas para adequá-las a vida nas cidades e ao trabalho, diminuindo as possibilidades de revoltas e de descontentamento (CHADWICK, Edwin. *Report on an inquiry into the sanitary condition of the labouring population of Great Britain*. London: Twelve Volumes, v. XXVI, 1842. Disponível em: <https://www.parliament.uk/about/living-heritage/transformingsociety/livinglearning/coll-9-health1/health-02/>. Acesso em: 08 abr. 2023).

¹³⁵ CHADWICK, 1842.

Chadwick, em análises estatísticas, defendeu que o padrão de vida dos moradores desfavorecidos das cidades contribuiu para disseminação de doenças. Dessa forma, ele recomendou ao governo a intervir, a prover água limpa, melhorar os sistemas de drenagem e de esgotamento, além de realizar a limpeza de casas e ruas.¹³⁶

O poder público no Reino Unido utilizou as suas recomendações em novas legislações e projetos de intervenções urbanas. Segundo Snowden, Heath e Chaplin,¹³⁷ o trabalho de Chadwick contribuiu para o controle de epidemias e melhoria da expectativa de vida. Todavia partiu de estratégia de ação *top down* que considerou a parcela mais pobre da população como “perigosa”. O movimento sanitário na Inglaterra foi importante para reforçar o poder do Estado que a partir daí, sistematicamente, passou a atuar em áreas anteriormente considerada privadas. As reformas urbanas em prol da melhoria sanitária tiveram, na época, apoio da igreja, principalmente nas discussões moralistas de controle do alcoolismo e dos vícios supostamente alimentados pela condição sanitária.

Dois anos mais tarde Friedrich Engels utilizou o trabalho de Chadwick para a obra *The Condition of the Working Class in England*, quando fez análise das condições da classe operária na Inglaterra dentro e fora do ambiente fabril, com descrição minuciosa das condições sanitárias urbanas nas regiões onde os operários habitavam. Engels propôs superação dessa realidade a partir da mobilização dos grupos desfavorecidos pela economia capitalista. Argumentou ainda que as epidemias de catapora, de tifo e de cólera urgiram a necessidade de ação da burguesia inglesa para o saneamento das cidades. Posteriormente, no apêndice da edição americana de 1886, Engels comentou resultados das reformas sanitárias de Londres a partir de Chadwick:

Accordingly, the most crying abuses described in this book have either disappeared or have been made less conspicuous. Drainage has been introduced or improved; wide avenues have been opened out athwart many of the worst “slums” I had to describe. “Little Ireland” has disappeared and the “Seven Dials,” are next on the list for sweeping away.¹³⁸

¹³⁶ CHAPLIN, Susan E. *Cities, sewers and poverty: India's politics of sanitation*. Environment and Urbanization: v. 11, n. 1, April, 1999; HEATH, Iona. Let's get tough on the causes of health inequality. PCM, *US National Library of Medicine*. June 23, 2007. Disponível em: [10.1136/bmj.39247.502813.59](https://doi.org/10.1136/bmj.39247.502813.59). Acesso em: 08 abr. 2023.

¹³⁷ CHAPLIN, 1999; HEATH, 2007; SNOWDEN, 2010.

¹³⁸ ENGELS, Friedrich. *The Condition of the Working Class in England*. English edition. New York: 1887. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/condition-working-class-england.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2020.

Apesar de apontar o saneamento de regiões insalubres da cidade, Engels denunciou no mesmo apêndice, escrito 40 anos após o lançamento da sua obra, que as cidades continuaram a expandir e regiões suburbanas, antes idílicas, sofriam com a mesma “dilapidação, desconforto e miséria”. Portanto, apesar dos avanços sanitários necessários, não houve mudança social na Inglaterra, pelo contrário, o Estado burguês continuou a se fortalecer e os lares dos pobres foram empurrados para os subúrbios, cada vez mais distantes e ainda insalubres.

No caso de Londres, assim como de outras cidades, surtos de doenças como a Cólera, em 1848, que matou 14.600 pessoas, impulsionaram reformas e contribuíram para difundir ideias sanitaristas. O movimento ganhou munição após os estudos de John Snow, que ofereceu a primeira teoria consistente, a partir de sistematização científica moderna, para explicar a epidemia da doença. Em 1849, Snow publicou o ensaio *On the Mode of Communication of Cholera* no qual argumentou que a cólera seria doença contagiosa transmitida pela água poluída por fezes de pessoas contaminadas. O médico se opôs a pensamentos predominantes na época, como a teoria miasmática,¹³⁹ o que provocou, inicialmente, ceticismo em seus pares.

Em 1855 Snow atualizou sua publicação a partir de pesquisas realizadas no bairro do Soho durante a epidemia de cólera de 1854. Ao comparar a região com outras zonas menos afetadas da capital do Império Britânico, Snow conseguiu demonstrar estatisticamente, após entrevistar pessoas enfermas, que uma bomba de água pública contaminada por uma fossa seria a causa da proliferação da doença. A partir dos estudos de Snow, o parlamento aprovou o *Metropolis Management Act*,¹⁴⁰ em 1855, que propunha normas para os serviços urbanos e melhorias para o esgotamento sanitário e distribuição de água em Londres. A legislação ofereceu as bases para a implementação do sistema moderno de esgotamento sanitário projetado por Joseph W. Bazalgette, em 1864.

O Sanitarismo defendia a intervenção direta do poder público e foi um movimento ideológico que teve os estudos de Chadwick e Snow como marcos no Reino Unido. No continente americano, o Relatório de Lemuel Shattuck, em Massachusetts¹⁴¹, reforçados

¹³⁹ Pela teoria miasmática, as doenças teriam origem nos miasmas: os odores fétidos provenientes de matéria orgânica em putrefação.

¹⁴⁰ Metropolis Management Act 1855, An Act for the better Local Management of the Metropolis, 14th August 1855. Disponível em: <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/Vict/18-19/120/contents/enacted>. Acesso em: 08 abr. 2023.

¹⁴¹ SHATTUCK, Lemuel - *Report of a general plan for the promotion of general and public health devised, prepared and recommended by the commissioners appointed under a resolve of the legislature of*

pelas descobertas de Louis Pasteur e Robert Koch,¹⁴² serviu de base para novas legislações e intervenções urbanísticas. Os reformadores sociais reinventaram iniciativas de saneamento e de preceitos de medicina social conhecidas na época para propor legislações sanitárias e a limpeza do meio, para assim enfrentar as epidemias e diminuir as taxas de mortalidade. Inegavelmente, o sanitarismo foi decisivo para o aumento da expectativa de vida nas cidades, para diminuição da mortalidade infantil, para melhoria da qualidade de vida e para o controle de doenças que anteriormente afligiam os centros urbanos.

A partir da segunda metade do século XIX, o movimento ganhou importância e se espalhou pelo continente Europeu e pelas Américas. Segundo Snowden, o sanitarismo era um movimento vasto que propunha o *retrofit* dos grandes centros urbanos com o objetivo da remoção da sujeira, a causadora das doenças. Dessa forma, foram as maiores obras urbanas até, provavelmente, Robert Moses em Nova Iorque a partir de 1930, tanto em dispêndio, quanto em complexidade.¹⁴³ As cidades deveriam ser remodeladas para remoção dos dejetos, para que as novas redes de água limpa pudessem chegar aos lares por meio de tubulações subterrâneas e técnicas de bombeamento recém desenvolvidas.

No caso brasileiro, o Império empreendeu legislações consideradas como percussoras do sanitarismo nacional. Em 1849, Dom Pedro II nomeou a Comissão Central de Saúde Pública, a Comissão Central de Engenharia e, um ano mais tarde, a Junta de Higiene Pública. Todavia, as ações desses órgãos se restringiam à capital do império, a cidade do Rio de Janeiro.¹⁴⁴ Em 1886, a “Reforma Mamoré” instituiu um Conselho Superior de Saúde Pública com divisão de atribuições: o serviço terrestre ficara a cargo da Inspetoria Geral de Higiene, o marítimo passou a ser subordinado à Inspetoria Geral

Massachusetts, relating to a sanitary survey of the state. Boston: Dutton Wentworth, 1850. O Relatório é peça fundamental para legislações de saúde pública em várias regiões dos Estados Unidos e foi pioneiro na utilização de dados demográficos para explicar a saúde da população da região de Boston. A proposta de legislação no trabalho é reconhecida como uma das iniciativas pioneiras de lei sobre saúde pública.

¹⁴² Louis Pasterur (1822 – 1895), demonstrou que os processos de fermentação e de decomposição são relacionados à ação de organismos vivos. Os estudos de Pasteur impactaram os sanitaristas, agora era preciso aferir o “invisível” e contribuiu para, paulatinamente, a superação da teoria miasmática. Dessa forma, a análise da doença como manifestação do comportamento das sociedades juntamente com as condições do meio deu lugar para a noção da enfermidade provocada um agente não humano, um organismo. Robert Koch (1843-1910), desenvolveu métodos de coloração de bactérias para análise microscópica e propôs modelos de classificação dos micróbios. Koch, entre vários feitos, foi fundamental para o conhecimento do bacilo da tuberculose.

¹⁴³ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.161.

¹⁴⁴ HELLER, Léo; REZENDE, Sonaly. *O saneamento no Brasil: políticas e interfaces.* 2º ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p.117.

de Saúde dos Portos. Esta reforma teve como objetivo dar autonomia às repartições de saúde.¹⁴⁵

A sistematização destas políticas fez parte de um contexto de transformações provocados pela imposição do capitalismo no contexto global. O crescimento do comércio do café e a diversificação de setores econômicos propiciou o aumento populacional das urbes a instalação de indústrias. Nesse período, núcleos urbanos brasileiros como Rio de Janeiro e São Paulo se transformaram e cresceram em demografia. Este crescimento intensificou-se a partir de 1850 ajudado pela política de imigração.¹⁴⁶ A capital federal, por exemplo, passou por uma série de inovações como o calçamento com paralelepípedos em 1853, a iluminação a gás em 1854, os bondes puxados a burro em 1859, a rede de esgoto na década de 1860 e o abastecimento de água domiciliar em 1874. Além disso, a criação das primeiras ferrovias do país e as inovações tecnológicas que encurtaram as distâncias urbanas e aceleraram a velocidade da transmissão das informações, como os telégrafos e os bondes elétricos, modificaram a dinâmica das cidades.¹⁴⁷

Segundo Romero, apesar de predominantemente não acontecer mudanças sociais efetivas nas áreas rurais e em alguns centros urbanos de menor porte, as cidades do continente latino-americano, especialmente as maiores, se transformaram.¹⁴⁸ O crescimento populacional atingiu números sem precedentes na época. Algumas urbes triplicaram de população entre a segunda metade do século XIX e os anos 1930, período em que os países industrializados do mundo chegaram ao apogeu econômico até então. Nessas nações houve aumento considerável das taxas de alfabetização, do comércio de livros e de matriculados em universidades. O número de teatros, de museus e de outros *lugares de cultura* também cresceu. Nações europeias e os Estados Unidos empregaram

¹⁴⁵ DECRETO Nº 9.554, 03/02/1886: Reorganiza o serviço sanitário do Império. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1886, Página 57 Vol. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9554-3-fevereiro-1886-543197-publicacaooriginal-53270-pe.html> acesso em 05/03/2022.

¹⁴⁶ O crescimento populacional foi impulsionado por imigrantes brasileiros e de outros países (principalmente portugueses no caso carioca) e por negros libertos que procuravam emprego nas cidades. Segundo o IBGE, o Rio de Janeiro tinha 274.972 habitantes no censo de 1872 e em 1890 a população era de 522.651. No final da década de 1880, a capital federal recebeu muitos ex-escravos devido à abolição da escravidão. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Recenseamento geral da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1892.

¹⁴⁷ Importante ressaltar que no segundo reinado o Brasil teve projetos para a Nação e a invenção de uma noção de brasilidade a partir das construções políticas em torno da imagem do Imperador Dom Pedro II a partir da atuação de órgãos como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Imperial de Belas Artes.

¹⁴⁸ ROMERO, José Luís. *América Latina: as cidades e as ideias*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004, p.283.

políticas de exportação de artigos culturais que também foram parte de empreitadas *soft power* imperialistas.¹⁴⁹

A urbanização a partir da segunda metade do século XIX, bem como a navegação a vapor e as novas ferrovias que aumentaram o fluxo de entrada e saída das cidades, piorou exponencialmente a situação epidemiológica no Brasil. A cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, tornou-se progressivamente mais insalubre. A Febre Amarela, doença viral transmitida por mosquito infectado, era preocupação desde, pelo menos, 1849. A situação piorava no verão, quando era comum uma mudança sazonal das elites para a região serrana fluminense. Os acadêmicos, bem como os médicos da corte, atribuíram as enfermidades aos *miasmas* da estação chuvosa.¹⁵⁰ Era necessário, portanto, medidas centralizadas de controle aos surtos de dengue, bem como de outras doenças, como a cólera, a malária e a varíola que afligiam os brasileiros. A partir desse momento, a ideia de que uma nação civilizada tinha que ser limpa e saneada cresceu em parte da elite. Assim, o sanitarismo encontrou terreno para reverberar seus ideais no final do século XIX.¹⁵¹

Essa questão encontrou ressonâncias em outras cidades latino-americanas no mesmo período. As principais urbes do continente cresceram. Houve incremento demográfico e mudanças rápidas no cenário urbano, que precisava ser ordenado e saneado. As novas indústrias e comércios, bem como o adensamento populacional, exigiam maior volume de água, novos sistemas de coleta de lixo e ampliação da limpeza dos logradouros. O saneamento, portanto, foi central nos projetos modernizantes como em Bogotá exemplificado pela discussão do seu sistema de esgotos e do uso águas urbanas. La Plata foi projetada e construída com presença marcante de referencial sanitaria, assim como reformas em Buenos Aires, Montevideú, Santiago, entre outras.¹⁵²

¹⁴⁹ Idem; HOBBSAWM, Eric. *Tempos fraturados: Cultura e sociedade no século XX*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013.

¹⁵⁰ HELLER, 2008, p.127.

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² ALMANDOZ, Arturo (org.) *PLANNING LATIN AMERICA'S CAPITAL CITIES – 1850-1950*. Londres: Routledge, 2002; LATORRE, María Clara Torres. “*El alcantarillado de Bogotá 1886-1938, institucionalización de un problema ambiental*.” Tesis de maestría en Medio Ambiente y Desarrollo, Universidad Nacional de Colombia, 2010; LOAIZA RIOS, Myriam Astrid. “*Alcantarillas y Aguas Para Bogotá 1870-1924 Del Caos Sanitario a La Transformación de Espacios Públicos y Privados*.” Maestría en Historia, Pontificia Universidad Javeriana, 2015.

Segundo Rezende e Heller, este processo de crescimento e transformação das cidades trouxe o aumento da noção de “interdependência sanitária”¹⁵³ por parte das elites urbanas brasileiras, no qual toda a sociedade estava ligada aos agentes causadores da doença. A cada nova epidemia, aumentava a noção de que todos estavam vulneráveis a doença. Havia também a preocupação econômica pela escassez ou debilitação da força de trabalho ou de instabilidades sociais decorrentes de altas taxas de mortalidade. Acadêmicos oriundos das escolas de medicina de Salvador e do Rio de Janeiro, fundadas em 1808, bem como da Escola Polytechnica, contribuíram para impulsionar ações em prol da saúde pública.¹⁵⁴

Para Hochman, a transição para uma sociedade urbana potencializou os problemas da dependência mútua e provocou o abandono paulatino das soluções individuais, ou de organizações filantrópicas, devido sua ineficácia para resolver os problemas. As políticas relacionadas a saúde contemporâneas seriam resultado de esforços das elites (e dos conflitos internos delas) para controlar, remediar, dirimir e explorar os efeitos progressivos dos problemas sanitários da nação.¹⁵⁵

O autor afirma que a partir da Proclamação da República, em movimentos que contaram com a participação, ou no mínimo interesse, das elites políticas, “houve um crescimento do ativismo estatal na área de saúde e saneamento, e de sua capacidade de implementar políticas em todo o território nacional”.¹⁵⁶ Ao longo dos anos, a saúde tornou-se não somente pública, mas estatal e nacional. A República brasileira, marcada pelo predomínio oligárquico, foi compatível com um “crescente processo de

¹⁵³ Hochman utilizou os conceitos de configuração e de interdependência de Norbert Elias para demonstrar como a necessidade da implementação de políticas públicas de saúde e o cuidado com os desafortunados, doentes, pobres, ou pessoas que sofriam com mazelas permanentes ou temporárias podem ser explicados pelos elos de interdependência entre os cidadãos e/ou os compatriotas. Norbert Elias e a análise do autor sobre os conceitos de Configuração e Interdependência são utilizados frequentemente em análises sobre o estabelecimento das políticas sanitárias no Brasil. Segundo o sociólogo, o surgimento dos Estados Nacionais, o capitalismo, a industrialização e a modernidade aumentaram a complexidade das cadeias de interdependência a ponto de se tornarem incontroláveis por qualquer grupo ou indivíduo. Assim, historicamente, o desenvolvimento dessas cadeias de interdependência gerou consequências não planejadas e não desejadas por qualquer um dos entes que compõe essas cadeias, todavia, simultaneamente, são fruto das motivações destes. Para o sociólogo, configuração pode ser descrita como um padrão de dependências entre seres humanos em constante processo de transformação. Este conceito nega o antagonismo entre indivíduo e a sociedade como se fossem estruturas autônomas e independentes. A interdependência de indivíduos, instituições e grupos seria a condição *sine qua non* para a formação de uma configuração. ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008. p.208; HOCHMAN, 2013. p. 24.

¹⁵⁴ HELLER, 2008.

¹⁵⁵ HOCHMAN, 2013. p. 24.

¹⁵⁶ Idem.

centralização e intervenção estatal”, que possibilitou a propagação de ideias sanitaristas e a adoção de políticas públicas pautadas por esta ideologia.

Havia a ideia do micróbio como nivelador social, ou seja, poderia atingir a todos sem discernir. Consequentemente, seriam necessárias políticas públicas direcionadas a toda comunidade. A preocupação sanitária com os menos afortunados não derivou, inicialmente, de concepções éticas ou morais, mas, “principalmente, da percepção de que a ameaça da doença os tornara solidários e reorganizava a sociedade”.¹⁵⁷ Com isso, ao longo do século XIX, a necessidade de controlar essas externalidades gerou demandas por cuidados coletivos e compulsórios.

O sanitarismo estava em evidência entre as elites brasileiras no alvorecer da República. A ideia de que era preciso um esforço coletivo para a prevenção de doenças infectocontagiosas e para a remoção da sujeira crescia e passou a ser discutida como condição para o progresso da nação. No caso da capital mineira, existia um diferencial relevante: a questão sanitária foi preocupação desde a escolha da localidade na qual a nova capital seria construída e impactou decisivamente o trabalho da CCNC.¹⁵⁸

A Planta Topográfica e Cadastral da área destinada à Cidade de Minas, parte do acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), é um documento fundamental que representou os lotes, os cursos d’água, as paisagens, e os nomes dos locais do antigo arraial onde construir-se-ia a cidade. O documento incluiu a topografia com curvas de nível e destacou as principais paisagens das águas como brejos, rios, córregos, pequenas barragens, canais, as encostas, as pedreiras e os topos de morro. Aguiar argumentou que a Planta é um dos documentos cartográficos mais relevantes deixados pela CCNC que buscou apreender a realidade local, para sobre ela atuar. O documento foi “síntese de um trabalho coletivo e serviu como base cartográfica para a elaboração do plano da nova capital.”¹⁵⁹

O minucioso mapeamento realizado pela CCNC detalhou a rede hidrográfica do sítio, composta por cerca de 80 nascentes; lagoas; várias áreas húmidas por toda a região e diversos córregos. A toponímia era escassa, mas havia a representação de alguns nomes como o ribeirão Arrudas e o córrego Acaba Mundo, além dos córregos do Cercadinho,

¹⁵⁷ Idem, p.52.

¹⁵⁸ DULCI, 1989

¹⁵⁹ AGUIAR, 2012, p.3.

Pau Grande, Serra, Mangabeira, Gentio, Ilha, Leitão, Piteiras, Lagoinha, Pastinho, Pinto, Barro Preto, Bolina, Cardoso, Matta, Chácara, e Mendonça e Zoológico. Após o mapeamento do meio físico, a CCNC, por meio da sua 5ª seção, se debruçou sobre os melhores sistemas de distribuição de água e esgotamento sanitário a serem utilizados no sítio estudado.

O final do século XIX trouxe inovações em relação ao abastecimento de água, com a invenção de novos sistemas de bombeamento e a utilização de tubos metálicos, que suportavam pressões maiores. Surgiram novas possibilidades de esgotamento sanitário trazidas pelo uso da água bombeada pelas casas e por novas técnicas de filtragem.¹⁶⁰ Os sistemas descentralizados de esgotos, baseados primordialmente em fossas, tornaram-se insuficientes e a progressiva contaminação da água nas cidades trouxe a necessidade de reformas urbanas para instalação de redes de esgoto modernas. Todavia, mesmo com as novas tecnologias e a publicação de estudos na área, faltava padronização de modelos e a formação específica de especialistas em redes sanitárias em todo o continente americano. Essa escassez trouxe dúvidas sobre quais modelos seriam os mais adequados de serem aplicados para as obras urbanas, mas também impulsionou incentivos estatais e privados para pesquisas na área.¹⁶¹

Segundo Melosi, as redes sanitárias modernas eram novidade no final do século XIX e o planejamento delas deveria levar em consideração diversas variáveis e possíveis contingências. Os custos eram elevados, desde o projeto até a sua implementação, o que chamou a atenção da iniciativa privada com investimentos em busca de patentear novos sistemas. Após a execução do sistema de água e esgoto qualquer alteração se torna complicada e dispendiosa, pois os projetos consistiam majoritariamente em grandes tubulações subterrâneas localizadas debaixo de logradouros. A paralisação dos serviços e das vias por onde passavam poderiam trazer prejuízos aos municípios, às indústrias e a todos os serviços urbanos.¹⁶²

A CCNC pesquisou estudos e exemplos de reformas urbanas da época para propor soluções para a nova cidade.¹⁶³ Havia a consciência da importância do projeto das redes

¹⁶⁰ Existem vários trabalhos sobre as grandes mudanças de tecnologia nas redes sanitárias modernas como: BURIAN, Steven J.; *et all.* Urban Wastewater Management in the United States: Past, Present, and Future. *Journal of Urban Technology*, v. 7, n. 3, p.33-62, 2000.

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² MELOSI, 2008.

¹⁶³ Além das europeias como Londres, Paris, Nápoles e norte americanas, como Nova Iorque, Memphis, Chicago, no Brasil temos o projeto de distribuição de água de 1842 em São Paulo, 1861 em Porto Alegre.

de água e esgotamento sanitário, bem como da necessidade de prever as contingências para reparo dos canos e a expansão da rede. Ao apresentar o projeto da Nova Capital de Minas, Aarão Reis afirmou que decidiu pelas ruas com largura de 20 metros “necessária para a conveniente arborização, a livre circulação dos veículos, o tráfego dos carris e os trabalhos da colocação e reparações das canalizações subterrâneas”.¹⁶⁴

Durante o período de Reis, a 5ª Divisão da Comissão priorizou os trabalhos de abastecimento d’água em detrimento do esgotamento sanitário. A água é uma *commodity* que foi usada em barganhas políticas de todos os tipos. Já o esgoto moderno é invisível e, apesar da sua importância, fica debaixo da terra, escondido nos subterrâneos da cidade. A água jorra nas torneiras, portanto faz parte do cotidiano de forma mais palpável. Durante a época da CCNC e nos primeiros anos de vida da capital, existia também uma justificativa técnica e orçamentária, pois os empreendimentos eram mais dispendiosos e trabalhosos que os de abastecimento de água.¹⁶⁵

As obras imediatas a serem entregues pela Comissão até a inauguração da cidade foram “projetadas e orçadas sobre a base de uma população de 30.000 habitantes.” Todavia, o projeto inicial traria diretrizes de expansão da rede tendo em vista o crescimento da população para até 200.000 habitantes.¹⁶⁶ O plano consistia na captação imediata dos córregos da Serra, do Cercadinho (posteriormente chamado de Carangola) e do Acaba-Mundo. Posteriormente, quando houvesse demanda, seriam captadas as águas dos córregos Taquaril, Cardoso, Bom Sucesso e Capão da Posse. O sistema de distribuição precisou levar em conta o desnível do terreno da futura cidade. Com isso, a CCNC previu quatro zonas altimétricas de distribuição: O reservatório da Serra abasteceria a cidade acima da cota de 900m, o reservatório do Cercadinho para a zona com altimetria entre 880m e 900m. O excedente seria conduzido para o reservatório do Palácio, que funcionaria como quebra de pressão e abasteceria o restante da cidade.¹⁶⁷

No caso da pesquisa do sistema de esgotamento sanitário pela CCNC, por exemplo, de acordo com Caetano César de Campos, Engenheiro Chefe da 5ª divisão,

No Rio de Janeiro o início da construção do sistema de abastecimento moderno aconteceu em 1876. Em relação aos esgotos, a capital federal foi pioneira com as primeiras inaugurações em 1864 na região central da cidade. Em 1873, Recife teve o início da sua rede e, em 1876, em São Paulo gerenciada por uma companhia privada, assim como em algumas cidades dos Estados Unidos.

¹⁶⁴ MINAS GERAIS. Ofício nº 26, de 23 de março de 1895. Comissão Construtora da Nova Capital. *Revista geral dos trabalhos*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts, abr. 1895.

¹⁶⁵ VIANNA, 1997, p.25-31.

¹⁶⁶ MINAS GERAIS, 1894.

¹⁶⁷ As redes projetadas somam 69.020 metros.

responsável pela distribuição de água e esgotamento sanitário, a melhor solução a ser adotada seria uma adaptação do Sistema *Waring*, também conhecido como separador absoluto. Nesse modelo, há uma rede de coletores para as águas pluviais, que seriam despejadas nos rios, e outra para as servidas, que seriam tratadas com cal e alumina e passariam por tanques de decantação antes de serem lançadas no Arrudas. O sistema em questão foi inspirado na patente de George E. Waring Jr.¹⁶⁸, engenheiro, urbanista e defensor dos sistemas que separavam as águas servidas das pluviais. Waring foi responsável pela drenagem do Central Park em Nova Iorque (1857), pelo projeto do sistema de esgotos de Lenox Massachusetts (1875) e Memphis Tennessee (1880). Todos esses casos foram estudados pelos técnicos da CCNC.

Além da adaptação do sistema Waring à realidade local, o estudo da CCNC levou em consideração os trabalhos sanitários mais recentes até então, como o de Alfred Durand-Cleye, veiculado nos *Annales des Ponts et Chaussées* de fevereiro de 1888. A publicação propôs uma mudança ao Sistema Waring a fim de evitar que as enxurradas das ruas lavadas pelas chuvas fossem lançadas sem tratamento nos cursos d'água, diminuindo a possibilidade de contaminação dos rios e a transmissão de doenças. Apesar de ser um estudo com indicações gerais, os engenheiros da 5ª divisão sugeriram os materiais que poderiam ser utilizados na rede, a estimativa e velocidade de vazão e apontaram as dificuldades de se construir no terreno discrepante da cidade.¹⁶⁹

Houve discordâncias internas e externas na definição dos projetos de água e esgotos da CCNC. Saturnino de Brito, chefe da 1ª Seção da 5ª Divisão entre setembro de 1894 e maio de 1895, propôs plano alternativo com a captação direta do ribeirão da Posse que forneceria “mais água do que todos os outros reunidos e cujas captações serão, em soma, provavelmente mais dispendiosas”.¹⁷⁰ Caso a opção pelo córrego do Cercadinho fosse mantida, o engenheiro propôs uma rede com menos túneis e sem o reservatório da Serra.¹⁷¹ Saturnino foi apoiado por outros técnicos envolvidos nos trabalhos, mas o seu projeto não foi aprovado por Reis.¹⁷² Outra crítica pública a proposta de Reis foi a de

¹⁶⁸ BICALHO, Francisco de Paula. Relatório da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras. In: BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: Memória histórica e descritiva*. Belo Horizonte: FJP, 1896, p.553-567.

¹⁶⁹ FJP, 1997; VIANNA, 1997.

¹⁷⁰ BRITO, Saturnino de. *Abastecimento de águas: parte geral, tecnológica e estatística*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1943, p.40.

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² Saturnino de Brito foi apoiado pelo engenheiro Hermílio Alves; pelos chefes de seção Bernardo de Figueiredo e Adolfo Pereira, além do consultor técnico Pandiá Calógeras (FJP, 1997, p.51)

Pandiá Calógeras,¹⁷³ consultor contratado pelo Presidente de Minas Gerais Bias Fortes.¹⁷⁴ Calógeras sentiu a falta de uma memória justificativa das soluções propostas e, ao refazer os cálculos apresentados no projeto da Comissão chegou a conclusões distintas.¹⁷⁵

Francisco Rodrigues Saturnino de Brito (1864-1929) é considerado pioneiro na área de engenharia sanitária no Brasil. Engenheiro civil formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, possui extensa obra publicada com destaque para o seu pensamento urbanista sanitarista. Nos seus projetos, posteriores à sua passagem na CCNC, há uma compreensão de planejamentos urbanos que preconizam o desenvolvimento das cidades com maior integração do meio biofísico preexistente, como a manutenção da flora para a redução de escoamentos pluviais e para estabilização dos terrenos. Seu curto tempo na CCNC é justificado pelas divergências com Aarão Reis e com seu chefe imediato, César de Campos, com quem já havia se desentendido anteriormente durante trabalhos na construção da rede ferroviária no estado do Ceará, e pelas discordâncias em relação ao sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Com isso, Saturnino foi exonerado da Comissão, após 8 meses de contribuição, em maio de 1895.

Posteriormente, entre 1905 e 1909, Brito propôs um traçado alternativo para Belo Horizonte que, segundo o autor, privilegiava padrões do sanitarismo, além de preservar as curvas dos córregos com as avenidas sanitárias nos fundos de vales. Na sua obra *“Notes sur le tracé sanitaire des villes”*, publicada em Paris em 1916, ele defendeu a tese de que o traçado geométrico das cidades, principalmente aqueles que não levam em consideração a hidrografia e a topografia da região, são prejudiciais ao esgotamento sanitário e à hidrografia local.¹⁷⁶

A militância de Brito em prol do sanitarismo e para o estabelecimento de uma disciplina autônoma de urbanismo no Brasil contribuiu para uma série de análises sobre a Comissão Construtora elogiosas em relação ao sanitarista e críticas em relação a César

¹⁷³ Pandiá Calógeras (1870-1934) foi um engenheiro carioca graduado na Escola de Minas em 1890. Teve extensa carreira política, exerceu mandatos de deputado e foi ministro.

¹⁷⁴ Chrispim Jacques Bias Fortes (1847 – 1917), formado em direito, foi político com longa atuação administrativa. Foi presidente de Minas Gerais em duas ocasiões. A primeira entre 23 de julho de 1890 até 11 de fevereiro de 1891 e a segunda entre 07 de setembro de 1894 até 07 de setembro de 1888.

¹⁷⁵ O parecer de Calógeras está disponível no Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto. MINAS GERAIS. *Relatório do engenheiro-chefe para o Presidente do Estado com apresentação de projetos de canalização de água potável para a Cidade de Minas e pedido de autorização para executá-los de 24 de novembro de 1894*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1894. (MHAB).

¹⁷⁶ BRITO, Saturnino; IMBEAUX, Édouard. *Notes sur le tracé sanitaire des villes (technique sanitaire urbaine)*. Préface du Dr Edm. Imbeaux. Paris: Chaix, 1916.

de Campos, seu superior imediato. Quando trabalhou na CCNC, Brito não tinha experiência em projetos sanitários, pois seus trabalhos, até então, foram dedicados à construção de ferrovias. Não se pode afirmar que a discordância em relação ao traçado da capital contribuiu para o desligamento de Saturnino da CCNC, pois todas suas críticas em relação à planta de Reis foram publicadas anos após a sua saída da Comissão. Se considerarmos a possível mágoa em relação a sua exoneração, é possível inferir que Brito não deixaria de fazer referência ao assunto nas suas críticas aos trabalhos da construção de Belo Horizonte logo após sua exoneração.¹⁷⁷

A saída de Aarão Reis e as adaptações ao projeto conduzidas por Francisco Bicalho

Pouco depois da saída de Saturnino de Brito, em maio de 1895, e após o início efetivo das obras da nova capital e das demarcações dos quarteirões, bem como das ruas e avenidas da futura cidade, Aarão Reis pediu exoneração da chefia da Comissão. Após o término do mandato de Afonso Pena da presidência de Minas Gerais, em junho de 1894, Reis perdeu autonomia e prestígio. Surgiram, portanto, atritos com o presidente Bias Fortes. Segundo Aguiar, Reis era contrário a entregar parte das obras a empreiteiros da iniciativa privada. Entretanto, o governo do estado, impactado pela escassez orçamentária, acreditava ser inviável continuar os trabalhos sem realizar concorrências públicas.¹⁷⁸

Barreto afirmou que a *politicagem*, como o próprio Reis descreveu os movimentos do governo do estado na diminuição da autonomia e na contratação de indicados políticos sem a devida habilitação técnica para à CCNC, desagradou o engenheiro chefe que decidiu por pedir exoneração.¹⁷⁹ Angotti-Salgueiro, defendeu que Reis era um utopista que tentou organizar a Comissão a partir de seus ideais com a criação um comitê científico autônomo e capaz de regular todos os aspectos da construção da urbe e sem ingerências de políticos e de especuladores. Segundo a autora, o utopista desconfiava “da política e de seus compromissos,” o Estado serviria, portanto, para financiar o empreendimento e prover todos os recursos necessários. No entanto, entre o projeto e as condições práticas para efetivá-lo e devido a sobreposição dos interesses político-administrativos em relação aos ideais da elite científica a qual fazia parte, “o desmantelamento da utopia de Aarão

¹⁷⁷ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Saneamento Básico em Belo Horizonte: Trajetória em 100 anos. Os serviços de água e esgotos. Volume 4: Os Sanitaristas e Belo Horizonte: Percursos da Engenharia Sanitária*. Belo Horizonte, FJP, 1997, FJP, 1997, p.14-17.

¹⁷⁸ AGUIAR, 2006, p.147.

¹⁷⁹ BARRETO, 1995, p.246.

Reis torna-se inevitável”.¹⁸⁰ O engenheiro era “porta-voz de uma engenharia urbana nascente”, que procurou não tomar partido político nas questões administrativas nas quais foi envolvido e tinha como missão levar o progresso ao país e modernizá-lo a partir da racionalidade técnica. Por isso, queixou-se frequentemente sobre o que era imposto pelo poder político na gestão dos trabalhos técnicos.¹⁸¹

Apesar da sua militância e da tentativa de concretizar sua utopia na forma como coordenou os trabalhos da CCNC, Reis não pode ser considerado como um *outsider*, ou um técnico totalmente avesso às articulações do jogo político. Primeiramente, reiteramos que o engenheiro esteve lotado em cargos públicos durante toda a sua carreira profissional nos quais ele defendia, no interior do *establishment*, a maior participação de técnicos nos quadros da administração pública.¹⁸² Independentemente da sua competência, alguém com tamanha aversão ao jogo político não teria currículo tão extenso em cargos de indicação e, muito menos, se tornaria deputado ou cônsul. Reis, durante sua trajetória, mesmo com conflitos e tensões, fazia parte da elite técnica e política, transitou e construiu seus contatos nesses meios. O engenheiro procurou homenagear políticos em nomes de logradouros da nova capital que, “por seus serviços relevantes, merecem ser perpetuados na lembrança do povo”,¹⁸³ ação comum nas ações de trocas de favores promovidas pela administração pública no Brasil.

Como mencionado anteriormente, os relatórios, as demandas e as apresentações de Reis enviados ao legislativo ou ao executivo, eram, além de documentos técnicos, posicionamentos políticos que impactaram as práticas e as decisões administrativas em relação a mudança da capital. As dissonâncias, os conflitos, os desabafos e as desconfianças em relação ao aparato administrativo expostas pelo engenheiro em seus textos não significam que ele e outros técnicos não faziam parte desse jogo. O discurso, recorrente reproduzido em algumas análises celebrativas da CCNC, sobre a existência de uma isenção técnica, alheia a outros interesses, beneficiou *políticos* que

¹⁸⁰ SALGUEIRO, Heliana, Angotti. *Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão*. Belo Horizonte: FJP, 1997, p.179-180.

¹⁸¹ Idem, p.131.

¹⁸² Antes de chefiar a CELINC e a CCNC, foi engenheiro de obras no Ministério do Império e chefe dos serviços dos telégrafos e eletricidade da Estrada de Ferro Dom Pedro II, foi engenheiro da Comissão de Açudes no Ceará, diretor de Obras Civas e Hidráulicas do Ministério da Marinha, engenheiro chefe da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, diretor-geral do Ministério da Viação. Posteriormente ao seu trabalho em Minas Gerais, foi diretor-geral dos Correios e Telégrafos, diretor do Banco do Brasil, diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil e foi deputado federal pelo estado do Pará e o cônsul do Brasil em Southampton, na Inglaterra (FJP, 1997, p.14).

¹⁸³ MINAS GERAIS, 1895, p.220.

instrumentalizaram e distorceram argumentos técnicos para interesses diversos. Esse discurso de uma esfera técnica intangível, em certa medida, também beneficiou técnicos que estabeleceram as suas áreas de atuação e se inseriram nos aparelhos do estado. A figura de Aarão Reis é paradigmática, pois foi um técnico que transitou no cenário político administrativo e contribuiu para a inserção de elementos técnico-científicos para justificar atos políticos.

Reis ressentiu-se da diminuição de sua autonomia nos trabalhos da Comissão. O prazo escasso, bem como a situação financeira do estado, contribuiu para a nova abordagem do executivo estadual em relação à CCNC, isso ficou evidente nas mensagens de Bias Fortes ao legislativo. Segundo o presidente do estado, a comissão deveria planejar a cidade de forma prática e com restrição de despesas, pois Minas Gerais sofria com a situação econômica regional e nacional menos favorável desde o início do processo da mudança da capital. Assim, dever-se-ia delinear o “projeto de uma cidade [...] em seu desenvolvimento gradual, com obediência quanto aos alinhamentos, declividades e mais condições técnicas, a um plano de conjunto, prévia e corretamente Organizado.”¹⁸⁴ Apesar da preocupação orçamentária, era necessário cumprir o prazo constitucional da construção da Cidade de Minas. Por isso seria preciso “restringir as despesas, sem sacrificar as condições técnicas a que é mister obedeça ao plano das obras a executar-se.”¹⁸⁵ No ano seguinte, em outra mensagem ao Congresso, o presidente reiterou a sua abordagem em relação à construção da capital, em consonância com a CCNC, para manter os trabalhos “reduzindo o mais possível a despesa”. Com essa diretriz, os esforços se concentrariam “nas construções e obras essenciais à instalação das diversas repartições públicas e reclamadas pelas condições higiênicas da cidade, adiando outras que imporiam ao Estado sacrifícios avultados e que, com o tempo, mais suavemente poderão ser executadas”.¹⁸⁶

Mesmo com a carestia financeira e a necessidade de concluir a obra da cidade no prazo estipulado pela constituição, o executivo estadual precisava revestir de legitimidade técnica as suas decisões em relação à CCNC. Bias Fortes se preocupou em contratar

¹⁸⁴ MINAS GERAIS. *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Gerais doutor Crispim Jacques Bias Fortes ao congresso mineiro. Primeira Sessão Ordinária da Segunda Legislatura*. 1895. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1895, p.23.

¹⁸⁵ Idem, p. 23.

¹⁸⁶ MINAS GERAIS. *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Gerais doutor Crispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua Segunda Sessão Ordinária da Segunda Legislatura no ano de 1896*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1896, p. 33.

consultores, como Calógeras, para ter contrapontos aos trabalhos de Reis. Todas as justificativas que o presidente de Minas Gerais ofereceu ao parlamento mineiro, apesar de ressaltar os problemas do empreendimento da nova capital, reiteraram que a Comissão, sob nova coordenação de Francisco Bicalho, manteria os melhores parâmetros técnicos e higiênicos. Argumentos oriundos do arsenal sanitaria fizeram parte das discussões técnico-políticas envolvidos nos trabalhos de planejamento e construção da cidade. Reis não se furtou em utilizar suas credenciais técnicas para publicizar insatisfações com os rumos da CCNC. Bias Fortes, por sua vez, se muniu de estudos e dados para contrapor à Reis. Além disso, o presidente alegou a necessidade de dar eficiência ao trabalho, com menos gastos, mas sem perder de vista os padrões da cidade salutar que nasceria no alvorecer da República. Esses debates demonstram a singularidade da capital mineira, que, antes mesmo de sua inauguração, esteve cercada de discussões técnico-políticas em torno do saneamento básico.

Francisco Bicalho assumiu a chefia da CCNC em situação adversa e, entre 1896 e 1897, teve como missão viabilizar a instalação do governo mineiro na nova capital no do prazo constitucional de quatro anos. O novo engenheiro chefe precisou realizar diversas adaptações ao projeto. A zona urbana, por exemplo, foi reduzida em 13 quarteirões e edifícios projetados, como o Palácio da Justiça e o da Municipalidade, foram abandonados. O Parque Municipal sofreu com redução na sua área, adaptações no seu paisagismo e pela desistência da execução de equipamentos internos, como o restaurante e observatório meteorológico. O Zoológico, que ficaria nas proximidades do centro administrativo, onde hoje se situa o Minas Tênis Clube no atual bairro de Lourdes, também não seria construído. Bicalho viu-se obrigado a ajustar o plano da CCNC às novas circunstâncias, o que demonstra a flexibilidade do plano proposto pela CCNC.¹⁸⁷

Os projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário precisaram de adaptações para a adequação às novas condições financeiras e de prazo, mas a relevância deles nos discursos técnico-políticos da época permaneceu inabalada. Era necessário inaugurar uma cidade *higiênica* no prazo previsto, com dificuldades logísticas e com orçamento limitado. Entretanto, apesar do entusiasmo sanitaria repercutido entre os técnicos e reverberado pelos políticos mineiros, as redes de água e, principalmente, as de esgotos estavam longe de ser finalizadas pela Comissão quando da inauguração da cidade.

¹⁸⁷ AGUIAR, 2006, p.304-305; NETO, 2010, p.674.

Em maio de 1896 foi inaugurada uma rede provisória de água a partir do córrego do Acaba Mundo para subsidiar a execução das obras e consumo dos envolvidos no empreendimento. O projeto final de abastecimento proposto na gestão de Bicalho, coordenado pelo engenheiro Manuel S. Couto, previa, inicialmente, a construção de quatro reservatórios: da Serra; do Palácio (nos fundos do Palácio Presidencial); do Cercadinho, que não foi finalizado antes da extinção da CCNC, e um de extremidade que não foi construído. Segundo relatório da época, cerca de 70% das canalizações previstas para a rede de abastecimento foram terminadas pela Comissão e os hidrômetros previstos não foram instalados.¹⁸⁸

Em relação ao esgotamento sanitário, Bicalho, no relatório apresentado ao governo de Estado em abril de 1896, afirmou que a rede coletora da futura capital apresentava “dificuldades que não se oferecem na maioria das cidades, em consequência das declividades relativamente fortes das ruas e vias públicas”. Por questões logísticas e de prazo, Bicalho optou pelo sistema *tout a l’égout*, ou sistema unitário, que recolhe, na mesma tubulação, as águas de esgoto e pluviais para depois serem depuradas por meio de filtração no terreno.¹⁸⁹

As diferenças entre os projetos coordenados por Aarão Reis e Francisco Bicalho são evidentes. Pela necessidade de definição em prazo curto, a decisão final foi pelo *tout a l’égout*, enquanto Reis, como já discutido, pretendia realizar estudos comparativos entre outros sistemas. Segundo Vianna, apesar de Bicalho ser muito firme na defesa do método escolhido por ele e sua equipe, não havia consenso entre os sanitaristas da época a respeito do melhor sistema de esgotamento sanitário. Esta discordância era compreensível pela pouca experiência na implementação de esgotos no início do XX no Brasil.¹⁹⁰ Essas questões, somadas às especificidades locais, como a declividade belo-horizontina e a falta de materiais recomendados, tornaram-se complicadores que resultaram em inovações locais e improvisos. Segundo Melosi e Burian *et al*, não havia publicações de procedimentos padrão de construção dos esgotos modernos nas américas. As novas redes de saneamento ainda eram novidade e havia poucos técnicos capazes de lecionar sobre o

¹⁸⁸ FJP, 1997, p.61; VIANNA, 1997.

¹⁸⁹ BICALHO, 1896, p.690-696; VIANNA, 1997, p.96.

¹⁹⁰ Idem, p.97.

assunto no continente americano. Os primeiros esforços coordenados seguiram práticas estabelecidas na Europa, literatura científica e consultorias internacionais.¹⁹¹

Para o desenho do sistema unitário de esgotos da nova capital, Couto e Bicalho utilizaram estudos teóricos e dados do observatório meteorológico da Comissão. Os técnicos estipularam a média de chuvas nos períodos de cheia de 36 milímetros por hora, exigindo da rede de esgotos vazão de 0,18 litros por segundo por quilômetro de canalização. Havia preocupação com a velocidade dos esgotos na rede e com o material a ser utilizado, que deveria resistir a demandas extraordinárias e ao revestimento dos canos. Bicalho ressaltou ainda que, “como a canalização das águas pluviais não pode deixar de ser feita, há grande economia em fazer ambos os serviços pela mesma rede”.¹⁹²

Para a execução do projeto, a CCNC priorizou à construção das tubulações de grandes seções feitas com alvenaria de tijolos e, dos 9.670 metros previstos, a Comissão concluiu cerca de 50%. Devido ao prazo diminuto e as restrições orçamentárias, Bicalho desprivilegiou o sistema de esgotamento sanitário e decidiu por lançar a rede oficial diretamente nos ribeirões da cidade. O *emissário geral*, ou *emissário do Arrudas*, por exemplo,¹⁹³ fazia lançamento de esgotos diretamente no ribeirão Arrudas, mais precisamente na jusante da entrada do seu afluente córrego do Acaba Mundo, sem qualquer tipo de depuração ou tratamento, contrariando os ideais sanitaristas dos técnicos envolvidos no empreendimento da nova capital.

A desistência de realizar o tratamento de esgotos, contudo, foi escolha comum em cidades no continente americano. Segundo Burian *et al*, os projetos urbanístico-sanitaristas propuseram a construção de estações de tratamento para água e esgotos, todavia, geralmente, as municipalidades optavam por tratar somente o líquido para o abastecimento. Esse fato pode ser explicado devido aos custos elevados da depuração das águas servidas e por escolhas políticas fundamentadas a partir de interpretações de estudos da época que indicavam que o esgoto diluído *naturalmente* não seria prejudicial. Ou seja, os dejetos, até determinado volume, poderiam ser direcionados aos rios sem

¹⁹¹ BURIAN et al, 2000.

¹⁹² BICALHO, 1896, p.690-696; VIANNA, 1997, p.96-97.

¹⁹³ O emissário é uma canalização que recebe vasões reunidas de esgotos provenientes de várias áreas da cidade.

maiores prejuízos sanitários.¹⁹⁴ Os sistemas foram, portanto, planejados para descarregar o máximo estipulado que os rios poderiam diluir, como no caso da Nova Capital de Minas.

Outro complicador normalmente indicado pelas municipalidades referia-se às poucas opções de sistemas de tratamento, pois, na virada do século XIX, havia mais recursos técnicos para a purificação da água para o consumo.¹⁹⁵ As limitações tecnológicas para o tratamento de resíduos eram maiores nos sistemas combinados¹⁹⁶ de esgotos, como o proposto pela CCNC, pela não separação das águas pluviais, que dificultava a depuração principalmente nos períodos chuvosos. Burian et al. demonstra que os argumentos contrários a construção de sistemas de tratamento de esgoto, normalmente econômicos ou políticos construídos a partir de estudos científicos, foram bem-sucedidos. Nos Estados Unidos, por exemplo, em 1905, mais de 95% dos dejetos eram despejados sem tratamento nos cursos de água. Todavia, com o crescimento das cidades durante o século XX ficou evidente a necessidade de se tratar os esgotos, assunto que será estudado no próximo capítulo.¹⁹⁷

Desde a inauguração da Nova Capital de Minas, já existiam redes informais de esgoto, que aumentaram exponencialmente ao longo dos anos devido à deficiência de um sistema de esgotamento sanitário inacabado.¹⁹⁸ Outra questão foi a decisão por não se construir, inicialmente, as galerias pluviais, o que provocou a sobrecarga das tubulações e contribuiu para as enchentes na cidade desde a sua fundação.¹⁹⁹

A CCNC pensou em uma cidade robusta, racional e limpa, que deveria contar com água e instalações sanitárias para todos os seus habitantes. Entretanto, existem discrepâncias entre o projeto e a execução. Devido a questões orçamentárias, logísticas, de escassez de mão de obra especializada de tempo e de prioridades, além de discussões

¹⁹⁴ Segundo Botelho, a possibilidade de depurar os esgotos, até determinado volume, nos rios da nova capital basearam-se em análises superficiais dos estudos citados pela CCNC, como os de autoria de Jules Arnould. Botelho explica que Arnould, *apesar de entender que o lançamento de esgotos nos rios ou no mar fosse um dos processos utilizados para a sua depuração*, apresentou todos os malefícios desse método a partir de estudos recentes, principalmente alemães, onde havia legislação que regulamentava a poluição dos córregos. Sobre esse assunto ver: BOTELHO, 2018, p.62-83.

¹⁹⁵ Já se utilizava filtração de água na Inglaterra desde, pelo menos, 1829. Nos Estados Unidos essa técnica passou a ser empregada a partir de 1871, depois dos estudos de James Kirkwood: “*Report on the Filtration of Waters*” que demonstrou que a filtração eliminava alguns germes. Ver: BURIAN et al, 2000, p.33-62; MELOSI, 2008.

¹⁹⁶ Os sistemas combinados transportam esgotos e águas pluviais em uma mesma rede canos.

¹⁹⁷ BURIAN et al, 2000, p.15-17.

¹⁹⁸ As escolhas da CCNC, principalmente em relação à rede de esgotos, potencializadas pela precariedade da situação sanitária da cidade nas primeiras décadas do século XX, foram largamente debatidas por engenheiros sanitaristas. O assunto será mais bem debatido no próximo capítulo.

¹⁹⁹ FJP, 1997, p. 38-39; VIANNA, 1997, p.95-99.

políticas, a rede de esgotos não foi construída conforme o projeto, os materiais pretendidos não foram utilizados e a capacidade da mesma era bem inferior ao necessário. As escolhas políticas que culminaram em desprivilegiar a rede de esgotos, bem como outras decisões tomadas pela CCNC, demonstram que, apesar da importância no discurso, as obras sanitárias, em algumas ocasiões, foram desprivilegiadas em detrimento de outras questões.

Conclusão: O discurso sanitário e de planejamento

Em 12 de dezembro de 1897, uma cidade incipiente foi inaugurada, com poucas árvores que haviam sobrado, por acaso, do antigo arraial. As ruas eram vazias, sem vida e com calçamentos incompletos. Nas semanas secas, os ventos, quase sem obstáculos, levavam poeira para os lares e incomodavam os transeuntes. No período de chuvas, um verdadeiro lamaçal se formava. A iluminação pública, bem como a sinalização e o mobiliário urbano, eram insuficientes. A água, nas casas onde havia canalização, chegava com aspecto leitoso e os esgotos estavam incompletos.²⁰⁰

A CCNC readaptou e simplificou os projetos sanitários para contornar as contingências enfrentadas na construção da nova cidade. A dificuldade na importação de tubos de ferro para o abastecimento justificou a decisão pela utilização de canos de chumbo, já condenados tecnicamente na época. A Comissão não construiu a estação de tratamento de esgotos e a insuficiência da rede causou a proliferação de esgotos clandestinos que poluíram os rios da nova cidade. Os cursos d'água matavam a sede da população, seja pelas redes formais, ou pela coleta direta nas novas casas que surgiam ao redor dos córregos. Essas moradias eram construídas por pessoas que buscavam, justamente, as águas dos rios para o consumo. Isso demonstra que os critérios técnicos foram negligenciados para que se inaugurasse a cidade, mesmo que inconclusa, no prazo previsto.²⁰¹

Entre a plano e a prática havia um descompasso com consequências práticas deixadas para a nova administração municipal resolver. A prefeitura, por sua vez, também se estruturava em uma cidade em formação, assunto que será tratado no próximo capítulo. Todavia, esse fato não arrefeceu a produção de textos celebrativos sobre a CCNC, ou o uso político dos feitos dos técnicos envolvidos no trabalho. Isso fica evidente, por

²⁰⁰ FJP, 1997, p.39-44.

²⁰¹ Idem; VIANNA, 1997, p.98.

exemplo, no texto de 1976 do jurista belo-horizontino Afonso Arinos de Melo Franco. Segundo o escritor, a criação de Belo Horizonte demarcou a presença de uma nova mentalidade política mais de acordo com a nova era técnica característica do século XX, uma espécie de *novo bandeirantismo*. Todavia, os novos bandeirantes eram singulares, pois eles não aderiram à natureza, como os conquistadores setecentistas que, por falta de tecnologia, só venciam submetendo-se ao meio natural. Na mudança da capital, dominou-se *a natureza pelo trabalho e pela máquina* e as distâncias foram anuladas pela construção de meios de transporte de grande capacidade. A ação deste grupo possibilitou “evitar as doenças pondo em prática recursos médicos e higiênicos modernos”. Os novos bandeirantes seriam destemidos e possibilitaram empreendimento único para o Brasil em Minas Gerais, pois “a gente mineira mostrava possuir um espírito viril de luta e de confiança no futuro, Era uma espécie de idealismo prático, servido pela energia técnica”.²⁰²

Arinos descreveu o empreendimento da construção de Belo Horizonte como uma aventura. A CCNC conquistou a natureza em prol do progresso para a inauguração de uma cidade higiênica e moderna. O relato fez coro com outros textos celebrativos sobre o feito. A cada efeméride de aniversário de Belo Horizonte, em 12 de dezembro, reportagens da mídia, bem como discursos de administradores públicos e dirigentes de entidades de classe, exaltam a “cidade planejada”.

Uma visão idealizada e celebrativa do empreendimento da mudança de capital se consolidou. Afirmações genéricas e celebrativas como: “a primeira cidade planejada do Brasil”, o que é um equívoco, além de outras como: “cidade positivista” “cidade sanitária”, ainda são usadas em sites oficiais, matérias jornalísticas, portais de turismo e em alguns trabalhos acadêmicos sobre Belo Horizonte.

Como analisamos neste capítulo, o sanitarismo, central no empreendimento da mudança da capital de Minas Gerais, ofereceu maior legitimidade a atos administrativos que não necessariamente seguiam os preceitos técnicos do movimento. Os ideais sanitários foram incorporados a um tipo de discurso político que serviu para expandir o campo de ação da municipalidade e para justificar ações impositivas. A ideia de um domínio técnico isento, contribuiu para estratégias de poder que beneficiou os técnicos e

²⁰² FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República: (Afonso de Melo Franco e seu tempo)*. Rio de Janeiro: J Olympio, 1955, p.263.

os *políticos*, os primeiros firmaram seu espaço no planejamento urbano e na administração pública, os segundos subvertiam, ou adaptavam, argumentos técnico-científicos para justificar atos administrativos e para benefícios fisiológicos.

O próximo capítulo analisará os primeiros anos de uma cidade inacabada, com problemas urbanos de toda ordem, mas que manteve no jogo político o protagonismo do discurso sanitarista e da necessidade de se planejar. Outra característica presente em algumas administrações foi a exaltação da Comissão Construtora, do seu projeto e do pioneirismo na construção da cidade, associada a críticas às gestões passadas que não teriam prosseguido ou respeitado o planejamento estabelecido pelas equipes de Aarão Reis e Francisco Bicalho. A prática de questionar escolhas dos prefeitos anteriores tornou-se uma das justificativas preferidas para explicar os crescentes problemas urbanos e a necessidade de (re)planejar o futuro da cidade.

2. Nem Luxo, nem Lixo: o discurso político sanitário nos projetos de água e esgotos -1897-1929

não quero luxo, nem lixo, meu sonho é ser imortal
Nem Luxo Nem Lixo, Rita Lee/Roberto de Carvalho, 1980.

Nos primeiros 30 anos de Belo Horizonte, consolidou-se de um discurso político-administrativo pautado pela questão sanitária. Essa fala apresentou nuances, com mais ou menos destaque para as questões sanitárias de acordo com a gestão do executivo municipal, que sempre priorizou o abastecimento de água e a necessidade, pelo menos na retórica, de se retirar a sujeira da urbe, por meio do esgotamento sanitário, limpeza das ruas, fiscalização dos mercados e coleta de lixo. Este discurso, apesar de exaltar a vocação moderna e higiênica da jovem capital, geralmente, admitiu as falhas de planejamento e reconheceu os inúmeros problemas relacionados à falta de água e ao esgotamento sanitário e, também, serviu de desculpas para outros problemas urbanos do município. Apesar dos serviços serem deficientes durante todo o período abordado nesse capítulo, os administradores públicos sustentavam a ideia de uma cidade sanitária e limpa, não idealisticamente, mas saneada e moderna na medida do possível. Para alguns prefeitos do período, principalmente Christiano Machado (1926-1929), o ideal intencionado pelos “primeiros urbanistas”²⁰³ da comissão construtora não havia, ainda, sido efetivado, mas essa vocação, plantada desde a fundação da capital, sempre esteve presente e precisaria ser devidamente concretizada. Permanecia o desejo repaginado de Belo Horizonte como polo de um projeto de *modernidade* urbana enquanto alguns dos gestores dos governos do município e do estado tentaram atrelar suas trajetórias à história da nova urbe, com um caráter de difusão e de promoção política, da cidade e das próprias carreiras.

“Nem Luxo, Nem Lixo”, canção de Rita Lee e Roberto de Carvalho que escutei algumas vezes durante a elaboração deste texto, fez todo sentido para ser o título deste capítulo. Não era possível, nem mesmo nos discursos mais floreados produzidos pelo poder público, admitir que a cidade gozava de situação ideal, não havia nenhum “luxo”: ter água na torneira de casa já era uma das maiores regalias possíveis. Em alguns

²⁰³ É preciso ressaltar que esse termo anacrônico foi utilizado por Machado para exaltar os feitos da CCNC. Todavia, não podemos afirmar que os técnicos da CCNC eram urbanistas.

momentos, a norma não foi sequer cogitada e soluções paliativas foram adotadas e investimentos necessários foram protelados. Todavia, a ideia sanitarista de remoção da sujeira, presente desde o início do movimento no século XIX, permaneceu com destaque no discurso administrativo. Além disso, ainda persistia a pretensão de uma “cidade símbolo”, por meio de um modelo urbanista-sanitarista em um contexto de consolidação da Prefeitura de Belo Horizonte e de um discurso político local.

Este capítulo será dedicado aos primeiros anos de Belo Horizonte após sua inauguração em 1897 e abordará como os serviços de esgotamento sanitário e distribuição de água foram conduzidos e inseridos na retórica política da cidade. A partir da extinção da CCNC e da estruturação da prefeitura avançaremos na demonstração da tese central do trabalho de que a questão sanitária moldou uma forma de ação política na capital, tornando-se um símbolo na cidade. Ela serviu para estruturar planos e ações administrativas além de ter sido utilizada como justificativa para mazelas urbanas de todos os tipos, devido à complexidade do dispêndio para investimento e manutenção das redes de água e esgotos. Indicaremos alguns efeitos das escolhas urbanísticas e da preferência manifesta e orçamentária da construção de redes de água em detrimento das redes de esgotamento sanitário. Analisaremos as escolhas de cada gestão dos prefeitos, as rupturas e as continuidades de planos, bem como as soluções paliativas e improvisadas tão recorrentes na época. Consideraremos os impactos ambientais, políticos e sociais relacionados ao saneamento em uma cidade que não parou de crescer durante todo o período cronológico pesquisado.

A questão sanitária teceu teias complexas na administração pública belo-horizontina e se solidificou nos discursos políticos locais. Por isso, o uso de generalizações presentes na historiografia mostra-se insuficiente para descrever as intrincadas relações políticas e sociais que a questão sanitária trouxe ao cotidiano urbano. Entre esses reducionismos podemos citar os estudos que indicam que Belo Horizonte utilizou um modelo higienista importado, ou que o sanitarismo era composto por pessoas cooptadas ou subjugadas pelas “classes dominantes” (até pelo simples fato de grande parte desses técnicos terem pertencido às classes dirigentes).

As promessas de planejamento se tornaram elemento central na retórica e na prática dos governantes municipais desde a extinção da CCNC. Esse tipo de discurso foi central para estratégias de convencimento e nos relatórios por parte do poder público. O

saneamento foi fundamental para a construção dessa prática e foi apresentado, desde a criação da prefeitura, como um dos principais pontos de ação por parte do executivo.

O projeto de Belo Horizonte partiu de um plano pautado nos ideais então mais recentes do desenho urbano. Todavia, inaugurou-se uma cidade inacabada, com problemas de toda ordem, mas que manteve no jogo político o discurso da necessidade de se planejar. A prática de questionar as escolhas dos prefeitos anteriores se tornou uma das justificativas preferidas para explicar os crescentes problemas urbanos e a necessidade de (re)planejar o futuro da cidade. Os sistemas de saneamento foram centrais nos trabalhos da CELINC e da CCNC, analisados no capítulo anterior, e objeto da atuação direta de seus engenheiros chefe, Aarão Reis e Francisco Bicalho. Todavia, não foram concluídos a tempo pela comissão, agravando a situação do esgotamento sanitário.

A organização administrativa da Nova Capital de Minas

Pode-se dizer que a história político-administrativa da Nova Capital de Minas iniciou-se de forma semelhante à execução das redes sanitárias pela CCNC, com improvisos, disputas, contradições e incertezas. A centralização excessiva investida em Aarão Reis e Francisco Bicalho, durante a construção da cidade, apesar de ser aparentemente dissonante das discussões constituintes que preconizavam maior autonomia, não parece ter causado espanto nos contemporâneos.²⁰⁴ Camarate, que acompanhou os trabalhos da CCNC, foi além e sugeriu que Reis deveria redigir, de forma autocrática, um código de posturas, pois “as grandes coletividades são forçosamente formadas por elementos heterogêneos.”²⁰⁵ A Constituição mineira foi taxativa quanto à impossibilidade de o executivo realizar atribuições do legislativo e a autonomia municipal foi bandeira dos discursos dos primeiros governadores eleitos como medida para assegurar o pleno funcionamento das instituições democráticas e de impedir a descontinuidade de políticas públicas pelas trocas autoritárias de chefes do executivo. Como afirmou o terceiro presidente eleito de Minas Gerais, Silviano Brandão:

As antigas províncias, esmagadas pela centralização administrativa e governadas por delegados nomeados pelo poder central, os quais, sucedendo-se no governo a curtos intervalos, não podiam iniciar e levar a efeito melhoramentos úteis e perduráveis, não dispunham de

²⁰⁴ NETO, Guilherme Nunes de Avelar. *Ciclones e macarêus: o parlamento na história de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Câmara Municipal de Belo Horizonte, Programa Pró-Memória Legislativa, 2010, p.684.

²⁰⁵ CAMARATE, Alfredo (RIANCHO, Antônio). Por Montes e Vales. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. XXXVI, 1985, p.172.

meios para desenvolver e dar expansão às suas forças vivas; as câmaras municipais, na inteira dependência do governo, que as podia suspender e até substituir por outras, conforme as exigências partidárias do momento, sem atribuição nem para aprovar os seus orçamentos, arrastavam uma existência lastimável e inglória, inteiramente incapazes de impulsionar o progresso local.²⁰⁶

A autonomia administrativa foi concedida a todos os municípios mineiros, com exceção de sua capital. De fato, pode-se dizer que a relação da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) com o governo do Estado de Minas Gerais foi uma das principais características da capital que dependia do aparato do executivo municipal, bem como das decisões políticas por parte do Governador, para parte considerável das atividades cotidianas da administração pública. Isso fica evidente o Decreto 1088, de 29 de dezembro de 1897 que criou a PBH. No artigo 3 do ato administrativo, foi estabelecido que as funções deliberativas seriam exercidas “diretamente pelo Presidente do Estado” e o poder executivo ficaria a cargo de um prefeito de livre nomeação por parte do governo estadual.²⁰⁷

Da inauguração da cidade até 1935, em 38 anos, Belo Horizonte teve 20 prefeitos, alguns com mandatos efêmeros, todos nomeados pelo chefe do executivo do estado de Minas Gerais, o que causou dificuldade na continuidade de políticas públicas. A falta de autonomia e a dependência do aparato administrativo do governo mineiro, somada a dificuldades de uma cidade recém-inaugurada com serviços inacabados ou inexistentes potencializou uma série de problemas urbanos. A então jovem prefeitura que não possuía estrutura adequada, planejamento continuado, além de não ter corpo técnico capacitado o suficiente para esses desafios, com isso agravou-se a questão sanitária em uma cidade tão afeita ao tema. Nesse período foi comum a ruptura entre as gestões, a descontinuidade de projetos e a ausência de políticas públicas, principalmente em áreas periféricas.

²⁰⁶ MINAS GERAIS. *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado doutor Francisco Silviano de Almeida Brandão ao Congresso Mineiro em sua Terceira Sessão Ordinária da Terceira Legislatura no ano de 1901*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1901, p.4.

²⁰⁷ MINAS GERAIS. Decreto estadual nº 1.088, de 29 de dezembro de 1897. Cria a Prefeitura da Cidade de Minas Gerais. In: *Legislação Mineira, Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial: 29 dez. 1897.* Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=1088&comp=&ano=1897>. Acesso em: 11 julho de 2022.

Quadro 1: Prefeitos nomeados em Belo Horizonte 1897 – 1929.

Adalberto Dias Ferraz da Luz	29/12/1897	07/09/1898
Américo Werneck	09/09/1898	27/10/1898
Wenceslau Braz Pereira Gomes	27/10/1898	31/01/1899
Francisco Antonio De Sales	01/02/1899	02/09/1899
Bernardo Pinto Monteiro	19/09/1899	07/09/1902
Francisco Bressane de Azevedo	07/09/1902	28/10/1905
<i>Cícero Ribeiro Ferreira Rodrigues (interino)</i>	20/04/1905	10/05/1905
Antônio Carlos Ribeiro De Andrada	30/10/1905	07/09/1906
Benjamin Jacob	07/09/1906	16/04/1909
Benjamin Franklin Silviano Brandão	16/04/1909	07/09/1910
Olyntho Deodato Dos Reis Meirelles	07/09/1910	07/09/1914
Cornélio Vaz De Melo	07/09/1914	07/09/1916
Afonso Vaz De Melo	07/09/1916	07/09/1922
Flávio Fernandes Dos Santos	07/09/1922	07/09/1926
Francisco Da Silva Campos	07/09/1926	16/10/1926
Christiano Monteiro Machado	16/10/1926	28/11/1929
Alcides Lins	28/11/1929	07/09/1930

Fonte: APCBH/Projeto Cestas da Memória.

A partir deste capítulo a coleção dos Relatórios de Prefeitos, disponível no APCBH, será central para o trabalho. Os relatórios anuais, apresentados pelos prefeitos ao Conselho deliberativo (1897 – 1929)²⁰⁸, ao Governador de Minas Gerais (1935-1941) e à Câmara Municipal de Belo Horizonte (1936, 1948 – 2005), reportam as atividades realizadas pelo executivo municipal, durante o ano administrativo, sob o interesse de seus autores que sempre apresentam narrativas positivas sobre as suas próprias gestões. Esse discurso oficial é um dos elementos mais importantes desses documentos, pois evidenciam as preferências políticas de cada gestão, além de mostrarem os ideais e prioridades de cada prefeito. O planejamento e os diagnósticos relacionados às questões sanitárias são destacados como prioridades para a municipalidade em quase todos os

²⁰⁸ O Conselho Deliberativo pode ser descrito como uma forma muito incipiente de um poder legislativo na Nova Capital de Minas e foi criado a partir da Lei municipal nº 275 de 12 de setembro de 1899. Efetivamente, o Governador do Estado nomeava livremente os prefeitos e a falta de autonomia administrativa da nova cidade limitavam o poder de ação das instâncias municipais e trouxe instabilidade política. Sobre o Conselho Deliberativo ver: NETO, 2010; LE VEN, Michel Marie. *As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914)*.1977. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1977; PLANEJAMENTO DA REGIAO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (PLAMBEL). *O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970*. Belo Horizonte: PLAMBEL/Governo do Estado de Minas Gerais, Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana, 1979.

relatórios durante todo o período estudado. Em vários desses exemplares anuais, como os relatórios de Olyntho Meireles (1910 – 1914), Chistiano Machado (1926-1929) e Oswaldo Pieruccetti (1965-1967 e 1971-1975), por exemplo, a questão sanitária é descrita detalhadamente, com a presença de extensos diagnósticos, de projetos de obras com orçamentos, de modelos de tubulações a serem utilizadas, mapas, fotografias, justificativas, entre outros.

A partir dos relatórios, é possível analisar como o discurso sanitarista era abordado pela municipalidade, as circunstâncias em que as obras de saneamento foram feitas, onde elas foram realizadas, como foram financiadas, se houve apoio de capital estrangeiro, entre outros fatores. Os textos dos relatórios são riquíssimos também por apontar a direção pretendida por cada um dos prefeitos da cidade. Por meio deles, podemos notar ainda a construção de alianças políticas entre a Prefeitura, o Estado e a União, bem como acusações e transferência de responsabilidades pelos problemas da capital entre os administradores públicos. Por último, é interessante ressaltar que, mesmo se tratando de documentos oficiais, os graves problemas urbanos não são totalmente omitidos dos textos dos relatórios, mas a forma que se planeja resolvê-los é muito diferente nas gestões.

Os primeiros relatórios evidenciam problemas sanitários de todas as ordens, problemas de fornecimento de energia elétrica, ausência de pontes sobre os córregos, ausência de oferta de moradias para renda mais baixa e deficiência de serviços públicos. Essas questões foram agravadas pela crise financeira do estado de Minas Gerais, que afetou diretamente os serviços municipais na sua capital. A situação higiênica, principalmente nas ocupações improvisadas, agravou-se.

O projeto da CCNC, como vimos no primeiro capítulo, não foi plenamente executado por questões logísticas, financeiras e político-administrativas. A estação de tratamento de esgotos, por exemplo, não foi construída e os detritos eram lançados diretamente no Ribeirão Arrudas. A ausência de galerias pluviais sobrecarregou o sistema unitário incompleto, contribuindo para as enchentes presentes desde a inauguração da Capital de Minas. Além disso, a rede de esgoto se limitava, primordialmente, às casas na zona urbana com plantas aprovadas pela Municipalidade. A ligação ao serviço de esgotamento sanitário ficava a cargo do dono do lote e não era devidamente fiscalizado, assim como a construção de fossas, que ameaçavam os lençóis freáticos. Em outros locais não havia controle em relação aos dejetos produzidos pelos lares, jogados em regos improvisados nas ruas, nos córregos ou em cisternas.

A consolidação do discurso sanitário-administrativo belo-horizontino

Os documentos oficiais produzidos nos primeiros anos da capital articulam um discurso que colocou rigorosos padrões sanitários como meta para uma cidade moderna, em comparação com outros centros considerados como “civilizados” pela narrativa da prefeitura. Todavia, os dispêndios necessários para a execução dos projetos das redes de água e esgoto, somado ao crescimento populacional acelerado, tornaram as dificuldades da realização das obras sanitárias como desculpa para protelar medidas necessárias no cumprimento dos padrões de higiene exaltados pela classe dirigente belo-horizontina. Os preceitos sanitários se fizeram presentes em vários aspectos da administração pública (o abastecimento alimentar, por exemplo, foi inicialmente vinculado na Diretoria de Higiene)²⁰⁹ e serviu, também, para outros fins, como na lógica higienista de remover moradias improvisadas e irregulares ocupadas por camadas desfavorecidas da população.

Ressaltamos que, mesmo com aspirações de padrões de higiene a partir de idealizações de outros centros urbanos, como Nova Iorque, Buenos Aires e Paris, é incorreto afirmar que os modelos de higiene belo-horizontinos foram meramente importados. Como discutimos no primeiro capítulo, inspirados em Melosi, mesmo com idealizações do estrangeiro e com o referencial teórico construído, primordialmente, a partir de estudos e técnicas da época desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos, podemos afirmar que o que foi discutido, planejado e aplicado na capital mineira constituiu um sanitarismo belo-horizontino.²¹⁰ Soluções técnicas foram desenvolvidas localmente, ao mesmo tempo em que o discurso sanitarista se incorporou, mesmo com distorções e usos inusitados, no discurso político regional.

Os documentos produzidos pela prefeitura na época demonstram que a situação sanitária da cidade foi preocupação constante dos seus administradores públicos.²¹¹ Promovia-se a ideia de fortalecer uma capital moderna, e um *farol* para o

²⁰⁹ SOUZA, Lays, Silva de. *Viver e Comer na Cidade: Políticas públicas para o abastecimento alimentar em Belo Horizonte (século XX)*. 2020. 173f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

²¹⁰ MELOSI, Martin V. *The Sanitary City: Environmental Services. Urban America from Colonial Times to the Present*. Abridged Edition. Pittsburgh, Pennsylvania: University of Pittsburgh Press, 2008.

²¹¹ O caso de Bogotá oferece um interessante diálogo com a capital mineira, no final do século XIX a situação sanitária da capital colombiana era ruim, com incidência de doenças de propagação hídrica. Os administradores locais pretendiam melhorar a imagem da urbe e promoveram reformas no sistema de água e esgotos. Ver: LATORRE, Maria Clara Torres. *El alcantarillado de Bogotá: discursos e institucionalización de um problema ambiental, 1886-1938*. In: LÓPEZ, Rosalva Loreto; BARRERA, Laura Caso; FERNÁNDEZ, Mario Aliphath (org.). *Ciudad, Paisaje y Patrimonio en America Latina*. v. 4 de Colección Estudios urbanos y ambientales. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2015.

desenvolvimento regional, ideal que remontava à sua concepção e, para isso, seria vital que a cidade seguisse todos os padrões de higiene *dos grandes centros*.²¹² As demandas dos cidadãos retroalimentaram esse discurso, na medida em que os prefeitos promoviam a importância da questão sanitária. Demandavam a melhoria dos serviços, com destaque para o acesso à água. A luta pelo líquido tornou-se uma das principais reivindicações sociais durante todo o período cronológico estudado nesta tese. Questões higienistas também permearam as justificativas para as políticas sanitárias da cidade. Pretendia-se embelezar a urbe e deixá-la mais *agradável*, sem causar desconforto aos visitantes oriundos de locais que seguiam os preceitos mais higiênicos da modernidade. Desta forma, em nome de melhorias sanitárias, diversos moradores foram compulsoriamente removidos, principalmente famílias com renda mais baixa. Isso aconteceu, por exemplo, com os trabalhadores que participaram das obras da capital.

Os operários que trabalharam na construção da cidade e que decidiram permanecer encontraram problemas para fixar moradias definitivas. A pouca oferta de imóveis populares, a ausência de políticas habitacionais efetivas e as dificuldades quanto à aquisição de lotes por cidadãos de menor renda contribuiu para que esses grupos se instalassem em moradias improvisadas, algumas que remontavam a época da CCNC, sem as devidas condições higiênicas.²¹³ Além dos materiais e técnicas de construções improvisados, os barracos não possuíam qualquer serviço sanitário, o acesso à água se dava por meio, primordialmente, dos córregos da cidade, também utilizados para lavar roupas, limpeza dos utensílios domésticos e despejo dos dejetos. A precariedade das moradias era agravada pela crise financeira, diminuindo a oferta de trabalho e investimentos por parte da Prefeitura, que eram desiguais desde que foi fundada em 1897. Com isso, privilegiaram-se as obras na Seção Urbana, localizada no interior da atual avenida do Contorno (ver Anexo 02, mapa das regionais de BH).²¹⁴ Essas casas

²¹² Sobre modernismo em Belo Horizonte na época ver: PEREIRA, André Mascarenhas. *Traços de Belo Horizonte: a contribuição dos caricaturistas para a consolidação do modernismo na cidade moderna*. 2011. 212f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

²¹³ AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. *Vastos subúrbios da nova capital: formação de espaços urbanos na primeira periferia de Belo Horizonte*. 2006. 445f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006, f.164. Um dos bairros que se formaram antes mesmo da inauguração da cidade que segue as condições relatadas foi a região da Lagoinha que foi ocupada por operários, técnicos, artistas, marmoristas e comerciantes, muitos imigrantes (majoritariamente italianos). No bairro foram construídos barracões edificadas, em grande medida, com restos de materiais de obras da CCNC.

²¹⁴ VIANNA, Newton dos Santos. *Belo Horizonte: seu abastecimento de água e sistema de esgotos 1890 - 1973*. Belo Horizonte, 1997.

improvisadas aglomeradas em algumas regiões da urbe eram o indício mais evidente de que a “cidade sanitária”, que deveria ser modelo, apresentou, desde os seus primeiros anos, o distanciamento entre o seu projeto modernizante e sua realidade político-social.²¹⁵

A prefeitura, à medida que tentava se estruturar, limitada pela crise financeira e por obstáculos burocráticos, alguns decorrentes da falta de autonomia, tentou melhorar as condições de permanência de operários na cidade. Os Relatórios indicam que desde o mandato do primeiro prefeito, houve tentativas de assentar trabalhadores de menor renda, o que era de interesse para a economia local, pois a mão de obra, especialmente para trabalho na construção civil, necessidade premente na época, era escassa. O prefeito Adalberto Ferraz, na sua mensagem de 1898, designou uma área na região da Lagoinha para os operários, mas as moradias improvisadas ao longo dos córregos do Leitão e do Acaba Mundo, onde habitavam, remanescentes da época da CCNC, demoraram anos para serem removidas. Barracões na beirada de córregos tornaram-se recorrentes em Belo Horizonte, principalmente em épocas de crise econômica e de grande fluxo migratório, como nos anos 1960, o que será analisado no último capítulo deste trabalho. A situação sanitária nos primeiros anos de Belo Horizonte era preocupante. Com isso a prefeitura buscou impor medidas normativas para que todas as moradias, incluindo as mais humildes, se adequassem às condições higiênicas. Isto implicou, também, na remoção compulsória de pessoas dos seus lares, seguida da demolição dos barracos.

Alguns desses trabalhadores removidos das suas casas foram para a região do Barro Preto, localizados na VII Seção Urbana, por meio da concessão de lotes gratuitos pela prefeitura. A região, na virada do século, não possuía infraestrutura urbana e demorou a contar com a devida atenção dos órgãos competentes. Por isso, rapidamente, tornou-se insalubre.²¹⁶

Apesar do discurso oficial de priorização da questão sanitária, os lotes concedidos aos trabalhadores na região do Barro Preto não possuíam acesso às redes de água e esgotos nem ao fornecimento de energia elétrica. Segundo Aldeman, a região apresentou a maior taxa de mortalidade infantil na cidade e de incidência de enterites no início do século XX. Os moradores do território contavam com o ribeirão Arrudas e o córrego do Acaba

²¹⁵ AGUIAR, 2006, f. 164-180; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). *Saneamento básico em Belo Horizonte, trajetória em 100 anos, os serviços de água e esgotos: Os Sanitaristas e Belo Horizonte: Percursos na Engenharia Sanitária*. Belo Horizonte: FJP, 1997, p.73-80.

²¹⁶ Sobre o loteamento das zonas suburbanas e das ex-colônias agrícolas ver: AGUIAR, 2006.

Mundo, já poluídos, para acesso à água, mas eles eram utilizados também para despejo dos esgotos informais.²¹⁷ A cidade se expandiu sem a devida infraestrutura, a zona urbana apresentou déficit nas redes sanitárias, além de outros problemas. Enquanto isso, as regiões suburbanas e as originalmente destinadas às Colônias Agrícolas foram ocupadas de forma acelerada. Essas áreas, ocasionalmente, não contavam com qualquer serviço sanitário provido pela municipalidade.

Com esse descompasso entre o plano e o desenvolvimento urbano, a prefeitura tentou se estruturar e se adaptar às dificuldades financeiras e ao crescimento desordenado. Em 1901, a cidade passou a se chamar oficialmente Belo Horizonte. No mesmo ano foi iniciado efetivamente o processo de arborização como política pública, que diminuiu os efeitos danosos das fortes ventanias e propiciou sombras nos logradouros, procurada pelos cidadãos principalmente nos meses mais quentes do verão. A arborização urbana, no princípio, foi apresentada como condição para higiene e embelezamento da cidade, reforçando como o tema sanitário perpassou várias políticas públicas e continuou central para os administradores públicos. Bernardo Pinto Monteiro (1899-1902), o quinto prefeito da cidade, empossado quando a Capital de Minas não tinha completado dois anos, afirmou em sua mensagem de 1900, apresentada ao Conselho Deliberativo, que “não havia serviço mais importante para uma cidade que a higiene”, pois todos os “povos cultos” seguiam rigorosamente seus preceitos. Segundo Monteiro, as cidades de Washington, Buenos Aires, e outras da América, faziam dos preceitos da higiene “uma verdadeira religião” e, acostumados com esse padrão, as pessoas oriundas desses centros sentiriam “verdadeiro pavor” ao chegar em meios desprovidos dos padrões modernos de limpeza e salubridade urbana.²¹⁸

Segundo o prefeito, a motivação para a criação da Diretoria de Higiene foi, além de melhorar os padrões sanitários, dirimir a impressão negativa que a Cidade de Minas, fundada para ser referencial do urbanismo-sanitarista, poderia causar em habitantes de outras regiões providas de melhores infraestruturas urbanas. Com isso, a Prefeitura enviou ao Presidente do Estado de Minas Gerais o decreto 1.358 de 6 de fevereiro de 1900 que criou a Diretoria e, vinculada a ela, os serviços relacionados à limpeza pública

²¹⁷ FJP, 1997, p.79; ALDEMAN, Jeffrey. Urban planning and reality in republican Brazil: Belo Horizonte (1890-1930). 1974. 275f. Tese (Doutorado em História) – Indiana University, Bloomington. Acervo Biblioteca da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 1974, f.107.

²¹⁸ PBH. *Conselho Deliberativo da Cidade de Minas apresentada em 19 de setembro de 1900 pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro 1899 – 1900*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. 1900, p.37.

e particular, de saúde pública, além do Mercado, do Matadouro e do Cemitério municipais. Todavia, apesar de sua criação no organograma municipal, o novo órgão era desprovido de equipamentos e de mão de obra necessários para seu melhor funcionamento. Para o prefeito, estruturar o novo setor seria indispensável para “o bem da saúde pública”, pois faltavam, laboratórios para análises da qualidade das águas e dos alimentos, além da ausência de servidores públicos especializados.²¹⁹

A mensagem destacou que a limpeza pública recebeu “os maiores cuidados” por parte da administração municipal, pois as “condições gerais de salubridade” da capital dependiam, em grande medida, da varrição das ruas, praças e avenidas e da limpeza dos córregos, bem como a drenagem das águas estagnadas. Além disso, a diretoria de higiene era responsável por realizar visitas aos domicílios pois, segundo a mensagem, o “maior perigo para a saúde pública está nas condições que geralmente se oferecem as habitações particulares”.²²⁰ A coleta do lixo domiciliar, bem como do que era varrido nas ruas, foi apresentado na mensagem como deficiente na virada do século, com falta de carroças para o transporte dos resíduos. O lixo era transportado durante o dia e percorria os logradouros públicos com “uma carga imunda”. Os resíduos permaneciam por muito tempo “nas horas mais quentes do dia” em caixas localizadas na frente das edificações.²²¹

Apesar da compra de mais carroças para o recolhimento do lixo e a definição de horários mais apropriados, as ruas da capital nos dias mais movimentados e quentes causavam desagrado aos cidadãos e visitantes. O sistema de coleta domiciliar, por falta de recursos, era insuficiente e com improvisos. O lixo era incinerado, a céu aberto, “em um ponto distante da cidade”, por meio de querosene. O processo era dispendioso e ineficiente, por isso era necessário construir fornos específicos, mas, pela falta de recursos, a empreitada não foi adiante. A situação insalubre da urbe, principalmente nas “primitivas aglomerações dos operários”, segundo o Prefeito, ainda não havia causado nenhuma epidemia infectocontagiosa.²²² Todavia, o município tomou medidas profiláticas por meio da desinfecção de casas, normativas de notificações de doenças, como a tuberculose, que deveria ser feita pelos médicos imediatamente para a Prefeitura,

²¹⁹ Idem, p. 37.

²²⁰ Idem, p.38.

²²¹ Idem, p.37-40.

²²² Aguiar descreveu as principais deficiências dessas construções improvisadas que contavam com condições ruins de ventilação dos cômodos, incidência de luz solar no interior insuficiente, a ausência de proteção contra a umidade proveniente do solo, a falta de instalações sanitárias e ausência de ligação com a rede formal de água (AGUIAR, 2006).

além de atenção para as condições das criações de animais para o abastecimento alimentar da cidade, política também regulamentada na Diretoria de Higiene.²²³

Os relatórios apresentados ao Conselho Deliberativo, bem como outros documentos produzidos pelo município, apresentam uma cidade com diversos problemas e com situação sanitária preocupante para a prefeitura e os cidadãos. Os moradores, principalmente nas regiões mais insalubres, começaram a se mobilizar em busca de melhores condições sanitárias. Em 1902, por exemplo, os residentes dos bairros Floresta e Lagoinha articularam-se para reivindicar abastecimento de água, inexistente nessas áreas.²²⁴ Este problema foi um dos mais discutidos pelos prefeitos da época e atingiu até mesmo os bairros da área central desde o início do século XX.²²⁵

Para tentar melhorar a situação, a prefeitura decretou que todas as casas da zona urbana deveriam ter a ligação sanitária pronta antes da baixa de construção²²⁶ e ser inspecionada por um médico, todavia a incompletude da rede, somado ao crescimento da cidade, com muitos imóveis construídos sem seguir os trâmites legais, agravou a falta do líquido. Além disso, a sua qualidade era outro problema. No verão, por exemplo, as chuvas deixavam a água nas torneiras barrenta e a ausência de um reservatório de maior porte dificultava a regularidade no fornecimento, haja vista que o projeto da CCNC não foi finalizado, fato que também serviu de justificativa para a prefeitura quando cobrada pela situação do abastecimento de água.²²⁷

Na mensagem de 1902, a última do seu mandato, por exemplo, Bernardo Pinto Monteiro reclamou da ausência do reservatório de acumulação, o que dificultava a manutenção do serviço regular, principalmente na época de precipitações.²²⁸ O prefeito reconhece a deficiência na distribuição de água, apesar de avanços nos subúrbios da

²²³ PBH, 1900, p.37-41. Segundo Lays de Souza, o abastecimento de alimentos na capital mineira era, até o final da década de 1940, regulamentado sob a perspectiva da higiene pública. Com isso, nos primeiros anos da capital a maior preocupação girou em vacinar as criações e inspecionar as condições de higiene, realizar a vacinação dos animais regularmente, a inspeção das carnes vendidas e a celeridade na inauguração do Mercado (SOUZA, 2020).

²²⁴ FJP, 1997, p.79-81.

²²⁵ Alguns estudos sobre água em outras cidades dialogam com nosso trabalho como: TORRES, Rodríguez Alicia. Infraestructura hidráulica en Guadalajara para el abastecimiento de agua potable: el caso de sustentabilidad en las galerías filtrantes de Guadalajara. *Estudios de historia y sociedad*, v. XXXIV, n.136, 2013, p.317-357. El Colegio de Michoacán, A.C, Zamora, México, 2013.

²²⁶ Baixa é o documento necessário para a legalização da edificação e é exigida pelo cartório de registro de imóveis para averbação de um imóvel.

²²⁷ FJP, 1997, p.80.

²²⁸ PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro. 12 de setembro a 31 de agosto de 1899 - 1902*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1902, p.111.

cidade, antes completamente desprovidos do líquido. Todavia, muito faltava a ser feito nas zonas suburbanas onde o serviço não era “completo e satisfatório”.²²⁹ A escassez de água era agravada pelo desperdício nas áreas que gozavam com maior regularidade na sua distribuição, não havia hidrômetros instalados, apesar de a prefeitura contar com 450 unidades no seu depósito, o que contribuiu para o “verdadeiro desperdício, que está constituindo vício, de tão graves consequências, quanto de difícil de ser corrigido”. Em tom dramático, o prefeito justificou a aquisição e instalação dos hidrômetros, mas preocupou-se que eles poderiam ser danificados pela “água menos limpa nos encanamentos”.²³⁰

No mesmo documento fica evidente que o esgotamento sanitário se encontrava em situação pior e que restava, segundo o prefeito, muito a ser feito.²³¹ As sarjetas estavam inacabadas, as bocas de lobo eram escassas e as enchentes, agravadas pelas deficiências no escoamento das águas pluviais, já eram recorrentes no período de chuvas.²³² Problemas estruturais eram descritos em todas as partes do sistema de esgotos, não havia tampões de ferro para os poços de ventilação, a lavagem dos coletores era insuficiente. A situação era pior nos chamados “esgotos particulares”, a mera existência desses - que apresentavam inúmeros problemas e dificuldades de ligação com as linhas oficiais, até mesmo por ganância de empreiteiras e proprietários desonestos, o que os tornava de “*impossível fiscalização*” - já indica a deficiência da rede oficial. Por isso, o Prefeito defendeu que as canalizações externas à edificação fossem construídas exclusivamente pelo município.²³³

As preocupações relacionadas ao esgotamento sanitário extrapolavam a insuficiência da rede, pois a poluição era visivelmente notada no rio Arrudas, outra consequência do descaso em relação ao sistema. Bernardo Monteiro defendeu que se fazia necessário o tratamento dos esgotos por meio de filtração e o uso de produtos químicos, caso contrário, o rio Arrudas não aguentaria o volume de dejetos, que só aumentariam com o “progresso” da cidade.²³⁴

²²⁹ Idem, p.114.

²³⁰ Idem, p.115.

²³¹ Idem, p.121.

²³² Idem, p.112.

²³³ Idem, p.119.

²³⁴ Idem, p.121.

O Prefeito Francisco Bressane de Azevedo, no relatório de 1903 apresentado ao Conselho Deliberativo, afirmou que os serviços de esgotos, abastecimento de água, luz, entre outros, encontravam-se “incompletos, dependendo de melhoramentos e desenvolvimento, que, pela importância e elevado preço, não se pode realizar de uma só vez. (...) É assim que os de águas e esgotos se ressentem da falta de consideráveis obras complementares.”²³⁵ No mesmo documento, o prefeito lamentou as condições de higiene do município, agravadas pela qualidade ruim da água e pela ausência de tratamento dos esgotos, lançados diretamente nos córregos ou em regos improvisados nas ruas. Além disso, o relatório indica que parte considerável das fossas eram construídas sem a devida assepsia.²³⁶

O Relatório de 1903 detalhou as atividades da recém-criada Diretoria de Higiene. O texto destacou o caráter conflituoso das políticas relacionadas ao "departamento da prefeitura que maiores animosidades desperta por parte daqueles que se julgam lesados em seus interesses”. Esta antipatia por parte dos cidadãos se deve à natureza das suas atividades pois, a diretoria, “no interesse de salvaguardar a saúde pública, penetram” nos armazéns que praticam o comércio de gêneros alimentícios que podem prejudicar a saúde do consumidor.²³⁷ O verbo *penetrar* foi repetido para a descrever a fiscalização domiciliar, realizada para aferir “o estado de asseio e limpeza dos prédios, das instalações sanitárias, dos pátios e quintais”. O órgão possuía, administrativamente, grande alcance no município, pois era responsável pela limpeza urbana, abastecimento alimentar, pela fiscalização sanitária de edificações, controle de zoonoses, pelo matadouro e por campanhas de educação sanitária e de medidas profiláticas. Isto demonstra a amplitude das políticas sanitárias no contexto da capital recém-inaugurada.²³⁸

O referido documento ressaltou o caráter impopular de algumas de suas tarefas, como as campanhas de vacinação infantil, o que provocava críticas de pais que viam na

²³⁵ PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em 10 de setembro de 1903*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1903, p. 9.

²³⁶ Idem, p.19. Na mensagem o Prefeito tentou remediar algumas deficiências do sistema de esgotos ao assentar 3.165 metros de linhas de manilhas incluídas aí as linhas para esgotos das águas pluviais dos jardins da praça da Liberdade e da praça da Estação. Construíram-se mais 5 caixas de descarga para lavagem da rede. Foram adquiridos por encomenda à Usina Esperança 50 tampões de ferro de maior diâmetro e 50 menores para poços de inspeção e ventilação da rede, quase todos já empregados em substituição aos de madeira, que eram provisórios (PBH, 1903, p.30).

²³⁷ PBH, 1903, p.39.

²³⁸ Idem. A distribuição de água e o esgotamento sanitário não ficavam a cargo da Diretoria de Higiene, mas sim da Segunda Diretoria.

medida “um atentado à liberdade individual”.²³⁹ A apreensão de animais soltos nas ruas provocava, “não rara as vezes a cólera dos respectivos donos”, pois os bichos, na sua maioria cães, só eram liberados mediante o pagamento de multa.²⁴⁰ Quando os cachorros não eram procurados, bem como nos casos no qual não se conseguia pagar o valor para liberação, os animais eram sacrificados pela prefeitura. Outro fator de críticas era a interdição de prédios que não apresentavam as devidas condições higiênicas.²⁴¹ Importante ressaltar que essas críticas partiam, primordialmente, de camadas mais pobres da população belo-horizontina que tinham dificuldades para fixar suas residências, quanto mais habitar em edificações legalizadas pela prefeitura. É importante ressaltar que havia uma clara dificuldade do poder público em comunicar as ações sanitárias e a população mais pobre das cidades foi a que mais sofreu com esta questão.²⁴²

Os loteamentos suburbanos, como nas ex-colônias agrícolas, eram sem padrão.²⁴³ Na época, carroças trafegavam pelo município, por isso era comum quantidade maior de animais nas ruas, principalmente nos bairros ocupados pela população mais humilde. Estas mesmas pessoas não tinham condições de arcar com as multas impostas pela prefeitura e, em alguns casos, perdiam sua fonte de renda, como os burros ou cavalos apreendidos, ou seus animais de estimação.

Assim como os seus antecessores, Francisco Bressane priorizou o abastecimento de água que, durante sua gestão, apresentou “constantes irregularidades” na zona urbana devido às chamadas *manobras* para levar o líquido para regiões mais altas e para os bairros Lagoinha e Floresta.²⁴⁴ Esta foi a primeira vez que a manobra, uma das práticas mais empregadas pela prefeitura para distribuição de água em período de escassez, foi destacada em um documento assinado pelo chefe da municipalidade. O procedimento consistia em, literalmente, manobrar a água para as regiões com mais escassez do líquido, fechando as torneiras de outros pontos da cidade em determinados períodos do dia. Os

²³⁹ PBH, 1903.

²⁴⁰ Idem, p.39-40.

²⁴¹ Idem, p.39.

²⁴² Este fato fica evidente na Revolta da Vacina, durante o governo de Pereira Passos como prefeito do Rio de Janeiro e Rodrigues Alves como Presidente da República. Sobre higienismo, Revolta da Vacina e a dificuldade de comunicação do poder público, ou falta de interesse, para as camadas mais pobres ver: CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Apogeu e Declínio do Presidencialismo*. v.I. São Paulo: José Olímpio, 1973; PEREIRA, Sônia Gomes. *A Reforma Urbana de Pereira Passos e a Construção da Identidade Carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1992; ROCHA, Osvaldo Porto. *A Era das demolições. Cidade do Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

²⁴³ AGUIAR, 2006.

²⁴⁴ AGUIAR, 2006, f.20.

servidores municipais responsáveis pelo trabalho receberam a alcunha de *manobreiros* e ganharam alguma notoriedade no município - assim como, posteriormente, os motoristas dos caminhões pipa - principalmente nos períodos de maior seca, quando eram procurados por moradores em busca de algum privilégio para acesso à água.²⁴⁵

O acesso à água de qualidade tornou-se obsessão dos munícipes e da prefeitura, os Relatórios, invariavelmente, refletiram sobre este tema, bem como outros documentos oficiais, como decretos, ofícios, comunicações e cartilhas. Os pontos em comum entre os discursos dos primeiros prefeitos da capital foi a necessidade de melhorar a infraestrutura do abastecimento, de economizar e de aferir a quantidade de água consumida em cada edificação. Havia a preocupação com a qualidade do líquido distribuído, para que se atingisse os padrões de higiene e para que os hidrômetros pudessem ser instalados. Para isto, seria preciso resolver outro problema, a proteção das matas ao redor dos mananciais dos córregos da Serra e do Cercadinho. Em 1907, o prefeito Silviano Brandão (04/1909-09/1910) criou o cargo de Fiscal das Matas e ordenou cercar a vegetação em torno das cabeceiras das nascentes dos córregos de onde eram captadas as águas para o consumo da jovem cidade.²⁴⁶ A qualidade da água, bem como a regularidade do abastecimento, era prejudicada pela falta de reservatórios adequados.²⁴⁷

Os documentos oficiais evocavam a necessidade de elevar o padrão de higiene da cidade, fizeram comparações com outros centros urbanos “modernos” e “civilizados” e valorizaram o legado da CCNC, apesar de sempre frisar que os projetos não foram concluídos.²⁴⁸ Concomitantemente, o discurso em prol do saneamento da cidade justificou remoção compulsória de moradores, medidas chamadas de “embelezamento urbano” - que também incluiu o plantio de árvores - e a requisição de maiores dotações orçamentárias para realização de melhoramentos na urbe. A situação de constante atraso da infraestrutura sanitária da cidade, chamada de *vício de origem* em algumas oportunidades, também passou a servir de desculpas para atrasos em obras de todos os

²⁴⁵ VIANNA, Newton; VIANNA, Dalmo. Entrevista durante o Programa Cestas da Memória do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. *Entrevista concedida a Yuri Mello Mesquita*. Belo Horizonte, 5 jun. 2009.

²⁴⁶ PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamin Brandão em janeiro de 1910, sobre assuntos referentes ao ano decorrido de agosto de 1908 a setembro de 1909*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1909, p.9.

²⁴⁷ Idem, p.10.

²⁴⁸ PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamim Jacob em 28 de setembro de 1907*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1907; PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamim Jacob em 16 de setembro de 1906*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1908.

tipos, até mesmo não relacionadas às redes de água e esgotos. Dessa forma, a questão sanitária, paulatinamente, pautou a ação política administrativa na cidade.²⁴⁹

Em relação à limpeza das ruas e do sistema de coleta de lixo, em alguns Relatórios do executivo, houve, deliberadamente, omissão de aspectos mais preocupantes relacionados a essa política pública. Isto apareceu nos Relatórios do Prefeito Antônio Carlos, de 1906 e de Benjamin Jacob, de 1907, que se limitaram a informações protocolares, como a terceirização do serviço de limpeza urbana, o estado geral da higiene da cidade (descrito com otimismo) e a necessidade de construção de um forno especializado, que, invariavelmente, era protelado por falta de verba. O Prefeito Silviano Brandão reclamou desse fato em seu Relatório de 1909, todavia, pelo investimento em outras áreas, como o abastecimento de água. Afirmou que também não restaram recursos para a construção do incinerador. O relatório de Brandão apresentou uma justificativa que foi cada vez mais recorrente pelos chefes do executivo: o trabalho acumulado por lacunas no investimento e pela falta de planejamento das gestões anteriores, somado aos desafios de uma cidade em constante crescimento.

Os prefeitos recorreram insistentemente a um rol de desculpas – primordialmente relacionadas ao dispêndio e a dificuldade das obras – para justificar a situação progressivamente pior da rede de esgotos e a realização de medidas paliativas no lugar de intervenções planejadas. No Relatório de 1910, o Prefeito Silviano Brandão relatou a incompletude do sistema de esgotamento sanitário que exigiu “grandes sacrifícios” por parte da Prefeitura. O chefe da municipalidade apontou o odor fétido dos córregos, principalmente na época de seca, quando as águas saturadas escancaravam a sujeira despejada diretamente no ribeirão Arrudas. Esse fato era, segundo o prefeito, um “inconveniente gravíssimo” em uma cidade que tinha como prioridade manifesta manter rigorosos padrões de higiene. Porém, não foi possível remediar a situação de forma efetiva, pois demandaria “grandes sacrifícios pecuniários para a prefeitura”.²⁵⁰

Destacamos que, somente em um parágrafo de seu relato, o prefeito lançou mão dos dois argumentos mais utilizados para justificar o adiamento das ações necessárias para o sistema de esgotamento sanitário: problemas herdados de outras gestões e os custos de grande vulto para uma prefeitura em crise financeira. A prefeitura realizou obras

²⁴⁹ PBH, 1907; PBH, 1908; PBH, 1909; VIANNA, 1997.

²⁵⁰ PBH, 1909, p.11-12.

paliativas, principalmente para tentar diminuir as enchentes nas épocas de chuva por meio de construção de bueiros de alvenaria para as águas pluviais “completamente distinto das galerias de esgoto, porquanto a maioria das vezes estas, de pequeno calibre, não comportavam de modo algum os grandes volumes de areia, terras, folhas secas etc., que correm com as águas pluviais”.²⁵¹ Esse fato significou, na prática, apesar de se tratar de obra paliativa para algumas áreas mais baixas da cidade, o abandono parcial do sistema unitário projetado pela CCNC.²⁵²

Apesar das dificuldades e da escolha por soluções paliativas para tentar dirimir os problemas sanitários, o discurso em prol da higiene urbana permaneceu nos documentos oficiais. No princípio do século XX, segundo Julião, a atuação da Prefeitura de Belo Horizonte foi muito semelhante ao restante do país ao limitar suas ações a um compêndio de medidas legais e administrativas com caráter dito sanitário, como as normas de edificações e a fiscalização promovida pela Diretoria de Higiene. Para essa autora, o objetivo higienista era de tentar impedir que a pobreza se alastrasse, principalmente na zona urbana, e contaminasse a cidade com as suas doenças. Não havia, portanto, solução concreta para o problema, mas sim uma fachada para controle social e remoção forçada de moradores. Desta forma, a tão clamada “questão de saúde pública”, protagonista nos documentos oficiais, “se prestou muito mais à formulação de um discurso legitimador de ações repressivas e discriminatórias do Estado que à execução de estratégias concretas que visassem incorporar as massas urbanas a um padrão higiênico minimamente compatível com o propalado progresso”.²⁵³

Os ideais de salubridade urbana foram facilitadores para políticas de remoção compulsória de moradores mais pobres da capital mineira. Entretanto, ao analisarmos a volumosa documentação produzida pela Prefeitura, fica evidente que políticas sanitárias em Belo Horizonte foram mais complexas que uma mera plataforma para aplicação de higienismos e de ações repressivas. Havia preocupação com a saúde pública, principalmente por parte do corpo técnico e o discurso sanitário foi relevante no cenário político belo-horizontino. Indicadores de higiene urbana e a qualidade de vida melhoraram por meio de ações como ampliação da rede de água, fiscalização das

²⁵¹ Idem.

²⁵² FJP, 1997, p.84; VIANNA, 1997.

²⁵³ JULIÃO, Letícia. *Belo Horizonte, Itinerários da Cidade Moderna (1891-1920)*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Belo Horizonte, 1992, f.102.

instalações de esgotos, campanhas informativas, pesquisas e análises da qualidade das águas.

Uma cidade precisa de regulação, novos loteamentos precisam ser aprovados, as edificações devem seguir uma série de requisitos e ter todas as etapas de licenciamento reguladas pela municipalidade. Desta forma, o problema não se localiza, necessariamente, nas regras relacionadas aos imóveis, mas sim na falta de política pública eficiente para absorver a população de menor renda e de prover moradia decente para todos os cidadãos. As ações eram desiguais e privilegiaram as regiões consideradas como “nobres” por parte do poder público, entretanto tiveram efeitos perenes na qualidade de vida da capital e entrou na pauta dos cidadãos, que demandavam melhorias, principalmente relacionadas à distribuição de água, que se tornou prioridade da administração pública.

Para além dos efeitos práticos, as questões sanitárias da capital mineira, mesmo com os problemas que distanciaram a prática da utopia sanitária, consolidaram o discurso político belo-horizontino. O conhecimento técnico prático, as dificuldades logísticas e as questões específicas locais moldaram os novos projetos, as obras e a direção das políticas públicas. Por isso, não se pode falar que houve uma mera importação de modelos estrangeiros sobre higiene e planejamento urbano na capital, ou que o sanitarismo teria sido completamente instrumentalizado. Estas questões também são evidentes a partir da criação da Comissão de Novos Serviços de Água e Esgotos da Capital e da Escola Livre de Engenharia em 1911.

Comissão de Novos Serviços de Água e Esgotos da Capital

A segunda década do século XX iniciou com diagnósticos preocupantes sobre o desenvolvimento urbano em Belo Horizonte. O crescimento demográfico acelerado e a crise econômica de Minas Gerais agravaram os problemas já corriqueiros da cidade que contava com uma prefeitura incipiente e sem autonomia. Soluções paliativas para contornar problemas sanitários causaram pouco efeito e, rapidamente, mostravam-se insuficientes.²⁵⁴ O relatório do Prefeito Olyntho Meireles (09/1910 – 09-1914) de 1911 reconhece que Belo Horizonte desenvolveu-se de tal forma que “cedo lhe escassearam os três principais elementos indispensáveis à vida coletiva: água, energia elétrica e esgotos.”

²⁵⁴ FJP, 1997, p.84; VIANNA, 1997.

Isso provocou a "insuficiência desses três fatores de higiene, progresso e conforto, pelo extraordinário crescimento da população".²⁵⁵

Meireles fez uma reflexão sobre a capital mineira, que deixara de apresentar "o aspecto tranquilo e modesto que de ordinário têm as nossas vilas do interior". Esse fato demandava trabalho intenso da prefeitura, que contava com a eficiência do seu pessoal técnico e administrativo. Entretanto, o crescimento populacional somado aos problemas estruturais dificultava a solução definitiva dos problemas. Dessa forma, era necessário realizar ações sistêmicas e baseadas em projetos que levassem em consideração a nova realidade da cidade. Nos documentos oficiais, as soluções paliativas e improvisadas eram descritas negativamente e se tornaram elemento de críticas estendidas a gestões anteriores da prefeitura. Os improvisos apontados como falhas desde então passaram a servir como desculpas recorrentes, pois, graças a eles, as soluções definitivas eram mais difíceis e dispendiosas, tornando-as de execução inviável pelo escasso orçamento municipal.

Em 1911, após o diagnóstico da situação sanitária do município, foi criada a Comissão de Novos Serviços de Água e Esgotos da Capital chefiada pelo engenheiro Benjamim Brandão, ex-prefeito de Belo Horizonte.²⁵⁶ Como explicado no primeiro capítulo, a nomeação de comissões foi ato administrativo recorrente para lidar com projetos sanitários na capital. Elas tinham caráter provisório e eram compostas por especialistas e membros da administração pública. As comissões eram revestidas de um caráter técnico pretensamente imparcial nas suas propostas e, com isso, os questionamentos das suas diretrizes precisavam ser mais bem elaborados, com fundamentação teórica, dificultando as críticas diretas ao executivo. Foram várias as comissões formadas para o planejamento sanitário na capital mineira, a Comissão de Novos Serviços de Águas e Esgotos da Capital foi a primeira a ser criada após a extinção da CCNC. Segundo Paládio Barroso e Newton Vianna, apesar de efetivada em 1911, os técnicos estudaram situações específicas e projetos geridos desde final de 1909, quando

²⁵⁵ PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles em 16 de setembro de 1911*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1911.

²⁵⁶ O governo do estado, para tentar resolver problemas de energia elétrica e do fornecimento de água e para promover a modernização do estado, autorizou a concessão de empréstimos e a realização de obras de saneamento por meio da Lei estadual nº 546, de 27 de setembro de 1910 que, num primeiro momento, impulsionou os trabalhos da Comissão. MINAS GERAIS. *Lei estadual nº 546 de 27 de setembro de 1910*. Autoriza o Presidente do Estado a Promover Obras de Saneamento e Outros Melhoramentos nos Municípios. In: *Legislação Mineira, Assembleia Legislativa de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial: 1910. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=546&comp=&ano=1910>. Acesso em 12 set. 2022.

a PBH, deliberadamente, abandonou os planos da CCNC para o esgotamento sanitário e se defrontou com a necessidade de expandir a rede de captação de água.²⁵⁷

Segundo Rezende e Heller, nesse mesmo período – especialmente entre 1893 e 1929 – o Governo Federal criou comissões de saneamento formadas pelos “*mais destacados técnicos do país*” e que elaboraram projetos e diretrizes para os estados e municípios, além de realizar obras e programas de educação sanitária.²⁵⁸ Geralmente, as comissões eram criadas para responder a emergências, fato que provocava críticas por parte dos sanitaristas que defendiam planejamento constante e maior presença de técnicos nos cargos públicos.²⁵⁹ Apesar das limitações, pelo fato de serem montadas em situações excepcionais de carência de serviços, e sua descontinuidade, as comissões de saneamento, no âmbito nacional, foram imprescindíveis para o reconhecimento da capacidade de profissionais brasileiros em elaborar projetos condizentes com as realidades regionais e para a ampliação da difusão do sanitarismo no Brasil, principalmente rumo aos sertões a partir dos primeiros anos do século XX.²⁶⁰ Em Belo Horizonte – fundada a partir do trabalho pioneiro da CELINC e da CCNC – não foi diferente: as comissões provisórias consolidaram técnicas, projetos e conceitos sanitaristas, contribuíram para a criação de estruturas administrativas e trouxeram vocabulário técnico-científico no jogo político da capital mineira.

Benjamin Brandão teve sua atuação pública pautada por priorizar questões sanitárias e considerava os padrões de higiene e salubridade como condição de modernidade e de progresso de uma cidade. No seu curto período como prefeito, refletiu sobre a necessidade de um sistema eficiente de coleta de lixo, com taxa a ser cobrada de acordo com a produção de detritos da residência ou do comércio. O objetivo seria de investir o arrecadado em “melhorar os serviços de remoção de lixo e da limpeza pública, assuntos sempre dignos da séria cogitação dos poderes públicos e de palpitante atualidade

²⁵⁷ PBH, DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (DEMAE). O Abastecimento de Água e o Serviço de Esgotos em Belo Horizonte. In: *IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária VIII Seminário dos Professores de Engenharia Sanitária*. Brasília: 1967, p.4.

²⁵⁸ HELLER, Léo; REZENDE, Sonaly. *O saneamento no Brasil: políticas e interfaces*. 2º ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p.196.

²⁵⁹ Idem, p.196-197.

²⁶⁰ Sobre o movimento sanitarista brasileiro rumo aos sertões, responsável, também, por ampliar o alcance do estado e a promover saúde pública Ver: HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2013.

para a realização de boa higiene em qualquer cidade”.²⁶¹ A arborização pública mereceu “especial atenção” com o intuito de prover as ruas e subúrbios “desse embelezamento higiênico”.²⁶² Com este mesmo raciocínio, contratou um profissional para os jardins e parques da cidade para tornar os espaços “verdadeiramente higiênicos, atraentes e dignos de uma bela cidade.” Defendia uma urbe com menos muros, que davam aspecto pior aos logradouros, e aumentavam a insegurança.²⁶³ Em relação ao abastecimento alimentar advogou que, desde a produção dos gêneros, como nas criações ou hortas, no matadouro, até chegar ao comércio, os padrões de higiene deveriam ser rigorosamente seguidos e fiscalizados. Propôs melhoramentos no cemitério municipal para tornar a morada dos mortos espaço com “estética e higiene desejáveis ao lado de perfeita ordem e devido respeito”.²⁶⁴ Brandão acreditava que o abastecimento de água e o esgotamento sanitário eram políticas da mais suma importância e condição para o progresso e a higiene da urbe, bandeiras que ele levou em toda sua atuação pública, com destaque para a Comissão de Novos Serviços de Água e Esgotos da Capital.

A distribuição de água continuou como prioridade na segunda década do século XX. A Comissão defendeu a necessidade de se realizar um novo planejamento para o sistema, além do diagnóstico completo da rede e de todas as medidas adotadas nas gestões anteriores. Seus membros estudaram a captação de diversos cursos d’água, mas, naquele momento, optaram pelo ribeirão do Posse e do seu afluente, córrego Clemente. Após a conclusão dessa captação em 1913, a capital, então com 42.000 habitantes, teria água, na teoria, para uma população de 87.000 pessoas. Todavia, por incompletude da rede e desperdícios, o acesso à água continuou desigual e problemático. Além das novas captações, foi reconstruído, em 1913, o reservatório da Carangola.²⁶⁵ Este projeto foi proposto e iniciado pela CCNC, mas foi finalizado somente em 1908 sem entrar em operação. O motivo, segundo Benjamin Brandão, era de que “o antigo reservatório do Cercadinho, cuja capacidade é de 15 milhões de litros, não pode ainda entrar em serviço, porquanto, devido a vícios de origem, não resistiu às experiências feitas, manifestando-

²⁶¹ PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo com o projeto de orçamento para 1911, pelo prefeito Dr. Olyntho Meirelles em novembro de 1910*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1910, p.5.

²⁶² Idem, p.10.

²⁶³ Idem, p.10.

²⁶⁴ Idem p.12.

²⁶⁵ FJP, 1997, p.91-100; VIANNA, 1997, p.32.

se em fendas e consequentes abatimentos nas alvenarias, motivo pelos quais foi posto a margem”.²⁶⁶

Os trabalhos da Comissão foram progressivamente prejudicados pela crise financeira e pelas trocas de gestões de prefeitos. O presidente de Minas Gerais Delfim Moreira da Costa Ribeiro, relatou que o prefeito Cornélio Vaz de Melo (07/09/1914 – 07/07/1916) recebeu uma prefeitura com grandes despesas para a conclusão das obras de abastecimento em uma cidade já deficitária e endividada. A pecúnia financeira obrigava, segundo Delfim Moreira, “severas economias” para equacionar as dívidas, em sua maioria, a empreiteiros e funcionários.²⁶⁷ Nesse período, a comissão enfrentou dificuldades para captação de recursos em todas as frentes, fato que frustrou seus membros. Com isso, os projetos de esgotamento sanitário foram, novamente, os mais afetados antes mesmo que a crise econômica se acentuasse a partir do início da Primeira Guerra Mundial em 1914.

Em relação aos esgotos, o sistema unitário proposto pela CCNC foi abandonado a partir de 1909 e as novas redes seguiam adaptações de sistemas baseados no sistema separador absoluto, com a construção de galerias pluviais e novos bueiros. A Comissão realizou estudo dos esgotos formais e informais e propôs que as principais galerias construídas a partir do projeto da CCNC fossem destinadas aos rejeitos domésticos somente. Este fato, apesar da não execução de obras urgentes no período, serviu para suportar a nova demanda provocada pelo maior adensamento populacional no centro da capital, principalmente a partir dos anos 1930, assunto a ser tratado no próximo capítulo. Todavia, muito pouco foi feito no período para a melhoria das redes de esgotamento sanitário, o descaso do executivo foi evidente e praticamente nada proposto pela comissão foi feito durante o período de existência dela.

A prefeitura priorizou os calçamentos, o abastecimento de água, a implantação de redes de energia elétrica e telefone, entre outras ações. Para justificar o protelamento da melhoria do esgotamento sanitário, utilizou-se como desculpa os problemas financeiros do município. Com isso a municipalidade não poderia arcar com os investimentos e nem

²⁶⁶ PBH, 1909, p.10. Neste mesmo Relatório o prefeito relatou que a prefeitura promoveu mudanças no sistema de coleta de lixo, com instituição de tarifas diferenciadas de acordo com o tipo de atividade e tamanho de cada edificação e promoveu novas medidas de higiene para os cemitérios.

²⁶⁷ MINAS GERAIS. *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado, Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, ao Congresso Mineiro em sua 1ª sessão ordinária da 7ª Legislatura no ano de 1915*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.94.

com o custeio da rede. As obras propostas pela Comissão eram de médio e longo prazo, ou seja, seriam inauguradas por outro prefeito de Belo Horizonte e por outro presidente de Minas Gerais. O uso político era limitado, os canos ficariam no subterrâneo, invisíveis e o resultado dessas obras dava origem a outro tipo de materialidade. É diferente de água saindo da torneira. Havia ainda um inconveniente logístico, em curto prazo as obras trariam uma série de transtornos com a interdição de logradouros o barulho de perfuração do solo, poeira, entre outras questões. Dessa forma, os prefeitos com mandatos efêmeros poderiam imaginar que seria problemático empregar soluções de maior vulto para o esgoto, pois os empecilhos das obras seriam enfrentados em seus mandatos, enquanto outros gestores se beneficiariam dos méritos da conclusão das empreitadas.

Benjamin Brandão é um exemplo de engenheiro que transitou entre o corpo técnico e o aparelho administrativo em Belo Horizonte. Participou tanto da formulação de projetos, planos e técnicas, quanto da sua implementação na sua ação como prefeito e coordenador da Comissão. Em toda sua atuação pública, ele defendeu que os parâmetros sanitários permeavam praticamente todas as políticas urbanas, como transporte, paisagismo, arborização, distribuição alimentar, entre outras, e eram condições para o progresso e embelezamento da cidade. O caso dele, assim como de membros da CCNC e de outros que transitaram na Prefeitura de Belo Horizonte e nas comissões, mostram a complexidade das relações entre a política e os técnicos no contexto belo-horizontino.

Até o final da década de 1980 prevalecia na historiografia a tese que analisa os sanitaristas e os técnicos investidos em cargos públicos da Primeira República como subordinados aos interesses dos grupos dominantes totalmente alheios aos preceitos do sanitarismo urbanista.²⁶⁸ Castro Santos (1987), Gilberto Hochman (1996), Vianna (1997) Rezende e Heller (2008) nos mostram como os ideais sanitaristas e de saúde pública possuem dinâmicas complexas no interior dos grupos dirigentes, nos cargos do poder público, nas instituições de ensino em cursos superiores e no discurso político. Com isso, devemos evitar reducionismos, ou determinismos anacrônicos.²⁶⁹ Os técnicos que transitaram nas políticas sanitárias no período cronológico da tese não foram higienistas que serviram tão somente à remoção compulsória de pobres (apesar de também terem

²⁶⁸ São vários os estudos que abordam a temática dessa forma como: COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 1986; MERHY, Emerson Elias. *Capitalismo e a saúde pública: a emergência das práticas sanitárias no estado de São Paulo*. 2º ed. (1986). Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014.

²⁶⁹ CASTRO-SANTOS, Luiz A. *Power, ideology, and public health in Brazil (1989-1930)*. PhD Thesis, Harvard University, 1987; HELLER, 2008; HOCHMAN, 2013.

participado ou servido para justificar esse tipo de política), nem simples replicadores de modelos importados. Eles participaram de dinâmicas complexas, o que impactou no discurso político da capital, nas políticas públicas, na construção de instituições de ensino e na inserção dos técnicos nos cargos administrativos e nas comissões técnicas.

As comissões provisórias são mais um indício de que as fronteiras entre técnica e política são difusas e fluidas. O saber científico ganha projeção, passa a ser a palavra balizadora, que não pode ser confrontada sem o devido rigor, ou sem discussões elaboradas. Os técnicos projetam-se na sociedade e na vida política e se inserem com destaque na administração pública.

A fronteira entre técnica e política, propalada nos discursos da administração pública, nas comissões e nos relatórios técnicos, deve, portanto, ser problematizada mais uma vez. A evidência mais óbvia da complexidade dessa relação está no fato de que alguns dos urbanistas, sanitaristas e defensores de políticas de saúde pública do período estudado eram próximos (ou pertenciam) à municipalidade ou ao legislativo e poderiam ser chamados de membros da elite política e social de Belo Horizonte. Além disso, a cidade teve vários prefeitos, vereadores e altos membros da administração pública que eram médicos, sanitaristas e engenheiros.²⁷⁰ Alguns tiveram, durante toda sua carreira, a defesa de melhores condições de saneamento para cidade e construíram suas plataformas políticas nesses discursos. Neste sentido, a nomeação das chamadas “comissões técnicas” eram atos administrativos e a forma de atuação destes órgãos provisórios também se dava dentro do jogo político. Isto não significa que não foram importantes, ou que não resultaram em políticas públicas efetivas que resultaram na melhoria de vida da população e em vidas salvas, mas é inegável que elas atuaram dentro do jogo político-administrativo da capital.

Horkheimer, argumenta que a evolução da técnica na modernidade foi acompanhada por um processo de desumanização. O autor propôs investigar o conceito de racionalidade na cultura industrial da época, com o aumento progressivo do domínio da técnica e da racionalização, para entender por que a humanidade se distanciava de um estado *verdadeiramente humano*, para, progressivamente, afundar-se em um novo tipo de barbárie. Para o sociólogo da Escola de Frankfurt, o que é

²⁷⁰ Somente entre os prefeitos temos: Silviano Brandão, Octacílio Negrão de Lima, Juscelino Kubistchek, Alcides Lins, Celso Mello de Azevedo, Sousa Lima; Célio de Castro, Benjamin Franklin Silviano Brandão, Américo Renne Giannetti, entre outros.

considerado como razão é o prevalecimento de uma forma específica deste conceito com a finalidade de dominação da natureza e das pessoas. A *razão instrumental* se relaciona, portanto, a uma dominação da natureza instrumentalizada em leis científicas e pelo desenvolvimento de meios técnicos que garantem o controle. Assim, a ciência tornou-se, também, instrumento de controle social e de poder.²⁷¹

Segundo Mitre, as democracias liberais, como a inglesa e a norte americana, buscam na ciência e na tecnologia suporte de objetividade, de neutralidade e de impessoalidade. Essas características oferecem ao discurso político/administrativo uma aura *apolítica*. Isso é uma tentativa de solucionar problemas intrínsecos à ordem política democrática, como a de amenizar questionamentos relacionados a interesses políticos e partidários em ações político-administrativas rotineiras e para conciliar liberdades individuais com a ordem social e políticas invasivas. A ciência moderna serviu para legitimar atos administrativos e “ajudou a consolidar a ideia da política como lócus da objetividade e da representatividade, ao invés de âmbito da paixão irracional”. Todavia, apesar de parecer mais harmônica com a democracia por possuir princípios semelhantes, como “a cooperação e o respeito à visão do próximo, a substituição da noção de necessidade pela de probabilidade e, conseqüentemente, uma abertura para novas ideias”, tal como a ciência, entendida como método, pode servir também aos propósitos de ditaduras e de regimes autoritários.²⁷²

Ciência e política, segundo Mytre, embasada no argumento de Gieryn,²⁷³ vivem relação paradoxal, e dão margem a controvérsias até a atualidade. A ciência reforça sua autoridade a partir de sua capacidade de instrumentalizar as políticas públicas. Todavia, a aproximação exagerada com a esfera política pode ameaçar sua legitimidade. O mesmo ocorre quando o discurso político ressalta hiperbolicamente o caráter científico, pois, quando os cientistas são colocados no centro da discussão política, a atuação dos gestores públicos pode tornar-se aparentemente irrelevante, o que desencorajaria a participação popular.

²⁷¹ HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo: Editora da Unesp, 2016.

²⁷² MYTRE, Maya. As relações entre ciência e política, especialização e democracia: a trajetória de um debate em aberto. *Revista Estudos Avançados. Mercado de trabalho. Energia e ambiente. Cultura e política*. São Paulo, v.30, n.87, p.284, mai – ago. 2016.

²⁷³ GIERYN, Thomas, F. Boundary-work and the Demarcation of Science from Non-sciences: Strains and Interests in Professional Ideologies of Scientists. *American Sociological Review*. Washington, v.48, n.6, p.781-95, dec. 1983.

Podemos dizer que projetos sanitaristas que foram discutidos na capital mineira eram, também, políticos. Profissionais que participaram da elaboração dos projetos técnicos na cidade, desde a CCNC, como Saturnino de Brito e Lincoln Continentino, eram vocais em defender a melhoria nas condições sanitárias nas cidades brasileiras e foram ativos na cena política e intelectual. Vários programas de saúde pública se confundiram com projetos políticos mais amplos, como o desenvolvimentismo, além de servirem para barganhas eleitoreiras e para construção de discursos sobre as mazelas urbanas.²⁷⁴ É importante ressaltar que, em muitos casos, as propostas encabeçadas pelos sanitaristas, apesar de ecoarem entre as elites políticas mineiras, acabaram derrotadas por políticas públicas imediatistas, ou cercadas por lobistas, como a expansão da malha asfáltica, assunto que será abordado no capítulo 4.

O sanitarismo cedeu o seu vocabulário às diversas reflexões filosóficas e urbanísticas e tomou para si conceitos de outras linhas de pensamento como bem comum, progresso, evolução, entre outros. Por isso, não seria possível o progresso da nação sem saneá-la e não se concebia uma cidade moderna sem higiene. Nesse contexto de relevância dos ideais sanitaristas e seu impacto no urbanismo e na vida política em várias partes do mundo construiu-se uma cidade pautada por esta práxis, e que foi incorporada aos múltiplos discursos e agentes políticos da jovem cidade. Todavia, assim como ocorreu na CCNC, havia um descompasso entre os discursos e a prática em um contexto de crescimento urbano e crise financeira.

A situação sanitária da capital continuou a apresentar diversos problemas, como a poluição dos córregos que serviam para o consumo legal e informal de água, para o esgotamento sanitário e para o lazer dos cidadãos, que pescavam, nadavam e conviviam com os rios urbanos. Todavia, a sujeira das águas já era perceptível. Os casos de doenças gastrointestinais tornaram-se mais comuns, o que gerou desconfiança em relação à qualidade da água distribuída. A Lei Municipal 45/1910 determinou que “o prefeito fará analisar por profissionais a água que abastece a população da capital a fim de verificar se dela provém as perturbações gastrointestinais, às vezes aqui notadas”. Essas análises seriam feitas em amostras das nascentes, dos reservatórios e das torneiras. Todavia, tais análises (que incluiriam apenas a rede oficial do município) não foram apresentadas ao

²⁷⁴ HELLER, 2008; COLUSSI, Eliane Lucia; BALBINOT, Antônia Valmíria: Propaganda e educação sanitária na década de 1970: “Povo desenvolvido é povo limpo”. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto alegre, v. 15, n. 28, p.253-275, dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.7973>. Acesso em: 17 abr. 2023.

Conselho Deliberativo, como prometido pelo prefeito Olyntho Meirelles no Relatório do exercício de 1910-1911.²⁷⁵ O mesmo documento evidenciou o nível alarmante da poluição das águas, pois, segundo o prefeito, o “lançamento das matérias dos esgotos” no rio Arrudas o deixava em péssimas condições sanitárias, constituindo um “atentatório à saúde dos habitantes da Capital”.²⁷⁶

A necessidade de tratamento do esgoto, defendida por sanitaristas desde a época da CCNC, foi retomada pelos técnicos da prefeitura e pela Escola Livre de Engenharia inaugurada em 1911. Mesmo progressivamente urgente, a depuração das águas servidas continuou a ser adiada pelos prefeitos do período. Melosi e Burian et all. argumentam que, nos Estados Unidos, entre 1890 e 1920, houve crescimento urbano intenso e os sistemas combinados da época ficaram sobrecarregados e, efetivamente, somente, transferiam a poluição, juntamente com os riscos de saúde, da área urbana para as periferias e áreas adjacentes.²⁷⁷ Com isso, os cursos d’água das regiões com sistemas unitários sem tratamento apresentavam níveis preocupantes de poluição. O tratamento de esgotos era consenso técnico desde o princípio do século XX, mas poucas cidades tinham condições reais, bem como vontade política, para implantá-los. As modificações em sistemas de esgotamento sanitários em urbes com crescimento demográfico acelerado e com estruturas urbanas estabelecidas, como logradouros calçados, redes de energia elétrica e telefone, edificações e mobiliário urbano (justamente o caso de Belo Horizonte) eram mais dispendiosas e logisticamente mais complicadas.²⁷⁸

Em relação à subdiretoria de águas e esgotos, vinculada à Diretoria de Obras, Meireles afirmou que apesar do período de “crise mais aguda”, os serviços não sofreram “o colapso natural era de esperar-se”.²⁷⁹ O Relatório explicou o aspecto positivo das novas subdivisões administrativas, como a separação dos serviços de águas e esgotos dentro da subdiretoria e a criação de uma seção encarregada da contagem de hidrômetros,

²⁷⁵ PBH, *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles em 16 de setembro de 1911*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1911, p.05.

²⁷⁶ Idem, p.7.

²⁷⁷ Segundo Burian *et all.* nos EUA entre 1850 e 1920 cresceu o número de cidades com população acima de 50.000 habitantes e novos contaminadores da água tornaram-se preocupações entre os sanitaristas, portanto defendeu-se mais intensamente o tratamento de esgotos. BURIAN, Steven J.; et all. *Urban Wastewater Management in the United States: Past, Present, and Future*. Journal of Urban Technology, v. 7, n. 3, p. 33-62, 2000.

²⁷⁸ BURIAN, 2000, p.9-15; MELOSI, 1996 e 2008.

²⁷⁹ PBH. *Relatórios da Diretoria Geral das Obras relativos ao ano de 1931, apresentado ao prefeito Luiz Penna*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1933, p.04.

que contribuiu para diminuir o desperdício e aumentar a arrecadação. Apesar do tom relativamente positivo, o documento apontou deficiências gerais como as vazões das captações, com a falta de alcance das redes e a possibilidade de piora devido ao aumento da população.²⁸⁰ O serviço de limpeza urbana também passava por reestruturação. Na época, 173 operários eram encarregados da varrição, da capina, da roçada, da limpeza de bocas-de-lobo, mas o serviço necessitava de investimentos como todos os outros apresentados no relatório.²⁸¹

Todo os sistemas sanitários da cidade passaram pelo trabalho de diagnóstico e planejamento da Comissão de Novos Serviços de Água e Esgotos da Capital. Por meio das diretrizes estabelecidas pela comissão em 1912, a Diretoria de Obras da PBH elaborou uma planta completa das canalizações de água e esgotos existentes para subsidiar o projeto e a construção de novas redes. Este diagnóstico escancarou as discontinuidades de planejamentos das várias gestões da prefeitura até então com a existência de canos subutilizados, enquanto outros estavam demasiadamente onerados. Outro problema foi a constatação da necessidade de substituir o encanamento de chumbo, material já considerado obsoleto desde o momento de sua instalação pela CCNC, mas implantado mesmo assim para cumprir com o prazo e orçamento da CCNC. O levantamento das canalizações comprovou que as obras imediatistas e improvisadas resultaram em uma rede confusa, mais cara que o necessário e que não atendia a necessidade da população.²⁸²

Segundo Botelho, em 1913, ainda durante a gestão do prefeito Olyntho Meirelles, o engenheiro José da Silva Brandão desenvolveu um projeto baseado no sistema separador para as redes de esgotos – com previsão de expansão de acordo com a necessidade – para a parte já urbanizada da cidade. O urbanista argumentou que especialmente na gestão de Meireles houve grande preocupação com o escoamento das águas pluviais, um dos “mais sérios problemas de Belo Horizonte”.²⁸³ Entretanto, ao lermos os relatórios dos anos posteriores da municipalidade, as intervenções na rede não seguiram o plano de Brandão.

²⁸⁰ Idem.

²⁸¹ Idem, p.205.

²⁸² FJP, 1997, p.93; VIANNA, 1997; BOTELHO, Danilo. Danilo. *O éthos urbanístico do Acaba Mundo: estabilização, manutenção e reprodução do modelo de canalizações de cursos d'água desde a construção de Belo Horizonte*. 2020. 330f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

²⁸³ PBH, 1911, p.24.

Segundo Vianna, os engenheiros da Comissão exerceram pressão junto à administração pública para realizar um planejamento em longo prazo, baseado na literatura vigente da época, já discutida na Escola Livre de Engenharia (atual Faculdade de Engenharia da UFMG), e em exemplos de outras cidades. A solução, portanto, não se limitaria à simples construção dispendiosa de novos reservatórios, mas sim em pensar a distribuição como um sistema, com previsão de crescimento, tratamento de água e menos desperdício, esse último elencado como um dos principais problemas de Belo Horizonte.

Fica claro, portanto, o embate, de um lado, entre a vontade de alguns administradores públicos em realizar obras como reservatórios e novas captações, para inaugurá-las no período do seu mandato, e, de outro lado, entre o plano de abastecimento de água com maior racionalidade de distribuição e consumo, proposto pela Comissão.²⁸⁴ Apesar da maioria das propostas técnicas da Comissão não terem saído do papel, o trabalho dos técnicos foi importante para capacitação dos funcionários da prefeitura e gerou mudanças na legislação, como na promulgação da Lei 282/1924 que autorizou a instalação de hidrômetros para a aferição precisa do consumo e para evitar desperdícios. Todavia, mesmo com todas as intervenções do período, a rede era deficitária e continuou a não alcançar todas as regiões da cidade, sempre em crescimento constante. Os relatórios da época, contrastados pelos estudos da FJP, Vianna e Botelho, demonstram que a água, apesar das inúmeras deficiências e escolhas políticas questionáveis, foi prioridade das gestões dos prefeitos do período. O mesmo, entretanto, não pode ser dito em relação à rede de esgotos.²⁸⁵

A Comissão defendeu a necessidade de depurar as águas servidas – tratando-as previamente ao despejo nos córregos da capital – e propôs novos projetos no sistema de separador absoluto com a proposta de construção de novas galerias pluviais. A Lei municipal 67/1913 autorizou o prefeito a estudar métodos de tratamento de esgotos para serem implementados em Belo Horizonte. Após o devido planejamento, a mesma legislação autorizava a prefeitura a contrair empréstimos para as obras consideradas como prioritárias. Todavia, a lei não teve efeito prático e nenhuma obra foi contratada a partir da mesma. Esta foi uma constante sofrida pela Comissão, pois a maioria das suas propostas para o esgotamento sanitário não foram efetivadas. Segundo Vianna, o corpo

²⁸⁴ VIANNA, 1997, p.34.

²⁸⁵ BOTELHO, 2020; FJP, 1997; VIANNA, 1997.

técnico da prefeitura acreditava que o principal problema sanitário da cidade na época era a rede de esgotos, assim a Comissão propôs, além do tratamento, a reforma de todo o sistema, mas o executivo municipal não levou adiante as obras, consideradas onerosas e logisticamente difíceis.

Segundo Vianna até, pelo menos, a década de 1930, a rede de esgotos foi continuamente aumentada, mas sem seguir um plano norteador. As novas canalizações dependiam do orçamento da prefeitura, que passou por grave crise financeira no período, e pela priorização dos gastos por parte do executivo. Percebe-se, claramente, por meio dos documentos oficiais que o esgoto, principalmente em regiões mais pobres, não foi prioridade dos prefeitos, ou, pelo menos, não recebeu a mesma atenção que outras frentes, como a necessidade de ampliação de energia elétrica, o abastecimento de água, a ampliação da cobertura telefônica e o calçamento de vias. Várias foram as desculpas elencadas nos relatórios que iam das dificuldades das obras, problemas logísticos, a culpa de gestões anteriores pelos imprevistos e a penúria financeira. No início da década de 1910, os técnicos da PBH e os contratados pela Comissão de Novos Serviços de Águas e Esgotos defenderam a necessidade de priorizar a rede de esgotos, considerada o principal desafio sanitário de Belo Horizonte, mas, por opção política, praticamente nada do que foi proposto foi implementado no período de existência da Comissão.

Esse é mais um indício que, no caso da divergência entre interesses técnicos e político-fisiológicos, os últimos se sobrepunham. Propostas tecnicamente embasadas e respaldadas pela comunidade acadêmica foram preteridas em prol de ações que eram consideradas como de maior visibilidade para os envolvidos, como, por exemplo, o acesso à água potável, o calçamento de logradouros, a ampliação da estrutura administrativa, entre outros. Estas políticas públicas não eram menos importantes, mas, havia uma desproporcionalidade na aplicação de recursos. Optou-se por não investir nos esgotos e a não fazer praticamente nada do que foi mapeado e planejado pela Comissão. Isto não significa que houve o abandono do discurso técnico e científico por parte dos prefeitos, mas sim foram privilegiados aspectos do discurso que mais interessava politicamente. Continuou-se a insistir em medidas paliativas, tão criticadas quando executadas por gestões anteriores, mas que serviriam para uma resposta rápida do executivo.²⁸⁶ Infelizmente essas ações rapidamente se tornariam obsoletas e dificultariam

²⁸⁶ Um dos exemplos foi a Lei municipal nº 173 de 2 de outubro de 1919 que estabeleceu a obrigatoriedade da construção de fossas nas áreas não atendidas pelo serviço de esgotamento sanitário “Nenhuma casa,

intervenções posteriores, mas, custavam menos e seriam inauguradas durante a mesma gestão que as iniciou. A substituição das redes, bem como a implantação dos sistemas de tratamento, eram intervenções que levariam anos para serem concluídas, portanto os benefícios políticos desses trabalhos ficariam com outros administradores públicos. Esse fato, fatalmente, era considerado pelos prefeitos ao planejarem os investimentos de suas gestões. A comissão foi extinta em 1914 sem conseguir emplacar grande parte dos seus projetos. Entretanto teve papel importante de diagnóstico das redes de água e esgotos, capacitou funcionários municipais e propôs novas técnicas e materiais a serem empregados nos sistemas sanitários.

Com a escalada da crise financeira, agravada pela primeira guerra mundial, os investimentos da prefeitura, assim como as propostas da Comissão, foram ainda mais prejudicados.²⁸⁷ O recrudescimento da crise ampliou uma desculpa corriqueira dos administradores públicos da época para adiar investimentos: o custeio da manutenção dos sistemas sanitários, bem como o grande custo de implementação. Assim, o dispêndio necessário para as obras e manutenção das redes tornou-se tema cada vez mais frequente no discurso oficial e serviu como argumento para protelar obras. O Prefeito Cornélio Vaz de Melo, por exemplo, no seu relatório de 1915, argumentou que, apesar de alguns “melhoramentos indispensáveis” que contribuíram para o “aformoseamento e higiene”,

qualquer que seja o tipo de sua construção, ou sua sede da zona urbana ou suburbana desta Capital, poderá prescindir de instalação sanitária, ligada à rede de esgoto, quando houver, ou provisoriamente a uma caixa diluidora, e na impossibilidade de ambas, de uma simples fossa seca.” (BELO HORIZONTE (MG). *Lei municipal n° 173* de 2 de outubro de 1919. Estabelece a obrigatoriedade da construção de fossas nas áreas não atendidas pelo serviço de esgotamento sanitário: lei municipal n° 173 de 2 de outubro de 1919. Belo Horizonte: 1919).

²⁸⁷ Sobre a história econômica de Belo Horizonte ver: DINIZ, Clélio Campolina. *A questão regional e as políticas governamentais no Brasil*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2001; EAKIN, Marshall C. *Tropical Capitalism: The Industrialization of Belo Horizonte, Brazil*. New York: Palgrave, 2001; KAMEL, Roberto Chafik Abu. *Gestão Municipal e o processo de organização do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte (1894-1960)*. Belo Horizonte: FJP, 2007. Os próprios documentos da municipalidade são recorrentes em apresentar crises financeiras no final dos anos 1910. O prefeito Afonso Vaz de Melo, por exemplo, descreveu a situação da prefeitura, em 1920, após anos seguidos de pecúnia financeira: “Se comparardes os serviços executados, as despesas pagas, com a carência de meios com que luta o prefeito, convencer-vos-eis quão árdua é a minha tarefa [...]. Que pode fazer o Prefeito de uma cidade que ainda precisa de tudo, com um orçamento de réis 1.319:651\$600 e cuja cifra de arrecadação é de réis 1.240.866\$814; com uma despesa forçada correspondente aos serviços de juros de apólices, de letras emitidas, subvenções e auxílios, pagamento ao pessoal técnico e administrativo, etc. Descontadas essas despesas, resta para a verba de obras públicas uma dotação ridícula, mais que insuficiente para o custeio de obras inadiáveis e conservação das existentes”. PBH. *Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Afonso Vaz de Mello em setembro de 1920*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1920. p.9.

a administração não pôde fazer mais nada, haja vista seus “parcos recursos.”²⁸⁸ O abastecimento de água, apesar de ser “ainda séria preocupação da prefeitura”, não teve o desenvolvimento desejado, pela escassez orçamentária. Os esgotos também foram elencados como prioridade, mas com investimentos modestos em relação à necessidade. Desta forma, as obras se limitaram a continuar as obras de galerias pluviais e da canalização do córrego do Acaba Mundo.²⁸⁹

No relatório seguinte, do ano de 1916, o custeio dos serviços sanitários foi reforçado como uma das principais desculpas para os investimentos insuficientes em outros serviços como: eletricidade, calçamento, arborização, entre outros. Segundo o Prefeito, a situação financeira da cidade “não poderá ser lisonjeira” e os custeios sanitários eram responsáveis pela maior fatia do orçamento municipal, pois “só a higiene, limpeza, esgotos, nivelamentos, calçamento de ruas, consertos e conservação das obras feitas absorvem completamente a receita arrecadada”, fato que tornou a prefeitura cada vez mais deficitária e endividada.²⁹⁰ Com isso, ao refletir sobre a arrecadação municipal, o prefeito argumentou que a administração executou “os serviços mais urgentes, deixando de lado os que, pela sua própria natureza, são adiáveis”.²⁹¹ Importante frisar que as obras foram consideradas como “adiáveis” majoritariamente por aspectos político-fisiológicos. Privilegiou-se o que poderia ser executado e inaugurado na própria gestão, bem como as obras de maior repercussão.

Apesar das obras insuficientes, o prefeito alegou que a cidade estava em boas condições de higiene, com reforço na coleta de lixo²⁹² e que a fiscalização sanitária foi intensificada nos comércios, no mercado, nos alimentos vendidos e nos domicílios, com aperfeiçoamento do atendimento relacionado às queixas da população sobre problemas sanitários. Contudo, segundo o próprio relato do chefe do executivo, e em relatórios de

²⁸⁸ PBH. *Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Cornélio Vaz de Mello em setembro de 1915*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p.3-4.

²⁸⁹ Idem.

²⁹⁰ MINAS GERAIS. *Presidente, 1914-1918 (Delfim Moreira da Costa Ribeiro). Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, ao Congresso Mineiro em sua 2ª sessão ordinária da 7ª legislatura no ano de 1916*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916, p.76.

²⁹¹ PBH. *Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Cornélio Vaz de Mello em setembro de 1916*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916, p.12.

²⁹² Segundo o Relatório do Governador do Estado, que inclui relato do prefeito de Belo Horizonte Cornélio Vaz de Melo: “a coleta, remoção e incineração do lixo urbano (realizaram-se) com toda a regularidade. As cinzas resultantes da incineração do lixo (tinham) a ter grande procura como adubo útil para a lavoura” (MINAS GERAIS, 1916, p.23).

técnicos da municipalidade, a situação sanitária da capital mineira era preocupante, com esgotos insuficientes e fétidos na época da seca, quando as águas ficavam mais saturadas pelos dejetos, e que arrebentavam na época das chuvas.²⁹³ O crescimento dos subúrbios sem a devida infraestrutura urbana aumentou a informalidade na obtenção de água e as redes de esgotos improvisadas, bem como onerou as redes formais. Doenças provocadas pela ausência ou poluição da água tornaram-se frequentes e esse líquido apresentava novos contaminadores pelo crescimento das indústrias em Belo Horizonte.²⁹⁴

Curiosamente, a aura de cidade sanitária, bem como a importância do discurso de higiene, mesmo com os empecilhos e a situação de salubridade aquém do desejado pelos técnicos e administradores de Belo Horizonte, persistia estoicamente. Uma evidência notável desse símbolo que permeou o imaginário belo-horizontino aconteceu durante a epidemia da Gripe Espanhola em 1918. Segundo Torres, se acreditou por parte da imprensa e dos cidadãos que a capital mineira sairia sem menores danos pela enfermidade devido a sua condição sanitária privilegiada. O imaginário da "cidade sanitária" serviu de argumento para os que foram contrários às medidas de fechamento do comércio, recomendadas pelo chefe da Diretoria de Higiene do Estado de Minas Gerais, Samuel Libânio,²⁹⁵ bem como de outras medidas de isolamento, de proibições de aglomerações e de limpezas compulsórias determinadas pela Prefeitura. Em princípio, a população manteve-se com relativa tranquilidade frente à pandemia em uma época que havia poucas informações sobre o vírus e as mutações que causaram a doença em escala mundial. Em Belo Horizonte, com possível subnotificação, houve aproximadamente 15 mil infectados e 239 mortos.²⁹⁶

²⁹³ VIANNA, 1997, p.88-103.

²⁹⁴ AGUIAR, 2006; FJP, 1997; PBH, (DEMAE), 1967; VIANNA, 1997.

²⁹⁵ Samuel Libânio, médico mineiro formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que liderou os esforços do Governo de Minas Gerais no combate à Gripe Espanhola, transitou em cargos públicos, no meio acadêmico e nos meios frequentados pelos grupos dirigentes mineiros. Ele fazia questão de se apresentar como sanitarista e coordenou a primeira campanha de saneamento rural em terras mineiras. O médico, um dos fundadores da Faculdade de Medicina de Minas Gerais, foi ativo no combate à malária, febre amarela, chagas, entre outras doenças. O sanitarista foi influente no meio político e contribuiu para o estabelecimento de várias políticas de saúde pública em Minas.

²⁹⁶ Sobre a pandemia da Gripe Espanhola no Brasil e em Belo Horizonte ver: MARQUES, Rita de Cássia. A pandemia gripal de 1918 em Minas Gerais. *Revista Médica de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 2, n. 4, jan – mar. 1997; SILVEIRA, Anny Jacqueline Torres. *A Influenza Espanhola e a cidade planejada*. Belo Horizonte: Argumentum, 2007.

Em 1919, Belo Horizonte contava com cerca de 50.000 habitantes,²⁹⁷ e passava por dificuldades diversas após anos de crise econômica, desemprego, e descontinuidades de gestões dos prefeitos. A conjuntura desfavorável trouxe consequências no cenário urbano, com obras paralisadas, lixo acumulado²⁹⁸ e esgoto escorrendo pelas ruas (principalmente nos subúrbios).²⁹⁹ O prefeito Afonso de Melo (1918-1922) considerou a falta de água como um dos mais graves problemas a ser enfrentado pela sua gestão e culpou improvisos das gestões anteriores que deixaram encanamentos defeituosos, provisórios e com diâmetros insuficientes. A irregularidade na distribuição também foi justificada pelo desperdício, mas a sua gestão não teria recursos para o instalar hidrômetros. Desta forma, apesar de obras como no reservatório da Lagoinha, o problema agravou-se no início da década de 1920, assim como a crise financeira.³⁰⁰ No seu relatório de 1920, o prefeito lamentou a situação estrutural da capital, “uma cidade que precisa de tudo”, destacou os problemas sanitários, mas afirmou que a municipalidade não poderia fazer muito com um orçamento deficitário, pois, para investimentos sobra uma “uma dotação ridícula, mais que insuficiente para o custeio de obras inadiáveis e conservação das existentes.”³⁰¹

Botelho caracterizou a gestão pública da Prefeitura de Belo Horizonte do período de 1898, após a extinção da CCNC, até 1922 como: “Cidade à deriva”, pelas seguidas crises financeiras, distanciamento do plano da Comissão Construtora e múltiplas mudanças de gestão. Concordamos com a interpretação, mas é importante destacar que, a rigor, a cidade em nenhum momento deixou de seguir algum tipo de planejamento e que, apesar das inúmeras dificuldades, estabeleceu práticas, diagnósticos e projetos que,

²⁹⁷ SOUZA, Joseane; BRITO, Fausto. Expansão urbana de Belo Horizonte e da RMBH: a mobilidade residencial e o processo de periferização nos anos 80 e 90”. In: *Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira [Proceedings of the 13th Seminar on the Economy of Minas Gerais]*, 2008.

²⁹⁸ O relatório de 1920 explicita problemas com o recolhimento de lixo e a varrição das ruas, na época serviço terceirizado pela prefeitura. Devido a críticas dos munícipes e pela sujeira da cidade, o Prefeito Afonso de Melo decidiu encerrar o contrato e o serviço, a partir de 26 de abril de 1920, ficou a cargo da Diretoria de Higiene da Prefeitura. Desta forma, a limpeza pública passou a ser feita diretamente pela municipalidade, mas o serviço de coleta e remoção do lixo domiciliar, continuou a ser feito por empreitada. Ver: PBH, 1920.

²⁹⁹ FJP, 1997, p. 98; PBH. *Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Cornélio Vaz de Mello em setembro de 1917*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917; PBH. *Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Afonso Vaz de Mello em outubro de 1918*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1918.

³⁰⁰ PBH. *Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Afonso Vaz de Mello em setembro de 1919*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1919, p.6.

³⁰¹ PBH, 1920, p.9.

em sua maioria, não foram para frente. Belo Horizonte poderia parecer na prática uma cidade inacabada e caótica, entretanto sempre refletiu sobre suas deficiências e propôs alternativas para dirimir os problemas.

Reportagens publicadas em jornais como o *Diário de Minas*, *Revista Semana Ilustrada*, *Revista Econômica*, *Revista Bello Horizonte*, *Revista Alterosa* e, mais tarde, no *Estado de Minas* e *Jornal de Minas*, notamos como se tornou recorrente, por parte dos munícipes, colocar em xeque a eficácia do planejamento urbano da capital mineira. Cartas e depoimentos de cidadãos, bem como alguns editoriais, enfatizaram suposta ausência ou deficiência de planejamento urbano e sanitário em Belo Horizonte, a falta de planejamento, portanto, tornou-se lugar comum nas críticas à prefeitura. Entretanto, a pesquisa no vasto acervo do APCBH, nos relatórios de prefeitos, no arquivo da Superintendência de Obras da Capital (SUDECAP) e na Biblioteca da Subsecretaria de Planejamento Urbano (SUPLAN), demonstram que sempre se planejou na cidade e os planos foram apresentados com rigor técnico e meticulosidade desde os diagnósticos da urbe, quanto as propostas, as planilhas orçamentárias, os impactos positivos e negativos e prognósticos.

Os problemas estão mais relacionados a aplicação e seguimento desses planos, seja por aspectos práticos, como crises financeiras, ou escolhas político-fisiológicas para favorecer lobbies, ou para marcar projetos vinculados à própria gestão. Além disso, nota-se que a prática de questionar as ações de prefeitos anteriores tornou-se comum e foi utilizada para justificar tanto os problemas diversos da cidade, quanto a necessidade de (re)planejar. Portanto, por questões administrativas, sociais e políticas, estabeleceu-se a crença em de suposta falta de planejamento para a explicação de problemas urbanos, como a falta d'água e de esgotos, que estão mais relacionados à não execução ou a implementação seletiva de intervenções desenvolvidas em planos ou projetos urbanos. Apesar disso, é possível aventar a hipótese que esse fato reforçou a importância da ideia de planejamento para os munícipes, pois esse é um dos elementos mais facilmente lembrados para criticar atos do poder público.

A necessidade de (re)planejar – a gestão de Christiano Machado e a Comissão dos Serviços do Novo Abastecimento

Os primeiros chefes da municipalidade da jovem capital procuraram exaltar a Comissão Construtora e criticar os seus antecessores que não teriam dado prosseguimento ao planejamento da comissão. A partir da gestão de Flávio Fernandes dos Santos (1922-1926) esta retórica foi intensificada e, no seu relatório de 1922, afirmou que o planejamento da CCNC foi executado apenas em pequena parte. Dessa forma, para realizar efetivamente a aplicação das posturas municipais, o calçamento dos logradouros públicos, regularizar as construções, a arborização, a manutenção dos jardins, o embelezamento urbano, a higiene, a limpeza urbana, o recolhimento de lixo, o abastecimento de água e o desenvolvimento das redes de esgoto, todos serviços deficientes segundo o chefe da municipalidade, o executivo municipal deveria se reorganizar.³⁰² Era preciso adotar um planejamento que perpassasse gestões e a reestruturação da prefeitura deveria seguir as linhas do plano da Comissão Construtora, com as devidas adaptações para os novos tempos.³⁰³ 1922 foi o ano da efeméride do centenário da Independência do Brasil, fato que suscitou discussões e projetos culturais e políticos que elegeram e ressignificaram símbolos da nação.³⁰⁴

O Relatório de 1922 foi dividido em seções de autoria dos chefes das diretorias da municipalidade, o primeiro relato foi do diretor Amaro Lanari, engenheiro que teve longa carreira em órgãos públicos.³⁰⁵ Lanari criticou seus antecessores ao afirmar que sua

³⁰² Para isso, o governo estadual publicou a Lei Estadual nº 832 de 15 de setembro de 1922, que aprovou um “plano definitivo para a cidade de Belo Horizonte: (...) Art. 2.º Fica aprovado o plano definitivo da cidade de Belo Horizonte, capital do Estado, mandado organizar pelo governo de acordo com a lei adicional n. 3, de 17 de dezembro de 1893, respeitadas as modificações feitas até a data da publicação da presente lei; § 1.º Fica o governo autorizado a expedir novo decreto aprovando a planta da cidade, que contém as modificações feitas no respectivo plano; § 2.º Na aprovação da planta a que se refere o parágrafo antecedente, o governo terá em vista a observância rigorosa do traçado atual das ruas e praças e o respeito a manutenção e conservação de todos os logradouros públicos. (MINAS GERAIS. Lei Estadual nº 832 de 15 de setembro de 1922. Plano Definitivo para a Cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Câmara Municipal de Belo Horizonte, 1922).

³⁰³ PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flavio Fernandes dos Santos*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1922, p.4.

³⁰⁴ Foi feito um concurso para um monumento celebrativo para o centenário. O projeto escolhido ficou conhecido popularmente como “Pirulito”, teve autoria do arquiteto Antônio Rego. A pedra fundamental foi inaugurada em 7 de setembro de 1922 e, o monumento, foi inaugurado em Sete de Setembro de 1924, dois anos mais tarde na praça que passou a se chamar “Praça 7”, um dos pontos mais movimentados da urbe até hoje. O monumento começou a ser feito em uma pedreira de Betim, quando o município ainda se chamava Capela Nova de Betim, foi no cruzamento das avenidas Afonso Pena e Amazonas, um dos cruzamentos mais importantes de BH. O monumento tem quase 14 metros, é uma altura modesta se comparado com a estátua que o inspirou, o monumento a George Washington em Washington, EUA. Sobre os modernismos de 1922 ver: ANDRADE, Gênese. *Modernismos 1922-2022*. São Paulo: Companhia das Letras, 1922.

³⁰⁵ Amaro Lanari (1886-1968) é mais um dos vários exemplos de técnicos que transitaram nos cargos públicos. Portenho, tornou-se engenheiro pela Escola de Minas em 1909. Trabalhou com a construção de estradas de ferro pelo Estado de Minas Gerais entre 1912 e 1915. Foi cofundador da Companhia Siderúrgica Mineira em 1917. Entre 1922-1924 foi Diretor de Obras Públicas de Belo Horizonte, mais tarde trabalhou no governo de Getúlio Vargas.

diretoria poderia ser comparada com uma obra inacabada, pois os setores não funcionavam efetivamente e de forma integrada. Além disso, as obras executadas não seguiram ao Plano da CCNC, ou qualquer tipo de planejamento, pois “tudo se fez a olho, não sendo necessário insistir muito para se avaliar os absurdos a que se pôde chegar. A planta da cidade, estudada pela Comissão Construtora, era projeto a ser realizado; sucede, porém, que este foi executado apenas em pequena parte”.³⁰⁶ As obras de canalização de água e esgotos, bem como as de calçamento dos logradouros, foram feitas sem obedecer aos “documentos existentes no Arquivo”, ou seja, foram improvisados sem o devido rigor técnico e ignorando os projetos disponíveis para consulta.³⁰⁷

A poluição dos cursos de água da capital foi um dos principais problemas segundo a prefeitura. Lanari descreveu detalhadamente a sujeira do ribeirão Arrudas que exercia “o tríplice papel de emissário, diluidor e depurador”, bem como a insuficiência do volume de água para depurar as águas servidas, pois “as galerias despejam in natura, em pontos centrais da cidade, num ribeirão de volume d’água visivelmente insuficiente, pelo menos na estiagem, as dejetões de algumas dezenas de milhares de habitantes”. Com isso, “existiam abundantes depósitos de matérias fecais” no principal rio da cidade. Segundo o engenheiro, este fato seria decorrente da incompletude do serviço de esgotos e da falta de fiscalização, o que provocava o lançamento direto “nos quintais e ruas, ou em pequenos córregos, cuja vazão alcança razão de ser graças à contribuição das manilhas de esgotos”.³⁰⁸

O relatório de 1922, assim como os anteriores, apresentou uma situação sanitária preocupante na jovem capital, com inúmeras questões em todas as frentes. No entanto, esse documento em específico é mais detalhista e não houve floreios ou eufemismos no diagnóstico da urbe. Pelo contrário, o prefeito Flávio Fernandes dos Santos e seu diretor de Obras, Amaro Lanari, descreveram – responsabilizando gestões anteriores e a falta de recursos da prefeitura – uma cidade com água insuficiente, odor fétido nos verões, córregos poluídos e com esgotos escorrendo livremente pelas ruas e nos quintais. Segundo o prefeito, o anacronismo da prefeitura agravou a situação, pois ela não cresceu no mesmo ritmo da capital. Não se seguiu o plano da comissão, ou qualquer adaptação

³⁰⁶ PBH, 1922, p.24.

³⁰⁷ Idem.

³⁰⁸ Idem, p.22-27.

dele, as obras foram executadas sem critério, sem seguir um planejamento, o que agravou todos os problemas urbanos.

Segundo Botelho, a gestão de Flávio Fernandes dos Santos caracteriza o início da retomada do Plano proposto pela Comissão Construtora da Nova Capital – CCNC, praticamente abandonado desde a gestão de Olyntho Meirelles.³⁰⁹ Já Arreguy, com base na análise da legislação urbanística, defende que, apesar do intuito de manter o traçado da CCNC, a Lei Municipal nº 226, de 02 de outubro de 1922 e a nº 363, de 07 de setembro de 1930, representaram o pontapé inicial na formalização da ruptura com a concepção de planejamento contida no Plano Geral da Cidade de Minas e com as premissas do urbanismo barroco europeu. Essas legislações conservaram características do urbanismo sanitaria, mas trouxeram referências a novos movimentos urbanísticos, como o *City Beautiful* e o movimento modernista.³¹⁰ Segundo Aguiar, a década de 1920 pode ser entendida como um dos ”passos iniciais de um processo acelerado de crescimento da cidade, tanto físico e populacional, quanto econômico”.³¹¹ Com isso, a municipalidade empreendeu a divisão dos lotes suburbanos, das ex-colônias agrícolas e de propriedades fora da área do plano de Aarão Reis, principalmente em direção às regiões Oeste, Norte e Leste, com o crescimento dos bairros Carlos Prates e Calafate e por meio da incorporação dos municípios de Venda Nova e General Carneiro.³¹²

No início da década de 1920, a população de Belo Horizonte era de 55.563 habitantes e cresceu a um ritmo médio anual superior a 9%. Com isso, em 1930, a cidade possuía aproximadamente 140 mil habitantes, com destaque para a expansão dos subúrbios.³¹³ Este fato, segundo Aguiar, trouxe para a administração pública uma escala inesperada de demandas por infraestrutura urbana.³¹⁴

³⁰⁹ BOTELHO, 2020, f.116.

³¹⁰ OLIVEIRA, Natália Mara Arreguy. *Regulação urbana: Complexidades da legislação e dos parâmetros urbanísticos de Belo Horizonte*. 2019. 445f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019, f.136.

³¹¹ AGUIAR, 2006, f.312.

³¹² Idem, f.312-314.

³¹³ SOUZA, Joseane de. *A expansão urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte: o caso específico do município de Ribeirão das Neves*. 2008. 194f. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

³¹⁴ AGUIAR, 2006, f.314.

A documentação consultada, em especial os Relatórios dos Prefeitos e o Acervo Fazendário da PBH,³¹⁵ atestam que na década de 1920 houve aumento na arrecadação de impostos, bem como de repasses provenientes do governo estadual, que foram reinvestidos em obras estruturais na cidade. Todavia, essas obras concentraram-se na região central acentuando a desigualdade estrutural da urbe, bem como a escassez de serviços nas periferias como o abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os investimentos da administração de Flávio dos Santos concentraram-se na ampliação das redes de água e esgotos já construídas. Foi realizada a implantação de coletores de esgotos (Figura 04) e parte da retificação do ribeirão Arrudas e do córrego do Leitão (figura 05)³¹⁶, além de obras de esgotamento sanitário no bairro Floresta, onde os moradores reivindicavam melhorias desde a primeira década do século XX. A prefeitura investiu, durante o mandato de Santos, na ampliação da rede de esgotos, mas o crescimento da cidade foi mais rápido que a expansão das canalizações, com isso o serviço permaneceu deficitário.³¹⁷ Outro fator de preocupação do poder público foi a falta de ligações domiciliares à rede construída, explicada, em parte, pelas residências irregulares sem os devidos padrões sanitários.³¹⁸

Figura 4: Trecho aberto para colocação de emissário de esgoto na avenida dos Andradas. Data: 1926-1929. Fotografia Gines Gea Ribera.

³¹⁵ O acervo fazendário do município faz parte do Fundo Secretaria da Fazenda do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) e é composto por cerca de 4.800 volumes de livros contábeis que registram as atividades relacionadas à arrecadação e aos gastos do Poder Público ao longo do período de 1899 até a década de 1980. Nos anos 1920, fica evidente o aumento da arrecadação, bem como os investimentos em infraestrutura, que, como em outras décadas, se concentraram nas regiões centrais da cidade.

³¹⁶ Segundo o Relatório de 1926, apresentado pelo prefeito Christiano Machado, além da retificação do córrego, considerada como uma das principais obras da gestão anterior, foram construídas 4 pontes para a travessia do canal possibilitando melhor integração do centro com a região do Barro Preto (PBH. *Relatório de 1926, apresentado pelo prefeito Christiano Machado. Outubro de 1926*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926, p.131).

³¹⁷ PBH, 1922;APCBH/Fundo Secretaria da Fazenda.

³¹⁸ FJP, 1997, p.108.



Nova vista do emissario, vendo-se a secção oval.

Fonte: APM/Fundo Olegário Maciel.

Figura 5: Rua São Paulo vista a partir da avenida Augusto de Lima. Serviços de canalização do córrego do Leitão durante a administração do prefeito Flávio Dos Santos. Ao fundo, serra do curral. Data: 1926-1929. Fotógrafo Gines Gea Ribera.



Fonte: APM/Fundo Olegário Maciel.

Neste período, as obras sanitárias, pela sua importância, passaram a ser fotografadas com mais frequência e com os canos como protagonistas, que apareciam em primeiro plano nas imagens antes de serem aterrados e de desaparecerem embaixo dos logradouros. Este tipo de pose existe, de forma esporádica, desde a CCNC, todavia aumenta de frequência a partir do final da década de 1920 – ainda em proporção bem menor ao período pós 1945, quando a PBH passou a ter um departamento de fotografia que será analisado no capítulo 4. Isto fica evidente, por exemplo, na figura 06, da Coleção Belo Horizonte, disponível no MHAB, que retrata um cano em primeiro plano na Avenida Afonso Pena esquina com Avenida Brasil. Havia a necessidade de registrar a implantação dos canos, pois, diferentemente do calçamento, da arborização, do ajardinamento, as canalizações sumiam, não eram uma realização visível. A água, pelo menos, chegava nas torneiras dos munícipes, mas o esgoto era – do ponto de vista publicitário - menos palpável, apesar de igualmente importante.

Figura 6: Avenida Afonso Pena esquina com avenida Floriano Peixoto (atual avenida Brasil). Data: 1926-1929. Fotografia Gines Gea Ribera.



Fonte: APM/Fundo Olegário Maciel.

No caso da retificação dos córregos, retratava-se, principalmente, a construção dos canais que seguiam o leito, havia a necessidade de explicitar as etapas do trabalho, com a pavimentação posterior e a domesticação do rio no tabuleiro de xadrez belo-horizontino. O objetivo era mostrar a subjugação do meio físico a cidade *moderna*. De um lado, havia o córrego imundo e indomado, do outro o canal retilíneo por onde o curso d'água caminharia de forma, supostamente, previsível. Após a inauguração, as pontes e o paisagismo eram destacados, recurso que foi muito utilizado pela gestão seguinte, do prefeito Christiano Machado como pode ser observado na figura 07. Os rios se mostravam indomáveis a cada verão, desafiando a previsibilidade que se lhes queria impor, pois as canalizações dos córregos foram fator preponderante para o aumento das inundações. Segundo Vianna, desde os primeiros anos do curso de Engenharia Civil da Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte, principalmente por meio da cadeira “Águas e Esgotos, Portos e Rios”, coordenada por Lourenço Baeta Neves,³¹⁹ foram publicados trabalhos científicos que sustentaram a hipótese de que a retificação dos rios em na capital mineira

³¹⁹ Lourenço Baeta Neves (1876-1948) se formou em engenharia pela Escola de Minas de Ouro Preto e teve extensa atuação na academia, como técnico e como político, trabalhando para a consolidação da engenharia sanitária no Brasil. O sanitarista será estudado no próximo capítulo.

contribuíram para o aumento da incidência de enchentes nos períodos chuvosos. De fato, as inundações tornaram-se mais frequentes, o que analisaremos no próximo capítulo.

Figura 7: Calçamento da rua São Paulo esquina com rua Gonçalves Dias em Belo Horizonte. Data: 1926-1929. Fotografia Gines Gea Ribera.



Fonte: APM/Fundo Olegário Maciel.

A prefeitura, que contava com estrutura administrativa enxuta, não havia desenvolvido metodologias de divulgação dos seus atos para os cidadãos. Havia dificuldade especial com as obras sanitárias. Além das canalizações fazerem parte do subterrâneo urbano, os problemas persistiam no cotidiano dos cidadãos, em alguns casos era difícil até mesmo para os membros do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte compreender quais ações foram empreendidas pelo executivo e os motivos dos estorvos persistirem, desta forma era preciso achar novas formas de apresentar e de enaltecer as realizações. As fotografias foram uma das saídas encontradas pela municipalidade, que passou a contratar fotógrafos e a inseri-las nos documentos por ela produzidos, assim como gráficos ilustrados e textos mais detalhados. Dessa forma, os relatórios do período tornaram-se mais ilustrados e minuciosos. A fotografia serviu como prova da realização,

da transformação do meio físico. Etapas das obras passaram a ser retratadas e compuseram todos os tipos de documentos oficiais. Após a autonomia administrativa de 1947, a prefeitura passou a contar com fotógrafos em seu quadro e este tipo de pose tornou-se comum, o que discutiremos nos próximos capítulos.

Apesar de ainda insuficientes, os investimentos nas políticas sanitárias, incluindo a ampliação dos esgotos, o reforço no abastecimento por meio da captação dos córregos do Posse e Clemente, as campanhas de fiscalização e de higiene, resultaram na diminuição das taxas de mortalidade provocadas pelas doenças de transmissão hídrica, como a gastroenterite, a esquistossomose e a febre tifoide.³²⁰ Os números voltaram a subir em 1928 devido à piora nos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário atribuídos ao crescimento populacional na década e à falta de investimentos necessários para ampliação, adequação e manutenção da rede.³²¹

Em 1926, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930) assumiu o executivo do estado com a intenção de se tornar presidente da República. Para isso ele procurou retomar a ideia de Belo Horizonte como marco de um projeto de modernidade que seria espelho para todo país. Para essa pretensão ter alguma chance de sucesso, além da retórica discursiva que fez uso recorrente do empreendimento da CCNC, eram necessários investimentos em infraestrutura urbana e, para isso, o presidente do estado indicou para prefeitura da capital o médico e bacharel em direito Christiano Monteiro Machado (1926-1929).³²² Nos documentos produzidos por sua gestão, o prefeito mostra

³²⁰ Segundo a Fundação João Pinheiro as taxas de febre tifoide em 1910 eram de 72,19 óbitos por cem mil habitantes, e apresentam tendência de queda a partir de 1913, devido, em grande medida, à entrada dos mananciais do Posse e Clemente na rede de abastecimento. As taxas caíram acentuadamente entre 1920 e 1927, com índices inferiores ou próximos ao índice de 8,0/100 000 habitantes. Estes índices cresceram a partir de 1928 com taxa de mortalidade por febre tifoide de 17,77 (FJP, 1997, p.102).

³²¹ FJP, 1997, p.108.

³²² Cristiano Monteiro Machado nasceu em Sabará (MG) no dia 5 de novembro de 1893, formou-se em farmácia no ano de 1910 pela Escola de Ouro Preto. Após sua formatura, Machado teve extensa carreira profissional e política, com conexões importantes. Com Raul Soares como presidente do Estado, Machado, casado com a cunhada de Soares, Hilda von Sperling, foi nomeado seu oficial-de-gabinete.

Foi convidado para ocupar a prefeitura de Belo Horizonte pelo Presidente de Minas Gerais Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Em novembro de 1929, afastou-se da prefeitura para realizar campanha eleitoral de deputado pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) – foi eleito em 1930. Renunciou ao mandato em setembro do mesmo ano para ocupar a Secretaria do Interior do governo estadual de Olegário Maciel (setembro de 1930 a setembro de 1933). Teve ainda papel na Revolução de 1930, candidatou-se a presidência em 1950, pelo PSD, mas foi traído pelo próprio partido, que apoiou Vargas. Faleceu em Roma, em 1953, quando era embaixador do Brasil junto à Santa Sé. Ver: CRISTIANO MONTEIRO MACHADO. In: *Fundação Getúlio Vargas (FGV); Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea o Brasil (CPDOC)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cristiano-monteiro-machado>. Acesso em 04 de nov. 2022.

alinhamento total com o projeto de Andrada, um “eminente brasileiro”, que o incumbiu, em parceria com o estado, de resolver definitivamente os problemas de esgotos e abastecimento de água - os primeiros a serem apresentados no relatório - juntamente com energia elétrica, viação urbana e comunicações telefônicas. Assim, “Belo Horizonte completará sua fisionomia de cidade que se imporá à história como uma grande criação de um grande povo”.³²³

Segundo o prefeito, o presidente do estado acreditava que os problemas urbanos de Belo Horizonte não eram locais, pois, “pela sua significação”, transcendiam os limites da capital para se imanarem como os mais relevantes do estado. Com esse intuito, era necessário solucionar os serviços de águas e esgotos, para os quais o prefeito daria “o maior de seus cuidados”, pois “um grande centro urbano não terá conquistado sua maioria sem ultimá-los.” Ainda assim, a administração não possuía recursos para realizar tamanha empreitada, colocada como um dos maiores desafios da sua gestão, para tanto seriam necessários empréstimos em uma prefeitura que já havia contraído dívidas para a solução dos mesmos problemas.³²⁴

Nesse caso foi utilizada uma das justificativas mais recorrente entre os prefeitos aqui estudados durante todo o período cronológico da tese, a de apresentar as obras sanitárias como prioritárias, mas, concomitantemente, as mais difíceis de serem levadas a cabo pelo dispêndio, falhas na execução empreendidas anteriormente, alto valor de custeio após a finalização e dívidas contraídas por gestões passadas.³²⁵ Entretanto, Machado estava confiante em buscar solução definitiva para as redes de água e esgotos, tal “o carinho com o que o Presidente Antônio Carlos assiste a essas questões”.³²⁶ Curiosamente, no mesmo relatório, o prefeito indica a ausência de um levantamento completo de rede de águas da prefeitura. Este fato merece reflexão, pois, em 1912, na época da Comissão de Novos Serviços de Águas e Esgotos, foi feita uma planta com todas as canalizações do município. A menção deliberada da ausência de diagnóstico da rede de águas e esgotos, “que ainda não dispõe a prefeitura”, pode ser justificada pela não atualização da planta pelas gestões posteriores a 1912, pela possibilidade de ter sido

³²³ PBH, 1926, p.5.

³²⁴ Idem.

³²⁵ Idem, p.6.

³²⁶ Idem, p.7.

perdida devido à ausência de políticas arquivísticas, ou, simplesmente, foi ignorada pelo recém-empossado prefeito.³²⁷

Christiano Machado priorizou um discurso sanitário repaginado para a nova realidade do final dos anos 1920 em consonância com o projeto político de Antônio Carlos que, por sua vez, queria associar a seu mandato uma Belo Horizonte moderna e higiênica. Para tanto, a CCNC foi utilizada como o início de um projeto de modernização bem-sucedido, que chegaria a sua plenitude graças às intervenções das novas gestões de Minas Gerais e da municipalidade. Com isso, fez-se uso dos preceitos técnicos dos projetistas da Nova Capital de Minas e de elementos discursivos já conhecidos no cenário político mineiro. O conceito de planejamento foi revalorizado, bem como a necessidade de retomar planos da Comissão Construtora, adaptados à nova realidade da urbe, e de implantar políticas públicas perenes.

Efetivamente, a gestão de Machado não se limitou a reforçar e a ressignificar as práticas discursivas pautadas por uma modernização urbano-sanitarista, realizou investimentos consideráveis nas redes de água e esgotos, buscando soluções pautadas em planejamento a médio prazo e com as devidas previsões de expansão das canalizações. Entretanto, novamente, a prioridade foi dada ao abastecimento de água, que já possuía na capital grande relevância no discurso político e poderia servir melhor aos interesses eleitoreiros dos administradores públicos, principalmente de Antônio Carlos.³²⁸ Independentemente da priorização, justificada em parte por interesses eleitoreiros e fisiológicos, dada a políticas públicas com maior visibilidade, a nova demanda por serviços urbanos por parte dos munícipes, bem como a necessidade de acompanhar o planejamento e execução das ações do período, urgiu uma reestruturação da municipalidade.

³²⁷ A perda, deliberada ou não, de documentos foi ponto comum em vários momentos da vida administrativa da prefeitura e este não foi o primeiro exemplo. Olyntho Meireles já havia reclamado da perda dos projetos da CCNC: “*Tem sido infrutífera toda a pesquisa feita no arquivo da Prefeitura, para encontrar-se o plano que a CCNC devia ter organizado não se sabendo o paradeiro desse trabalho básico para uma boa distribuição, sendo certo que ele foi executado. A justificada esperança de encontrar-se esse plano da CCNC, fez com que não se organizasse convenientemente esse serviço para a colocação de novas linhas, dando isso em resultado, um emaranhado de canos lançados, a cada momento, para atender a pedidos sempre urgentes, perturbando cada vez mais, a boa distribuição de água potável*” (PBH. Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles em setembro de 1912. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1912, p.7-8).

³²⁸ FJP, 1997, p.112.

Machado realizou reforma administrativa que deu mais dinamismo para a prefeitura, mas a estrutura ainda era limitada pela dependência do aparato do governo estadual. Em relação à implementação da política sanitária, foram criadas subdivisões na Diretoria Geral de Obras e Serviços que contou com a presença de dois engenheiros que se tornariam prefeitos de Belo Horizonte, como o Subdiretor de Obras João Guzman Filho (1945-1946) e o Subdiretor de Águas e Esgotos, o sanitarista Octacílio Negrão de Lima que foi chefe do executivo municipal por dois mandatos que serão analisados no próximo capítulo. Inicialmente, foi realizado novo levantamento das canalizações existentes, pois, de acordo com o prefeito, os projetos da CCNC foram extraviados ao longo dos anos.³²⁹ Segundo o Diretor Geral, o engenheiro Carlos Bicalho Goulart, uma dificuldade inicial foi de fazer o diagnóstico completo e de organizar os projetos das redes gerais de água e esgoto que, segundo ele, se perderam. Devido a este fato, foi feito mais um levantamento total e as pranchas geradas foram enviadas e um arquivo específico de documentos topográficos e cartográficos para que se evitassem novas falhas por ausência de documentos.³³⁰

De acordo com Bicalho, no relatório de 1927,³³¹ as obras que “visam o saneamento e a higiene da cidade” foram “postas em primeiro plano” pelo prefeito. Com isso, exaltou a CCNC, composta de técnicos “excepcionalmente ilustres” que estudaram por muitos anos o meio físico da capital e propuseram diretrizes para o desenvolvimento posterior da cidade. Algumas gestões anteriores “se afastaram dessa orientação”, o que seria “causa exclusiva de todos os defeitos da nossa vida urbana”. Todos os esforços da administração se voltaram para a reintegração do “magnífico” plano organizado pela Comissão Construtora, resultado de “estudo de mais de dez anos dos primeiros urbanistas brasileiros” que foi “criminosamente” preterido em prol de soluções imediatistas.³³² Aqui, o engenheiro fez um relato hiperbólico da necessidade de retomar o que foi originalmente proposto para Belo Horizonte e apontou o fato de as gestões anteriores terem ignorado o planejamento inicial como o motivo único dos malefícios urbanos. O vício de origem, portanto, não residiria nos trabalhos da comissão, como discutido, timidamente, em outras

³²⁹ PBH. *Relatório do primeiro ano da administração municipal no quadriênio iniciado em 1926, outubro de 1927*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1927, p.5.

³³⁰ BOTELHO, 2020, f.130; FJP, 1997, p.112.

³³¹ Os diretores gerais e alguns subdiretores assinavam partes do relatório do prefeito durante a gestão de Christiano Machado. Os altos membros da administração pública faziam seus textos dirigidos ao prefeito, que, por sua vez, fazia uma apresentação, um balanço geral do ano e apresentava o planejamento orçamentário para os exercícios seguintes.

³³² PBH, 1927, p.66.

gestões anteriores e nos trabalhos da Comissão de Novos Serviços de Águas e Esgotos, mas sim no distanciamento do projeto inovador dos “célebres urbanistas”. Essa retórica exagerada não foi acidental, a gestão de Machado tentou a todo momento se vincular à grandiosidade idealizada da construção da Nova Capital de Minas. Por isso, fazia sentido exaltar esse empreendimento e, automaticamente, renegar as formas como a prefeitura conduziu seus trabalhos após a inauguração da urbe em 1897.

Negrão de Lima, na sua seção do mesmo relatório, fez discurso similar ao defender a retomada dos estudos propostos no empreendimento da construção da capital e ao associar o corpo técnico da prefeitura, escabeçados pelo prefeito Christiano Machado à comissão:

No presente, o aforismo está de pé. Todas as obras desde o tempo da CCNC até hoje, que vossa excelência encontrou iniciadas cuida de prossegui-las. A administração, assim, continua e a construção de Belo Horizonte novamente se inicia.

O projeto de governo, articulado com todos os membros recrutados pela administração municipal, tinha o claro objetivo de associar às gestões do Presidente de Minas Gerais Antônio Carlos e a do Prefeito Christiano Machado ao empreendimento da CCNC. Seria como uma retomada da construção de Belo Horizonte, que valorizaria o trabalho técnico minucioso dos “primeiros urbanistas do Brasil”. Seria uma redenção CCNC e de Belo Horizonte que, finalmente, se tornaria efetivamente uma cidade moderna. Contudo, essa retomada foi mais discursiva que prática, pois o diagnóstico realizado nas redes sanitárias levou em consideração as modificações dos períodos anteriores e concentrou-se no interior da avenida do Contorno. O objetivo foi mais político que técnico, era preciso valorizar o projeto anterior para promover o atual, associar-se a uma continuidade de modernização urbana, de um empreendimento no qual Belo Horizonte seria símbolo. Nessa empreitada, o sanitarismo da CCNC foi destacado e apropriado para a realidade do final dos anos 1920. Para tanto, ampliaram as ferramentas de divulgação, as coberturas fotográficas e as formas de representação das obras empreendidas. Não bastava fazer, era preciso, como dito, saber divulgar (talvez outro elemento aprendido com a CCNC). As fotografias aumentaram de volume, fotógrafos passaram a acompanhar os engenheiros, o prefeito e o presidente do estado em visitas às obras. Os novos sistemas de esgoto foram retratados em diversas etapas, como nos

emissários recém-instalados, nos novos bueiros, nas novas galerias de águas pluviais, ou nas caixas de reunião de canalizações (FIGURA 08).

Figura 8: Caixa de união das canalizações de esgoto de Belo Horizonte. Data: 1926-1929. Fotógrafo Gines Gea Ribera.



Fonte: APM/Fundo Olegário Maciel.

Em relação à água, o volume de fotografias era maior e com maior diversidade de poses. Os canos foram retratados desde a chegada de trem na praça da estação, inaugurando uma série que permaneceu a partir daí até, principalmente, a inauguração da Adutora do Rio das Velhas em 1973 a ser estudada no capítulo 4. (FIGURA 09) A locomotiva, por meio dos esforços da gestão municipal, trazia a redenção para a falta de água do município. As imagens pretendiam despertar esperança e convencer sobre o vulto do empreendimento. Posteriormente, todas as etapas das obras eram divulgadas nos documentos oficiais e nos periódicos de Minas Gerais. A estação de tratamento de água, desejo antigo dos sanitaristas locais, foi fotografada com a presença do Presidente Antônio Carlos e do Prefeito Christiano Machado. Era clara a intenção de associar esta novidade a seus governos, efetivando o desejo da CCNC e reinserindo a cidade no

modernismo sanitaria pretendido pelos técnicos coordenados por Aarão Reis e Francisco Bicalho. (FIGURA 10)

Figura 9: Chegada dos canos na estrada de ferro Central do Brasil em Belo Horizonte. Data: 1926-1929.
Fotógrafo Gines Gea Ribera.



Fonte: APM/Fundo Olegário Maciel.

Figura 10: Visita do presidente Antônio Carlos à nova estação de tratamento de água de Belo Horizonte. Data: 1926-1929. Fotógrafo Gines Gea Ribera.

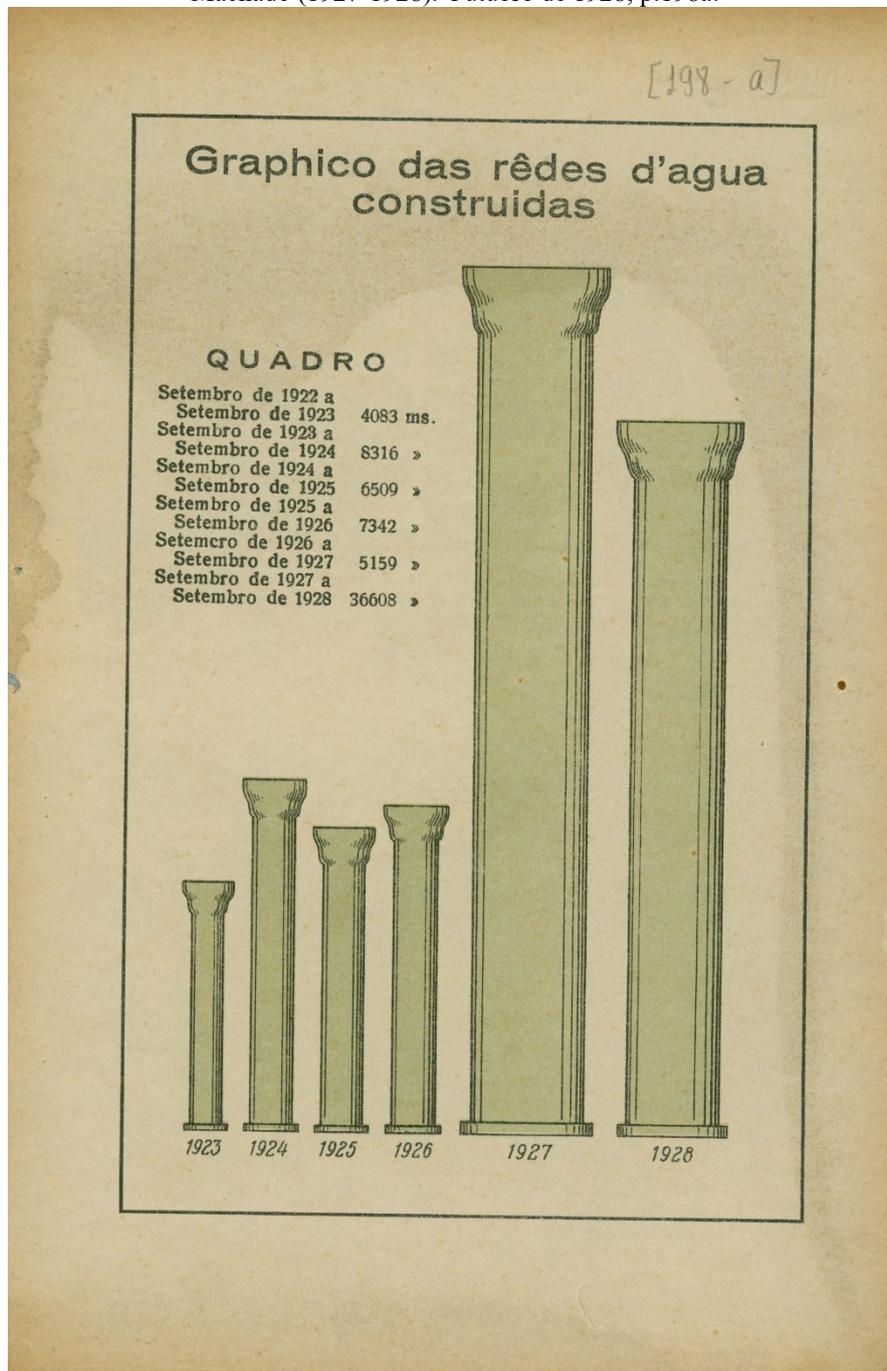


Fonte: APM/Fundo Olegário Maciel.

A estratégia de publicizar os atos políticos impactou o *design* dos relatórios apresentados ao Conselho Deliberativo que passaram a contar com diversas imagens das obras realizadas, com gráficos demonstrando as políticas públicas, com árvores de diversos tamanhos representando o volume de mudas plantadas maior a cada ano, casas de tamanhos variados para indicar o crescimento das construções aprovadas pela prefeitura nas diferentes regiões da cidade, entre outros elementos de representação gráfica até então inéditos. Em todas as quatro edições dos relatórios anuais assinadas por Machado houve destaque às obras de águas e esgotos, com descrições minuciosas das empreitadas, da característica sanitária da cidade e da necessidade de retomar os preceitos dos “*primeiros urbanistas*” da CCNC, que prezaram pelo planejamento e pela higiene urbana. Vários recursos visuais de fácil compreensão foram empregados e os documentos foram impressos a cores, numa qualidade excepcional para época, facilitando o entendimento por parte dos leitores que se deparavam com discursos celebrativos da gestão. Canos, de diversos tamanhos, representavam as obras de água e de esgotos (figura

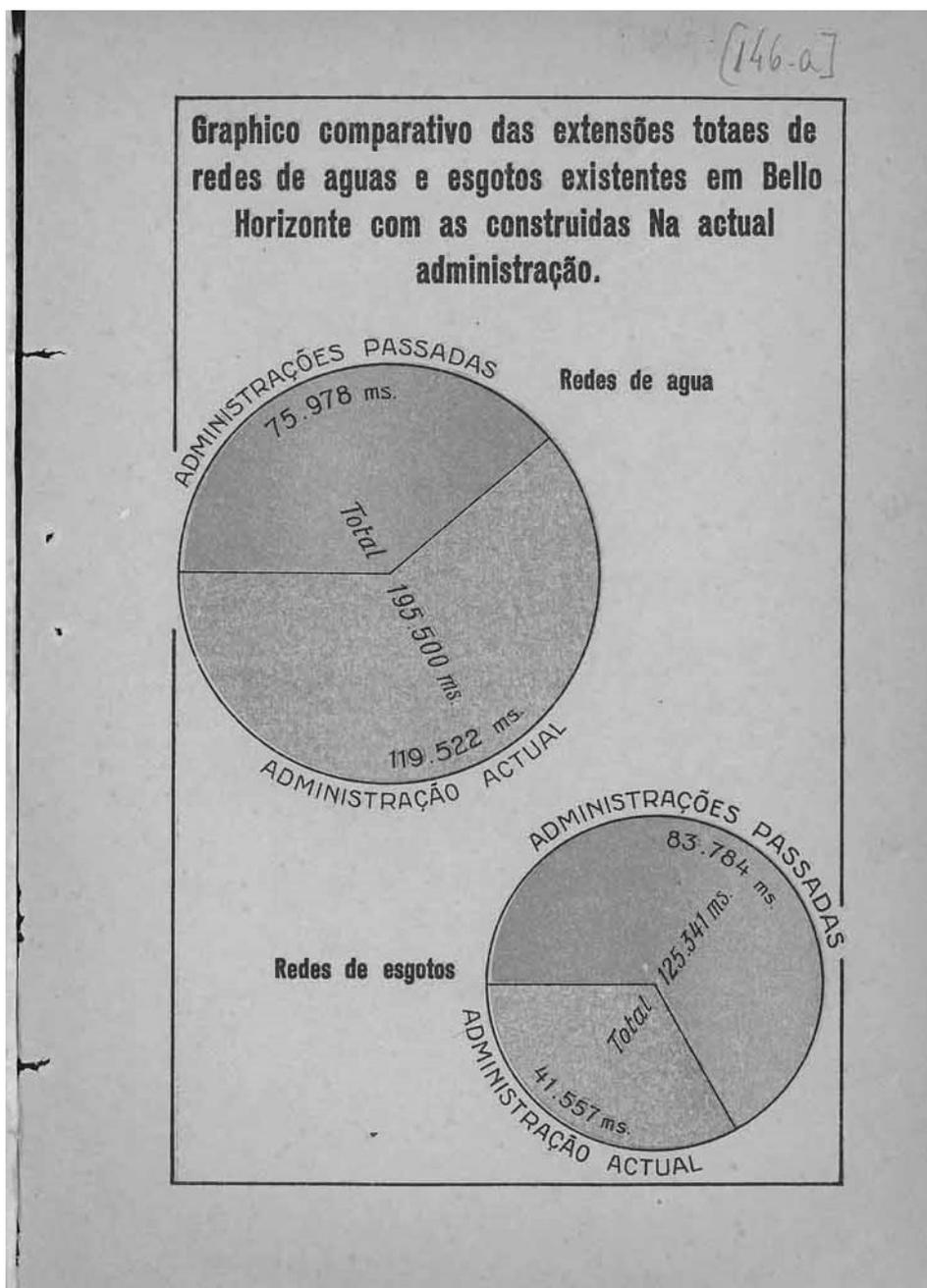
11) e gráficos pizza indicavam a sua gestão como a responsável pelo assentamento de mais canos de água que todas as gestões anteriores somadas. (figura 12)

Figura 11: PBH, Mensagem apresentada ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Christiano Monteiro Machado (1927-1928). Outubro de 1928, p.198a.



Fonte: APCBH / Coleção Relatório dos Prefeitos.

Figura 12: PBH, Mensagem apresentada pelo prefeito Christiano Monteiro Machado ao Conselho Deliberativo de Belo Horizonte em 10 de outubro de 1929 (1928-1929). Relatórios Anexos, p.146a.



Fonte: APCBH / Coleção Relatório dos Prefeitos.

As obras de abastecimento de água foram conduzidas pela Comissão do Novo Abastecimento de Belo Horizonte, nomeada em 1928 sob chefia do sanitarista Octacílio Negrão de Lima. Essa nova comissão provisória objetivava ampliar o sistema, planejar sua expansão futura, inserir a região de Venda Nova e realizar o tratamento das águas.³³³ Dessa vez, o esgotamento sanitário foi ignorado nos trabalhos específicos da Comissão, a não ser na demanda de pesquisar e implementar sistema de tratamento de águas servidas,

³³³ A Comissão do Novo Abastecimento de Belo Horizonte, foi nomeada em 19 de julho de 1928 e deveria realizar a captação das águas do Sistema Ibirité, o tratamento físico-químico do líquido, o tratamento das águas servidas a Belo Horizonte, entre outras atribuições. Sobre a Comissão ver: FJP, 1997, p.109-120; VIANNA, 1997.

que não foi efetivada. Esse fato, assim como os valores investidos, demonstram a prioridade dada para o abastecimento do precioso líquido aos belo-horizontinos em detrimento do esgotamento sanitário durante a gestão de Christiano Machado. A Prefeitura, entretanto, seguiu adiante somente com as captações apenas dos córregos Taboões e Rola-Moça, muito menos do que foi inicialmente estipulado. Previa-se que esse reforço poderia abastecer a cidade até 1950. Todavia o rápido crescimento demográfico, somado à falta de estrutura de alguns bairros e moradias, tornaram o sistema rapidamente deficitário, mesmo com todas as obras realizadas no período.³³⁴

Mesmo renunciando a outras políticas públicas para melhorar o serviço de abastecimento, o investimento foi insuficiente e aquém do planejado. Além disso, o crescimento demográfico de Belo Horizonte foi muito maior que o previsto, o que trouxe péssimas perspectivas para a década de 1930, agravadas pela nova crise econômica mundial iniciada em 1929. Se as perspectivas eram pessimistas para a rede de água, prioridade manifesta da municipalidade, o esgotamento sanitário estava em situação muito pior e com piora progressiva. O cenário era ainda mais preocupante ao se analisar outras políticas de higiene urbana. O lixo crescente produzido na cidade, por exemplo, assoreava os córregos, já avolumados pelos dejetos das casas, indústrias e comércios de Belo Horizonte. A década de 1930 marcou um choque de realidade para os sanitaristas, para os técnicos e para o discurso político-sanitário da capital mineira que, mesmo assim, continuou soberano nos relatórios. Era urgente repensar a cidade por completo mais uma vez, num contexto de extrema dificuldade para a municipalidade quando os parâmetros anteriores eram insuficientes para dar conta da nova realidade e da nova demanda. Belo Horizonte se metropolizou rapidamente e desordenadamente, tema que será tratado no próximo capítulo.

Conclusão

Este capítulo evidenciou a singularidade de Belo Horizonte no início da República no Brasil, pois, mesmo em um contexto de reformas urbanas (com construção de redes de água e esgoto modernas nas capitais e cidades de maior porte) e de protagonismo de políticas sanitárias, nas cidades e no campo, a capital mineira possuía aspectos próprios na formação da jovem cidade. Não havia autonomia administrativa, o que provocou instabilidade na prefeitura, prefeitos com mandatos efêmeros e dependência total do

³³⁴ FJP, 1997, p.116; VIANNA, 1997. p.35-47.

aparelho estadual. Os serviços sanitários eram de responsabilidade do município e os investimentos e custeios deles eram demasiadamente vultosos para a realidade financeira da municipalidade. Essas questões, somadas ao crescimento urbano acelerado em uma cidade que já era deficitária nas políticas de saneamento, fez com que Belo Horizonte, no período deste capítulo, estivesse constantemente defasada nos serviços urbanos e com falhas de implementação dos seus planos. Estes fatos eram agravados pelas trocas constantes de prefeitos e pela ausência de um poder legislativo de fato. Apesar dos graves problemas, um discurso político-sanitário local se consolidou no município, que, concomitantemente, exaltava a capital mineira pelos seus aspectos higiênicos e sanitários, mas também utilizava a necessidade de investimentos vultuosos na área, ditos como prioridade, como desculpas para o protelamento, ou adoção de medidas paliativas relacionadas a problemas urbanos de todo o tipo.

A partir da década de 1930, esse discurso político-sanitarista adquiriu novas feições pela metropolização de Belo Horizonte (fenômeno latino-americano a partir de 1929), pela piora nos indicadores sanitários, pela falta de água (que tornou-se a maior demanda dos belo-horizontinos), pelo crescimento dos bairros mais pobres e desprovidos de políticas públicas, pela verticalização da cidade (que trouxe a necessidade de implementação de novas tecnologias para as redes de água e esgotos) e pela autonomia administrativa que viria em 1947 (fato que mudou completamente a dinâmica política de Belo Horizonte). Todas estas questões serão analisadas a seguir.

3. Lenda do Futuro – políticas sanitárias e metropolização em Belo Horizonte – 1930 –1955

*Fleas the size of rats sucked on rats the size of cats
And ten thousand peoploids split into small tribes
Covering the highest of the sterile skyscrapers*³³⁵
Future Legend, David Bowie, 1974.

David Bowie, artista notório do século XX, mudou-se para Manhattan nos anos 1970, época em que a cidade de Nova Iorque vivia efervescência cultural concomitantemente ao aumento de uma série de problemas urbanos relacionados à violência, ao acúmulo de lixo nas ruas de alguns bairros e a desigualdade social. A priorização dos automóveis, que teve Robert Moses³³⁶ como principal empreendedor desse protagonismo automobilista, dilacerou comunidades por meio das *highways* - como a *Cross Bronx Expressway*. O crescimento da principal cidade norte americana, somado à expulsão de minorias de regiões por meio de processos de gentrificação; aos problemas no sistema de recolhimento de lixo e entulho; a maior incidência de pragas urbanas (como ratos, percevejos, baratas e pulgas); a poluição sonora e do ar e a especulação imobiliária predatória, trouxeram consigo visões apocalípticas de futuro e o questionamento aos modelos urbanísticos vigentes na época.³³⁷ *Future Legend*, canção que abre o disco *Diamond Dogs* de 1974, é uma leitura das falhas e das desigualdades resultantes das promessas modernizantes e da massificação das grandes metrópoles. A canção imagina a Manhattan em um futuro próximo, tomada por animais não-humanos como ratos e pulgas, com massas de pessoas paupérrimas, almejando edifícios estéreis, muitas vezes subutilizados. Essa foi uma das músicas que escutei repetidamente durante a elaboração deste trabalho, enquanto refletia sobre a realidade de Belo Horizonte após 1930, quando

³³⁵ Tradução livre: “Pulgas do tamanho de ratos, sugavam ratos do tamanho de gatos, e dez mil *gentóides*, divididos em pequenos clãs, cobiçavam o mais alto dos arranha-céus estéreis”.

³³⁶ Robert Moses (1888 – 1981) foi um político, engenheiro, empreendedor notório norte-americano. Foi uma das figuras mais influentes dos Estados Unidos entre o final da década de 1910 e a década de 1960. Ele empreendeu diversas obras, entre elas as *parkways* de Nova York, avenidas arborizadas, com elaborados canteiros centrais e foi pioneiro das *Highways*.

³³⁷ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.296-330.

a cidade experimentou o início do processo de metropolização³³⁸ com o aumento populacional e dos seus problemas urbanos em níveis sem precedentes até então.

As promessas do futuro foram constantes na capital mineira e, no período focalizado neste capítulo (durante a intensificação do seu processo de metropolização), foram repaginadas diversas vezes. No entanto, a cidade, a partir de 1929, presenciou o aumento da pobreza, da desigualdade social, da piora dos parâmetros sanitários, da falta de moradia para os mais pobres enquanto os primeiros arranha-céus surgiam no centro. Dessa forma, a música de Bowie, apesar de referir-se a uma cidade completamente diferente da capital mineira, é inspiradora para este capítulo, época de rearranjos para modernização, novas promessas técnicas e de planejamento urbano (com o habitual protagonismo sanitário) que foram solapadas pela realidade do crescimento acelerado e desigual de Belo Horizonte. Foi a época em que a própria prefeitura, em 1955, marco final do capítulo, precisou admitir sua incapacidade para resolver as demandas da população.

Apresentaremos o processo de metropolização, da piora dos parâmetros sanitários do município e da projeção de discursos que defendiam a necessidade de se replanejar Belo Horizonte, aprofundando a demonstração da tese central do trabalho de que a questão sanitária moldou uma forma de ação política na capital. No período cronológico privilegiado nesse capítulo (1930-1955), fica evidente que o sanitarismo já era um símbolo na cidade, tornou-se uma marca, mas repaginado para outros projetos de modernização, de planejamento urbano e de políticas higienistas para a expulsão dos pobres do centro da cidade. Identificamos uma diminuição do saudosismo em relação à CCNC, presente em planejamentos em longo prazo na década de 1920. Demonstraremos como a preferência manifesta pela água em detrimento do sistema de esgotamento sanitário é mais um indício que as decisões administrativas, mesmo revestidas de pretensa isenção fornecida por um discurso técnico, eram, efetivamente, escolhas com objetivos de aumento do capital político para os membros do poder executivo.

Com a metropolização, o romantismo diminuiu, buscou-se menos por retomar o projeto da CCNC (como foi praxe especialmente nos anos 1920). Era preciso de soluções

³³⁸ Aqui entendemos metropolização como um processo que, segundo Romero, se intensifica na América Latina a partir da década de 1930. A PLAMBEL e estudos sobre Belo Horizonte enfatizam o marco da Cidade Industrial, na década de 1940, como marco da metropolização belo-horizontina. Entretanto, o processo de crescimento populacional da capital teve taxas progressivamente maiores a partir da década de 1930, como enfatizou Romero, por isso analisamos o processo de metropolização a partir desse período.

novas e perenes, pois a realidade da cidade era outra e a prefeitura não estava preparada para resolver os problemas urbanos mais graves e mais evidentes em comparação com as duas primeiras décadas do século XX. Os problemas de saneamento básico e de recolhimento eficaz de lixo deixaram a sujeira mais perceptível em vários pontos da cidade. Com isso, as chamadas “pragas urbanas”, como baratas, ratos, escorpiões, gambás e outros animais, frequentavam pilhas de lixo acumulados e bueiros, muitos entupidos e sem manutenção.³³⁹ Os bichos saíram do subterrâneo e passaram a frequentar os espaços da cidade ainda orgulhosa de ter sido fundada sob a égide do sanitarismo.

Durante a década de 1920, houve crescimento econômico, maior investimento do poder público em infraestrutura e a ampliação de atividades comerciais e industriais em Belo Horizonte, bem como o surgimento de instituições bancárias mineiras que se concentraram na Praça 7 e nas adjacências da rua da Bahia. A cidade se expandiu territorialmente, para além da área prevista pela CCNC. Como apresentado no capítulo anterior, apesar de obras de infraestrutura realizadas a partir do final dos anos 1920 (melhorias pontuais no sistema de esgoto, a construção de separadores, de redes pluviais, de pavimentação de ruas, de construção de chafarizes e de poços artesianos) o crescimento se deu mais rapidamente do que se imaginava e os problemas, ao invés de serem resolvidos, pioraram exponencialmente. Essas intervenções, algumas desconexas e sem acompanhar projetos de planejamento urbano, concentraram-se em regiões centrais, principalmente nos bairros considerados na época como “mais nobres”. Enquanto isso, moradores das “vilas” de Belo Horizonte continuaram sem serviços sanitários e coleta de lixo, facilitando a propagação de doenças como a gastroenterite e a esquistossomose.³⁴⁰

A partir de 1930, pode-se dizer que Belo Horizonte se distanciou definitivamente do modelo projetado no final do século XIX, adquirindo os traços ainda hoje definidores da sua conformação social e espacial. O crescimento populacional acelerado, somado aos graves problemas urbanos, serviram de base para a revalorização do conceito de planejamento em Belo Horizonte. Todavia, a crise econômica de 1929 trouxe desafios

³³⁹ PBH. *Plano. Programa de administração para Belo Horizonte. Apresentado pelo Prefeito à Câmara Municipal na sessão ordinária de 22 de junho de 1951*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1951; *Diário de Minas*, quinta-feira, 21 de abril de 1954, p.15; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). *Saneamento básico em Belo Horizonte, trajetória em 100 anos, os serviços de água e esgotos: Os Sanitaristas e Belo Horizonte: Percursos na Engenharia Sanitária*. Belo Horizonte: FJP, 1997, p.2-23.

³⁴⁰ PBH. *Relatórios anuais, entre 1899-1948*; FJP, 1997; VIANNA, Newton dos S. *Belo Horizonte: seu abastecimento de água e sistema de esgotos 1890 - 1973*. Belo Horizonte, 1997.

sem precedentes até então, com crescimento populacional crescente em contexto de dificuldade de obtenções de recursos para investimentos de maior vulto, necessários em uma cidade deficitária em serviços e infraestrutura e sem autonomia administrativa.

O sanitarismo, consolidado no discurso político local na época, foi utilizado para justificar a necessidade de replanejar Belo Horizonte. Nesse contexto, sanitaristas como Lúcio José dos Santos, Lourenço Baeta Neves, Lincoln Continentino e Octacílio Negrão de Lima tornaram-se notórios na cena pública. Profissionais provenientes de cursos de medicina também ganharam projeção pela consolidação das políticas de saúde pública, ou pela importância social dos médicos e entidades de classe na época. Um exemplo claro foi o de Juscelino Kubistchek, o maior propalador de promessas futuras na capital até então que levou a cabo projetos que mudaram a sua fisionomia. Novos planos foram propostos com a participação decisiva do campo sanitário, com o subsídio de estudos produzidos em, ou sobre, Belo Horizonte, fato que foi intensificado com a criação do curso de Engenharia Sanitária nos anos 1940 e a capacitação do corpo técnico da prefeitura. A municipalidade, a partir da autonomia administrativa em 1947, se beneficiou de maior estabilidade administrativa, cooperações internacionais e investiu no aperfeiçoamento dos seus funcionários, especialmente os que lidavam com projetos de águas e esgotos. Contudo, permanecia o abismo entre o que era proposto e o que foi efetivamente concretizado. As fontes pesquisadas demonstram que os problemas sanitários da cidade pioraram exponencialmente a partir desse período, assim como as demandas pela melhoria dos serviços, principalmente relacionadas à água.

O capítulo se encerra na gestão de Américo Renê Giannetti, quando foi elaborado o Plano-Programa de Administração para Belo Horizonte na tentativa de corrigir os problemas da capital, de adequar a administração da cidade e a criar instrumentos de planejamento urbano perenes. O Plano pode ser considerado emblemático, feito com rigor técnico e protagonismo dado às políticas sanitárias. Causou amplas discussões no legislativo em formação da capital e na imprensa. Entretanto, assim como outras propostas técnicas anteriores, não foi efetivado e praticamente nenhuma das suas obras propostas foi sequer licitada, ampliando o ciclo vicioso de problemas urbanos da capital.

Rearranjos para modernização: Getúlio Vargas e as novas diretrizes sanitárias nacionais

A partir da crise de 1929,³⁴¹ houve o questionamento a ideologias liberais, o fortalecimento do poder estatal e da concepção de se utilizar o conhecimento técnico como condição *sine qua non* para a condução da esfera pública.³⁴² O discurso técnico-científico reforçou sua importância como balizador de decisões administrativas e, conseqüentemente, ocorreu a ampliação da presença de técnicos nos quadros públicos e nas comissões provisórias. Como comentado no capítulo anterior, a fronteira entre o campo técnico e político é fluida (se é que é possível delimitar esse limite). Os atos administrativos técnicos, incluindo os provenientes das comissões e diretorias específicas, são, efetivamente, atos políticos. E os atos políticos, mesmo os mais fisiológicos, em determinadas áreas, como no urbanismo ou sanitarismo, precisam de se revestir de credibilidade técnica, fato que se intensificou a partir dos anos 1930 com o aumento do número de técnicos nos aparatos administrativos. No caso belo-horizontino, o sanitarismo foi essencial para a formulação de políticas de médio e longo prazo, condizentes com a nova dinâmica da cidade em metropolização e com a sua infraestrutura defasada, processo que estava em consonância com projetos encabeçados pelo governo do Presidente Getúlio Vargas.

Vargas assumiu o poder, após a deposição de Washington Luís, em outubro de 1930 e empreendeu um projeto de modernização conservadora que, juntamente com as transformações decorrentes da Crise de 1929 e do fluxo migratório do campo para às cidades, transformou os cenários, a fisionomia e a legislação das maiores urbes brasileiras.³⁴³ O governo planejou a diversificação econômica do campo, bem como a industrialização nacional a partir do Governo Provisório 1930-1934. O contexto político-econômico contribuiu para o aumento do protagonismo político e econômico da região

³⁴¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 46ªed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

³⁴² GOMES, Ângela M. de Castro. (org.). *Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

³⁴³ Vargas, ao assumir o poder após a chamada Revolução de 1930, no chamado Governo Provisório (até 1934) governou por meio de Decretos Leis. Dissolveu o Congresso e anulou a Constituição de 1891. Os chefes do executivo estaduais passaram a ser chamados de “interventores federais”, que eram, obviamente, obrigados a seguir as ordens do executivo federal nos estados, seguindo o Código dos Interventores. Sobre o período Vargas ver: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005; GOMES, Ângela de Castro (org.). *Regionalismo e centralização Política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981; BARBOSA, Daniel Henrique Diniz; BARBOSA, Lidiany Silva. Elites Técnicas, Estado e Desenvolvimento Regional em Minas Gerais na Era Vargas. *Caderno CRH*. Salvador, v. 23, n. 58, p. 111-128, jan-abr. 2010.

central de Minas Gerais, onde se localiza a capital do estado e cidades abundantes em minério de ferro.³⁴⁴

Segundo Gomes, a partir do governo Vargas houve rearranjos de forças políticas e a intensificação do processo de ampliação da atuação do poder do Estado, com participação decisiva de sanitaristas na formulação de políticas públicas de saúde.³⁴⁵ Todavia, a sua gestão não foi uniforme e as propostas de governo não foram aceitas inquestionavelmente. A ideia de uma Era Vargas monolítica e com aceitação irrestrita está mais relacionada a um discurso estado-novista, pois, na prática, seu governo apresentou ambiguidades e tentativas de conciliação de interesses diversos.³⁴⁶ Entretanto, intelectuais e técnicos, entre eles urbanistas, sanitaristas e engenheiros, aderiram aos projetos modernizadores empreendidos num contexto em que novos industriais, empresários do comércio em expansão e os trabalhadores (organizados em associações e sindicatos) ganhavam força política no ambiente urbano. Esses grupos retomaram e modificaram ideias reformistas e de modernidade presente em cidades brasileiras e reivindicaram melhorias urbanas e maior participação no processo decisório de políticas públicas.³⁴⁷ A União empreendeu a expansão da infraestrutura de interligação das cidades brasileiras por meio de ferrovias e rodovias (estas já incentivadas na presidência anterior de Washington Luís 1926-1930), o que também contribuiu para a aceleração da migração do campo para as urbes.³⁴⁸ Segundo Rezende, a partir de Vargas se intensificou a institucionalização do urbanismo e do planejamento urbano no Brasil favorecidos por uma nova geração de técnicos e pela absorção destes na estrutura governamental.³⁴⁹ Nesse contexto, se valorizou a mão de obra especializada, assim como a dos técnicos com

³⁴⁴ Ver: LASSANCE, Antônio. Revolução nas políticas públicas: a institucionalização das mudanças na economia, de 1930 a 1945. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 33, n.71, p.511-538, set-dez. 2020; DINIZ, Clélio. Campolina. A industrialização mineira após 1930. In: SZMRECSÁNYI, Tamás, SUZIGAN, Wilson (org.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/ABPHE/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002.

³⁴⁵ GOMES, 1981.

³⁴⁶ A autora caracteriza o período de 1930 a 1932 como uma etapa de contradições sobre os rumos institucionais, entre 1933 e 1937 como período mais liberal, consagrado pela Carta Constitucional de 1934. A partir de 1937, do chamado Estado Novo e da nova Carta Constitucional, preponderaram-se as características autoritárias e com centralização institucional.

³⁴⁷ Sobre este processo ver: REZENDE, Vera F. (org.). *Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras*. Niterói: Editora da UFF/Intertexto, 2012.

³⁴⁸ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 14ª ed. 2019.

³⁴⁹ REZENDE, 2012.

experiência em saneamento básico e em limpeza urbana, provenientes de cursos de engenharia e de medicina.³⁵⁰

Apesar das dissonâncias dos 15 anos de Getúlio Vargas como chefe do executivo federal, pode-se dizer que a saúde pública foi uma das prioridades em sua gestão.³⁵¹ Segundo Fonseca, o período foi marcado pela consolidação dessa política como dever do Estado, norteadas por princípios técnicos sanitaristas, mas que também contou com aspectos eugenistas e higienistas. Havia a clara intenção de avançar sobre o *Brasil Profundo*, em um projeto de integração nacional que começaria por meio do sanitarismo e das expedições de técnicos da área.³⁵²

No seu discurso de posse, Vargas defendeu o "saneamento moral e físico"³⁵³ do país e propôs a "educação sanitária" da nação.³⁵⁴ Isto demonstra a relevância que as políticas sanitárias teriam em seu governo e a polissemia do conceito, aqui também utilizado de forma moralista, como uma ferramenta de redenção da nação, de limpeza da corrupção e de reestruturação da máquina pública. A partir de Vargas, a ideia de integrar a nação e de ampliar o alcance do Estado foi decisiva na elaboração das diretrizes das políticas sanitárias a nível nacional. A bandeira do saneamento, erigida por sanitaristas e intelectuais da Primeira República, foi incorporada e reelaborada sob a égide do

³⁵⁰ Sobre o protagonismo dos técnicos a partir de 1930 ver: DIAS, José Luciano de M. Engenheiros. In: GOMES, Ângela M. de Castro. (org.) *Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

³⁵¹ FONSECA, Cristina Maria O. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945): Dualidade Institucional de um Bem Público*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, p.298. (Coleção História e Saúde).

³⁵² HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2013.

³⁵³ A Ditadura de Vargas tinha como projeto sanear os habitantes de uma cidade moral e civicamente. A urbe deveria ser salubre e higiênica. Uma espécie de saneamento do espaço e dos corpos. O esporte e os clubes sociais foram centrais nesse projeto e em Belo Horizonte houve a criação de clubes sociais como o Minas Tênis Clube, o MTC. O Interventor Federal de Minas Gerais Benedito Valadares, em declaração reproduzida pela Revista Montanha de 1937, afirmou: "no que se toca ao saneamento e embelezamento da Capital, ponto natural do turismo, grandes realizações têm assinalado a atual administração, como a pavimentação de extensa avenidas e ruas, a canalização do Arrudas e seus afluentes, a construção de esgotos sanitários e pluviais, coletores, jardins, parques, 'playgrounds', passeios, novas linhas de ônibus e bondes, praças de esportes, tornando Belo Horizonte, com seu clima adorável, uma grande cidade (REVISTA MONTANHEZA, 1937, p. 30). Ver: RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. *Constituição do sentido moderno de esporte: pelas trilhas históricas do Minas Tênis Clube*. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências do Esporte). Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996.

³⁵⁴ "Saneamento moral e físico, extirpando ou inutilizando os agentes de corrupção, por todos os meios adequados a uma campanha sistemática de defesa social e educação sanitária." (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (BRASIL). *Discurso Pronunciado pelo Dr. Getúlio Vargas por Ocasião de sua Posse como Chefe do Governo Provisório da República 3 de novembro de 1930*. Biblioteca da Presidência da República, 1930. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1930/03.pdf/view>. Acesso em: 26 abr. 2023.

Ministério de Educação e Saúde Pública – MESP, criado em 1930 e regulamentado em 1934. O MESP norteou o desenvolvimento econômico e burocrático dos órgãos e programas de saúde e adaptou novas instituições e agentes ao novo arcabouço institucional.³⁵⁵ Por meio desse órgão, Vargas centralizou as ações sanitárias a nível federal.³⁵⁶ As políticas sanitárias dirigidas aos estados e aos municípios ficaram a cargo da Diretoria dos Serviços Sanitários nos Estados e pela Inspetoria de Engenharia Sanitária, que empreenderam remodelação e novos parâmetros para os serviços de saneamento.³⁵⁷

Em Belo Horizonte, a ideia de uma cidade como polo de difusão de projetos de modernidade, característica desde a sua concepção, foi ressignificada no discurso político nos anos 1930 e 1940. Segundo Passos, nesse período, o progresso, sustentáculo da modernização, foi associado à necessidade de expandir e de reestruturar a capital mineira.³⁵⁸ As novas diretrizes federais foram decisivas para que a Prefeitura de Belo Horizonte, além de reorganizar sua estrutura administrativa, propusesse novas políticas sanitárias por meio, também, de ações de planejamento urbano (algo que ocorreu, em menor escala, na gestão de Christiano Machado, analisada no capítulo anterior). A falta de autonomia administrativa e a troca constante de prefeitos, apesar de menos frequente se compararmos com os primeiros anos da capital, continuava a ser problema para a implementação de políticas públicas em longo prazo (Quadro 02). No entanto, ao analisarmos a documentação oficial, fica evidente o discurso em prol do planejamento urbano, da normalização e controle da expansão urbana, bem como de o conhecimento da cidade em crescimento. Era preciso fazer o diagnóstico dos novos bairros, das moradias nas ex-colônias agrícolas, dos loteamentos informais, de prover os serviços urbanos necessários e de cobrar efetivamente e proporcionalmente os impostos em uma cidade em metropolização.

Quadro 2: Prefeitos nomeados em Belo Horizonte 1930-1954.

Luiz Barbosa Gonçalves Pena	07/09/1930	18/12/1932
Otávio Goulart Pena	22/12/1932	15/12/1933

³⁵⁵ FONSECA, Cristina Maria O. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945): Dualidade Institucional de um Bem Público*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

³⁵⁶ Sobre as políticas nacionais de saneamento ver: HELLER, Léo; REZENDE, Sonaly. *O saneamento no Brasil: políticas e interfaces*. 2º ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008; HOCHMAN, 2013.

³⁵⁷ HELLER, 2008, p.201.

³⁵⁸ PASSOS, Luiz Mauro Carmo. *A metrópole cinquentenária - fundamentos do saber arquitetônico e imaginário social da cidade de Belo Horizonte (1897-1947)*. 1996. 309p. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996, p.234.

José Soares De Matos	15/12/1933	08/04/1935
Octacílio Negrão De Lima	08/08/1935	18/04/1938
José Oswaldo De Araújo	18/04/1938	19/10/1940
Juscelino Kubitscheck De Oliveira	18/04/1940	30/10/1945
João Gusman Júnior	30/10/1945	04/02/1946
Pedro Laborne Tavares	04/02/1946	16/08/1946
Gumercindo Couto E Silva	17/08/1946	26/12/1946
Emídio Beruto	26/12/1946	21/03/1947
João Franzen De Lima	21/03/1947	12/12/1947
Octacílio Negrão De Lima	12/12/1947	01/02/1951
Américo Rennê Giannetti	01/02/1951	06/09/1954
Sebastião De Brito (vice em exercício após o falecimento de Rennê Giannetti))	06/09/1954	01/02/1955

Fonte: APCBH / Projeto Cestas das Memória.

Metropolização: as políticas sanitárias frente ao aumento populacional e dos problemas urbanos em Belo Horizonte

Os projetos de modernização empreendidos pelos grupos dirigentes na América Latina a partir da segunda metade do século XIX, discutidos nos capítulos anteriores, que priorizaram as cidades como polos de modernismos regionais (pretensão que marcou os primeiros anos de Belo Horizonte) tiveram resultados restritos e desiguais. Segundo Canclini, a desigualdade social e o acesso restrito à educação ajudam a explicar esse fato. No início dos anos 1930, mais da metade dos latino-americanos eram iletrados e os matriculados no ensino secundário não chegavam a 10% da população. Dentre esses, poucos cursavam cursos superiores, principalmente pela concentração de renda nas oligarquias que dominavam a política na época. Os modernismos urbanos trouxeram esperanças para uma massa de trabalhadores sem perspectivas, que se viram obrigados a sair do campo com a crise das *commodities* agropecuárias. As urbes apresentavam problemas estruturais e não absorveram o crescimento demográfico sem precedentes a partir de 1929, marco apresentado por Romero como o início efetivo da metropolização das cidades latinas.³⁵⁹

Segundo Romero, após a crise de 1929, a economia agrária no continente sul-americano passou por transformações. Ocorreram crises no campo provocadas pela

³⁵⁹ CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2019, p.69.

diminuição das importações por parte da Europa e dos Estados Unidos, que pretendiam rearticular suas economias. Essa crise do setor rural gerou uma massa de miseráveis, sem emprego, sem-terra e sem perspectivas. Esse processo ocorreu simultaneamente ao desenvolvimento de trabalhos urbanos ligados ao comércio e à indústria. A oferta de empregos nas cidades estimulou a imaginação e os sonhos de diversos trabalhadores rurais, que partiram para os principais polos urbanos de suas regiões em busca de emprego e melhoria na qualidade de vida.³⁶⁰ Esse fato, segundo Romero, criou uma “bola de neve” com consequências amargas, pois era cada vez maior o número de pessoas que deslocavam do campo para as cidades, provocando uma oferta de trabalho muito maior do que a demanda. Ao mesmo tempo em que a cidade crescia, aumentavam o desemprego, a falta de moradia, a violência, a concentração de renda, além de outros problemas urbanos.³⁶¹ Esse processo pode ser bem exemplificado por Belo Horizonte, uma cidade que foi inaugurada ainda inacabada e que cresceu mais rapidamente que poderia suportar.³⁶²

A capital mineira cresceu em ritmo acelerado, muito mais que o previsto, devido, inicialmente, a movimentos migratórios. A população passou de aproximadamente 12.000 habitantes em 1897 para 55.563 em 1920, agravando problemas urbanos. A situação piorou, Belo Horizonte terminou a década de 1930 com 211.377 habitantes e no entorno da capital a população chegou a 157.407.³⁶³ Com o crescimento dos serviços e das indústrias, o fluxo entre a capital e o seu entorno cresceu progressivamente, onerando os serviços urbanos que atingiram níveis críticos. Os novos bairros, em alguns casos, não

³⁶⁰ ROMERO, José Luís. Cidades Massificadas. In: ROMERO, José Luís. *América Latina: as cidades e as ideias*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004, p.354.

³⁶¹ Esse fenômeno, segundo Romero, aconteceu em diversas cidades latinas como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Buenos Aires, Bogotá, Montevidéu, entre outras. Algumas se tornariam metrópole num curto espaço de tempo a partir dos anos de 1930, outras iniciariam seu desenvolvimento nesse período e chegariam a essa condição um pouco depois (ROMERO, 2004, p.334-336).

³⁶² ROMERO, 2004, p.350-360.

³⁶³ A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) foi instituída em 1973 e era composta por 14 municípios: Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano. Em 1974 foi criada a autarquia estadual PLAMBEL (Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte) extinta em 1996. Em 1989 a Constituição Estadual de Minas Gerais incorporou à RMBH os municípios de Brumadinho, Esmeraldas, Igarapé e Mateus Leme. Em 1993 foram inseridos Juatuba e São José da Lapa, recém-emancipados. Em 1997 foram incorporadas: Florestal, Rio Manso e as recém-emancipadas Confins, Mário Campos, São Joaquim de Bicas e Sarzedo. Em 2000, entraram para a RMBH os municípios de Baldim, Capim Branco, Jaboticatubas, Taquaraçu de Minas, Itaguara, Matozinhos, Nova União. Em 2002, Itatiaiuçu. Fonte: RMBH. GOV. *Portal Plano Metropolitano*. Disponível em: <http://www.rmbh.org.br/index.php>. Acesso em 01 de dez. 2022.

contavam com saneamento básico, coleta de lixo e energia elétrica.³⁶⁴ A saúde pública, a educação e o transporte passaram por crises sem precedentes e novos desafios surgiram, como o trânsito de veículos automotores e a verticalização do centro da cidade.³⁶⁵

Devido ao crescente valor do terreno nas áreas centrais de Belo Horizonte, à especulação imobiliária e à falta de estrutura para expansão urbana, a década de 1930 marcou o início do processo de verticalização do centro da cidade. A técnica do concreto armado, introduzido no Brasil no final dos anos 1920, possibilitou obras de maior envergadura. Com isso, paulatinamente, os primeiros edifícios começaram a se destacar no cenário da capital, como o Cine Brasil, de arquitetura *Art-Deco*, de 1932, que inaugurou as edificações em concreto armado.³⁶⁶ No mesmo ano foi construído o Chagas Dória, localizado no final do viaduto Santa Tereza, na esquina da rua Sapucaí. A Prefeitura, localizada na Avenida Afonso Pena 1212, foi inaugurada em 1935, no mesmo ano da conclusão do edifício Ibaté.³⁶⁷ O processo de verticalização se intensificou nos anos 1950 e 1960 e onerou os sistemas sanitários da cidade. O novo adensamento e a altimetria dos imóveis trouxeram a necessidade de investimentos maciços, novos sistemas de bombeamento e canalizações que suportassem o novo volume, assunto que será estudado no próximo capítulo.³⁶⁸

³⁶⁴ Romero demonstra que apenas 10 cidades latinas superavam, em 1900, o número de 100.000 habitantes. Todavia, em 1940, Buenos Aires, México, Rio de Janeiro e São Paulo ultrapassavam 1.000.000 de pessoas. A partir de 1930, várias cidades passaram pelo processo de metropolização e, segundo Romero, de massificação, como Lima, Rosário, Montevideu, Havana, Santiago, Porto Alegre, Recife, Bogotá, Caracas, Salvador, Belo Horizonte, entre várias outras. O processo de metropolização se iniciou após a crise de 1929, mas permaneceu, até com mais intensidade, nas décadas seguintes. No caso belo-horizontino, o maior crescimento se deu na década de 1960 que será analisada no próximo capítulo. Sobre metropolização ver: ROMERO, 2004.

³⁶⁵ ROMERO, 2004, p.385.

³⁶⁶ ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE (APCBH). Arreguy, Cintia Aparecida Chagas; Ribeiro, Raphael Rajão (coords.). *Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Centro-Sul*. Belo Horizonte: APCBH/ACAP-BH, 2008; CASTRIOTA, Leonardo; PASSOS, Luiz. “O Estilo Moderno”. Arquitetura em Belo Horizonte nos anos 30 e 40. In: CASTRIOTA, Leonardo (org.). *Arquitetura da Modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG/IAB-MG, 1998.

³⁶⁷ O Edifício Ibaté foi conhecido, nos padrões da época, como o primeiro arranha céu da cidade, situado na esquina da Rua São Paulo com Avenida Afonso Pena. O edifício tem nome que significa “o ponto mais alto” em Tupi Guarani. Todavia, rapidamente ele se escondeu no meio de várias torres que surgiram na capital principalmente a partir da década de 1940, como, por exemplo, o Edifício Acaiaca, inaugurado em 1943.

³⁶⁸ A região central da cidade (ver o anexo 02) se transformou rapidamente, tanto quanto ao tipo de ocupação, quanto aos usos dos logradouros. Corredores como o da rua da Bahia, Espírito Santo, Caetés e das Avenidas Afonso Pena, Amazonas, Augusto de Lima, Olegário Maciel, começaram a ser ocupadas por comércios de todos os tipos e por prédios comerciais e residenciais. Além disso, os veículos tomaram conta do cenário urbano e, a partir dos anos 1950, se tornaram, os protagonistas das políticas municipais, o que será analisado ainda neste capítulo se deu também devido ao trânsito de veículos na cidade.

Para Noronha, a rápida expansão das cidades brasileiras a partir dos anos 1930 gerou um volume de obras que exigiu a racionalização, a pré-fabricação e a adoção de novas soluções arquitetônicas, com a facilitação e agilização dos acabamentos externos.³⁶⁹ A informalidade cresceu em praticamente todas as regiões da cidade, até mesmo nas mais regulamentadas e fiscalizadas, como a central. Frequentemente, após a aprovação dos projetos, não se construía de acordo com a planta aprovada. Por vezes, após a baixa de construção, faziam-se modificações irregulares. Devido a essas irregularidades, os prefeitos, a partir de 1930, usaram novas legislações municipais e o aprimoramento dos instrumentos legais para tentar normatizar e controlar o processo de expansão de Belo Horizonte. Criaram fluxos de licenciamento de edificações com reforço para os chamados “padrões higiênicos”.³⁷⁰

Segundo Arreguy, em análise pormenorizada da legislação urbanística em Belo Horizonte, entre 1920 e 1940, as discussões sobre moradias são permeadas de dois conceitos importantes o da “habitação higiênica” e o da “habitação mínima”. O primeiro está associado aos ideais higienistas que seriam originários do urbanismo pós-revolução industrial. O segundo advém do tecnicismo e da incorporação do sistema de produção industrial às habitações de massa.³⁷¹ Essas questões foram incorporadas à legislação. Esse foi o exemplo, na Lei Municipal 363, de 07 de setembro de 1930, que determinou que a Prefeitura poderia recusar elementos das obras julgados inadequados ou inconvenientes “sob os pontos de vista da segurança da higiene e salubridade, e da estética da habitação”.³⁷² As construções existentes na cidade poderiam ser obrigadas a passar por reformas caso estivessem em mau estado de conservação, por questões de salubridade ou ausência de limpeza, mesmo sem risco de desabamento.³⁷³

³⁶⁹ NORONHA, Carlos Roberto. *Área Central de Belo Horizonte: Arqueologia do Edifício Vertical espaço urbano construído*. 1999. 472p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999, p.105-114.

³⁷⁰ OLIVEIRA, Natália Mara Arreguy. *Regulação urbana: Complexidades da legislação e dos parâmetros urbanísticos de Belo Horizonte*. 2019. 445p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019, f.148.

³⁷¹ OLIVEIRA, 2019, p.146-150.

³⁷² MINAS GERAIS. Lei estadual nº 363, de 4 de setembro de 1930. Revogada pela Lei estadual nº 6.370, de 12 de agosto de 1993 (Item 358 – Anexo I). Aprova o regulamento geral de construções em Bello Horizonte. In: *Câmara Municipal de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa>. Acesso em 21 de abr. 2023. Segundo a Lei, residências unifamiliares, prédios comerciais, industriais e oficinas, bem como as habitações coletivas, deveriam seguir estes padrões.

³⁷³ Idem; OLIVEIRA, 2019, p.148-150.

Os conceitos de salubridade e de higiene apareceram com frequência nos instrumentos legais. A municipalidade pretendia que todas as construções, novas ou antigas, deveriam conter instalações sanitárias, iluminação natural e boa ventilação. A nova legislação trazia vocabulário técnico inspirado em conceitos sanitários, o que já era tradição. A novidade, a partir dos anos 1930, foi a intensificação das tentativas de reordenar a expansão urbana e aumentar os instrumentos de ação do poder público. Pretendia-se fiscalizar com maior eficiência a zona urbana, ampliar o controle e os serviços nas zonas suburbanas e nas ex-colônias.³⁷⁴ No entanto, ainda faltavam instrumentos para pensar a urbe em sua totalidade (bem como na relação com as cidades vizinhas) e viabilizar diagnósticos precisos dos problemas urbanos e das suas causas, bem como propostas amplas de adequação da estrutura administrativa e de reformulação de políticas públicas para dirimi-los e nortear o desenvolvimento da capital mineira.

Além das novas posturas, a prefeitura promoveu pequenas reformas administrativas, limitadas pela falta de autonomia, o que permaneceu até 1947. Os documentos oficiais da época demonstram que os técnicos da prefeitura eram cientes quanto à insuficiência do aparato administrativo da municipalidade frente aos problemas urbanos. O Relatório dos diretores apresentados ao Prefeito Luiz Penna, relativo ao ano de 1929-1930, por exemplo, argumentou-se que a cidade “expande e reclama dia a dia com maiores exigências melhoramentos imprescindíveis” e que talvez o prefeito “se embarace com a deficiência de meios que lhe permitam dar a capital tudo o que ela merece”.³⁷⁵

Belo Horizonte cresceu da periferia para o centro e sem o devido controle do poder público de uma prefeitura incipiente. A expansão urbana se deu, primordialmente, a partir de especulação imobiliária, falta de moradia para moradores de baixa renda e por ocupações informais. Este fato causou a permanência de vazios urbanos (dificultando projetos de águas e esgotos, além de deixá-los mais caros na execução e na manutenção) e a desproporção entre a capacidade tributária do município em relação às demandas

³⁷⁴ AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. Vastos subúrbios da nova capital: formação de espaços urbanos na primeira periferia de Belo Horizonte. 2006. 445f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006; OLIVEIRA, 2019, p.150.

³⁷⁵ PBH. *Relatório da Diretoria Geral de Obras, relativo ao ano de 1931 apresentado ao prefeito Luiz Penna*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1931, p.3.

urbanísticas.³⁷⁶ O crescimento acelerado, portanto, causou espanto e foi reconhecido como um dos principais problemas para a administração pública da capital mineira que precisava se adaptar à nova realidade.³⁷⁷

O Prefeito Alcides Lins (28/11/1929, 07/09/1930), em seu primeiro relatório, afirmou que promoveu uma minirreforma administrativa com o objetivo de reorganizar os serviços da muito demandada Diretoria-Geral de Obras da Prefeitura.³⁷⁸ O objetivo seria o de tentar prover o órgão de elementos para responder à complexidade das novas demandas da cidade e prosseguir com a reestruturação da prefeitura, que fez reformas pontuais ao longo dos anos.³⁷⁹ A Diretoria-Geral era responsável por vários serviços, como a limpeza urbana, os esgotos e a distribuição de água, e recebeu investimentos maiores na gestão de Christiano Machado, por meio dos trabalhos da Comissão dos Serviços do Novo Abastecimento de Água e Esgotos (estudada no capítulo anterior), coordenada por Octacílio Negrão de Lima (1897-1960), engenheiro especialista em obras de abastecimento de água.³⁸⁰ O sanitarista teve vasta carreira política, com duas gestões como Prefeito de Belo Horizonte – a segunda dela após vitória na primeira eleição para o executivo municipal, fato que será discutido nesse capítulo.³⁸¹

Negrão de Lima entregou relatório final dos trabalhos por ele coordenado em julho de 1930. O documento apresentou o diagnóstico da cidade no momento da criação da Comissão em 1927 (descrito no capítulo anterior), as pesquisas técnicas realizadas, os projetos propostos, as obras concluídas e o que foi proposto e deixou de ser realizado. Foram explicitadas diretrizes para a expansão da rede, a defesa dos hidrômetros para o melhor controle do desperdício e para aferição precisa da cobrança pelo *precioso líquido*

³⁷⁶ PLAMBEL. O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970. Belo Horizonte: PLAMBEL/Governo do Estado de Minas Gerais, Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana, 1979.; AGUIAR, 2006.

³⁷⁷ A perplexidade pela taxa de crescimento, ou a utilização desse fato como justificativa para piora dos problemas urbanos e pelo aumento da complexidade dos mesmos é uma constante nos relatórios desde a fundação da cidade, entretanto ficam mais frequentes e com mais dados a partir da década de 1930 até, pelo menos, até o final da década de 1960.

³⁷⁸ Segundo Kamel, os serviços da Diretoria de Obras foram subdivididos em 1930 na Subdiretoria de Obras, Subdiretoria de Águas e Esgotos e Subdiretoria de Limpeza Pública (KAMEL, Roberto Chafik Abu. *Gestão Municipal e o processo de organização do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte (1894-1960)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2007, p.149 -150).

³⁷⁹ PBH, 1931, p.144-180.

³⁸⁰ Octacílio Negrão de Lima é lembrado como administrador público por ter sido prefeito duas vezes, sendo o primeiro eleito, e ter construído a barragem da Pampulha durante sua primeira gestão. Entretanto, o sanitarista teve atuação técnica, especializou-se na construção de redes de água e manteve parcerias técnicas e políticas com colegas engenheiros, especialmente da Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte, onde formou-se em 1921. Sobre Octacílio ver: FJP, 1997, p.24-25.

³⁸¹ FJP, 1997, p.24-25.

e a necessidade de tratamento dos esgotos. O relatório era um documento técnico-político, com explanações atentas ao vocabulário sanitário da época, com cálculos, análises químicas, projeções populacionais e estudos que atestavam a escolha dos materiais propostos para as canalizações. Esses dados foram alternados com fotografias, justificativas, celebrações e elogios aos mandatários responsáveis por autorizar as obras.³⁸² Por meio do documento, Negrão de Lima e os demais especialistas da comissão realizaram a defesa do conhecimento técnico para a elaboração das políticas públicas. O engenheiro chefe da comissão fez questão de ressaltar a demanda popular por melhores condições de saneamento, tema vultuoso e com especificidades que demandava esforços extraordinários por parte do poder público, pois “a necessidade de melhorar o abastecimento público, justamente reclamado pela população exigiu que nos serviços se proporcionasse organização técnica e administrativa especiais”.³⁸³ O prefeito também se utilizou do relatório para realizar autopromoção de suas ações. Relatou que teve seu pedido de exoneração negado após a saída de Christiano Machado em 1929, o que seria “prova de confiança” em seu trabalho descrito como “rápido e eficiente”, que possibilitaram fundamentos para que a cidade se mantivesse abastecida de água até o ano de 1950.³⁸⁴

O Relatório assinado por Octacílio Negrão de Lima, um técnico que transitava de forma bem-sucedida na política profissional, demonstra como o discurso político belo-horizontino apropriou-se do discurso sanitário e vice-versa. Isso se explicita tanto no vocabulário político da época, quanto na participação de técnicos nos cargos públicos (a partir de 1947 também eletivos). Essa simbiose contribuiu para elevar o sanitarismo a símbolo da capital e elemento balizador de decisões políticas. Serviu ainda para evocar utopias, passados gloriosos idealizados, bem como de se apresentar como condição para o progresso da cidade.³⁸⁵ Os documentos oficiais da época demonstram a recorrência desse discurso no cotidiano político-administrativo e o aumento da produção documental relacionada ao tema, como nas fotografias encomendadas pelo município. As imagens serviram como celebração aos autores dos feitos, como na figura 13, e demonstravam as inovações técnicas e novidades implantadas pelos novos projetos, como o das tubulações

³⁸² PBH. *Relatório geral dos serviços do novo abastecimento d'água de Belo Horizonte apresentado ao prefeito Alcides Lins, pelo engenheiro Octacílio Negrão de Lima, chefe dos serviços*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950, p.4-8.

³⁸³ Idem, p.5.

³⁸⁴ Idem.

³⁸⁵ Idem, p.4-6.

de concreto armado da figura 14. A prefeitura ainda não contava com um departamento de fotografia, criado apenas na década de 1950, mas contratava frequentemente os serviços de fotógrafos como Cântio de Oliveira, José Goes e Gines Gea. As poses acompanhavam as obras sanitárias serviram para ilustrar relatórios, matérias de periódicos e compuseram os dossiês das obras como provas concretas das realizações descritas como “excepcionais” pela prefeitura. Havia uma monumentalização dos feitos, especialmente aqueles relacionados às melhorias da rede de água.

Figura 13: Presidente de Minas Gerais Antônio Carlos, sentado, com, da esquerda para direita, Prefeito Alcides Lins, Octacílio Negrão de Lima e Christiano Machado. Relatório geral dos serviços do novo abastecimento d'água de Belo Horizonte apresentado ao prefeito Alcides Lins, pelo engenheiro Octacílio Negrão de Lima, chefe dos serviços p. 8-a (governador e prefeito).

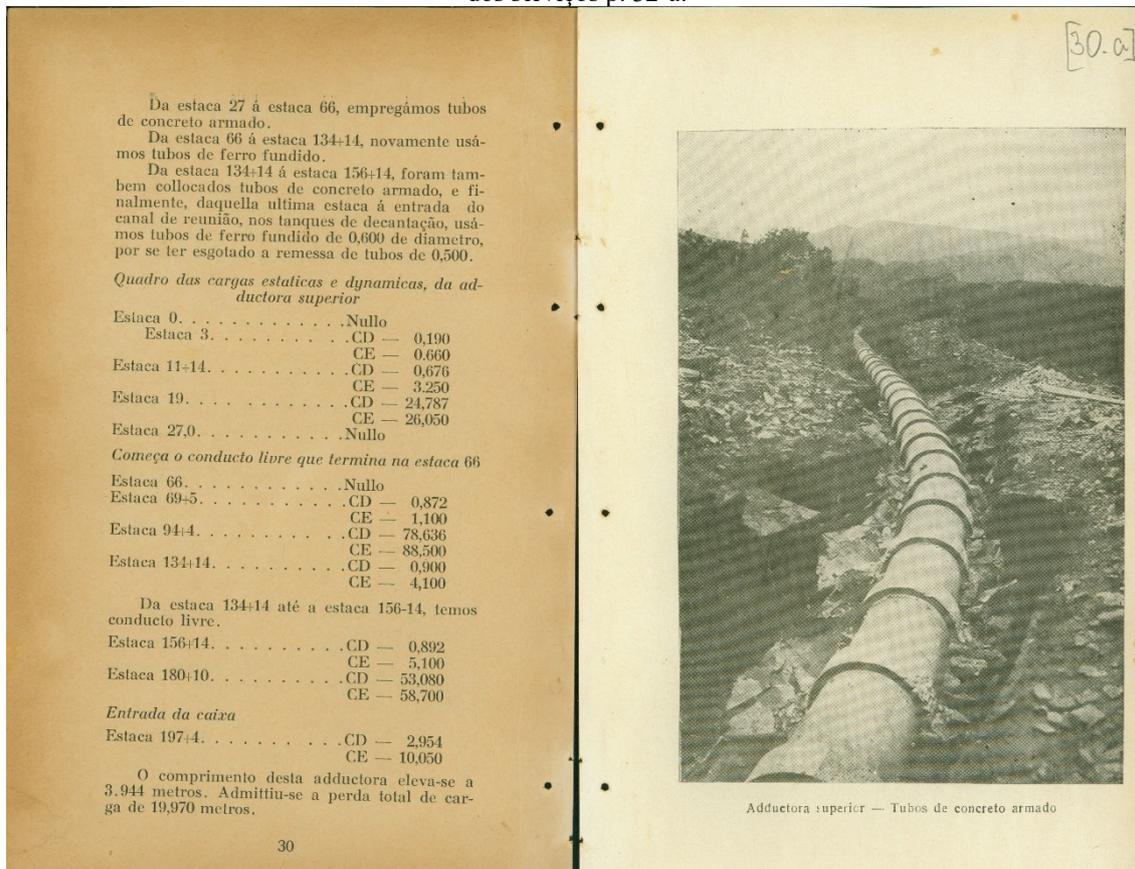
[8.a]



O Sr. Presidente Antonio Carlos, rodeado pelos srs. Prefeito Alcides Lins, Engenheiro-Chefe dos serviços e Dr. Christiano Machado, em cujo governo municipal iniciaram-se as obras

Fonte: APCBH/Coleção Relatório de Prefeitos.

Figura 14: Tubos de concreto armado. Relatório geral dos serviços do novo abastecimento d'água de Belo Horizonte apresentado ao prefeito Alcides Lins, pelo engenheiro Octacílio Negrão de Lima, chefe dos serviços p. 32-a.



Fonte: APCBH/Coleção Relatório de Prefeitos.

Nesse mesmo período, com a extinção do Conselho Deliberativo, tornaram-se mais comuns os relatórios assinados pelos diretores e subdiretores da prefeitura aos prefeitos que, posteriormente, eram remetidos ao interventor do estado, acompanhado de ofício de apresentação, discurso ou resumo. O Decreto estadual n. 9.768, de 24 de novembro de 1930, instituiu o novo regime para as municipalidades mineiras e dissolveu as instâncias legislativas municipais. No caso belo-horizontino, o Conselho Deliberativo seria essa instância do poder, mas era um órgão proforma controlado pelo executivo estadual. O arremedo legislativo existente até então foi substituído por algo, talvez, ainda mais incipiente: o Conselho Consultivo.³⁸⁶ Esse órgão deveria ser composto por cinco moradores do município, de reconhecida “idoneidade moral e intelectual”, nos quais três

³⁸⁶ Sobre o Conselho Consultivo ver: KAMEL, 2007, p. 53-60; MINAS GERAIS. *Decreto estadual n° 9768 de 15 de dezembro de 1930*. O Conselho Deliberativo foi fechado em 15 de dezembro de 1930, por meio do decreto estadual n° 9768 de 1930. Belo Horizonte: Pró Memória, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1930. Competira ao conselho consultivo opinar sobre relatórios trimestrais do prefeito, sobre ampliação do quadro de funcionalismo municipal, sobre leis e posturas municipais, entre outras ações. Todavia, como o próprio nome indica, o conselho era consultivo e não valia quase nada.

seriam nomeados pelo prefeito. Os escolhidos seriam acompanhados pelos dois maiores contribuintes de impostos e taxas municipais.³⁸⁷ Na prática, a prefeitura permanecia subordinada aos aparatos do governo estadual e, conseqüentemente, alinhados aos interesses do executivo federal que nomeava livremente os interventores estaduais. Esse fato ajuda a explicar falhas nos relatórios anuais dos prefeitos, que elevaram os relatórios da Diretoria Geral como o principal documento de prestação de contas do município. Nesse sentido, pelo menos até a gestão de Octacílio Negrão de Lima em 1935, a prefeitura, em alguns dos seus fluxos, se assemelhava a uma gigantesca e deficitária repartição estadual.³⁸⁸

Os responsáveis pelos serviços sanitários da prefeitura apresentavam nos relatórios seus trabalhos com o devido rigor técnico e argúcia no cenário político da época.³⁸⁹ Francisco de Assis Magalhães Gomes, subdiretor de águas, fez elogios aos trabalhos da Comissão Especial dos Serviços do Novo Abastecimento, “de que tivemos a honra de fazer parte”, que realizou “as mais notáveis” obras, consistindo em “*passo gigantesco*” para resolver definitivamente a questão de abastecimento de água. Todavia, seria preciso, pelo menos, a continuação do mesmo esforço para que esse objetivo fosse plenamente alcançado.³⁹⁰ Apesar do passo decisivo dado pela Comissão, o subdiretor evidenciou a deficiência do serviço em regiões da cidade, como no Calafate, e o descompasso entre o investimento na expansão da rede com as novas taxas de crescimento. Por isso, Magalhães, em tom de defesa das comissões especiais, pediu atenção para que esta questão, central para a municipalidade, continuasse com o mesmo prestígio.³⁹¹ A defesa da nomeação de comissões extraordinárias que cuidassem do abastecimento de água pode ser entendida como uma forma dos engenheiros ressaltaram

³⁸⁷ MINAS GERAIS, 1930, p. 724-726.

³⁸⁸ O governo federal convocou uma Assembleia Constituinte que aprovou a Constituição de 1934 e permitiu abrir as casas legislativas. A primeira Câmara de Belo Horizonte funcionou em 1936, com o com mais atribuições que os arremedos legislativos anteriores para tratar dos assuntos locais. Todavia, a experiência durou pouco. Em novembro de 1937, com a ditadura do Estado Novo, as casas legislativas foram fechadas. Ver: NETO, Guilherme Nunes de Avelar. *Ciclones e macaréus: o parlamento na história de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Câmara Municipal de Belo Horizonte, Programa Pró-Memória Legislativa, 2010.

³⁸⁹ Na gestão de Alcides Lins (28/11/1929 a 07/09/1930), a Diretoria-Geral de Obras foi subordinada diretamente ao Gabinete do Prefeito, fato que sinaliza para o crescimento da importância do órgão e a necessidade de controle direto pelo chefe do executivo.

³⁹⁰ PBH. *Relatórios apresentados ao prefeito Luiz Barbosa Gonçalves Penna pelos diretores e chefes de serviço da Prefeitura de Belo Horizonte em outubro de 1930*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1931, p.91.

³⁹¹ Idem.

a relevância do seu papel nos aparelhos administrativos para resolver uma das maiores demandas da população belo-horizontina.

Os técnicos, por meio dos relatórios da diretoria responsável pelas obras e projetos da capital mineira, ganharam espaço para se posicionar sobre as políticas públicas que dirigiam e para reivindicar melhorias para seus setores (o que reforça a fluidez entre o campo técnico político nos atos administrativos). Em alguns casos, os próprios currículos foram exaltados com o possível intuito de demonstrar expertise que justificasse as próprias escolhas técnicas. Não podemos descartar que se pretendia, também, realizar promoção pessoal com pretensões profissionais e políticas. Os relatórios continham cobranças, com devida parcimônia, sobre a necessidade de se realizar melhorias no saneamento da cidade e na infraestrutura dos órgãos que coordenavam. Entre os floreios, agradecimentos e autoelogios havia a minuciosa descrição das deficiências nos sistemas. Houve o aumento da responsabilidade desses profissionais que passaram a compartilhar com os prefeitos o encargo pelas desculpas relacionadas aos intermináveis problemas urbanos e da adoção de medidas que, apesar de envoltas em discurso técnico, se baseavam, primordialmente, em vontades político-administrativas.

Os relatórios assinados por técnicos, os principais da prefeitura nos primeiros anos da década de 1930 e comuns em obras sanitárias, principalmente a partir da autonomia administrativa em 1947, evidenciam, mais uma vez, a menor importância dada às redes de esgotos em detrimento do sistema de distribuição de água. Argumento que os motivos para isso não eram sanitários, mas sim políticos. Esse fato se intensificou a partir da metropolização da cidade e da ampliação das camadas trabalhadoras, da classe média urbana e da imprensa, que demandavam incessantemente o acesso à água, artigo de luxo em algumas regiões da cidade. É importante notar que o investimento era consideravelmente menor para a construção das redes de esgotamento sanitário em comparação com as de abastecimento do líquido. O maior volume das novas canalizações na época se deu pela implantação das galerias pluviais e a instalação das bocas de lobo, obras que acompanharam o calçamento de algumas ruas. As vilas e favelas não tinham nem sequer acesso às redes oficiais e a informalidade cresceu exponencialmente. A escolha orçamentária em protelar investimentos nos esgotos provocou a progressiva piora no sistema na medida em que a cidade crescia e se verticalizava. Esgotos arrebatados, noticiados pelos periódicos da PBH, passaram a ser rotina. Os córregos urbanos estavam

fétidos e assoreados, foram alcunhados de “esgotos ao céu aberto”, até mesmo na documentação oficial.³⁹²

Tecnicamente, a necessidade de investir em esgotamento sanitário era tão importante quanto o sistema de água. Ambos eram igualmente dispendiosos, portanto, o motivo pela preferência em relação a água não foi orçamentário. Entretanto, cientes do maior capital político do “precioso líquido”, alguns especialistas dedicavam mais espaço nos relatórios na política pública com maior clamor popular. Esse fato é mais um indício de que não existe um lugar puramente técnico, como era pretensão de discursos de prefeitos, vereadores e técnicos da municipalidade. A demanda pela água passou a ser uma forma de tentar obter maior capital político e popularidade por parte dos membros do poder público, o que reforça a lógica fisiológica na decisão de priorizar os investimentos públicos.

O corpo técnico do município e as comissões da época realizaram projetos para adequação da rede. Apesar de alguns investimentos emergenciais e improvisos, não foram efetivados com a devida urgência, tal como alertado por sanitaristas e funcionários da municipalidade.³⁹³ Esse fato aumentou o desafio técnico, pois a conclusão parcial das redes e os improvisos dificultava o prosseguimento dos trabalhos com a expansão urbana acelerada. Tornou-se rotina a elaboração de adequações de projetos inconclusos, a proposição de novos planos (que, por sua vez, também sofreriam atrasos na implementação) e a busca por soluções paliativas para dirimir o problema que se tornava progressivamente mais grave.³⁹⁴ Os “notáveis incrementos” nas redes sanitárias, termo recorrente nos relatórios para descrever as novas canalizações de águas e esgotos, estavam

³⁹² PBH. *Relatório sobre a situação econômico-financeira do Município de Belo Horizonte, referente ao exercício de 1936, apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Dr. Octacílio Negrão de Lima. [15 de janeiro de 1937].* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1937; PBH. *Relatório de 1937. Apresentado a S. Excia. o Sr. Governador Benedito Valladares Ribeiro pelo prefeito de Belo Horizonte.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1937; PBH. [Relatório do prefeito Juscelino Kubitschek Oliveira para o Governador Benedito Valladares Ribeiro, 1940-1941.](#) Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1942; PBH. *Relatório do exercício de 1948. Prefeito Octacílio Negrão de Lima.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1948; VIANNA, 1997;

³⁹³ Um dos sanitaristas mais atuantes que defendeu maiores investimentos, com o devido planejamento sistêmico, nas redes de esgoto foi Lincoln Continentino que será estudado na próxima seção do capítulo e por toda a tese a partir daqui. Ver: VIANNA, 1997.

³⁹⁴ PBH, DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (DEMAE). O Abastecimento de Água e o Serviço de Esgotos em Belo Horizonte. In: *IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária VIII Seminário dos Professores de Engenharia Sanitária.* Brasília: 1967, p.2-15.

aquém da necessidade do município, considerando o passivo inconcluso e o rápido crescimento populacional.³⁹⁵

Apesar das deficiências, ou por causa delas, os documentos oficiais da época focaram na necessidade da realização e manutenção da limpeza da cidade.³⁹⁶ Com isso, a política pública de limpeza urbana teve destaque no período, quando o serviço também passou por reestruturações administrativas e por adoções de novas técnicas e de veículos para o transporte dos resíduos.³⁹⁷ Em 1930, o forno de incineração, inaugurado em agosto de 1914 depois de uma série de adiamentos para sua implementação, foi aposentado devido às reclamações dos cidadãos. O lixo passou a ser tratado em 100 câmaras de fermentação do sistema Beccari,³⁹⁸ construídas pela Secretaria da Agricultura. Por meio desse sistema, os dejetos fermentavam por 40 dias e eram transformados em adubo empregado nos parques, na política de arborização e nos jardins públicos.³⁹⁹ O serviço foi amplamente divulgado nas fotografias oficiais focadas nos novos veículos adquiridos foram retratados, bem como as novas técnicas de lavagem da rua, por meio de um automóvel com bombas de irrigação, adquirido em 1930. As imagens compuseram os relatórios da época e, principalmente a partir dos anos 1940, eram enviadas aos periódicos municipais com enquadramentos, que, como vimos no último capítulo, também destacavam os canos, a arborização e a pavimentação. A estratégia era a de transmitir a imagem de uma cidade limpa, condizente com seus ideais fundadores, que mantinha investimentos públicos na área. Ao mesmo tempo, o executivo municipal e estadual utilizaram a fotografia como argumento comprobatório de sua eficiência e de promoção das realizações dos administradores públicos.

³⁹⁵ PBH. *Relatório do primeiro ano da administração municipal no quadriênio iniciado em 1926*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927; PBH, 1931, p.65; PBH. *Relatório geral dos serviços do novo abastecimento d'água de Belo Horizonte apresentado ao prefeito Alcides Lins, pelo engenheiro Octacílio Negrão de Lima, chefe dos serviços. 1930*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1930; de Francisco de Assis Magalhães Gomes PBH, 1930.

³⁹⁶ Os conceitos de salubridade e higiene foram amplamente utilizados em diversas políticas públicas em Belo Horizonte. Para citar algumas delas: habitação, arborização, paisagismo, calçamento das vias, fiscalização e abastecimento alimentar.

³⁹⁷ PBH, 1927; PBH 1930; PBH, 1931.

³⁹⁸ Consiste na fermentação do lixo em celas de concreto, vedadas, com sistema de captação do chorume, que é recirculado para a própria cela. Tal processo exige um número grande de celas, pois o dimensionamento deve ser feito de forma a utilizar uma cela completamente fechada por período equivalente a 45 dias.

³⁹⁹ MASSON, Terezinha Jocelen; MIRANDA, Leila Figueiredo de; MUNHOZ JR, Antônio Hortêncio Aproveitamento do Lixo Urbano Pelo Processo de Compostagem. In: *XIV Safety, Health and Environment World Congress*. 2014, July. p.20 – 23. Disponível em: <http://copec.eu/congresses/shewc2014/proc/works/52.pdf>. Acesso em 22 abr. 2023.

Figura 15: Veículo de limpeza de vias públicas, 1929. Fotografia Gines Gea Ribera.



Fonte: APM/Fundo Olegário Maciel.

A despeito do discurso da urbe salutar e da estratégia de convencimento sobre melhorias realizados no saneamento em Belo Horizonte, documentos produzidos pela municipalidade deixam entrever outra realidade. Em alguns bairros periféricos, o serviço era irregular ou inexistente. A coleta domiciliar se restringia à Zona Urbana.⁴⁰⁰ O crescimento da cidade trouxe consigo o aumento do volume de lixo, que onerou o departamento responsável pelos dejetos das edificações e pela varrição das ruas e os investimentos não eram feitos na mesma proporção da demanda. Com isso, o serviço apresentava melhorias tímidas em alguns períodos, mas, rapidamente, se tornava defasado. Esse ciclo vicioso continuou com progressiva piora até o sistema praticamente colapsar nos anos 1960. As câmeras de fermentação do lixo, recém adquiridas, se tornaram insuficientes, a queima de lixo pelos cidadãos era comum, devido às lacunas na coleta. A sujeira acumulava nas praças, lotes vazios e logradouros em algumas regiões.⁴⁰¹

⁴⁰⁰ PBH. *Relatórios da Diretoria Geral das Obras relativos ao ano de 1931, apresentado ao prefeito Luiz Penna*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1933, p.195-196.

⁴⁰¹ PBH, 1931; PBH, 1933; KAMEL, 2007.

Os relatórios da Subdiretoria de Limpeza Pública, também responsável pela arborização, apontam o problema da ausência do efetivo conhecimento da cidade, da sua expansão e da ausência de plantas cadastrais atualizadas. Em 1932, estabeleceu parceria com o Serviço de Seção do Cadastro. Com o suporte da planta cadastral elaborada em 1929, pretendeu-se definir os melhores itinerários de coleta de lixo, a ampliação do serviço em áreas mais populosas e a arborização em novos logradouros aprovados pela municipalidade. Entretanto, os trabalhos foram prejudicados por questões orçamentárias e políticas, fato constantemente reclamado pelos subdiretores, como Marcelo Otávio Rodrigues da Costa, em 1932.⁴⁰² Os técnicos em seus relatórios reconheciam que os serviços prestados pela prefeitura precisavam de profundas mudanças. A nova dinâmica urbana trouxe novos desafios, urgia ampliar a limpeza das ruas, a coleta do lixo, as canalizações de água e esgotos, bem como era preciso repensar a arborização devido aos novos calçamentos e pelas exigências do novo tráfego. As mudas de árvores sofriam danos provocados pelos veículos, lixo e pelo fluxo maior de transeuntes.⁴⁰³ Entretanto, as dificuldades financeiras, agravadas pelo rápido crescimento, ineficácia na tributação municipal e na cobrança por serviços, eram outro dificultador para a solução dos problemas urbanos.

Em 1932, no relatório da Diretoria Geral das Obras, o Diretor Gusman Filho afirmou que mesmo se recursos do erário municipal fossem duas vezes maiores, a Diretoria não conseguiria atender eficazmente às necessidades da cidade devido a sua extensão e densidade populacional. Com os recursos da época, era “natural que haja ainda por muito tempo, na nova Capital, falhas e imperfeições nos seus serviços públicos e, conseqüentemente, um vasto campo para as reclamações diárias da imprensa”.⁴⁰⁴ O abastecimento de água, mais uma vez, foi apresentado como a prioridade da diretoria e as ações do setor responsável ocorreram, segundo Gusmán, normalmente e sem maiores problemas. A maior dificuldade foi a de aquisição de “tubos indispensáveis ao prosseguimento dos serviços de distribuição das águas do Ibirité, dado o elevado custo dos mesmos”.⁴⁰⁵ O diretor comemorou que foram atendidas “3304 reclamações de falta de água” e defendeu a ampliação do serviço de hidrômetro, bandeira de Octacílio Negrão de Lima e da Comissão por ele coordenada na década anterior, para melhor e mais justa

⁴⁰² PBH, 1933, p.202-206.

⁴⁰³ Idem, p.212-215.

⁴⁰⁴ Idem, p.3-4.

⁴⁰⁵ Idem, p.8.

cobrança pelo serviço e consequente aumento do fluxo de caixa da diretoria. Apesar do tom otimista do relatório, percebe-se que, indiretamente, a prefeitura, por meio dos seus técnicos que assinaram o documento, justificou mais uma vez a paralisação de obras de abastecimento por falta de recursos para se adquirir o material específico, necessário para a construção das redes projetadas. Entre os vários estudos presentes no texto, pouco se detalhou sobre as lacunas do serviço, principalmente nas novas regiões que surgiram. Focou-se nos bairros onde o serviço existia ou com a expansão prevista. Entretanto, o diretor geral confirmou, superficialmente, que estudos de “diversos projetos para as regiões que ainda não contam com abastecimento” estavam em andamento pela municipalidade.⁴⁰⁶ Esse relatório apresentou uma novidade que se tornaria comum, principalmente a partir do intervalo democrático de 1945, justificativas para reclamações dos cidadãos enviadas aos periódicos da capital mineira

Gusman Filho citou, especificamente, as reclamações diárias na imprensa, setor que expandiu e se modificou juntamente com a cidade com a presença de periódicos como o *Diário de Minas*, *Estado de Minas*, *a Revista Semana Ilustrada*, *a Revista Econômica*, *a Revista Bello Horizonte*, *a Revista Alterosa*, entre outros. As revistas ilustradas se popularizaram no Brasil desde o século XIX quando publicavam, primordialmente, manifestações literárias e notícias com teor sociocultural com ilustrações e outros recursos com o intuito de deixar a leitura agradável. Havia espaço publicitário, importante no período de expansão de comércio. A partir da década de 1930, devido à ampliação de complexos empresariais ligados à imprensa e ao desenvolvimento de novos processos de impressão, o gênero se consolidou e se expandiu.⁴⁰⁷

A ampliação da imprensa belo-horizontina trouxe consigo críticas aos problemas urbanos da cidade, com destaque para a falta de água. Havia pedidos de todos os tipos, como o que reivindicou a instalação de mais torneiras para atender a toda uma região desprovida do líquido.⁴⁰⁸ Os periódicos questionaram o novo sistema de cobrança por meio dos hidrômetros. Esse tipo de crítica foi realizada por moradores com maior acesso

⁴⁰⁶ Idem, p. 8-9.

⁴⁰⁷ RODRIGUES, Carla Corradi. *Quem detém a mídia, detém o poder? Jornalismo e política nas páginas da revista Alterosa (1962- 1964)*. 2013. 206p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013, p. 33. Sobre a Revista Alterosa ver também: BARROS, Gelka Arruda de. *Para a família do Brasil: o cultivo do corpo e a diversão em Belo Horizonte nas páginas da revista Alterosa (1939 1945)*. 2018. 263f. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer), Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

⁴⁰⁸ Diário da Tarde, 16 de junho de 1936, p.3.

à água que, conseqüentemente, iriam pagar conta proporcional ao consumo. No entanto, o medo da taxaço foi assimilado até por quem não era beneficiado pelo serviço e os hidrômetros se tornaram outro ponto de polêmica em torno da política pública de abastecimento do líquido.⁴⁰⁹ O corpo técnico da municipalidade defendeu a racionalização da cobrança para propiciar a melhoria do sistema, mas esse argumento (além de ser mal comunicado, pois, como dito, a prefeitura não havia estruturado metodologia, ou um departamento, de comunicação eficaz) não foi suficiente para o convencimento dos munícipes que enfrentavam na época a piora das condições sanitárias em Belo Horizonte, com surtos de doenças de veiculação hídrica.⁴¹⁰

Casos relacionados a patologias como cólera, tifo e gastroenterite aumentaram com a intensificação do processo de metropolização.⁴¹¹ Essas enfermidades eram propiciadas pelas falhas no abastecimento de água e pela ausência de esgotos. Cidadinos coletavam o líquido com baldes nos córregos poluídos ou em poços artesanais perfurados sem a devida técnica ou inspeção.⁴¹² Em algumas regiões, a prefeitura continuou a empregar soluções paliativas e improvisos (chafarizes, manobras, poços artesanais e caminhões pipa). Com isso, associações de bairros, como a do Lagoinha, passaram a reivindicar acesso à água. Esses pedidos foram feitos diretamente na prefeitura e por meio da imprensa, que, por sua vez, passou a veicular mais frequentemente matérias sobre o crescimento e problemas urbanos da cidade.⁴¹³

Nas revistas ilustradas publicadas em Belo Horizonte, as mudanças no cenário da capital encheram suas páginas coloridas, competindo com contos, receitas, o *footing* na saída das matinês e colunas de moda. Esses periódicos idealizaram os feitos de alguns administradores do governo do estado e da Prefeitura de Belo Horizonte. A *Revista Silhueta*, por exemplo, dedicou em sua primeira edição uma página inteira ao Prefeito Luiz Penna, homenageado por evitar que a crise financeira atingisse a capital mineira.⁴¹⁴

⁴⁰⁹ A Seção de Hidrômetros foi criada em meados da década de 1930 com o objetivo de efetivar a cobrança por meio dos hidrômetros. Várias tentativas de burlar o sistema foram relatadas pela prefeitura como o uso de um tubo de borracha para fazer um desvio do hidrômetro, outro método foi a soldagem dos cadeados do aparelho para impedir a leitura dos dados pelos funcionários municipais. Tentava-se ainda trocar os tampões dos hidrômetros, entre outras artimanhas (FJP, 1997, p.139).

⁴¹⁰ FJP, 1997, p.135-141.

⁴¹¹ GUIMARÃES, Berenice. Martins. *Cafuas, barracos e barracões. Belo Horizonte cidade planejada*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991, p.182-183.

⁴¹² VIANNA, 1997.

⁴¹³ FJP, 1997, p.139.

⁴¹⁴ *Revista Silhueta*, número 01, março de 1932, p.31.

A alegação era exagerada, em contraste com os documentos oficiais sempre queixosos das limitações orçamentárias do município.⁴¹⁵

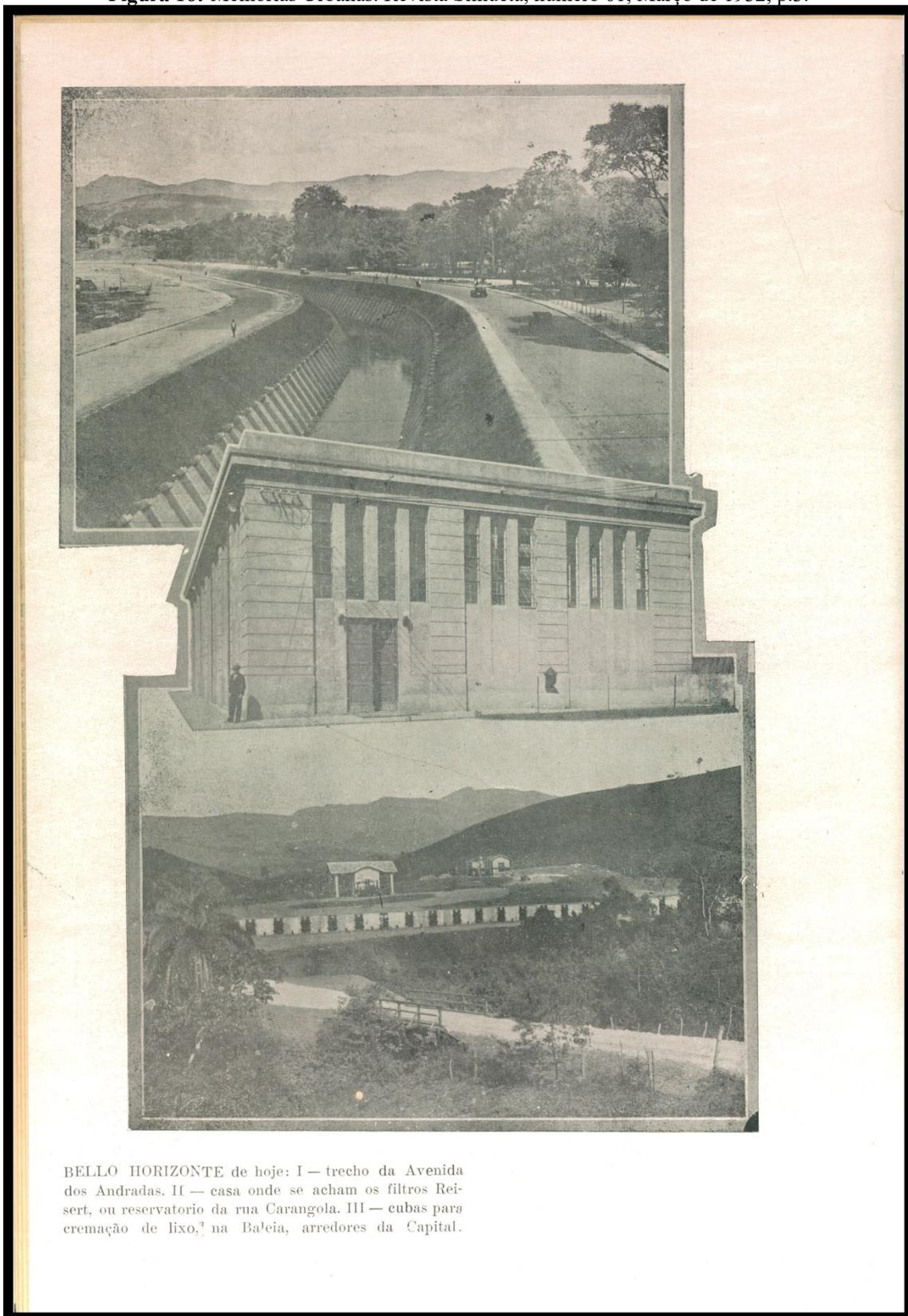
A mesma revista, na sua terceira edição, elogiou os prefeitos de Belo Horizonte pela modernização empreendida na urbe e citou como destaques no processo o sistema de filtragem de água inaugurado no reservatório da rua Carangola, as cubas de Lixo e a canalização do ribeirão Arrudas na avenida dos Andradas. Todos esses feitos foram exibidos em fotografias que ocuparam duas páginas do periódico (figura 16 e 17), acompanhadas de legendas sintéticas e apoloéticas. Havia a intenção de mostrar um aspecto da transformação da cidade, a de uma “Belo Horizonte de hoje”, que não cessava de progredir, “pela mão de seus administradores”. Com isso, a cidade adquiriu, aos poucos, o mesmo encanto da sua “natureza incomparável”.⁴¹⁶ Nesse tipo de publicação, percebemos a intenção de alardear a imagem de uma cidade limpa, asseada e moderna, que contava com o privilégio de contar com o labor técnico impulsionado pelos seus gestores que modificam a natureza da urbe em prol do progresso. Permanecia a ideia da pretensa subjugação do meio físico à técnica, um ideal presente desde a época da CELINC e da CCNC. Por meio das transformações urbanas, a capital teria adquirido uma beleza funcional, compatível aos encantos da sua natureza, cada vez mais controlável e previsível graças à intervenção da técnica e competência de seus administradores. Vigorava, portanto, a concepção de controle e de conquista do que se convencionava em chamar de *natureza*. Story, ao analisar os precedentes da construção de Brasília, defende que houve uma *naturalização* da conquista do meio biofísico, como se o progresso fosse o caminho *natural*. Paulatinamente, as imagens de urbes comparadas com a *natureza*, ou como pretensas melhorias do meio biofísico, tornavam-se mais comuns.⁴¹⁷

⁴¹⁵ Não conseguimos aferir se esta matéria foi encomendada, como as chamadas “matérias pagas”, prática típica da municipalidade belo-horizontina principalmente a partir do intervalo democrático. Importante ressaltar que elogios a prefeitos e governadores foi comum durante todo o período estudado.

⁴¹⁶ Revista Silhueta, número 03, maio de 1932, p.12-13.

⁴¹⁷ STORY, Emily. “The heart of Brazil: Envisioning the Planalto Central”. História ambiental e Cultura da Natureza. In: *IV Simpósio da Sociedade Latino Americana e Caribenha de História Ambiental*. Diamantina: Editora Maria Fumaça, 2008.

Figura 16: Melhorias Urbanas. Revista Silhueta, número 01, Março de 1932, p.3.



Fonte: APCBH/Coleção Revistas Diversas.

Figura 17: Natureza incomparável da cidade. Revista Silhueta, número 03, Maio de 1932, p. 12-13.

“E entre a recuada manhã, de 1921, nas luzes de cuja alvorada se desenharam nos meus olhos, pela primeira vez, a reta divisão de suas ruas arborizadas e festivas, até o instante emocional em que recebia sôbre o meu coração e sôbre os meus nervos a missão de guiar a cidade, sempre a contemplei e senti com o mesmo doce enlévo que me turva os olhos ao fitar, agora, o rosto redondo e risonho de minha primeira filha.

Assim, a homenagem que nesta sala congrega elementos exponenciais da vida local e que, tendo como alvo a cidade, se reflete, embora empalidecida e sem brilho sôbre a modesta figura do seu Prefeito, dá-me a ventura gloriosa de, através do Rotary, talar a todos os habitantes de Belo-Horizonte. Não é uma prestação de contas, pois que aqui fui chamado para uma saudação. Mas não vejo melhor meio de retri-

buir a homenagem, senão expondo, singela e despreziosamente, alguns dados que se relacionam com a administração municipal e que, ainda não divulgados, levarão ao conhecimento da cidade o esforço tenaz e resoluto com que nos votamos à tarefa de administrar a capital.

Estou certo de que ninguém verá nas minhas afirmações um propósito vaidoso e mesquinho. Expondo, em linhas gerais, um pouco do que fez a administração de 1940 para cá, tenho em mira, apenas, corresponder ao desvanecedor apôio com que me honrou o Rotary Club.

Se algum mérito tivesse a minha atuação, deveriam os aplausos ser dirigidos ao Governador Benedito Valadares, de cuja orientação, amadurecida por sadia experiência, nos vem o estímulo e a deliberação para arcar com tarefa tão árdua.”

A AVENIDA AFONSO PENA TEVE O SEU CALÇAMENTO SUBSTITUÍDO. OS PARALELEPÍPEDOS DERAM LUGAR À FAIXA DE ASFALTO



Fonte: APCBH/Coleção Revistas Diversas.

Concomitantemente às reportagens apologéticas aos administradores da capital mineira, os periódicos publicaram análises de deficiências estruturais do município e elencou setores que precisavam de investimentos urgentes. A primeira edição da *Revista Econômica*, de junho de 1935, que se apresentava como dedicada aos interesses da agricultura, indústria e o comércio, veiculou uma matéria intitulada de “Um problema de administração municipal” que queixava da ausência de transporte público eficiente na

Estação Central de Belo Horizonte. Esse fato prejudicava a rede hoteleira, a dinamização da economia e desencorajava os visitantes. A cidade, portanto, precisava de se estruturar para a nova dinâmica urbana, para que assim alcançasse efetivamente o posto de polo regional, de centro de oportunidades e de negócios para todo estado.⁴¹⁸ O periódico defendeu em suas páginas melhorias em todo o sistema de transporte estadual, como na segunda edição que clamou pela modernização das ferrovias de Minas Gerais e a melhor integração com a sua capital. Com isso, seria possível o escoamento célere dos produtos produzidos no estado, além de possibilitar que Belo Horizonte atuasse como articuladora da economia regional.⁴¹⁹

As políticas empreendidas pela municipalidade, apesar de maior estabilidade a partir dos anos 1930, em comparação com as décadas anteriores, continuou a apresentar rupturas agravadas pela permanência da falta de autonomia administrativa e pela ausência de um poder legislativo municipal. O sistema de esgotamento sanitário, como dito, foi um dos mais prejudicados por esse fato. Mesmo com os projetos elaborados pelos técnicos da municipalidade e pelas comissões provisórias nos anos 1920, as novas ligações de esgoto no início dos anos 1930 não seguiram qualquer plano e foram executadas quando havia recursos disponíveis após a priorização de outras políticas públicas, como o abastecimento de água e o calçamento das ruas. Com isso, aumentou o número de esgotos informais que, em alguns casos, corriam à céu aberto e, conseqüentemente, os lançamentos *in natura* nos cursos de água urbanos, também onerados pela rede oficial. Os rios tornaram-se mais imundos e malcheirosos, especialmente no período de estiagem, quando as águas ficavam saturadas. Os improvisos por parte do poder público continuaram, assim como a falta de fiscalização na construção de fossas, que contaminavam as cisternas. O adensamento urbano no centro da cidade, o crescimento das vilas nas periferias e a existência de vazios urbanos entre os novos bairros

⁴¹⁸ Revista Econômica, número 1, junho de 1935, p.12-13.

⁴¹⁹ Revista Econômica, número 2, julho de 1935, p.13. A mesma edição apontou problemas de todos os tipos relacionados ao crescimento urbano e a ausência, ou descumprimento, de regimentos. Em um artigo assinado pelo Professor Carneiro Santiago, percebe-se preocupação com a fauna, principalmente aquática de Minas Gerais. Pede-se que os municípios publiquem códigos florestais e de águas com o intuito de o progresso do estado permaneça em longo prazo. Com isso, os recursos indispensáveis para a agropecuária e para a indústria na “*pátria que a natureza doou-nos grande geograficamente para que nós a façamos grandiosa e poderosa como nação*” não se exauririam. O mesmo artigo reclama sobre o desrespeito às legislações municipais das cidades em expansão: “*Neste país de indisciplina cívica e de complacência ou frouxidão dos executores da lei, estas foram feitas para não serem executadas*” (REVISTA ECONÔMICA, 1935, p.27).

da cidade, trouxeram novos desafios para os técnicos da prefeitura, ainda mais se considerarmos a destinação insuficiente de recursos para os esgotos.⁴²⁰

O contexto conturbado da capital mineira contribuiu para o aumento da concepção entre especialistas, técnicos municipais e administradores públicos de que os instrumentos existentes, bem como os projetos e diagnósticos, para a solução efetiva dos problemas urbanos de Belo Horizonte tornaram-se insuficientes. Com isso, intensificou-se o debate da necessidade da elaboração de amplos projetos de planejamento urbano, realizados e implementados a partir de critérios técnicos. Nesse processo, sanitaristas como Baeta Neves, Lincoln Continentino e Octacílio Negrão de Lima, foram, mais uma vez, protagonistas.⁴²¹

Lincoln Continentino, Octacílio Negrão de Lima e esforços em prol do planejamento urbano.

Enquanto Belo Horizonte crescia, a prefeitura não seguiu um planejamento integrado para nortear a expansão urbana, trocou de prefeitos com frequência e organizou parte dos serviços isoladamente, mesmo com estrutura administrativa que agrupava as mais diversas atividades em poucas diretorias. Essa era a teoria do sanitarista Lincoln Continentino, um dos nomes mais proeminentes da área no Brasil durante sua extensa atuação como técnico, nos aparatos administrativos e na academia.

Continentino teve contato com as teorias então vigentes de urbanismo e de sanitarismo quando estudou como bolsista na Fundação Rockefeller, entre 1927 e 1929, nos Estados Unidos. Começou a lecionar no final dos anos 1920 na Escola de Engenharia e em 1932 conquistou a cadeira de Higiene, Saneamento e Urbanismo ao defender e apresentar estudo para o tratamento do esgoto em Belo Horizonte.⁴²² A partir daí, o sanitarista se tornou referência na área com presença constante na mídia belo-horizontina e esteve frequentemente presente em cargos, assessorias e consultorias em Minas Gerais, especialmente em sua capital. Durante toda sua carreira foi militante para a realização de investimentos em redes de esgoto (com o devido tratamento deles) e defendeu que os projetos sanitários deveriam ser elaborados em consonância com o planejamento urbano. Continentino acreditava que era necessário realizar análises amplas, com estudos globais

⁴²⁰ PBH, 1927-1935; VIANNA, 1997, p.93-111.

⁴²¹ FJP, 1997, p. 138; VIANNA, 1997, p.58.

⁴²² VIANNA, 1997, p.108-109.

das questões urbanas e, a partir dos diagnósticos, elaborar projetos urbanísticos que extrapolassem os mandatos administrativos e que levassem em consideração os impactos urbanísticos e socioambientais que extrapolariam os limites dos municípios. Para isso, o poder público precisaria de seguir planos, adotar escolhas primordialmente técnicas para as contingências financeiras e logísticas que surgissem e contar com especialistas em seu quadro (tanto o permanente, quanto os temporários, como os assessores, os membros de comissões e de projetos específicos).⁴²³

Continentino participou da elaboração, em 1933, do Plano Geral da cidade de Belo Horizonte. Esse plano visava redefinir as zonas urbana, suburbana e rural, assim como adensar a zona central, cujas terras se valorizaram rapidamente desde os anos 1920. Os efeitos negativos desse processo eram evidentes. O Jornal *Folha de Minas*, em 31 de outubro de 1934, noticiou que o valor dos lotes na região central “empurra os belo-horizontinos para as vilas distantes onde não há qualquer infraestrutura”. O objetivo de Continentino era o de aumentar o número de moradias e imóveis comerciais na área central, concomitantemente ao controle da expansão urbana e ao provimento dos serviços urbanos nessas regiões, com atenção especial para água potável de qualidade e para redes de esgotos modernas e com devido tratamento. O engenheiro alertou sobre a necessidade da elaboração de novos planos sanitários devido ao alcance da cidade e do adensamento dos bairros próximos ao Centro.⁴²⁴

Nos anos que se seguiram, Continentino atuou em prol da melhoria sanitária da cidade, explicitou a necessidade de se considerar o meio biofísico das urbes para o planejamento urbano, bem como apontou os níveis preocupantes de poluição da água em centros urbanos. Propôs que, idealisticamente, os córregos deveriam ser mantidos em seus leitos naturais com a permanência das suas matas ciliares, evitando, assim, as canalizações “fechadas ou cobertas”. Nas suas margens, deveriam ser reservadas faixas que, “de preferência, tenha largura mínima de 30 metros”, com áreas verdes que pudessem ser aproveitadas pelos munícipes. As margens poderiam ser aproveitadas para levar as canalizações de esgotos, de águas pluviais, de água “evidentemente separadas

⁴²³ BOTELHO, Danilo. *O éthos urbanístico do Acaba Mundo: estabilização, manutenção e reprodução do modelo de canalizações de cursos d'água desde a construção de Belo Horizonte*. 2020. 330p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020, p.167; CONTINENTINO, Lincoln. *Saneamento e urbanismo*. Belo Horizonte: s.n., 1937, p.83-84; FJP, 1997, p.26;

⁴²⁴ Folha de Minas, 31 de outubro de 1934, p.3.

das primeiras com indicações da técnica necessária”, além de poderem servir para embutir os fios de eletricidade, telefone e gás.⁴²⁵

A manutenção dos rios em seu leito natural circulou nos meios técnicos e nos cursos de engenharia da época, com estudos que apontavam vantagens para a integração da hidrografia à vida urbana, mas não era consenso. As canalizações permaneciam prestigiadas e a municipalidade continuou a empregá-las sistematicamente com a justificativa de promover melhorias urbanas e de sanear da cidade. Octacílio Negrão de Lima, quando prefeito, justificou a adoção sistemática das canalizações, pois a hidrografia de Belo Horizonte, “pela sua irregularidade, constitui dado preponderante no problema do seu saneamento”. Por isso, as canalizações poderiam “salubrir bairros inteiros, com vantagens de ordem estética e de tráfego.” e para “conquistar novas áreas de edificação”.⁴²⁶

Na mesma época, o asfalto começou a surgir como o *elemento do futuro* na cidade. A *Folha de Minas*, de 19 de outubro de 1934, em matéria intitulada “A estética da cidade” descreveu o “intenso movimento renovador” em Belo Horizonte, cada vez com menos aparência provinciana e já “entre os grandes centros do país”, motivo de orgulho para os mineiros. A capital passou a apresentar “aspecto inteiramente moderno. O asfalto de suas ruas, que dia a dia, se intromete pelos seus bairros, ligando-os ao centro, tem contribuído para a redução dos comentários que sempre faziam acerca da poeira da cidade e de seus buracos”. Se, por um lado, o asfalto deveria ser motivo de celebração dos governantes, por outro “é justo que se frise a necessidade de um trabalho de conservação desta pavimentação”.⁴²⁷ O asfalto tornou-se protagonista das políticas públicas a partir dos anos 1950, impactando políticas de saneamento, fato que analisaremos no próximo capítulo, e foi o elemento catalizador para o tamponamento dos córregos a partir dos anos 1960.⁴²⁸

Em 1934, Continentino proferiu conferência no Rotary Club e defendeu a tese de que não se poderia imputar todos os problemas de Belo Horizonte à Comissão Construtora (apesar de apontar lacunas no plano pela incipiência do urbanismo da época), pois, nos

⁴²⁵ CONTINENTINO, 1937, p.322.

⁴²⁶ PBH, *Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Governador Benedicto Valladares Ribeiro pelo prefeito Octacílio Negrão de Lima e relativo ao período administrativo de 1935-1936*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1936, p.56.

⁴²⁷ FM, 19 de outubro de 1934.

⁴²⁸ O processo de canalização dos córregos de Belo Horizonte foi estudado na minha dissertação de mestrado: MESQUITA, Yuri. *Jardim de asfalto: água, meio ambiente, canalização e as políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte, 1948-1973*. 2013. 175p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

pouco mais de 30 anos da história da capital, não se buscara atuar de forma coordenada e sistemática no exercício das funções municipais.⁴²⁹ Dessa forma, os serviços públicos foram avaliados, estudados e projetados isoladamente, sem critérios de conjunto e sem articulação de todas as funções municipais.⁴³⁰ O urbanismo, portanto, deveria seguir etapas, a começar pela educação urbana para esclarecimento e *conquista* da opinião pública sobre a necessidade de se planejar. Posteriormente, elaborar-se-iam planos de remodelação e expansão das cidades, orientado por comissões técnicas, que zelariam pelo efetivo cumprimento e eventuais adaptações do planejamento, pelo financiamento e pela execução orçamentária. Os membros das comissões participariam, em conjunto com o executivo das cidades, na modificação da legislação urbanística, para possibilitar a efetivação do planejamento.⁴³¹ As concepções e projetos do sanitarista, apesar de não concretizadas em sua totalidade, foram essenciais para as construções das políticas urbanas e para os novos projetos de redes de água e esgotos nas administrações dos prefeitos que seguiram, especialmente Otacílio Negrão de Lima, José Oswaldo de Araújo, Juscelino Kubitschek, Américo Renné Giannetti e Celso Mello de Azevedo.

Em 1934, o prefeito José Soares De Matos (15/12/1933 - 08/04/1935), realizou tentativas de controlar a expansão urbana e de implementar novos planos urbanísticos (frequentemente prejudicadas pelas dificuldades administrativas). Além do Plano Geral de Continentino, que redefiniu o zoneamento municipal e facilitou o adensamento da zona central, foi criada a Comissão Técnica Consultiva, que representaria um esforço para a sistematização de políticas de planejamento urbano. A Comissão foi composta por cinco subcomissões: Higiene, Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, Indústria e Jurídica.⁴³² Entretanto, o seu efetivo funcionamento se deu durante a gestão do Prefeito Otacílio Negrão de Lima (08/08/1935, 18/04/1938), em maio de 1936, quando seus membros foram nomeados, sob a presidência do sanitarista Lourenço Baeta Neves. Os integrantes da Comissão eram, em sua maioria, conhecidas figuras na sociedade belo-horizontina, como:⁴³³ Lincoln Continentino, Luiz Signorelli, proeminente arquiteto, um dos

⁴²⁹ CONTINENTINO, Lincoln. Conferência do engenheiro Lincoln Continentino sobre urbanismo, realizada no Rotary Club, em 1934. Arquitetura, Belo Horizonte, n. 2, jun. 1935. In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Históricos e Culturais. *100 anos de Modernidade: anuário da arquitetura de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 2001. v. 9, v.1, Biblioteca: FJP, 2001.

⁴³⁰ KAMEL, 2007, p.165.

⁴³¹ CONTINENTINO, 2001, p.124-126.

⁴³² BOTELHO, 2020, p.165-170.

⁴³³ A comissão era composta também por: Alfredo Carneiro Santiago, Antônio Guimarães, Alvimar Rezende, Vicente Assunção, Christiano Guimarães, Mário Pereira, Lincoln Prates, Júlio Carvalho, João de Senna, Lauro Gomes, Vitório Marçola, Baêta Vianna e Octávio Goulart Pena.

fundadores da Escola de Arquitetura de Belo Horizonte (atual EA-UFMG) e Américo René Giannetti, empresário e político que foi eleito prefeito de Belo Horizonte em 1951.⁴³⁴

Lourenço Baeta Neves (1876-1948) se formou em engenharia pela Escola de Minas de Ouro Preto e teve extensa atuação na academia, como técnico e como político, trabalhando para a consolidação da engenharia sanitária no Brasil.⁴³⁵ Foi autor de estudos sobre as condições sanitárias de Belo Horizonte⁴³⁶ e elaborou projetos de relevância em todo o país, como o Plano de Saneamento de Juiz de Fora em parceria com o engenheiro Saturnino de Brito, em 1920. Na época em que a Comissão Técnica Consultiva foi montada, ele era um dos principais nomes da engenharia e do sanitarismo em Minas Gerais e possuía trânsito fluido na elite política mineira. Neves defendeu abordar a cidade como um organismo, por isso os projetos deveriam ser feitos a partir do tecido urbano como um todo, com especial atenção para as particularidades de cada urbe. Os aspectos sanitários foram centrais nos seus projetos, a cidade moderna deveria ser higiênica, com água potável e esgotos para todos seus habitantes. Seu trabalho foi citado e utilizado como referência para vários engenheiros formados em Minas Gerais. Portanto, sua indicação para coordenar a comissão uniu a competência técnica de Lourenço Baeta Neves, bem como seu prestígio político, referendado por outro “técnico-político”, e, também, sanitarista, Octacílio Negrão de Lima.

Após o anúncio da comissão, Baeta Neves, em declaração ao jornal *Estado de Minas*, afirmou que a sua organização correspondia à necessidade de abordar os múltiplos aspectos e problemas das cidades de forma global. O sanitarista argumentou que a “arte científica do trato racional das aglomerações urbanas” deveria considerar questões

⁴³⁴ PBH, 1936, p.7.

⁴³⁵ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Saneamento Básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos – os serviços de água e esgoto: os sanitaristas e Belo Horizonte - percursos na engenharia sanitária*. Belo Horizonte: FJP, COPASA, 1996, p.22.

FUNDAÇÃO JOAO PINHEIRO. *Saneamento Básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos - os serviços de água e esgoto: A Comissão Construtora e o Saneamento da Nova Capital*. Belo Horizonte: FJP, COPASA, 1996, p. 22.

FJP. *Saneamento básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos - os serviços de água e esgoto: Saneamento e Paisagem Urbana*. Belo Horizonte: FJP, COPASA, 1996.

⁴³⁶ Para citar algumas de suas publicações sobre Belo Horizonte: NEVES, Lourenço Baeta. *Hygiene das cidades: com as leis e regulamentos sobre melhoramentos municipais no Estado de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1912; NEVES, Lourenço Baeta. *Trabalhos de Engenharia Sanitária*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Caderneta n.1, 1912a; NEVES, Lourenço Baeta. *Fornecimento de Materiais e Execução de Obras de Engenharia Sanitária*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Caderneta n.3, 1912b; NEVES, Lourenço Baeta *Abastecimento d'agua e esgotos de Caxambú*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, [s.n.], 1907.

econômicas, sociais, legais e políticas como um “todo uno”. A partir disso, e do conhecimento das limitações e das possibilidades da urbe, era possível construir “programas praticáveis, sem impossibilitar ou dificultar a expansão, que outras condições de vida possam exigir em futuro remoto”.⁴³⁷

A Comissão Técnica Consultiva se assemelhou às comissões de saneamento anteriores pela necessidade de apresentar soluções de caráter emergencial enfrentados por Belo Horizonte na época, uma cidade com problemas administrativos, limitações orçamentárias e problemas urbanos de todos os tipos. Suja, com pilhas de lixo em algumas regiões, córregos poluídos, esgotos a céu aberto, altas taxas de mortalidade infantil⁴³⁸, deficiência de serviços e sem água. Contudo, esta comissão apresentou nuances que as diferem das demais aqui estudadas pós a CCNC. Por contar com membros reconhecidos, presentes em colunas sociais e em jantares políticos, em uma época de massificação da cidade e da imprensa, e pelo anseio crescente da população por melhorias dos serviços urbanos, suas recomendações estamparam matérias de jornais e seus membros foram procurados para entrevistas e declarações.⁴³⁹ O grupo nomeado por Negrão de Lima teve objetivos mais amplos e defendeu no município a necessidade de se realizar planejamento urbano, tema que se tornou mais debatido a partir de então. Defendeu-se planos abrangentes, mas com possibilidade de se adaptar aos novos desafios, que, fatalmente, iriam se impor às administrações futuras. Segundo Botelho, a partir da Comissão e da gestão de Octacílio Negrão de Lima, o planejamento urbano foi elevado a tema essencial, símbolo de progresso e de racionalização.⁴⁴⁰

Após estudos realizados pela Comissão, recomendou-se a realização de obras urgentes, como a abertura de uma avenida sanitária na região do bairro Lagoinha, o término das canalizações dos córregos do Acaba Mundo e do Leitão e a expansão, adaptação e melhoria da rede de esgotos.⁴⁴¹ Entretanto, a maioria das suas proposições não foi desenvolvida e ela serviu como elemento balizador de atos políticos (assim como

⁴³⁷ Estado de Minas, 4 de outubro de 1934, p. 8.

⁴³⁸ Importante ressaltar que a penicilina só entrou em circulação em massa a partir dos anos 1940. Mesmo assim, o acesso era restrito. Os jornais anunciavam a preocupação com as mortes crescentes entre os infantes em Belo Horizonte durante a metropolização do município. Um dos temas recorrentes na mídia belo-horizontina foram os casos da doença na cidade que causou óbitos infantis, principalmente no verão. Sobre as taxas de gastroenterite no Brasil ver: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica número 2: Evolução e Perspectivas da Mortalidade Infantil no Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1999.

⁴³⁹ FM, 15 de junho de 1934, p.8.

⁴⁴⁰ BOTELHO, 2020, p.152-154.

⁴⁴¹ FJP, 1997, p.142.

as outras comissões que a antecederam). Continentino admitiu, na sua conferência em 1937, que o trabalho técnico conveio, às vezes, como um subterfúgio para as decisões políticas, e isso não era diferente com as propostas de planejamento urbano ou com o discurso em prol das obras sanitárias.⁴⁴² Esta constatação do sanitarista é precisa para descrever aspectos da gestão do Prefeito Octacílio Negrão de Lima, nomeado em 1935.⁴⁴³

Ao contrário dos prefeitos anteriores estudados neste capítulo, Negrão de Lima foi meticuloso em seus relatórios, fato que se justifica, também, pela breve existência da Câmara Municipal de Belo Horizonte, que começou a funcionar em 1936, na primeira eleição direta do município, mas foi fechada em 1937, após a ditadura do Estado Novo.⁴⁴⁴ Seus textos deixam transparecer as dificuldades de se adaptar a municipalidade aos novos desafios urbanos. Qualquer proposta de reforma administrativa deveria passar pelos trâmites do governo estadual, assim como orçamentos e aprovações de algumas intervenções.⁴⁴⁵ Entretanto, mesmo com os percalços, Negrão de Lima propôs projetos de modernização administrativa nos quais o planejamento urbano foi tema essencial com priorização para a questão sanitária.

No seu primeiro Relatório, que abrange o período de 1935-1936, Negrão de Lima argumentou que seu Plano de Obras seguiu tríplice orientação: conforto, embelezamento e utilidade imediata bem-estar individual ou coletivo. Assim, as intervenções relativas à estética urbana e ao saneamento, que assegurariam a saúde pública e dilatariam a área útil da cidade, seriam prioritárias para a municipalidade.⁴⁴⁶ Octacílio desenvolveu a retórica de que a capital mineira alcançaria seu efetivo potencial no futuro, portanto a prefeitura deveria se estruturar para esta vocação. Dessa forma, seu objetivo principal seria de “predispor os elementos para ação das administrações futuras, tendo sempre em vista que, cidade adolescente, Belo Horizonte pertence, sobretudo, às gerações vindouras”.⁴⁴⁷ Essa

⁴⁴² Assim como outros sanitaristas aqui estudados, Continentino consolidou sua carreira no interior da dinâmica política na época, soube transitar bem entre as gestões e ofereceu sua referência técnica a todas as gestões de prefeitos com quem trabalhou e, em troca, aumentou seu prestígio. A presença de um sanitarista da envergadura de Continentino como membro de comissões provisórias, ou como consultor e assessor, dava credibilidade às decisões de cada prefeito.

⁴⁴³ BOTELHO, 2020, p.169; FJP, 1997. p.183; VIANNA, 1997, p.107-109.

⁴⁴⁴ ARNAUT, Luiz; SILVA, Regina Helena Alves da. *O Legislativo e a Cidade: domínios de construção do espaço público*. Câmara Municipal de Belo Horizonte, 1998.

⁴⁴⁵ Em 1935, a estrutura organizacional da Prefeitura de Belo Horizonte passou por modificações para se adequar à legislação estadual e municipal. Ver: MINAS GERAIS. *Decreto estadual nº 48, de 4 de maio de 1935*. Autoriza o prefeito de Belo Horizonte a proceder à reforma do regulamento geral da prefeitura. Decreto estadual nº 48, de 4 de maio de 1935. Belo Horizonte, Leis Estaduais, 1935).

⁴⁴⁶ PBH, 1936, p.5.

⁴⁴⁷ Idem.

afirmação não é prosaica, no discurso presente em seu primeiro relatório, Negrão de Lima defendeu que era preciso adotar nova lógica administrativa pautada em políticas que respeitassem planejamentos de médio e longo prazo, com expansão urbana controlada e previsão de adequação e expansão das redes sanitárias (assim como defendeu Continentino).

Para que novos loteamentos não fossem mais abertos sem água e esgotos, a prefeitura condicionou, a partir de 1936, a aprovação de projetos para ligação às redes sanitárias no processo de parcelamento do solo. Os interessados, portanto, submetiam os projetos das canalizações ao município e, após deferimento, a construção era fiscalizada e a certidão de baixa da edificação construída no terreno só era emitida se estivesse de acordo com os padrões sanitários. A nova legislação contribuiu para a abertura de loteamentos com acesso à água e à rede oficial de esgotos, todavia, devido ao número insuficiente de fiscais, a clandestinidade cresceu substancialmente.⁴⁴⁸

Negrão de Lima considerou o abastecimento de água como um dos principais desafios da sua gestão. No relatório do exercício de 1935-1936, o prefeito justificou que várias obras estavam em curso, mas que deveria ser feito um estudo para estimar o crescimento futuro da população belo-horizontina, “considerando que, em menos de quatro decênios, atingiu número superior a 180.000 habitantes”.⁴⁴⁹ A obra de “*maior importância*” de abastecimento, e um dos principais empreendimentos da primeira gestão de Negrão de Lima, seguiu a ideia de expandir a cidade a partir de saneamento e embelezamento urbano. Na região da Pampulha foi construída uma lagoa que deteve o curso das águas do Ribeirão Pampulha, a qual serviria de reservatório de água para a capital. A barragem era um bloco maciço de quase 20 metros de altura, feito de cimento, alvenaria e terra. Ela sustentava o volume de água formando um amplo lago artificial, a Lagoa da Pampulha, inaugurada em 1938. Foi construída com o objetivo principal de reforçar o abastecimento de água de Belo Horizonte, todavia, o projeto de Negrão de Lima também tinha como objetivo, nas suas próprias palavras, “fundar um novo e pitoresco bairro”.⁴⁵⁰

⁴⁴⁸ VIANNA, 1997, p.106.

⁴⁴⁹ PBH, 1936, p.52-54.

⁴⁵⁰ PBH. Sessão de Instalação, reuniões extraordinárias de agosto e setembro; reunião ordinária de setembro, outubro e novembro. In: *Anais da Câmara Municipal de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1936, p.6.

A obra sanitária, considerada por Negrão de Lima como a “de maior importância que empreendemos”, oficialmente não cumpriu a contento com seu objetivo finalístico de matar a sede da população belo-horizontina.⁴⁵¹ Os córregos que alimentavam a barragem já contavam com problemas de poluição nos anos 1930, fato agravado pela péssima situação do sistema de esgotamento sanitário, principalmente longe da região central, e pelo despejo de esgoto *in natura* nos cursos d’água que desaguavam na represa. A situação da rede hidrográfica da capital era preocupante e a prefeitura priorizou a canalização dos córregos com a justificativa de sanear os bairros, embelezar as vias públicas e para melhor fluidez viária, como no caso do córrego Pastinho e a abertura da Avenida Dom Pedro II.⁴⁵²

Os relatórios de Negrão de Lima, técnico respaldado por atuação em trabalhos sanitários de relevância regional, defendem a canalização dos rios como melhoria urbanística e como obras imprescindíveis para o saneamento da cidade.⁴⁵³ Além disso, alguns fundos de canais, como o do córrego Acaba Mundo, foram modificados para diminuir a incidência de enchentes. A partir das canalizações, novos loteamentos foram abertos, assim como novos logradouros foram criados com o objetivo de melhorar a integração da região central da cidade com os novos bairros que se expandiam nas periferias urbanas.⁴⁵⁴

Pela incapacidade do município em realizar o tratamento dos esgotos, a retificação dos córregos fez parte de um pacote que tentou promover “um confortador aspecto de asseio” para a cidade.⁴⁵⁵ Para o cumprimento deste propósito, a prefeitura criou a Inspetoria da Limpeza Pública, com o objetivo de assegurar a higiene das ruas da capital, e intensificou os serviços de arborização, das varreduras, de coleta de lixo, de lavagem dos logradouros e das praças. Entretanto, apesar da importância dada à aparência salutar da cidade, o sistema de esgotamento sanitário continuou com problemas e com a execução

⁴⁵¹ As águas poluídas da Lagoa da Pampulha serviram de fonte para comerciantes ilegais de água em Belo Horizonte, principalmente nos anos 1960, auge da escassez do líquido. Este fato será estudado no capítulo 4.

⁴⁵² PBH, 1936, p.116-125.

⁴⁵³ A defesa das canalizações dos córregos partiu, primordialmente, do ponto de vista sanitário, como supostas alternativas para melhoria da saúde da capital. No entanto os textos demonstram, nas entrelinhas, que outros motivos eram mais relevantes para a priorização desse tipo de intervenção urbana, como a ampliação das políticas de pavimentação e a possibilidade de abrir novos terrenos para a cidade. Sobre este assunto ver: MESQUITA, Yuri. *Jardim de Asfalto: água, meio ambiente, canalização e as políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte, 1948-1973*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

⁴⁵⁴ PBH, 1936, p.116.

⁴⁵⁵ Idem, p.69.

de obras consideravelmente abaixo do que era considerado como essencial. Em dezembro de 1936, foi realizado levantamento das redes oficiais de esgotos que continham a 217.954 metros. No mesmo ano, se implementou 32.384 metros de novas redes, mas era pouco frente à necessidade da cidade. Posteriormente, a municipalidade elaborou um plano de obras que continha a construção de emissários, como o instalado nas margens do ribeirão Arrudas, mas que foi descontinuado na gestão seguinte. A prefeitura executou ainda obras para facilitar o escoamento das águas pluviais, com a implementação de canalizações e sarjetas.⁴⁵⁶

Negrão de Lima, prefeito com extensa atuação como engenheiro sanitário, permaneceu com a prática de recurso à autoridade técnica para privilegiar políticas públicas de maior visibilidade. Apesar disso, sua gestão foi indubitavelmente marcada pela valorização do planejamento amplo, com a realização de diagnósticos e de projetos adaptados à nova realidade de uma cidade em metropolização. Em 1936, por exemplo, a prefeitura iniciou os levantamentos para a criação de uma nova Planta Cadastral de Belo Horizonte que seria utilizada para a elaboração de um plano de reformulação urbana na cidade. Por meio do Plano de Obras Públicas, de 1935, houve a tentativa de adotar novos critérios para o empenho financeiro em obras previamente estabelecidas. Foram publicados ainda, em 1936, o Plano de Pavimentação Urbana e Calçamento e o Plano de Arborização e Ajardinamento das Praças.⁴⁵⁷ Negrão de Lima, assim como alguns estudiosos das questões urbanas do período, caracterizaram o período como o de “racionalização” da prefeitura.⁴⁵⁸

Ao estudarmos os documentos chamados aqui neste trabalho de técnico-políticos e os atos administrativos desde a CCNC, fica evidente que o discurso recorrente de prefeitos que alegaram pautar sua gestão pela maior racionalização do aparelho administrativo é problemático. Todas as decisões administrativas são políticas, mesmo as revestidas de uma aparência estritamente técnica. Os chefes do executivo, como Negrão

⁴⁵⁶ Idem, p. 52-53.

⁴⁵⁷ FJP, 1997.

⁴⁵⁸ PBH. *Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Governador Benedicto Valladares Ribeiro pelo prefeito Octacílio Negrão de Lima e relativo ao período administrativo de 1935-1936*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1936; PBH. [Mensagem à Câmara Municipal em 7 de agosto de 1936. Prefeito de Belo Horizonte Octacílio Negrão de Lima](#). Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1936; PBH. *Relatório sobre a situação econômico-financeira do Município de Belo Horizonte, referente ao exercício de 1936, apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Dr. Octacílio Negrão de Lima. [15 de janeiro de 1937]*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1937.

de Lima, que caracterizaram o período como de racionalização da prefeitura por meio de uma suposta prevalência técnica para a execução orçamentária, não diferiram de outras gestões e mantiveram a priorização de atos que poderiam trazer maior capital político. Nesse sentido, a racionalização estava mais relacionada a uma retórica de Negrão de Lima por saber da importância de revestir suas decisões por meio de critérios técnico-científicos. Não houve racionalização, o prefeito sanitaria tentou criar planos e critérios de empenho de recursos, mas isso não significa que eram mais racionais, ou mais técnicos que os anteriores.

Negrão de Lima criou a Inspetoria de Águas e Esgotos, ato que, para o prefeito, estaria diretamente relacionado ao “bem-estar, conforto e asseio da cidade”.⁴⁵⁹ O órgão seria responsável pela política de saneamento, incluindo a água, e os esgotos, serviços que exigiam “atenção, ação persistente e espírito de sacrifício.” Os documentos oficiais após a criação da Inspetoria reiteram a dificuldade em executar algumas das obras sob responsabilidade do novo órgão, que se tornavam mais dispendiosas que o orçado devido a uma série de questões, como o volume de terra necessário para o aterro das canalizações nas margens do ribeirão Arrudas, ou nos reparos de obras de gestões anteriores que adotaram recorrentemente soluções paliativas e improvisadas.⁴⁶⁰ O dispêndio para as intervenções necessárias era maior que a capacidade financeira da prefeitura, com isso houve o adiamento de obras e o abandono de projetos. Na carestia financeira, os trabalhos de calçamento e de abastecimento de água foram privilegiados, em detrimento das intervenções relacionadas ao esgotamento sanitário.⁴⁶¹

Negrão de Lima a partir de sua carreira como técnico/político, conseguiu projeção que o projetou como prefeito de Belo Horizonte em duas oportunidades e ampliou o espaço de atuação dos especialistas dentro dos aparatos públicos. Durante sua carreira, manteve uma rede de colaboradores com *expertise* em áreas como sanitário e urbanismo. Defendeu o aumento da fiscalização e do rigor para a aprovação de novas edificações, além de advogar por novas políticas para parcelamento do solo, pela melhoria da estrutura administrativa do município e pela racionalização da cobrança dos tributos de serviços prestados pela municipalidade, exemplificado na militância pela instalação de

⁴⁵⁹ PBH, 1936, p.112.

⁴⁶⁰ Idem.

⁴⁶¹ A carestia de dinheiro é reclamação constante de diversos prefeitos da época por meio dos relatórios e discursos oficiais, como José Soares de Matos (1933-1935), indicado em 1933 pelo interventor do Estado Benedito Valadares; Octacílio Negrão de Lima em 1935-36, entre outros.

hidrômetros para o serviço de abastecimento de água. Com o novo sistema de cobrança, pretendia, além de melhorar o fluxo dos cofres municipais, evitar injustiças, pois “muitas fortunas particulares, em Belo Horizonte, fizeram-se à custa das vilas; enriqueceram-se os seus proprietários, criando, para os cofres públicos, problemas de saneamento, conforto, polícia e assistência, que custarão dezenas e dezenas de milhares de contos de réis”.⁴⁶²

Apesar de parte considerável de seus projetos não terem se efetivado, a primeira gestão de Octacílio Negrão de Lima evidenciou mais uma vez a importância do discurso sanitário para as decisões político-administrativas. A cidade precisava ser e parecer salutar, para isso foram privilegiadas obras que conciliaram a ampliação do calçamento e o trato urbanístico dos logradouros: as canalizações. A principal obra de abastecimento de água, a barragem da Pampulha, não cumpriu com sua função primordial, mas foi apresentada no relatório final do prefeito, como marco sanitário da cidade, além de local para a prática de esportes náuticos e para expansão urbana. Esse propósito foi apresentado por meio de uma fotografia que enquadra a lagoa, com a pretensão de mostrar sua beleza estética, cartão postal de um novo bairro “*pitoresco*”, bem como a abundância do novo reservatório de água, tão escassa nas torneiras dos belo-horizontinos. Negrão de Lima foi grande entusiasta do uso da fotografia em seus relatórios. As obras principais foram retratadas nas páginas do documento oficial, bem como as mudanças na fisionomia da cidade em verticalização.

Apesar dos problemas de execução dos planos, a gestão de Negrão de Lima valorizou o planejamento urbano na capital mineira.⁴⁶³ Especialistas ganharam mais importância, entre eles sanitaristas como Lincoln Continentino, que prestou serviços recorrentes para as gestões seguintes da municipalidade. Durante a gestão de José Oswaldo de Araújo (18/04/1938 - 19/10/1940), Continentino foi assessor técnico do prefeito quando se constatou que os reservatórios domiciliares, sistema adotado em Belo Horizonte, apresentavam, em alguns casos, problemas de vedação, o que contribuía para a sua contaminação. Nesse contexto, se iniciou o processo de cloração⁴⁶⁴ das águas de

⁴⁶² PBH, 1936, p.27.

⁴⁶³ Pode-se dizer que, por exemplo, a gestão de Juscelino Kubistchek, por exemplo, não teria o mesmo êxito na ampliação da malha asfáltica da cidade, na criação das avenidas radiais e na elaboração da célebre Planta Cadastral de 1943 se não fosse a sistematização administrativa e os levantamentos e planos encabeçados por Negrão de Lima e Lincoln Continentino.

⁴⁶⁴ Processo que utiliza produtos à base de cloro para tratar a água a ser consumida para eliminar micro-organismos patogênicos.

abastecimento, fato que melhorou a potabilidade do líquido. Na mesma gestão foi publicado o Plano de Urbanismo da Cidade de Belo Horizonte que refletiu e propôs alternativas para a expansão da cidade e dos meios de transporte - com a previsão de novas rotas viárias, ferroviárias e alternativas para o transporte público. O sanitarista enfatizou, no plano de saneamento, a necessidade de grandes intervenções no sistema de esgotamento sanitário, a construção de novas galerias de águas pluviais, o tratamento das águas servidas e propôs alternativas para o reforço de abastecimento de água, que incluía a implantação de novas canalizações, com a previsão do adensamento da região central. O mesmo plano propôs, como medida de saneamento, parques ao longo do ribeirão Arrudas, com o aproveitamento das margens para as cheias naturais e para a instalação de canalizações subterrâneas.⁴⁶⁵

O Plano de Urbanismo padeceu do mesmo destino de outros projetos estudados nesse trabalho. Não foi, em quase nada, efetivado, mas serviu de referência para ações nas gestões seguintes. Na mesma época, foram elaboradas a Planta Cadastral da Cidade de Belo Horizonte e a Planta de Redes de Água e Esgotos Sanitários e Pluviais que aproveitaram da sistematização dos estudos amplos da municipalidade desenvolvidos desde os anos 1930. Sem esse novo referencial, que considerou a cidade em sua totalidade,⁴⁶⁶ bem como as reformas administrativas empreendidas por Negrão de Lima, Juscelino Kubistchek. O prefeito entre 1940 e 1945, não alcançaria êxito na realização das obras da sua gestão.

“Empreendimentos que marcarão época” - O “novo tempo” (de novo), a gestão de Juscelino Kubistchek.

A gestão de Juscelino Kubitschek⁴⁶⁷ (18/04/1940, 30/10/1945), prefeito nomeado pelo Interventor de Minas Gerais Benedito Valadares, apesar de se apresentar como ruptura às gestões anteriores, aproveitou da sistematização oriunda dos trabalhos técnicos dos planos desenvolvidos pela municipalidade nos anos anteriores ao seu mandato. Entre os empreendimentos encabeçados por JK destaca-se a abertura de avenidas radiais para a

⁴⁶⁵ VIANNA, 1997, p.52.

⁴⁶⁶ LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel/FAUUSP/ FUPAM, 1999.

⁴⁶⁷ JK, como era chamado, formado em medicina na Faculdade de Medicina de Minas Gerais em 1927, apoiou o movimento da Aliança Liberal em 1929, apoiando a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa à presidência do Brasil em 1929. Sua gestão é uma exceção do período, pois foi largamente estudado pela historiografia. Por isso vamos nos deter exclusivamente à hipótese central do trabalho para a análise da sua gestão.

ligação da região central às áreas suburbanas e rurais. Esse fato contribuiu para a expansão urbana e a abertura de novos bairros e vilas (aprovadas pela municipalidade ou não), bem como modificou a ocupação dos bairros do entorno do Centro.⁴⁶⁸ No caso da região da Lagoinha, por exemplo, a construção da avenida Pampulha (atual av. Antônio Carlos), um dos principais corredores rodoviários de Belo Horizonte, reforçou a barreira urbana delimitada pelo ribeirão Arrudas e pela linha férrea ali existentes. Esse processo foi o início de uma série de intervenções rodoviaristas no local (que incluiu a canalização do córrego da Lagoinha para a abertura da nova avenida) que dificultou a integração da área, prejudicou a acessibilidade de pedestres e contribuiu para o acirramento dos problemas urbanos e sociais.⁴⁶⁹

A mesma gestão foi importante pela atualização da Planta Cadastral de Belo Horizonte, em 1942, que contribuiu para o planejamento urbano, projetos de expansão da rede de água e esgotos, cobrança de impostos e aprovação de novos loteamentos. As pranchas foram minuciosamente elaboradas a partir dos diagnósticos elaborados nas gestões anteriores atualizados e por meio de voos panorâmicos, com representação dos lotes, das edificações, dos logradouros, da topografia, dos cursos de água, entre outros figura 18. O Relatório de Juscelino, o único que encontramos durante sua gestão, publicado em 1941, destacou o volume de problemas administrativos e responsabilidades da administração pública e indicou necessidade de reestruturação da gestão da municipalidade, e de realização de obras urgentes na rede sanitária.⁴⁷⁰ Segundo o prefeito, obras de saneamento como “canalizações dos cursos de água, melhor distribuição e funcionamento das redes de água e esgotos e a limpeza pública e coleta de lixo domiciliar constituem os fatores que, aliados a boas condições climatéricas, fazem as cidades saudáveis, tornando sadia a vida”.⁴⁷¹ Por se tratar de uma gestão nomeada durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945) e pela inexistência do poder legislativo municipal, JK se preocupou menos na produção de documentos oficiais para prestações de contas de

⁴⁶⁸ Segundo Oliveira, essa mudança também se deu em todos os níveis da regulação urbana, como em legislações para edificações e loteamentos. O Decreto-Lei Municipal nº 84, de 21 de dezembro de 1940 formulou parâmetros com definições de altura dos edifícios condicionados à largura das vias, obrigou as novas construções sobre o alinhamento na área central e a determinou a proporcionalidade entre as áreas de iluminação e ventilação dos vãos de janelas e dos cômodos (OLIVEIRA, 2019, p.155.).

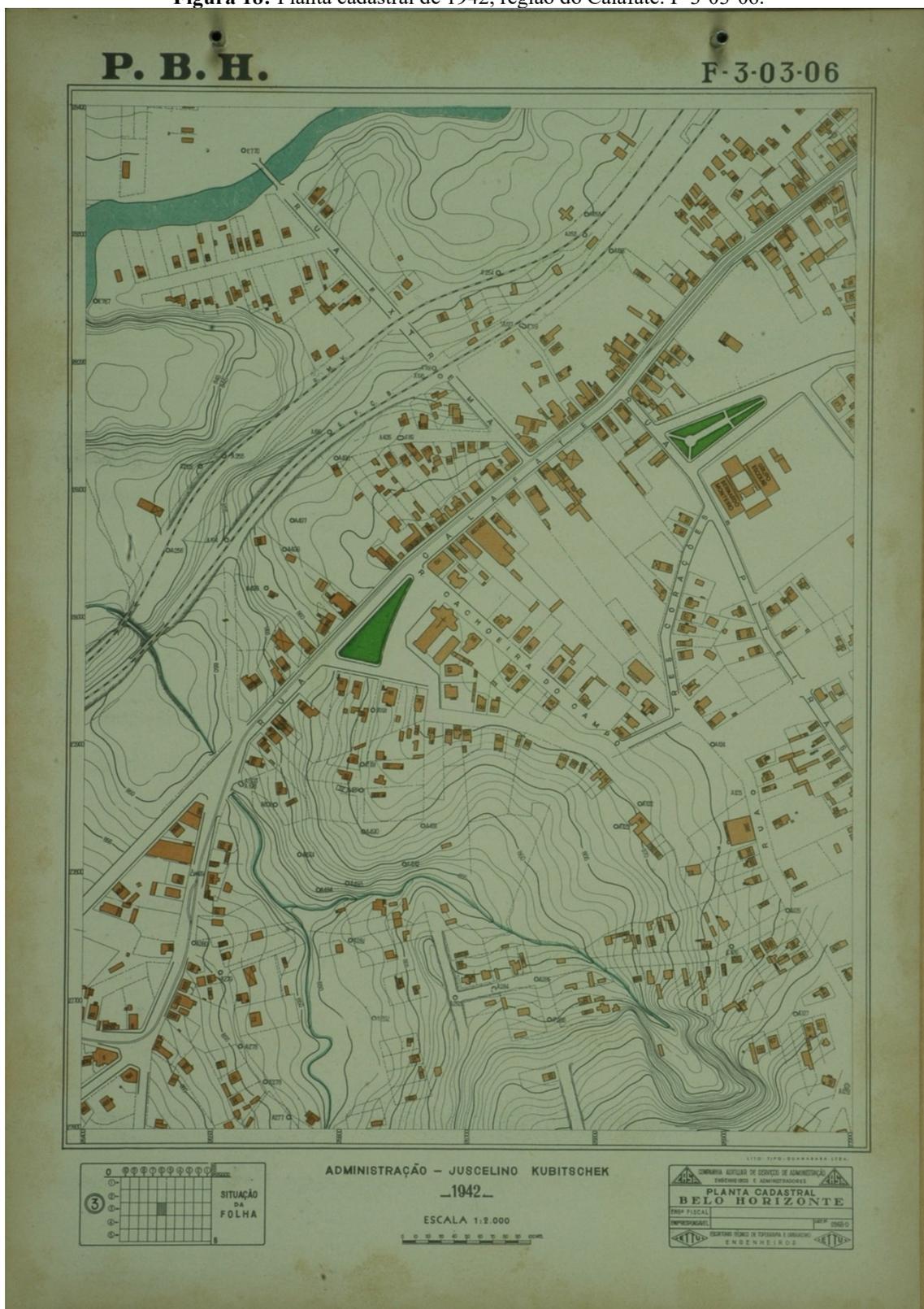
⁴⁶⁹ PBH. *Plano de Qualificação Urbanística Centro Lagoinha – Diagnóstico*. Belo Horizonte: SUPLAN/SMPU, 2021. p.7-9; KAMEL, 2007, p.25-40; PBH. [Relatório do prefeito Juscelino Kubitschek Oliveira para o Governador Benedito Valladares Ribeiro, 1940-1941](#). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1942.

⁴⁷⁰ PBH, 1942, p.55-58.

⁴⁷¹ Idem, p. 62.

circulação administrativa, preferindo promover deliberadamente suas ações por meio da imprensa.

Figura 18: Planta cadastral de 1942, região do Calafate. F-3-03-06.



Fonte: APCBH/Fundo SUREG.

Uma reportagem do periódico *Observador Econômico e Financeiro*, publicado na cidade do Rio de Janeiro, descreveu que Juscelino Kubitschek, em seus primeiros três anos de gestão, concorreu com “a lucidez de sua inteligência, seu amor a Belo Horizonte e seu espírito, bem-informado a respeito de tudo o que diz respeito às iniciativas urbanísticas.” As características do prefeito acentuaram “o surto de progresso da bela cidade, considerada motivo de orgulho dos mineiros.”⁴⁷² A matéria comemorou o aniversário de Belo Horizonte, no dia 12 de dezembro de 1942, quando a população e a imprensa local louvaram o “atual período prefetural dos mais ricos em iniciativas, obras e cometimentos” que asseguraram o “maior progresso da capital”. A reportagem, publicada na sede do poder executivo federal, é um dos exemplos dos vários relatos elogiosos à administração “transformadora” de JK, uma gestão de “recordes”, que teria feito mais que qualquer outra, com a pavimentação sem precedentes de vias públicas, serviços de terraplanagem e a criação de um novo bairro turístico, a Pampulha.⁴⁷³

Na seção “Saneamento e proteção às classes pobres”, a reportagem exaltou a canalização do ribeirão Arrudas, feita “com o maior rigor técnico”, cujo objetivo seria o de remover “um dos percalços do progresso de Belo Horizonte e uma ameaça ao seu estado sanitário”. Além do “saneamento” dos córregos (termo inapropriado, pois tratava-se de um endireitamento de seu curso) seria imprescindível a solução das questões relacionadas ao abastecimento, pois, “ao problema do saneamento se liga sempre o da água”. “Era preciso, para satisfazer as necessidades da população e à higiene da capital, o aumento do fornecimento d’água”, para isso, a prefeitura trabalhou para a captação dos córregos dos Feixos e do Mutuca⁴⁷⁴, obras apresentadas como mérito da gestão iniciada em 1940.⁴⁷⁵ Segundo Vianna, o estudo para as captações do Mutuca e Feixos foi coordenado por Lincoln Continentino e complementado pelo engenheiro Álvaro Andrade, em 1939, que propôs três etapas para as obras iniciadas no mesmo ano, antes

⁴⁷² *OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO*. Rio de Janeiro, 84 ed. p.54-55, jan. 1943. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=123021&pagfis=13276>. Acesso em 23 abr. 2023.

⁴⁷³ *Idem*.

⁴⁷⁴ O prefeito argumentou que as captações abasteceriam a cidade por mais 20 anos, as contas eram exageradas se considerarmos os padrões de crescimento vegetativo da época, o objetivo, talvez, era de se apresentar como um dos responsáveis por dirimir o eterno problema da água no município.

⁴⁷⁵ *OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO*, 1943.

do início da gestão do JK.⁴⁷⁶ Outra ação de Kubistchek apresentada como de saneamento foi a demolição da Pedreira Prado Lopes, uma “espécie de favela”, que foi incorporada à cidade, “em suas ruas regulares”, assim como a região da Barroca, “sem higiene alguma, sem esgoto, sem água”, incondizente com o padrão da cidade sanitária, um atentado “à estética, ao bom gosto, como à higiene”.⁴⁷⁷ Nesses casos específicos, em mais uma oportunidade, o saneamento, que seria vocacional da “cidade planejada”, foi utilizado como pretexto para a remoção compulsória de moradores.⁴⁷⁸

Juscelino lançou mão constantemente da retórica do *novo*, de ser o promotor de uma modernização célere e sem precedentes. O prefeito foi meticuloso em promover a imagem de um pretense progresso urbano a partir de seu trabalho. Isso fica evidente no seu relatório, em discursos publicados e nas matérias (possivelmente pagas) com vastos elogios à sua gestão. No discurso proclamado na efeméride do 46º aniversário de Belo Horizonte, por exemplo, publicado pelo Rotary Clube em 1944, JK ressaltou que seu “espírito de médico que não fugiria um dos aspectos fundamentais da higiene da cidade”, com isso, “os esgotos sanitários” ganharam 23.922,00 metros de canalização.⁴⁷⁹ Apesar da expansão ser apresentada como vultuosa, o acréscimo estava aquém do que foi planejado para, pelo menos, diminuir o déficit da rede oficial. A publicação é ilustrada por fotografias que monumentalizaram as realizações do prefeito. As imagens publicadas no discurso destacaram as novas canalizações, as edificações modernistas em construção na Pampulha,⁴⁸⁰ as aberturas de vias. O asfalto, elemento novo no cenário urbano, era

⁴⁷⁶ VIANNA, 1997, p.48.

⁴⁷⁷ Segundo Oliveira, as favelas, pelo modelo de progresso urbano adotado por JK, deveriam ser suprimidas pelo processo renovador executado pelo poder público. Com isso, nos anos 1940, empreenderam-se projetos de remoção compulsória da pobreza da área central e de bairros próximos. A prefeitura concedia lotes públicos nas áreas periféricas e incentivava a iniciativa privada a formar as chamadas “vilas operárias”. Estes novos bairros eram “*lócus da reprodução dos estigmas de classe e raça no imaginário higienista que prevaleceu na cidade republicana e na remoção de pessoas negras e pobres do centro planejado.*”. Sobre o processo de remoção dos moradores pobres que habitavam na proximidade do Centro da Cidade ver: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues: O “desfavelamento” em Belo Horizonte: política urbana, habitação popular e assistência social no âmbito municipal (1940-1959). *Revista de História Regional* 27(1): 223-253, 2022. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>. Acesso em 23 abr. 2023.

⁴⁷⁸ *OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO*, 1943.

⁴⁷⁹ PBH, 1942, p.14-15.

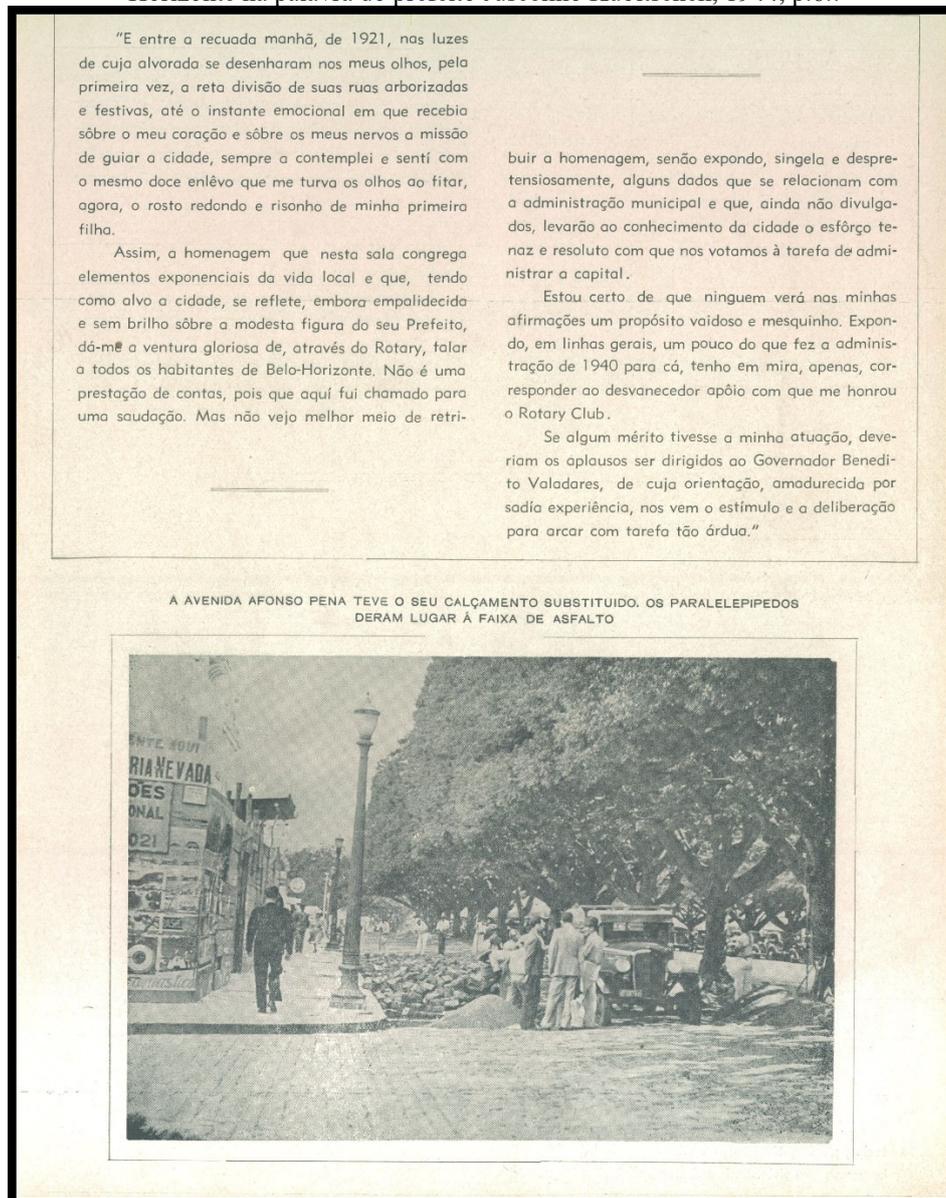
⁴⁸⁰ O Conjunto Moderno da Pampulha representa uma espécie de vitrine para a gestão do prefeito JK. Foi inaugurado, em 1943 e contou com o trabalho do arquiteto Oscar Niemeyer, Roberto Burle Marx, Cândido Portinari e Alfredo Ceschiatti. Sobre o Conjunto, marco da arquitetura dos anos 1940 no mundo, existe uma extensa bibliografia como o próprio dossiê de seu tombamento mundial, aprovado pela UNESCO em 2016, além de vários estudos como: BAHIA, Denise Marques. *A arquitetura política e cultural do tempo histórico na modernização de Belo Horizonte (1940-1945)*. 2011. 179p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011; CARSLADE, Flávio de Lemos. *Pampulha. BH. A Cidade de Cada Um*. Belo Horizonte: Conceito, v.10,

apresentado como política de embelezamento, como na figura 19, que comemorava a substituição dos paralelepípedos da avenida Afonso Pena pela “*faixa de asfalto*”. O formato escolhido foi semelhante a uma das revistas ilustradas em circulação na capital mineira, possivelmente com o objetivo de ser mais atraente para os leitores.⁴⁸¹

2007, p.94; CASTRIOTA, 2006; CAVALCANTI, Lauro. *Moderno e brasileiro: A história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

⁴⁸¹ Segundo Corradi, no Brasil, somente com a reformulação de O Cruzeiro na década de 1940 (seguindo os modelos internacionais), houve um novo formato de editoração de periódicos no país, com a introdução do fotojornalismo por Jean Manzon. A novidade não foi o uso da fotografia pela revista publicada no Rio de Janeiro, mas da forma como essas imagens passaram a ser exibidas aos leitores. As fotos eram organizadas, então, com uma sequência lógica, com cadenciamento e tinham como objetivo contar uma história com início, meio e fim. O discurso de JK foi publicado dessa forma, em tamanho, número de páginas, com propagandas, tudo muito semelhante a uma das revistas ilustradas (CORRADI, Rodrigues, Carla. *Quem detém a mídia, detém o poder? Jornalismo e política nas páginas da revista Alterosa (1962-1964)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013, p.33-34).

Figura 19: Substituição dos paralelepípedos da avenida Afonso Pena pela “faixa de asfalto”. Belo Horizonte na palavra do prefeito Juscelino Kubitschek, 1944, p.6..



Fonte: APCBH/Coleção Relatório de Prefeitos.

Além dos discursos de JK, revistas ilustradas de circulação em Belo Horizonte, como dito, publicaram reportagens sobre sua gestão. A reportagem da *Revista Alterosa*, de outubro de 1945, por exemplo, descreveu a diligência do prefeito em criar um bairro, em “região nobre”, que substituiu “sórdidas cafuas”, por “lindos e moderníssimos palacetes”. O novo conjunto residencial, nas proximidades de Lourdes e Santo

Agostinho⁴⁸², poderia se tornar o “mais aristocrático recanto da cidade”.⁴⁸³ Esta reportagem demonstra mais uma vez uma tentativa do prefeito em remover aglomerações de moradias de baixa renda da região central de Belo Horizonte. No mesmo processo, empreiteiros, donos de lotes e empresários do transporte e do cimento se beneficiaram de contratos vultuosos, enquanto os cidadãos mais pobres eram empurrados para a periferia, longe dos seus trabalhos e em bairros sem qualquer serviço sanitário.

Do ponto de vista sanitário, a gestão de Juscelino, findada em outubro de 1945, pode ser caracterizada pela expansão das redes (com a permanência da priorização da água), a ampliação do serviço dos hidrômetros, mas com a permanência do déficit nos serviços. Além das canalizações recordes, algumas normativas foram aprovadas, como a nova regra geral da colocação de canos de esgotos em “T” em frente aos lotes aprovados com o objetivo de se evitar perfurações da rede a cada nova ligação. Todavia, com a prevalência da informalidade, principalmente nas periferias, nem sempre a norma era cumprida.⁴⁸⁴ Mesmo com as obras, a gestão de JK não foi transformadora nas políticas sanitaristas, não houve mudança sensível no quadro de falta de água e permaneceu a deficiência nos sistemas de esgotos e de limpeza pública. A sua gestão não focalizou as mazelas urbanas que persistiam, a ausência de qualquer aparato legislativo contribuiu para esse fato, portanto a documentação oficial foi lacunar nesse sentido.

A Constituição Federal de 1946, que assegurou os direitos individuais, bem como a liberdade de expressão. Belo Horizonte, capital do estado, finalmente ganhou autonomia administrativa. Esses fatos mudaram completamente o jogo político belo-horizontino. A água ganhou uma nova importância no jogo eleitoral, novidade para cidade, e foi uma das principais demandas dos cidadãos, que passaram a contar com mais meios para manifestar as suas demandas.

Autonomia administrativa e eleições: A segunda gestão de Octacílio Negrão de Lima.

O intervalo democrático de 1945-1964 começou efetivamente em Belo Horizonte a partir de 1947, com a nova Constituição do Estado de Minas Gerais, que concedeu

⁴⁸² Bairros que hodiernamente possuem o metro quadrado mais caro da cidade de Belo Horizonte.

⁴⁸³ Revista Alterosa, n. 66, outubro de 1945, p.112-113.

⁴⁸⁴ VIANNA, 1997, p.106.

autonomia política à sua capital.⁴⁸⁵ O ano marcou a primeira eleição para Prefeito na história da cidade, antes uma escolha dos chefes do executivo estadual. Octacílio Negrão de Lima foi eleito pelo voto direto. No mesmo ano, no dia 08 de dezembro, foi eleita a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Belo Horizonte, o retorno da vivência democrática no Legislativo belo-horizontino desde a efêmera experiência da Câmara Municipal de 1936, extinta pela ditadura de Getúlio Vargas em 1937.⁴⁸⁶

Os gestores desse período se depararam com a necessidade de estruturar a municipalidade, antes vinculada ao governo do estado. Era necessário criar departamentos, estabelecer práticas administrativas, capacitar e aumentar o corpo técnico, estabelecer novas relações com os munícipes e com a Câmara Municipal (que poderia fazer oposição ao executivo), além de deter o poder de aprovar as contas anuais da prefeitura. Com isso, os relatórios voltaram a ser anuais, relativamente menos celebrativos e mais minuciosos nas justificativas das escolhas de cada prefeito. O volume e a normatização de documentos oficiais cresceram, bem como as ferramentas de divulgação utilizadas pela Prefeitura de Belo Horizonte, a qual nos referiremos a partir agora também como PBH.

A necessidade de reformular a administração pública na capital mineira se deu também pelo contexto conturbado, de uma cidade em processo de crescimento acelerado, com todos os serviços urbanos defasados ou inexistentes em algumas regiões. Em relação ao saneamento, prioritário nos discursos oficiais, a situação era progressivamente mais preocupante. O esgoto era deficitário e despejado sem tratamento nos córregos da capital; faltava água e o serviço de limpeza urbana não suportava a demanda, provocando o acúmulo de pilhas de lixo nas calçadas.⁴⁸⁷

As enchentes tornaram-se mais impactantes pela ocupação das margens e maior assoreamento dos córregos, pela impermeabilização do solo e pelo aumento da média de temperaturas da capital.⁴⁸⁸ Com isso, esses eventos sociais passaram a causar mais vítimas

⁴⁸⁵ MINAS GERAIS. Constituição (1947). *Constituição do Estado de Minas (1947)*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1965.

⁴⁸⁶ A primeira Câmara Municipal de Belo Horizonte teve 15 vereadores, resultado de, até então, a única eleição do município. Ver: SILVA, Regina Helena Alves (coord.) et al. *O Legislativo e a Cidade domínios de construção do espaço público*. Belo Horizonte: CMBH, 1998, p.49.

⁴⁸⁷ MESQUITA, 2013, p.40-69.

⁴⁸⁸ ASSIS, Eleonora Sad de: *Impactos da forma urbana na mudança climática: método para previsão do comportamento térmico e melhoria de desempenho do ambiente urbano*. 2000. 273p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

e danos econômicos, sociais e políticos. O trânsito, assim como o transporte público, passou a ser um problema que se agravava a cada ano. A Prefeitura não possuía *know-how*, nem recursos, para a solução dessas questões, fato que foi reconhecido pelos prefeitos do período por meio dos seus relatórios. Enquanto os ricos se mudaram para regiões mais favorecidas da cidade, ou para condomínios fechados nos arredores da capital, os pobres eram empurrados para as áreas sem infraestrutura e distantes dos locais onde trabalhavam.⁴⁸⁹ Com isso, as gestões de Octacílio Negrão de Lima e Américo Renné Gianneti buscaram elaborar projetos que propuseram reimaginar a dinâmica da administração pública para atender às novas demandas da metrópole. Todavia, o planejamento da cidade foi dificultado pelo crescimento populacional do período. Entre 1950 e 1960, Belo Horizonte passou de 352.725, para 693.328 habitantes, quase dobrando de população.⁴⁹⁰

A segunda gestão de Octacílio Negrão de Lima (1948-1951), agora eleito, seguiu algumas características de sua primeira empreitada na PBH, apesar de diferenças fundamentais. O prefeito apontou os contrastes nos seus relatórios, segundo ele os problemas administrativos de então eram “bem mais complexos que os de 1935” e as responsabilidades da administração aumentaram, pois, “as obras de saneamento e os melhoramentos” não devem ser as únicas preocupações do administrador, era preciso “cooperar na solução dos problemas sociais e assistenciais.” A situação financeira do município estava “seriamente comprometida” por encargos que ultrapassam a arrecadação.⁴⁹¹ Assim como na sua primeira gestão, o prefeito montou comissões técnicas para solução de problemas emergenciais (como a falta de água, apresentada como a principal questão a ser enfrentada, bem como a contenção das enchentes) e procurou priorizar políticas de planejamento urbano orientadas por profissionais da área. Imediatamente ao assumir a prefeitura, promoveu a reestruturação dos serviços de limpeza pública, diagnosticado como um dos problemas da capital mineira, com a

⁴⁸⁹ Sobre os condomínios da capital ver: DUARTE, Regina. Horta. “It Does Not Even Seem Like We Are in Brazil:’ Country Clubs and Gated Communities in Belo Horizonte, Brazil, 1951-1964”. *Journal of Latin American Studies*, v. 44, p.435-466, 2012.

⁴⁹⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico: 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, 1950 (Departamento de população); INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico: 1960*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. (Departamento de população).

⁴⁹¹ PBH. *Relatório do exercício de 1949 apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Octacílio Negrão de Lima*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1949, p.3.

reorganização do quadro de pessoal, o incremento da arborização, a compra de novos veículos de limpeza e a incorporação de novas áreas para recolhimento de lixo.⁴⁹²

O prefeito, durante toda sua gestão, queixou-se da excessiva centralização administrativa da PBH que impossibilitaria consolidar a infraestrutura demandada pela crescente população. Com o objetivo de modernizar e descentralizar a administração, bem como solucionar os problemas mais urgentes, Octacílio constituiu uma comissão de técnicos, todos funcionários municipais, para propor nova estrutura organizacional da prefeitura.⁴⁹³ O trabalho final dessa comissão resultou na divisão do município em quatro setores, cada um com uma coordenação específica para a tentativa de melhor execução do orçamento municipal, de cobrança de impostos e tributos, de melhorar a fiscalização e de oferecer serviços de forma descentralizada.⁴⁹⁴ Entretanto, mesmo com as reformas administrativas promovidas, a PBH não possuía orçamento para cumprir com as suas intervenções prioritárias, como as obras de calçamentos dos logradouros e serviços de água e esgoto. A municipalidade reconheceu que seria impossível ampliar os serviços sanitários na mesma medida em que a cidade crescia. Para isso seria preciso obter recursos maiores que a sua arrecadação corrente.⁴⁹⁵

Concomitantemente, a imprensa belo-horizontina passou a noticiar os problemas urbanos mais frequentemente, com tom mais crítico, com a água como a principal demanda, quando a cidade padecia com a falta do “precioso líquido”.⁴⁹⁶ Reclamava-se da insuficiência da rede (que não alcançava todos os pontos da cidade), da qualidade da água e das irregularidades na distribuição nos locais onde havia canalizações. As manobras⁴⁹⁷,

⁴⁹² Idem, p.3-8.

⁴⁹³ O trabalho final dessa comissão foi o estudo das bases da reforma, consubstanciado na Lei Municipal nº 51, de 21 de novembro de 1948, que só entraria em vigor em janeiro de 1949 (PBH, 1949, p.7-11).

⁴⁹⁴ Esse modelo persiste por meio das regionais – A PBH é subdividida em nove administrações regionais, responsáveis por suas respectivas regiões administrativas no município. (Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte Oeste, Pampulha, Venda Nova. Ver anexo 02.

⁴⁹⁵ PBH, 1949, p.3-9.

⁴⁹⁶ A partir do final da década de 1940, principalmente pós democratização, a imprensa belo-horizontina. O formato dos periódicos mudou, ganhando colunas específicas de contato com os leitores, que poderiam reclamar dos problemas cotidianos da cidade e fazer críticas e sugestões aos jornais. O espaço dos cadernos de notícias locais que tratavam do cotidiano da cidade e do estado também aumentou. Até o início da década de 1950, o jornal Diário de Minas, por exemplo, dava maior destaque às notícias internacionais, importadas de agências como a Reuters. Com o passar dos anos, as colunas e as manchetes locais ganharam mais espaço e importância no diário belo-horizontino.

⁴⁹⁷ Como mencionado no capítulo 2, o procedimento consistia em, literalmente, manobrar a água para as regiões com mais escassez do líquido, fechando as torneiras de outros pontos da cidade em determinados períodos do dia. Os servidores municipais responsáveis pelo trabalho receberam a alcunha de manobreadores e ganharam alguma notoriedade no município - assim como, posteriormente, os motoristas dos caminhões pipa - principalmente nos períodos de maior seca, quando eram procurados por moradores em busca de algum privilégio para acesso à água.

reconhecidas como necessárias pela escassez do líquido, eram criticadas pelo seu cronograma e por atingir as áreas consideradas como *nobres*. Em bairros como o Centro, Lourdes e Floresta, por exemplo, os registros eram fechados durante toda a noite, retornando o fornecimento de água somente pela manhã.⁴⁹⁸

Para tentar dirimir o problema de abastecimento, que padecia pela falta de água armazenada e pela rede de distribuição mal dimensionada, planejou-se a construção de novos reservatórios, como os dos córregos da Mutuca e Água Quente. O plano inicial era a construção de um sistema maior no morro do Mendonça, mas ele não foi implantado por falta de recursos. Os técnicos decidiram, portanto, realizar o prolongamento em caráter provisório da tubulação que faria parte do sistema Mendonça até a sua ligação com outra subadutora, do sistema Redondo-Menezes.⁴⁹⁹ Na mesma época, uma decisão administrativa interrompeu outro empreendimento que reforçaria o sistema de distribuição de água: a barragem dos Cristais. Com obras adiantadas, o reservatório foi atingido pela força das águas de uma enchente. O prefeito, portanto, com a justificativa do alto valor dos reparos, decidiu pela suspensão do empreendimento que jamais foi retomado.⁵⁰⁰

Com o aumento da população, a recorrente desculpa dos recursos insuficientes para as obras de saneamento e os consequentes improvisos para conseguir o funcionamento das redes, os cidadãos viviam um ciclo vicioso. A cada nova captação inaugurada, havia um frescor para a sede dos belo-horizontinos. Com o aumento do consumo, porém, a situação piorava ainda mais, causando insatisfações e críticas direcionadas à municipalidade e às suas prioridades. *A Folha de Minas*, de 25 de agosto de 1950, criticou as obras “fantasistas” da Pampulha, que nunca serviriam para o abastecimento e o bairro tinha edifícios modernos e caros, enquanto “a água da cidade chegava em sua saturação”. A captação do córrego do Mutuca causou “uma sensação de desafogo da parte da população. No entanto, breve e fugaz”.⁵⁰¹ Essa inconstância no sistema de distribuição fez crescer entre os técnicos do município a ideia de que era necessária uma “solução definitiva” para a questão da água, todavia, as prospecções para tal empreitada esbarravam no orçamento municipal.⁵⁰²

⁴⁹⁸ FM, 29 de fevereiro de 1948, p.8; FJP, 1997, p.155-159.

⁴⁹⁹ FJP, 1997, p.159; VIANNA, 1997, p.49.

⁵⁰⁰ Idem.

⁵⁰¹ FM, 25 de agosto de 1950, p.10.

⁵⁰² VIANNA, 1997.

Em relação ao serviço de esgotos, a PBH atualizou os planos do sistema, bem como realizou ampliações esporádicas nas redes de esgoto sanitário e de águas pluviais. Nesse processo, o escoamento das águas fluviais ganhou importância devido às “trágicas enchentes”, como a do dia 28 de fevereiro de 1948 quando choveu forte por cerca de uma hora. As maiores enchentes ocorreram nas ruas banhadas pelos córregos do Leitão, do Cardoso, da Serra e do Acaba Mundo, mas outros pontos da cidade também apresentaram inundações e enxurradas. A situação relatada pela imprensa foi de caos completo, com a queda de postes, danos ao pavimento dos logradouros, queda de árvores, ausência de energia e pessoas desabrigadas.⁵⁰³

A tempestade causou comoção na mídia e na população, com críticas dirigidas ao poder público, que exigiram explicações e soluções para o “aspecto desolador” da capital após a tromba d’água.⁵⁰⁴ Pressionado, Negrão de Lima convocou uma entrevista coletiva no primeiro dia de março, quando se compromissou em auxiliar os atingidos pela cheia e responsabilizou gestões anteriores por adiarem as obras de combate às inundações. A entrevista é paradigmática ao demonstrar práticas políticas que se tornariam recorrentes durante o intervalo democrático de 1945-1964. As coletivas realizadas na prefeitura, convocadas pelo gabinete do prefeito, tornaram-se mais comuns e passaram a ser dirigidas ao eleitorado e tiveram tom demagogo em alguns momentos. A prática de culpar gestões anteriores pelos problemas urbanos foi habitual em todo o período estudado, mas, a partir de então, as acusações se tornariam mais explícitas com a tentativa dos administradores de se eximir de responsabilidades em relação aos problemas urbanos da capital.

Apesar das ações de estruturação empreendidas por Negrão de Lima e das promessas de melhoria feitas na coletiva de imprensa, a situação sanitária do município piorou. O acúmulo de lixo nos logradouros, provocado pela insuficiência do sistema de coleta e pelo descumprimento por alguns munícipes da legislação municipal, provocou o crescimento de relatos da proliferação de baratas, escorpiões e ratos. Consequentemente, a incidência de doenças como a leptospirose, causada pela urina desses roedores, cresceu, bem como o número de vítimas de picadas de aracnídeos, que se alimentam de outros insetos. O antigo problema da escassez de água se agravou e a qualidade do líquido era motivo de preocupação por parte dos munícipes. Segundo o Estado de Minas de 7 de dezembro de 1950, o Bairro Carmo e as suas circunvizinhanças apresentavam em suas

⁵⁰³ *EM*, domingo, 29 de fevereiro de 1948, p.4.

⁵⁰⁴ *Idem*; *EM*, terça-feira, 2 de março de 1948, p.12.

torneiras água com aspecto barroso.⁵⁰⁵ O fato, recorrente nos verões belo-horizontinos, era provocado pela contaminação dos reservatórios por águas enlameadas pelas cheias e pela ausência de tratamento eficiente.⁵⁰⁶ Para piorar, o sistema de esgotamento sanitário estava em situação precária, com arrebentamentos de canos reportados nas áreas centrais. Havia ainda a dificuldade em manter o cadastro dos esgotos atualizado, problema constante durante os anos 1940-1960, por isso a municipalidade refez diversas vezes o mapeamento das canalizações. Entretanto, pela insuficiência de orçamento, de pessoal especializado e pela informalidade das novas edificações, rapidamente o cadastro se tornava obsoleto.⁵⁰⁷ Este fato prejudicou o planejamento dos serviços, a cobrança de tributos e contribuiu para o aumento da informalidade.

O esgotamento sanitário, que, deveria ser priorizado segundo o sanitarista Lincoln Continentino,⁵⁰⁸ sofreu tamanha negligência ao longo dos anos que a municipalidade nem sequer conseguia mensurar com precisão o tamanho do problema. Os planos e diagnósticos traçados eram abandonados e, rapidamente, se tornavam obsoletos. A destinação de recursos era incerta, com cortes recorrentes, fato que prejudicou o planejamento técnico e a devida manutenção da rede. Negrão de Lima, prefeito com larga carreira como técnico sanitário, apesar de elevar no discurso o saneamento como prioritário, pouco fez para a melhoria do sistema de esgotos municipais, com exceção das obras de prevenção das enchentes dos córregos, que, por sua vez, também foram ineficientes – haja vista a enchente de 14 de dezembro de 1950, no final do mandato de Octacílio Negrão de Lima, com inundações reportadas em toda a cidade, assim como deslizamentos em áreas de risco geológico, resultando em dois mortos.⁵⁰⁹

O governo de Octacílio Negrão de Lima foi importante para o início do processo de reestruturação administrativa de Belo Horizonte, mas viu-se diante da crescente defasagem entre o sistema de saneamento básico e o crescimento da população. A prefeitura apresentou déficit constante no orçamento, fato que contribuiu para a piora dos serviços urbanos. Era preciso, mais uma vez, realizar um novo e amplo planejamento que servisse para nortear a expansão da cidade. Essa foi a prioridade da gestão seguinte, que

⁵⁰⁵ EM, quinta-feira, 7 dezembro de 1950, p.10; EM, terça-feira, 12 dezembro de 1950, p. 4.

⁵⁰⁶ “Segundo pode-se constatar facilmente, o precioso líquido, que jorra das torneiras em diversas regiões da cidade, é de aspecto duvidoso demonstrando que não houve qualquer tipo de tratamento.” “Água contaminada servida à população” (EM, quinta-feira, 7 dezembro de 1950, p.16.).

⁵⁰⁷ VIANNA, 1997, p.106.

⁵⁰⁸ CONTINENTINO, 1937, p.83-84.

⁵⁰⁹ EM, sexta-feira, 15 dezembro de 1950, p.4-10.

publicou um dos documentos mais completos de planejamento da municipalidade até então realizados.

Plano programa de administração para Belo Horizonte: A gestão de Américo Rennê Giannetti.

O engenheiro Américo Renê Giannetti (1951-1954), engenheiro, político e empresário, venceu a eleição na qual apresentou plataforma crítica aos gestores municipais anteriores pela falha comum em seguir linhas de planejamento em suas ações.⁵¹⁰ O primeiro relatório de Giannetti apresentou uma cidade com situação sanitária desfavorável, com doenças causadas pelas deficiências no sistema de águas e esgotos. A esquistossomose, por exemplo, era uma das enfermidades que mais preocupava por ter incidência “cada dia mais grave”, fato que demandava a “continuação de serviços de saneamento nos locais de maior incidência da moléstia”. Com isso, a PBH determinou que as seções médica e de engenharia sanitária atuassem para controlar a doença.⁵¹¹ Outra preocupação demonstrada no relatório foi o combate ao “escorpionismo”, provocado pelo acúmulo de lixo e entulho, consequências de um serviço de limpeza urbana insuficiente, fato reconhecido pela municipalidade.⁵¹² A situação do abastecimento de água, do esgotamento sanitário, da saúde pública e da fiscalização, bem como de outros serviços, era prejudicada por falhas no planejamento e por insuficiência de recursos.⁵¹³

Além dos graves problemas estruturais do município, os documentos oficiais argumentam que a década de 1950 em Belo Horizonte apresentou novos e maiores desafios em relação ao passado recente, com taxas de crescimento populacional sem precedentes e com a falta de controle da PBH na abertura de novos bairros e vilas, especialmente nas periferias da urbe. Giannetti defendeu que a nova dinâmica da vida urbana, com o legado de problemas estruturais, demandava novas estratégias de planejamento urbano e novos planos de ação que extrapolassem sua gestão. Para isso, o prefeito enviou para a Câmara Municipal de Belo Horizonte, em julho de 1951, o “Plano – Programa para a administração de Belo Horizonte”.⁵¹⁴

⁵¹⁰ PBH. *Plano. Programa de administração para Belo Horizonte. Apresentado pelo Prefeito à Câmara Municipal na sessão ordinária de 22 de junho de 1951.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1951, p.5.

⁵¹¹ Idem, p.212-213.

⁵¹² O escorpião mais comum no sudeste brasileiro é o *Tityus serrulatus*, ou escorpião-amarelo. A espécie causa preocupações e a sua picada pode levar a óbito, especialmente se a vítima for uma criança.

⁵¹³ Idem.

⁵¹⁴ Idem.

Na apresentação do Plano, Giannetti argumentou que “as prementes exigências da vida moderna levaram não apenas os indivíduos, mas também o Estado a lançar mão de novos métodos, capazes de tornar mais eficiente e produtiva a missão do administrador.” O poder público passava por uma “verdadeira revolução” na ação administrativa, que deveria contribuir para a solução dos problemas “criados pelas profundas mudanças operadas na vida coletiva”. As ações administrativas deveriam ser pautadas pela objetividade, a partir de instrumentos de planejamento, que contribuíssem para fomentar iniciativas úteis e que corrigissem os “desajustamentos sociais”.⁵¹⁵ Estas ações precisavam ser adotadas energeticamente, mas não poderiam exceder as “limitações impostas pelos fundamentos jurídicos do regime democrático.” O poder público só seria eficiente, portanto, se obedecesse a planejamentos realizados com o rigor da técnica que possibilitaria, a partir da norma constitucional democrática, resolver os problemas em sua “raiz mais profunda” e de forma perene.⁵¹⁶

Essa nova organização viria em contraposição aos vícios apresentados pelos administradores anteriores que, mesmo “aqueles imbuídos de boa fé”, restringiram suas ações aos seus mandatos efêmeros, com excesso de obras isoladas, que beneficiaram momentaneamente parcelas mínimas da população.⁵¹⁷ Este “individualismo na política” não seria aceitável em nenhum momento, quanto mais no contexto de aumento do fluxo migratório do campo em direção à cidade, assinalado no Plano como um dos principais motivos do agravamento dos problemas urbanos.⁵¹⁸ A situação seria pior em relação ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, com cenário de urgência que necessitava de ação célere, ampla e continuada. No entanto, pela natureza da organização administrativa de Belo Horizonte, a solução dos problemas sanitários, em especial dos sistemas de água e esgotos, seria mais difícil que outras regiões.⁵¹⁹ O Plano ressalta que a situação de outras capitais brasileiras era diferente, pois tinham seus serviços sanitários mantidos por outras esferas administrativas, como o governo estadual e federal.⁵²⁰

⁵¹⁵ Idem, p.9.

⁵¹⁶ Idem, p.5-10.

⁵¹⁷ idem, p.6.

⁵¹⁸ idem, p.16-17.

⁵¹⁹ Idem, p.16-17.

⁵²⁰ O sistema sanitário de São Paulo era controlado pelo estado e no Rio de Janeiro o Governo Federal se encarregava dessa tarefa. Essa comparação é feita no plano de Giannetti para reivindicar uma maior participação do governo do estado de Minas Gerais na solução dos problemas de sua capital, uma vez que a Prefeitura de Belo Horizonte não teria condições para resolvê-los sozinha.

O sistema de água em Belo Horizonte sofria com falhas nas canalizações, distribuições irregulares e áreas sem sequer previsão da chegada do precioso líquido. Com isso, em 1951, o déficit era estimado em vinte milhões de litros por dia.⁵²¹ Em relação aos esgotos, segundo o Plano, a CCNC realizou projeto a partir do sistema unitário, substituído, pelo sistema separador absoluto, decisão essa “muito acertada”. Os canos originais ficaram destinados aos esgotos sanitários com a construção de canalizações separadas para as águas pluviais – como estudado no capítulo anterior. No entanto, a “expansão vertiginosa” de Belo Horizonte, provocou a saturação do sistema, com redes “calculadas segundo critérios razoáveis de aumento da população”, mas que apresentavam déficit de cerca de 230 quilômetros. O problema não foi atacado de forma eficiente por “nenhum administrador municipal” devido à sua complexidade “não só técnica, como financeira”. Com isso, se adotou soluções parciais e paliativas que “nada resolveram”, piorando a situação sanitária da cidade e dos seus córregos, “grandemente poluídos”, com águas que, durante a estiagem, era composta de, basicamente “esgotos”, representando “grande perigo para a saúde pública.”⁵²² Urgia, portanto, a construção de coletores ao longo dos córregos, para impedir sua poluição, ou várias estações de tratamento. A solução era urgente e dependia “de um estudo acurado para que se verifique a melhor solução” do ponto de vista técnico e econômico. Caso medidas urgentes, sérias e permanentes não fossem adotadas, a situação dos esgotos se agravaria “a um tal ponto que medidas drásticas se tornem necessárias, acarretando gastos imprevisíveis”.⁵²³

O Plano Programa condensou as medidas consideradas, pelos técnicos da prefeitura, como imperativas para a solução dos problemas urbanos e para o efetivo planejamento da cidade. A Câmara Municipal realizou debates, com a participação da comunidade em alguns momentos. O legislativo municipal, portanto, assim como a imprensa, contribuiu para a ampliação de debates relacionados ao planejamento urbano e

⁵²¹ A PBH propôs medidas para combater esse quadro, como a criação do Serviço de Perfuração dos Poços Artesianos, a captação do córrego dos Fechos (iniciada em 1951 e concluída em 1953), a execução da segunda fase das obras de captação da represa do Mutuca, a captação do córrego do Gorduras, dentre outras. Com exceção da captação dos Fechos, nenhuma outra obra de captação chegou a ser concretizada. Para melhorar a qualidade da água distribuída, propôs-se a implementação de estações de tratamento e filtragem das águas dos córregos dos Fechos e Mutuca e a construção de novos reservatórios de distribuição de água. O engenheiro sanitário Saturnino de Brito Filho, filho de Saturnino de Brito da CCNC responsável pelos projetos, em seu relatório, relatou a necessidade da atualização da rede de água e de esgotos da capital, inadequada para a nova densidade demográfica e para os edifícios que surgiam no centro da cidade. A construção de novas redes de água e esgotos, obras que se tornariam rotina na cidade, principalmente na década de 1960. Ver: FJP, 1997, p.165; VIANNA, 1997.

⁵²² PBH, 1951, p.54.

⁵²³ Idem, p.75.

ao sanitarismo. Juntamente com o Plano, Giannetti propôs a criação do Serviço do Plano Diretor como condição *sine qua non* para efetivar a continuidade do planejamento urbano.⁵²⁴ A inexistência de tal instrumento, somada às questões práticas e políticas apontadas no Plano, contribuíram para a expansão desordenada da cidade.⁵²⁵

O Plano Programa é uma espécie de símbolo para a análise das políticas sanitárias e de planejamento urbano no período cronológico da pesquisa. Apesar da sistematização técnica sobre os problemas urbanos de Belo Horizonte e do destaque a importância do saneamento para o progresso da cidade, praticamente nada do que foi proposto foi efetivado. Conseqüentemente, problemas antigos se agravaram, como a escassez de água, o sistema de recolhimento de lixo e os esgotos. Durante todo o período cronológico estudado, fica evidente o descompasso entre a sistematização técnica, o discurso político e a prática. No caso belo-horizontino, os problemas administrativos, financeiros, bem como escolhas político-fisiológicas, prejudicaram a execução políticas sanitárias. Este fato era particularmente sentido na capital mineira, onde toda a política pública de abastecimento de água e de esgotamento sanitário era de responsabilidade do município desde a sua fundação. O sanitarismo era um elemento importante no discurso político, justificativa para ações de todos os tipos, como remoções de moradores de áreas centrais, balizador de documentos técnicos sofisticados e elemento central em propostas de planejamento urbano. Todavia, cortes orçamentários, problemas práticos e político-administrativos, além de escolhas políticas, prejudicaram, principalmente, o sistema de esgotos.

A piora dos problemas sanitários resultou em críticas da imprensa ao trabalho de Giannetti frente à municipalidade. Um exemplo é a reportagem do *Diário de Minas* do dia 21 de abril de 1954, que lamentou o “desolador aspecto de Belo Horizonte”. Segundo o artigo, Belo Horizonte aparentava abandono pelo poder público municipal com suas ruas “esburacadas, postes tortos e caídos, lixo por toda a parte e o mataréu crescendo em todos os recantos”. O jornal lamentou a sujeira crescente da cidade “malcheirosa e suja”

⁵²⁴ Lei Municipal Lei nº 232, de 8 de setembro de 1951, instituiu o Serviço do Plano Diretor da cidade que contaria com “*biblioteca especializada, mapoteca, seção de desenho e arquivo próprio*” com a convocação de uma comissão técnica para elaborar o Plano Diretor de Belo Horizonte. (BELO HORIZONTE. *Lei municipal nº 232 de 8 de setembro de 1951*. Cria o serviço do plano diretor e dá outras providências: lei municipal nº 232 de 8 de setembro de 1951. Belo Horizonte: Câmara Municipal de Belo Horizonte, 1951).

⁵²⁵ PBH. [*Relatório de 1953 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Américo René Giannetti*](#). Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953, p.22.

com focos de insetos que pioram a “higiene e a saúde pública”.⁵²⁶ A administração de Giannetti ficou marcada ainda pelo rompimento da barragem da Pampulha em 21 de abril de 1954, quando as águas da lagoa romperam com violência em direção do vale do córrego do Onça. Além da destruição de domicílios, havia o risco de epidemias devido à poluição das águas da Lagoa da Pampulha. Com isso, a PBH promoveu campanhas de vacinação e de acompanhamento sanitário para a população das áreas atingidas.⁵²⁷

Entretanto, a prefeitura continuou a aprimorar sua estrutura administrativa e a capacitar seus quadros, fato que traria benefícios em médio e longo prazo para as ações sanitárias promovidas pela PBH. No ano de 1953, foi recriado Departamento de Águas e Esgotos (DAE), composto pela Divisão de Águas (com duas seções); Divisão de Esgotos; Seção de Estudos e Projetos; Laboratório de Análises e Pesquisas; e Seção de Administração.⁵²⁸ Este novo órgão foi imprescindível para a melhoria do planejamento dos serviços de águas e esgotos e promoveu o crescimento e capacitação do seu corpo técnico. As demandas técnicas eram dirigidas, a partir do DAE, diretamente ao prefeito, sem intermediários, como acontecia anteriormente como na Diretoria de Obras, ou no Departamento de Engenharia. Este fato, além de dar celeridade administrativa para algumas ações, deu maior destaque e importância ao corpo técnico de sanitaristas efetivos da PBH.⁵²⁹

Giannetti faleceu no dia 6 de setembro de 1954, cinco meses antes do término do seu mandato, e foi substituído na prefeitura pelo seu vice, Sebastião de Brito. No relatório de 1955, o prefeito fugaz exaltou o Plano-Programa, por oferecer as “linhas mestras” para todas as outras gestões que viriam a seguir. Todavia, Brito ressaltou as dificuldades da

⁵²⁶ DM, quinta-feira, 21 abril de 1954, p.15.

⁵²⁷ Sobre o rompimento da barragem, ver: “Inventário Sumário do Dossiê da Comissão Especial destinada a apurar as causas sobre o rompimento da Barragem da Pampulha 1936-1956.” (BRA.30000.APCBH//AC.00.00.00-01). O inventário contém a referência de vários documentos sobre o rompimento; GARCIA, Luiz Henrique Assis. “Ruptura e expansão: Pampulha em contrastes (1954 – 1979)”. In: PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo (org.). *Pampulha Múltipla: uma região da cidade na leitura do Museu Histórico Abílio Barreto*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2007; VIANNA, 1997; MESQUITA, Yuri. Repensar Belo Horizonte: metropolização, trânsito, administração pública e saneamento básico, 1948-1954. In: ROSALVA, Loreto López; BARRERA, Laura Caso; FERNÁNDEZ, Mario Aliphát. (org.). *Ciudad, Paisaje y Patrimonio en America Latina*. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, v. 1, p. 145-165, 2016.

⁵²⁸ Foi criado por meio da Lei Municipal nº 333 de 23 de maio de 1953. Não foi o primeiro Departamento de águas e Esgotos da municipalidade. Em novembro de 1947 um departamento de mesmo nome foi criado, mas só funcionou até agosto de 1948. (BELO HORIZONTE. *Lei municipal nº 333 de 8 de maio 1953*. Dispõe sobre a organização administrativa da prefeitura de belo horizonte, e dá outras providências: lei municipal nº 333 de 8 maio de 1953. Belo Horizonte: Leis municipais de Belo Horizonte, 1953).

⁵²⁹ FJP, 1997, p.168; VIANNA, 1997, p.50-57.

prefeitura em executar o planejamento proposto e as obras prementes para a melhoria da qualidade de vida na capital devido “deficiência de recursos deferidos ao erário municipal.” Com isso, “não tem podido o Governo local atender, como necessário se faz, a alguns dos justos reclames da coletividade belo-horizontina”.⁵³⁰

Sebastião de Britto publicou um relatório que se iniciava com tom relativamente otimista, mas que, rapidamente, se tornava melancólico, permeado pelo luto da morte do prefeito Giannetti. Brito, em tom de lamentação, reconheceu a incapacidade do município em realizar o planejamento proposto no Plano-Programa e em atender as demandas básicas de melhoria dos problemas urbanos em Belo Horizonte. O Plano encabeçado por Giannetti foi um instrumento que valorizou o sanitarismo e o planejamento urbano, propôs a adoção de um plano diretor, e modificações nos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, com adoção de estações de tratamento. Entretanto, as intervenções ali propostas não foram implementadas e o Plano Programa (publicado em formato de livro, com papel de qualidade e com projeto gráfico cuidadoso), se tornou mais um material de referência, mas teve sua importância em ampliar a discussão em prol do planejamento urbano e da necessidade da estruturação da municipalidade.

A situação sanitária no cotidiano da cidade a fim do mandato de Giannetti/Brito era, certamente, mais grave que no início de sua gestão. Apesar de propostas técnicas inovadoras, a aplicação prática manteve características de gestões anteriores, tão criticadas pelo falecido prefeito: repleta de improvisos, cortes orçamentários e obras inconclusas. A “cidade sanitária”, em meados da década de 1950, era suja, com seus rios poluídos, com taxas preocupantes de doenças como a gastroenterite e a esquistossomose, com riscos relacionados a insetos (como mosquitos e escorpiões), falta de água e com esgotos insuficientes.

Conclusão

O célere crescimento a partir de 1930 trouxe desafios maiores a uma prefeitura ainda incipiente, sem autonomia e com orçamento insuficiente para responder às urgentes demandas da população. Essa nova realidade urbana, somada a questões do contexto político nacional, trouxe nova valorização ao discurso técnico, com a projeção de

⁵³⁰ PBH. *Prestação de contas do executivo municipal relativa ao exercício de 1954 encaminhada à egrégia Câmara dos Vereadores em fevereiro de 1955*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955, p.3-4.

sanitaristas como Lincoln Continentino, que contribuiu para sistematizações de planejamento urbano e de projetos de saneamento em longo prazo que foram fundamentais para a estruturação da prefeitura.

Os prefeitos nomeados durante esse período, em especial Kubistchek, renovaram discursos sanitaristas para subsidiar projetos modernizadores, que anunciaram um “*novo tempo*”. As avenidas radiais e as novas políticas de calçamento demonstraram que um novo elemento se firmava no cenário urbano, o asfalto, que se tornou o protagonista das políticas urbanísticas em Belo Horizonte (fato que será analisado no próximo capítulo). Esta nova promessa de progresso (aliás, de desenvolvimento, para nos atermos ao vocabulário da época), impactou decisivamente as políticas sanitárias, seja no tamponamento dos córregos para ampliação da malha asfáltica, na execução orçamentária (com os maiores recursos destinados ao asfaltamento e canalização) e com o aumento da impermeabilização do solo, fato que contribuiu para a incidência de enchentes nos verões.

A autonomia administrativa da PBH de 1947, após a redemocratização, contribuiu para maior estabilidade na administração pública e para o aumento e a capacitação do quadro dos servidores. Nesse contexto, a água se tornou instrumento de barganha política ainda mais importante que no período anterior, fato que fez urgir uma solução definitiva para a escassez do líquido, bem como um “autor” para essa solução. Concomitantemente, a partir do momento que a água se tornou uma das principais promessas de obtenção de votos, os esgotos continuaram desprestigiados e entraram em colapso na década de 1960.

Octacílio Negrão de Lima (1948-1951) tentou descentralizar administrativamente o município, criou diretorias com relativa autonomia de ação. Américo Renê Giannetti (1951-1954) elaborou um detalhado Plano-Programa na tentativa de corrigir os problemas da capital e de modernizar a administração da cidade. Todavia, apesar dos esforços, evidencia-se durante as duas gestões uma crescente defasagem entre o sistema de saneamento básico e o crescimento da população, além da piora dos quadros dos serviços urbanos prestados pelo poder público. O lixo não era recolhido com eficiência, a educação precisava de investimentos, a saúde pública enfrentava dificuldades, as condições de trabalho do funcionalismo público não eram as ideais e o orçamento da municipalidade era deficitário. Além disso, o processo de verticalização do centro da cidade passou a ser progressivamente mais visível, o que exigia reformas da rede sanitária e novos sistemas de bombeamento, pois o sistema deficitário não daria conta do novo adensamento. Fotos da época demonstram como as sombras do centro da cidade, que eram das árvores, logo

se tornaram a dos prédios, principalmente na avenida Afonso Pena, o que demonstra a mudança do tecido urbano de Belo Horizonte.⁵³¹ Entretanto, a situação piorou exponencialmente, principalmente na década de 1960, época em que Belo Horizonte teve maior crescimento proporcional do país.⁵³²

O próximo capítulo focará a obra da Adutora do Rio das Velhas, que se iniciou na gestão do Prefeito Celso Mello de Azevedo (1955 – 1959). Essa obra inaugurou uma nova era nas políticas de saneamento básico em Belo Horizonte e demorou quase 20 anos para ficar pronta, a despeito do planejamento inicial ter prometido a conclusão em 1960, ou seja, cinco anos após seu anúncio.⁵³³ A “*solução definitiva*”, que prometia água abundante até o ano de 2000, foi exaustivamente apresentada nos documentos oficiais e na imprensa como a prioridade de todos os prefeitos desde então, mas atrasou devido à falta de recursos e à sua complexidade técnica, explicitada na dificuldade de perfurar o trecho do Túnel do Taquaril que passa por dentro da Serra do Curral.⁵³⁴ A obra foi uma das mais simbólicas e conturbadas da história política da capital mineira, além de ser uma das mais documentadas pelo município e pela imprensa local.

⁵³¹ DUARTE, Regina Horta. “*À sombra dos ficus: cidade e natureza em Belo Horizonte*”. *Ambiente & Sociedade*. Campinas, v. X, n. 2, p.3, jul.-dez. 2007.

⁵³² SOUZA, 2008, p.4-6.

⁵³³ Este prazo foi determinado pelo Presidente Juscelino Kubistchek, a partir daí diversas outras datas foram marcadas.

⁵³⁴ VIANNA, 1997, p.59.

4. Cidade em pó: A Adutora do Rio das Velhas e as políticas públicas de saneamento entre 1955-1973

*We found you hiding, we found you lying
Choking on the dirt and sand
Your former glories and all the stories
Dragged and washed with eager hands
But, whoa, oh, your city lies in dust, my friend⁵³⁵
Cities in Dust, Siouxsie and the Banshees, 1986.*

Siouxsie Sioux cantou sobre o cenário aterrorizante de uma cidade imaginada onde reinava a poeira e o caos, com crianças correndo da poeira e das enxurradas e tentando esconder da destruição, mas sem sucesso. A música possui um ritmo frenético e uma letra instigante que representa a ansiedade de estar desprotegido (por isso o foco nos infantes) em uma urbe que ainda se orgulha das glórias do passado, uma aniquilação na qual fugir da ruína urbana é objetivo ineficaz e inalcançável. A música da banda inglesa Siouxsie and the Banshees usou, sofisticadamente, a destruição de Pompéia, após a erupção vulcânica do monte Vesúvio em 79 da era corrente, para criticar as contradições das grandes cidades do século XX, sua poluição, suas montanhas de lixo acumuladas nas ruas⁵³⁶, a criminalidade e a opressão contra as minorias sociais, alvos prediletos da repressão policial. A canção é de meados dos anos 1980, época que prevaleceram medidas reacionárias que combateram pessoas e não problemas⁵³⁷ e do avanço do neoliberalismo econômico, que reforçou a autonomia da iniciativa privada para mudanças de parâmetros urbanísticos a seu favor. As músicas foram inspirações constantes para a elaboração do texto desta tese e, quando ouvia *Cities in Dust*, foi possível traçar paralelos com o período de maior crise urbana em Belo Horizonte, que será retratado nesse capítulo.

⁵³⁵ Tradução livre: “Te encontramos se escondendo e mentindo, sufocando na sujeira e na areia, suas glórias progressas e todas as histórias, arrastadas e lavadas com mãos ávidas. Sua cidade jaz em pó, meu amigo”.

⁵³⁶ Londres sofreu repetidamente com greves dos lixeiros em resposta a políticas conservadoras do Parlamento Inglês, como em dezembro de 1970, quando a cidade foi coberta por sacos de lixo pela falta de coleta. Ver: BBCNEWSBRASIL: *'Verão do descontentamento': Reino Unido enfrenta greves e boicotes por alta de preços*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62685192>. Acesso em: 30 mar. 2023.

⁵³⁷ Aqui podemos citar a “guerra contra as drogas” de Ronald Reagan, as políticas anti-imigrantistas e hostis às minorias de Reagan e Margaret Thatcher. As políticas urbanas sofreram com questionamentos ao planejamento e com o corte de recursos para práticas assistencialistas e para melhoria de bairros das periferias urbanas. Ver: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

A capital projetada com ideais de salubridade e de modernidade, ainda evocadas pelos administradores municipais, chegou à década de 1950 com prognósticos pessimistas. As enchentes eram cada vez mais destrutivas e com mais vítimas nos verões belo-horizontinos. Após as enxurradas destruírem casas, vidas, canalizações, pavimentos e o mobiliário urbano, sobrava a lama que, com o calor, secava e a poeira subia triunfante. Apesar do grande volume de águas nas enxurradas das chuvas, nas torneiras não havia líquido nem mesmo para beber. Podemos caracterizar a década de 1950 e, principalmente a década de 1960, como período de crises nos serviços urbanos, especialmente os sanitários. A cidade ficou mais suja com o acúmulo do lixo pelas ruas. Os esgotos não suportaram a nova demanda e arrebentavam por toda a cidade (isso se tratando da rede oficial, pois os esgotos irregulares aumentaram exponencialmente nesse período). A mortalidade infantil bateu recordes ano após ano, com o aumento da incidência de doenças como esquistossomose e gastroenterite. A poluição já era preocupante, com a piora da qualidade do ar devido ao aumento do número de automóveis⁵³⁸, da industrialização e do desmatamento nos arredores de Belo Horizonte.⁵³⁹ O asfalto virou protagonista, passou por cima de tudo, inclusive das pessoas e foi um dos principais objetos de demandas dos lobistas da iniciativa privada, tanto os da pavimentação, quanto os do setor imobiliário que foram decisivos na aprovação de vilas sem as mínimas condições sanitárias.

Não havia mais lógica na representação de Belo Horizonte como a “cidade sanitária”, mas o sanitarismo continuou forte, pois, nesse período, o problema da água, já destacado no cenário político belo-horizontino, virou obsessão. Era necessária uma “solução definitiva”, um empreendimento de enorme vulto, uma redenção. Toda a esperança para o fim da seca na capital mineira recaiu sobre a obra mais noticiada e documentada da prefeitura até então: A Adutora do Rio das Velhas, chamada pela prefeitura de “obra do século” e apelidada pelos belo-horizontinos, impacientes com os atrasos sucessivos, como “a obra dos cem anos”.

⁵³⁸ Apesar do número de veículos ser consideravelmente menor que os atuais (2023), na época o combustível, tanto a gasolina, quanto o óleo diesel, eram mais poluentes, com maior nível de chumbo. O consumo de combustível por litro era muito maior, especialmente até 1973. Sobre o assunto ver: WOLFE, J. *Autos and progress: The brazilian search for modernity*. New York: Oxford University Press, 2010.

⁵³⁹ “Sanitarista diz que Belo Horizonte é cidade condenada”. *Diário de Minas*, 3 e 4 de dezembro de 1967, p.21; DUARTE, Regina Horta. “À sombra dos ficus: cidade e natureza em Belo Horizonte”. *Ambiente & Sociedade*. Campinas, v. X, n. 2, p.25-44, jul-dez. 2007; DUARTE, R. H.; OSTOS, N. S. “Entre ipês e eucaliptos”. *Nômades*. Bogotá, n. 22, p.74-85, abril, 2005.

A empreitada sinuosa da Adutora, bem como os discursos em torno do empreendimento são centrais para demonstrarmos como o sanitarismo era um símbolo na capital, seja para exaltar glórias do passado ou como elemento central na justificativa de atos político-administrativos (nem sempre relacionados com políticas sanitárias). Por isso, este empreendimento será o fio condutor deste capítulo. A obra foi resultado de uma comissão técnica (fato recorrente nas políticas sanitárias emergenciais no município); apresentou constante fluxo de processos e decisões técnico/políticas; teve uso eleitoral e de promoção individual e de grupos; foi objeto de intensas discussões na imprensa e na CMBH; contou com investimentos de mecanismos de financiamento estrangeiros (como o Banco Interamericano de BID) e foi a obra da PBH mais documentada até então (com milhares de fotografias, relatórios, ofícios, correspondências, estudos técnicos, orçamentos, entre outros documentos).

O capítulo se encerra com a inauguração da Adutora no ano de 1973. Nesse ano, os serviços de saneamento básico passaram da alçada da prefeitura para o governo do estado, devido à política nacional de saneamento básico empreendida pela Ditadura Militar. Essa transferência foi consequência direta do Plano Nacional de Saneamento PLANASA, instituído em 1971, cujo objetivo era o de planejar, executar e *universalizar* os serviços de saneamento em nível nacional. O Programa fez parte de sistematizações para melhoria da situação sanitária no Brasil durante a década de 1970, quando o saneamento foi defendido como condição *sine qua non* para o desenvolvimento.⁵⁴⁰ Isso fica evidente em ações como a campanha educacional “Povo desenvolvido é povo limpo”, criada em 1972 e protagonizada pelo personagem “Sujismundo”⁵⁴¹, que ficou célebre na época.⁵⁴²

⁵⁴⁰ HELLER, Léo; REZENDE, Sonaly. *O saneamento no Brasil: políticas e interfaces*. Coleção Ingenium Editora UFMG, 2008.

⁵⁴¹ O Sujismundo, criado por Ruy Perotti, foi, inicialmente em 1972, protagonista de quatro desenhos animados de curta duração, levados ao ar em todas as emissoras de TV e exibido antes dos filmes nos cinemas. A campanha fez sucesso e mais animações foram feitas e reprisadas até 1978. Sobre a campanha ver: COLUSSI, Eliane Lucia; BALBINOT, Valmíria Antônia. Propaganda e educação sanitária na década de 1970: “Povo desenvolvido é povo limpo”. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.253-275, dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.7973>. Acesso em: 17 abr. 2023.

⁵⁴² Sobre águas e cidade ver: BOTELHO, Danilo. *Belo Horizonte underground: os sistemas de saneamento e as canalizações dos cursos d'água na nova capital de Minas Gerais*. 2018. 245f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018; GARCIA, Luiz Henrique Assis. Ruptura e expansão: Pampulha em contrastes (1954 – 1979)”. In: PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo (org.). *Pampulha Múltipla: uma região da cidade na leitura do Museu Histórico Abílio Barreto*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2007; TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro. *A Engenharia Das Águas Saneadas: Planejamento, Construção*

A fotografia como documento comprobatório e celebrativo – o fundo ASCOM/APCBH.

Além dos documentos oficiais textuais e de reportagens veiculadas nos periódicos belo-horizontinos, as fotografias, especialmente as produzidas pela PBH, serão essenciais para a análise das políticas sanitárias a partir de meados dos anos 1950. As imagens estão reunidas no Fundo de Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) do APCBH. O acervo é volumoso e possui, aproximadamente, 300.000 negativos. Entre 1950 e 1973 existem alguns elementos que se destacam nas fotografias como: canos (de água e de esgotos), obras de abastecimento de água (em especial a Adutora do Rio das Velhas) e o asfalto. Analisamos cerca de 18.000 fotografias, nas quais tentamos diferenciar as nuances das gestões de cada prefeito. Mesmo se tratando dos mesmos fotógrafos e de poses semelhantes, as fotografias nos contam, nos detalhes, histórias diferentes. Guimarães Rosa nos ensinou que, “ainda que tirados de imediato um após outro, os retratos sempre serão entre si muito diferentes.”⁵⁴³ Isso fica evidente no fundo ASCOM/APCBH, pois cada pequena variação no ângulo das fotografias, ou do elemento que aparece em destaque, nos diz sobre o que a prefeitura, ou o prefeito, procurava demonstrar.

Segundo Mauad, a fotografia, ao longo da história dos periódicos ilustrados, desenvolveu uma linguagem por meio da qual os fatos assumiam historicidade ao mesmo tempo em que eram concebidos a partir das premissas da verdade fotográfica. As fotos como forma de ilustração e, especialmente, como suporte de informações, redefiniram o padrão gráfico dos jornais e revistas desde a década de 1920. Esse elemento, polissêmico, revestido de caráter comprobatório, ofereceu para os periódicos e, até mesmo, para documentos oficiais ilustrados, uma possibilidade de hierarquização dos acontecimentos. Esse recurso pode atribuir dado significado social e, conscientemente, promover determinados fatos em detrimento de outros.⁵⁴⁴ Essa possibilidade foi largamente utilizada pelos prefeitos que orientaram os fotógrafos da Seção de Fotografia e

e Uso do Sistema de Saneamento na Capital Mineira (Belo Horizonte, 1890- 1910). 2022. 469f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

⁵⁴³ “Ainda que tirados de imediato um após outro, os retratos sempre serão entre si muito diferentes. Se nunca atentou nisso, é porque vivemos, de modo incorrigível, distraídos das coisas mais importantes.” ROSA, Guimarães. *Primeiras Estórias: O espelho*. São Paulo, Global Editora, edição de 26 agosto de 2019.

⁵⁴⁴ MAUAD, Ana Maria. Flávio Damm, profissão fotógrafo de imprensa: o fotojornalismo e a escrita da história contemporânea. *História*, São Paulo, v.24, n.2, p.41-78, 2005, p.41 - 47.

Microfilmagem a priorizarem determinados eventos, tipos de obras (como as relacionadas ao abastecimento de água) e ângulos das fotos de gabinete. Na municipalidade havia o objetivo de se utilizar a fotografia como valor comprobatório e para divulgação celebrativa dos atos sob foco.

O setor de fotografia da municipalidade, com fotógrafos que faziam parte do quadro de servidores, foi provavelmente inaugurado durante a gestão do prefeito Américo Rennê Giannetti (1951 – 1954), mas ainda com volume tímido de produção fotográfica. As imagens aumentaram a partir da gestão de Amintas de Barros (1959 – 1962). Segundo fotógrafos que trabalharam na prefeitura nesse período, Amintas exigia que se retratasse os eventos oficiais exaustivamente. Os pedidos eram tão insistentes que frequentemente extrapolavam o estoque de filmes dos fotógrafos. Assim, para evitar repreensões, eles fingiam tirar fotos mesmo quando a máquina já estava vazia.⁵⁴⁵

Portanto, a partir dos anos 1950, os fotógrafos da prefeitura passaram a retratar as obras da cidade, principalmente a construção da Adutora do Rio das Velhas, em especial nas visitas oficiais das chamadas “autoridades públicas”, incluindo os prefeitos, vereadores, deputados, ministros, membros do comando militar e técnicos do governo federal. Entre as fotos destacam-se as poses “por dentro dos canos” tiradas nas visitas oficiais dos administradores públicos e dos engenheiros à obra, como na figura 20. Essas poses pretendem demonstrar a grandiosidade da obra, que a tubulação seria tão majestosa que abrigaria confortavelmente vários membros da administração pública e técnicos de pé, a tubulação serve de moldura, centralizando as poses e as monumentalizando. Os prefeitos, quando compõem as fotografias, aparecem em posição de destaque, por vezes falando e gesticulando, com posturas corporais que indicam indagação e cobrança. Outra pose comum foi a dos engenheiros sanitários da prefeitura conferindo os projetos *in loco*, quando parecem discutir sobre detalhes do empreendimento, como na figura 21, bem como instruir colegas sobre as etapas do trabalho que supostamente seguiam os mais rígidos padrões técnicos.

⁵⁴⁵ SOUZA, Luiz. Entrevista no Programa Cestas da Memória do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. *Entrevista concedida a Yuri Mello Mesquita*. Belo Horizonte, junho de 2012. No caso de Amintas havia intenção eleitoral. Ele fazia questão de aparecer trabalhando para a solução do principal problema de Belo Horizonte, a falta de água. Também queria ser representado como um homem simples e de família. Por isso, foi fotografado em diversas oportunidades ao lado de sua mãe, dona Honorina de Barros, católica devota, importante na construção da imagem pública de seu filho.

Figura 20: Engenheiros do DEMA E no interior da tubulação da Adutora do Rio das Velhas. Da esquerda para a direita: 1º Dalmo Cruz Vianna; 2º Newton dos Santos Vianna; 3º Paládio Barroso de Castro e Silva (de gravata e óculos); 4º Rogério Magalhães Pinto (ao fundo); 5º Thales Lobato dos Santos (em primeiro plano, bigode, braços distendidos ao longo do corpo); 6º Pedro “Papa” (atrás de Lobato, baixo, de bigode e óculos); 9º Mário Andrade Reis (em primeiro plano, de chapéu); 10º Maurício Cardoso Lemos (alto); 11º Israel Coutinho Magalhães Drummond (de boné, mão sobre o joelho).



Fonte: ASCOM/APCBH.

Figura 21: Obras da Adutora do Rio das Velhas. Pedro “papa”, 1º da esquerda para a direita; 2º Paládio (DEMAE); 3º Mário Reis; 4º Rogério Magalhães Pinto; 5º Geraldo Fonseca; 6º Sena Freire; 8º Israel Coutinho Magalhães Drummond; 9º Thales Lobato dos Santos. Década de 1960. Figura identificada no programa “Cestas da Memória” do APCBH.



Fonte: ASCOM/APCBH.

A cobertura fotográfica da municipalidade, durante o período cronológico estudado neste capítulo, acompanhou as obras de esgotamento sanitário em toda cidade. Os logradouros eram fechados por dias, fato que era objeto de críticas por parte da população. As fotos, frequentemente, retrataram áreas com improvisos na rede, canos estourados, despejos irregulares dos dejetos, esgotos a céu aberto e a falta de emissários e tratamento das águas servidas, como na figura 22, com o esgoto das edificações lançando diretamente no córrego. O acervo é rico e volumoso a ponto de ser possível, em alguns casos, acompanhar todas as etapas de algumas obras sanitárias, desde as reuniões de gabinete sobre o financiamento, a intervenção, passando pelas visitas de técnicos nos locais antes e durante a realização das obras, até a inauguração delas, algumas com palanques e celebrações. Assim, as fotografias se apresentam como fontes polissêmicas e a comparação entre as nuances das poses de cada gestão oferece suporte valioso para a análise da administração pública e das políticas sanitárias na capital de Minas.⁵⁴⁶

⁵⁴⁶ Sobre história e fotografia ver: BENJAMIN, Walter. *Little History of Photography. Selected Writings. Volume 2: 1927 – 1934. The Belknap Press of Harvard University Press.* Cambridge, Massachusetts, and London: England, 1999; BURGI, Sérgio. *Introdução à preservação e conservação de acervos fotográficos: técnicas, métodos e materiais.* Rio de Janeiro: INFoto/Funarte, 1985, p.21.; COSTA, Helouise. Da fotografia de imprensa ao fotojornalismo. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.6, n.I-2, p.75-86, jan-dez 1993; KÓSSOY, Boris. *Fotografia e História.* São Paulo: Ática, 1989. (Coleção Princípios, 176); SCHWARTZ, Joan M. *Photographic repetitions: Landscape interpretation and life writing.* October 2007. *Environmental History* 12(4):966-993. Published by Oxford University Press. Disponível em: 10.1093/envhis/12.4.966. Acesso em: 17 julho 2023.

Figura 22: Prefeito Oswaldo Pierucetti visita obras de esgotamento sanitário e observa esgotos residenciais lançados diretamente em córrego em 08 de setembro de 1966. Da esquerda para a direita: 1º Major Boffa; 2º Engenheiro Hélio Carnevalli; 3º Prefeito Oswaldo Pierucetti. “Cestas da Memória” do APCBH.



Fonte: ASCOM/APCBH.

Celso Mello de Azevedo – O início da empreitada da Adutora do Rio das Velhas e a capacitação dos engenheiros sanitários da PBH.

Celso Mello de Azevedo (1955-1959), ao ser eleito prefeito, priorizou a reestruturação da municipalidade e procurou capacitar os servidores, principalmente na área sanitária, considerada como desafio central da gestão. Para tanto, estabeleceu parcerias com universidades e instituições de ensino. Realizou, também, convênio com o *International Cooperation Administration (ICA)*, pelo qual foram enviados engenheiros municipais para os Estados Unidos, onde tiveram contato com teorias urbanísticas e técnicas sanitárias mais recentes e em voga na América do Norte.⁵⁴⁷ A criação, em 1955,

⁵⁴⁷ Vários engenheiros sanitários foram aos Estados Unidos como os engenheiros Newton Vianna e Dalmo Vianna, que relataram suas experiências em entrevista: VIANNA, Newton; VIANNA, Dalmo. Entrevista

do Curso de Especialização em Engenharia Sanitária da Universidade Federal de Minas Gerais foi outro fator que contribuiu para criar um grupo de técnicos especializados no assunto. O projeto foi liderado pelo sanitarista Lincoln Continentino e contou com a ajuda de diversos órgãos, como a Organização das Nações Unidas e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).⁵⁴⁸ Esses engenheiros especializados seriam importantes para planejar e executar as soluções em longo prazo para o saneamento básico de Belo Horizonte, em um momento em que a cidade carecia de praticamente todos os serviços urbanos.

Em meados dos anos 1950 encontramos, por parte da imprensa e de moradores da capital mineira, manifestações pessimistas sobre o futuro da cidade. O aumento populacional de Belo Horizonte, bem como dos problemas urbanos, causou perplexidade aos cidadãos. Se tornou comum idealizar um “passado glorioso” da urbe que teria nascido para ser moderna e sanitária. Essa concepção perpassava em reportagens como a do *Diário de Minas* de janeiro de 1956, que projetou um cenário preocupante para a década seguinte, quando Belo Horizonte atingiria um milhão de habitantes. Segundo o periódico, a capital de Minas, orgulhosa em ser a “cidade jardim”, no lugar do verde viu surgir “trancos de concreto armado” e, quando a população atingisse a marca de um milhão, “os jardins centrais que temos já estarão sacrificados pelo holocausto do progresso”.⁵⁴⁹ A matéria de uma página demonstrou preocupação com o ribeirão Arrudas (que não conseguiria mais limpar a cidade de seus detritos) e propôs a abertura de poços artesianos para solucionar o problema “interminável” da escassez de água.⁵⁵⁰

Azevedo, no seu primeiro relatório, afirmou que o objetivo da sua gestão era de “promover uma estruturação mais racional dos serviços municipais”. Mais uma vez o conceito de racionalização foi utilizado por um prefeito para tentar se diferenciar dos demais. Azevedo se apresentou como um técnico, alheio às politicagens. Essa argumentação não era inédita e é mais um exemplo da necessidade dos administradores

durante o Programa Cestas da Memória do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. *Entrevista concedida a Yuri Mello Mesquita*. Belo Horizonte, 5 jun. 2009.

⁵⁴⁸ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Saneamento básico em Belo Horizonte, trajetória em 100 anos, os serviços de água e esgotos: Os Sanitaristas e Belo Horizonte: Percursos na Engenharia Sanitária*. Belo Horizonte: FJP, 1997. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Saneamento básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos— os serviços de água e esgoto*. Coleção Centenário. Belo Horizonte: SEPLAG, FJP/CEHC, 1997; VIANNA, Newton dos Santos. *Belo Horizonte: seu abastecimento de água e sistema de esgotos 1890 - 1973*. Belo Horizonte, 1997.

⁵⁴⁹ DM, 19 de janeiro de 1956, p.11.

⁵⁵⁰ Idem.

se investirem de uma suposta imparcialidade técnica para justificar seus atos. Na prática, a gestão de Azevedo, apesar das virtudes, continuou a priorizar políticas que trariam maior capital político ao chefe do executivo municipal.

A estruturação proposta por Azevedo se tornou urgente pelos desafios enfrentados pela municipalidade, como o crescimento populacional, (haja vista que entre 1950 e 1960, Belo Horizonte passou de 352.725, para 693.328 habitantes)⁵⁵¹ e as dificuldades financeiras, agravadas pelo número considerável de munícipes que não pagavam seus impostos corretamente.⁵⁵² Entre as reformas administrativas, as novas normativas e políticas de capacitação funcional, a PBH priorizou as políticas de saneamento, bem como a qualificação dos engenheiros sanitaristas. A municipalidade considerava o abastecimento de água como o principal problema do município, que também enfrentava acúmulo de lixo pelas ruas, falhas no sistema de esgotos e alta incidência de doenças.

Os jornais, principalmente nos meses de verão, noticiavam mortes relacionadas a gastroenterite. As vítimas fatais eram, principalmente, crianças moradoras das vilas e favelas da capital, áreas com os maiores problemas de saneamento básico.⁵⁵³ Em dezembro de 1956, a doença foi a maior *causa mortis* infantil da capital, com a média de cinco óbitos diários.⁵⁵⁴ Os documentos oficiais e a imprensa apontaram a ausência de água potável para a higienização de alimentos⁵⁵⁵ e das mãos, bem como a necessidade das famílias mais pobres de obter o líquido em locais contaminados, como os córregos ou

⁵⁵¹ PBH. *Estatísticas e indicadores, indicadores demográficos e socioeconômicos de Belo Horizonte*. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/estatisticas-e-indicadores>. Acesso em 09 maio 2023; SOUZA, Joseane. *A expansão urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte: o caso específico do município de Ribeirão das Neves*. 2008. 194f. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008, f.61.

⁵⁵² PBH. *Relatório Anual de 1956 [Celso Mello de Azevedo]*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956, p.3-5.

⁵⁵³ O Nordeste, durante o período desse capítulo, apresentou taxas consideravelmente maiores de mortalidade infantil. Em 1950, por exemplo, a taxa do Nordeste era de 175,0 (0/00); enquanto no Sudeste foi de 122,0 (0/00). Os jornais tendiam a exagerar a situação de Belo Horizonte por falta de comparação com o restante do país. Fato é que a gastroenterite foi a principal causa de mortalidade infantil em Belo Horizonte nos anos 1960.

⁵⁵⁴ DM, 25 de dezembro de 1956, p.3-4; DM, 05 de dezembro de 1956; DM, 08 de dezembro de 1956.

⁵⁵⁵ Sobre políticas públicas de alimentação, que permeiam outras políticas pouco estudadas em Belo Horizonte, recomendamos o excelente trabalho de Lays de Sousa: SOUZA, Lays, Silva de. *Viver e Comer na Cidade: Políticas públicas para o abastecimento alimentar em Belo Horizonte (século XX.)* Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História. UFMG, 2020.

poços artesanais perfurados fora dos padrões. A ausência de esgotamento sanitário nessas regiões foi outra das causas indicadas para o aumento da moléstia.⁵⁵⁶

Com isso, a prefeitura promoveu ampliação do serviço de limpeza urbana que atingiu a média anual per capita de 68 quilos.⁵⁵⁷ A frota de caminhões foi renovada, bem com os horários da coleta, fato que foi comunicado aos munícipes por meio dos jornais de maior circulação da capital.⁵⁵⁸ Parte dos detritos eram tratados em celas para o aproveitamento posterior em adubo para a política de arborização e manutenção dos parques.⁵⁵⁹ Em relação ao sistema de esgotos, houve instalação de aproximadamente 15.000 metros de canalizações em 1955 e 1956, além de cerca de 4.000 metros de rede para as águas pluviais.⁵⁶⁰ Todavia, os investimentos em esgotamento sanitário eram demasiadamente modestos frente à realidade do município e a importância dada ao tema no discurso oficial.

O prefeito reconheceu a complexidade em gerir uma urbe em expansão enquanto se estruturava o aparato administrativo municipal. No relatório de 1956, Azevedo afirmou que a administração belo-horizontina, assim como outras urbes “em ritmo acelerado de expansão fora e acima do controle dos governos locais, reveste-se de um esquema de dificuldades crescentes.” Este fato acentuaria a defasagem entre a realidade e a capacidade de atendimento pela prefeitura das demandas prementes da cidade. Para remediar essa questão, era necessário investir em políticas em médio e longo prazo de planejamento e capacitação dos servidores municipais.⁵⁶¹ Entretanto, ao fazer escolhas de quais políticas públicas seriam priorizadas no diminuto orçamento, a preferência destinou-se às de maior visibilidade como abastecimento de água e calçamento, com os esgotos relegados ao segundo plano mais uma vez.

A “interminável questão da água” era assunto diário na imprensa belo-horizontina que, publicou cartas de reclamações de munícipes como no caso da rua Bueno Brandão,

⁵⁵⁶ Como ação imediata para tentar conter a doença, a prefeitura criou o Conselho de Profilaxia e Combate à Gastroenterite, com o objetivo de levantar as áreas de maior incidência da moléstia e indicar as medidas necessárias para combatê-la. BELO HORIZONTE. *Decreto-Lei municipal nº 568 de 6 de setembro de 1956*. Altera e amplia dispositivos da lei municipal nº 519, de 29 de novembro de 1955 e dá outras providências. Lei nº 568 de 6 de setembro de 1956. Belo Horizonte. Leis Municipais de Belo Horizonte, 1956.

⁵⁵⁷ Prefeitura de Belo Horizonte, Relatório Anual de 1956, fevereiro de 1957, p.18.

⁵⁵⁸ DM, 19 de janeiro de 1956, p.12

⁵⁵⁹ PBH. Relatório de 1957 apresentado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Celso Mello Azevedo. Fevereiro de 1958. Relatório. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1957, p.67.

⁵⁶⁰ Idem, p.54.

⁵⁶¹ Idem, p.6-10.

onde o jornal *Diário de Minas*, na coluna “o povo reclama”⁵⁶², descreveu a falta de água como “verdadeira tragédia”. Segundo o periódico, o destino dos moradores da região, caso a prefeitura não restabelecesse o fornecimento de água, seria “morrer de sede ou de uma epidemia.”⁵⁶³ Outro exemplo foi a coluna “Olho de Vidro”, de 03 de janeiro de 1956, com o título “Monumento ao afogado desconhecido”, que reclamou das enchentes corriqueiras de Belo Horizonte, onde havia “mais vítimas por afogamentos do que qualquer cidade praiana”. Todavia, qualquer solução a curto prazo parecia inviável, pois a municipalidade enfrentava “problemas muito mais sérios (que as enchentes), como o do próprio abastecimento d’água, dia a dia agravado com o crescimento rápido e incontrolável da população”.⁵⁶⁴

Apesar das críticas publicadas, os jornais da época, como o *Estado de Minas* e o *Diário de Minas*, mantiveram tom elogioso ao prefeito Celso Mello de Azevedo no início de sua gestão, mesmo quando o chefe do executivo lançou mão de medidas impopulares, como o aumento das tarifas de água em janeiro de 1956. A matéria defendeu o aumento como “única solução para o problema”. O primeiro reajuste, após 21 anos, seguia modelos de “outras metrópoles” e contribuiria para dirimir a “notória deficiência” do sistema, com falhas que se acentuaram no decorrer dos anos. Azevedo teria herdado “uma rede de distribuição obsoleta, exigindo completa e ampla reforma”, com o agravante de que os meios disponíveis para qualquer melhoria seriam “irrisórios”. Entretanto, a mesma reportagem realizou cobranças ao poder público, pois nada justificaria a “situação calamitosa que o povo enfrenta”, pois, se o serviço é “imprescindível e vital, cabe à administração resolvê-lo”.⁵⁶⁵

A imprensa e os munícipes descreviam a situação sanitária de Belo Horizonte como “trágica”, “péssima” ou “preocupante”. Entretanto, os problemas da capital mineira não eram anômalos em comparação com a situação nacional. Nos anos 1950, cerca de 1.500 dos 1.900 municípios brasileiros não contavam com abastecimento de água.

⁵⁶² Esta coluna recebia cartas de munícipes e publicava em tom de denúncia com pedidos de providências direcionados ao poder público. Posteriormente, a coluna passou a se chamar “A Cidade Reclama” e se tornou mais frequente. Havia uma seleção editorial das cartas publicadas e, alguns problemas eram expostos pelo próprio jornal. A escassez de água foi assunto recorrente, com várias cartas de munícipes publicadas, como em 20 de fevereiro de 1955, por exemplo, que relatou a dificuldade dos habitantes do bairro Floresta tinham para tomar banho e que não haveria nenhuma capital com “tal calamidade”. DM, 20 de fevereiro de 1955, p.3.

⁵⁶³ DM, 18 de janeiro de 1956, p.11.

⁵⁶⁴ Olho de Vidro, Monumento ao Afogado Desconhecido. DM, 03 de janeiro de 1956.

⁵⁶⁵ DM, 19 de janeiro de 1956, p.6.

Segundo Rezende e Heller, havia discrepância considerável de acesso ao saneamento básico no Brasil, fato que contribuiu para alta prevalência de doenças infecto parasitárias, principalmente na área rural. Nas cidades, os bairros com maior renda per capita possuíam, quase invariavelmente, serviços de água e esgotos substancialmente superiores aos das periferias urbanas.⁵⁶⁶

Alguns aspectos das reclamações sobre os serviços sanitários veiculadas na mídia belo-horizontina nos anos 1950, bem como as respostas dos administradores públicos, demonstram singularidades da capital mineira. É importante reiterar que o abastecimento de água e o esgotamento sanitário em Belo Horizonte, diferentemente de outras capitais, eram de responsabilidade da prefeitura. Este fato tornava as críticas mais diretas: não se reclamava de uma autarquia veiculada ao governo estadual, ou federal. Dirigia-se a crítica diretamente ao prefeito por meio dos jornais, de vereadores ou da imprensa. Outro fator foi a importância do saneamento nas práticas político-administrativas da cidade. Como estudamos neste trabalho, o sanitarismo predominou desde a concepção de Belo Horizonte, e adquiriu uma dimensão simbólica na cidade. O movimento serviu de elemento de ação para a proposição de novos projetos urbanísticos ou, até mesmo, para atos políticos de todos os tipos. Dessa forma, a cidade nascida para ser sanitária não poderia ter esgotos correndo ao céu aberto, alta mortalidade infantil, lixo acumulado pelas ruas e, principalmente, falta de água potável nas torneiras.

Celso Mello De Azevedo alegou priorizar a questão sanitária da cidade. Isso fica evidente em seus relatórios e nas declarações à imprensa. O chefe da municipalidade tentou se diferenciar dos seus antecessores, como alguém que pensava em longo prazo, fora do jogo fisiológico por ser um técnico e que se preocupou em capacitar o corpo técnico da municipalidade.⁵⁶⁷ Apesar do discurso no qual tentou se distanciar do jogo político, Azevedo tinha pretensões eleitorais e precisava de manter popularidade estável, em um momento que passou a sofrer críticas da imprensa e dos cidadãos. Para isso era necessário divulgar suas ações de planejamento e de melhoria urbana em planos de comunicação com destaques para as chamadas “matérias pagas.”

Como tentativa de melhorar a imagem do executivo municipal, bem como para divulgar programas, políticas específicas e melhorias urbanas, a prefeitura, a partir da

⁵⁶⁶ HELLER e REZENDE, 2008; SOUZA, Cesarina Marina Nobre; *et all. Saneamento: promoção da saúde, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

⁵⁶⁷ DM, 02 de fevereiro de 1956, p.8.

autonomia administrativa de 1947, lançou mão com maior frequência das matérias pagas. Essas peças jornalísticas eram publicadas com tom elogioso à administração pública e bancadas pelo tesouro da municipalidade contando, frequentemente, com imagens produzidas pelos fotógrafos da PBH. Geralmente, os textos mantinham a fonte e a diagramação do jornal em que era veiculada e não havia sinalização se o conteúdo era pago, confundindo, portanto, os leitores desatentos. Esse fato é comprovado pelo Acervo Fazendário no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte que reúne as ordens de pagamentos, empenhos e notas fiscais de matérias pagas. Algumas das notas eram acompanhadas de recortes dos jornais para comprovação da veiculação do conteúdo encomendado pelo setor responsável pela comunicação da municipalidade, como no exemplo das imagens 23 e 24, já durante a gestão de Amintas de Barros, um dos prefeitos que mais utilizou dessa estratégia de publicidade e que será estudado na próxima seção do capítulo.⁵⁶⁸

⁵⁶⁸ APCBH. *Fundo Secretaria Da Fazenda*. Acervo fazendário, CC0301011170. Devido aos problemas financeiros da prefeitura (o que fica evidente na análise do acervo fazendário), a fazenda municipal costumou a lançar mão de notas promissórias para tentar honrar os pagamentos aos jornais.

Figura 23: Matéria paga “veiculada no jornal “O Diário” 02 de julho de 1960, p.9.



Fonte: APCBH/Fundo Secretaria da Fazenda.

Figura 24: Nota de pagamento da prefeitura da matéria com empenho em “O Diário” no dia 03 de fevereiro de 1961.

BOA IMPRENSA S. A.		DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE	
O DIÁRIO		NOTA PARCIAL	
RUA GOITACAZES, 78 BELO HORIZONTE		DATA: 2-7-60	Nº 164061
Anúncio: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte			
TÍTULO DO ANÚNCIO	CHS	COL	PAC.
Empossados os membros	142	x	1md
AUTORIZAÇÃO:			IMPORTÂNCIA
REF. 28.400,00	DISCONTO		CR\$ 28.400,00
CORRETAGEM	TAX. ANTICIPADO		
REF. x	EM		
(COMPROVANTE)			
Requisição nº. 3283			
D.C. 3 de fevereiro de 1961			
CR\$ 267.530,00			
317			

Fonte: APCBH/Fundo Secretaria da Fazenda.

Entre as diversas matérias pagas veiculadas nos periódicos mineiros durante a gestão de Azevedo, a página com o título “Um trabalho incessante pelo progresso da cidade” se destaca. O texto, publicado em fevereiro de 1956, celebrou o primeiro ano do prefeito que encontrou a municipalidade com receita de 185 milhões de cruzeiros, mas

com despesas, somente com funcionalismo, de 240 milhões. Portanto, havia “problemas sérios e nenhum recurso financeiro para solucioná-los”. Mesmo assim, a prefeitura investiu na limpeza da cidade, com a reforma dos caminhões e racionalização do sistema de coleta de lixo. Azevedo priorizou o calçamento, com 500 quilômetros de asfaltamento mesmo com recursos parcos, fato que demonstra o protagonismo que esse elemento passou a ter na cidade. O prefeito reconheceu que a água, um dos maiores anseios dos belo-horizontinos, era um dos “problemas sérios” que necessitava de ação premente. Entretanto, sua solução era das mais difíceis, pois, somente o “abastecimento de água bastaria para consumir todo o esforço e recursos de uma administração bem aparelhada”, o que não era o caso de Belo Horizonte, que contava com uma administração “desprovida dos meios adequados”.⁵⁶⁹

Em outra matéria paga, veiculada no Natal de 1956, Azevedo declarou que o “tormentoso setor da água” necessitava de uma solução definitiva, mesmo com os problemas financeiros do município, pois, sem a ação da municipalidade “Belo Horizonte caminhava rapidamente para uma situação desesperadora, com o líquido desaparecendo de todas as torneiras”.⁵⁷⁰ Azevedo assumiu a prefeitura com o abastecimento de água em situação crítica, com um déficit superior a 50 milhões de litros. Devido à situação calamitosa e a demanda dos munícipes, o prefeito se cercou de especialistas e buscou uma solução definitiva dando início ao maior esforço até então empregado para o abastecimento da cidade. Começava a empreitada da Adutora do Rio das Velhas, talvez a obra mais importante do município, em dispêndio e em repercussão entre os munícipes, desde a inauguração de Belo Horizonte em 1897. Quiçá mais importante, na época, que o Conjunto Moderno da Pampulha. A obra perpassou várias gestões e foi fruto de diversos estudos técnicos, de promessas, de financiamentos vultuosos e de barganhas políticas de toda forma, sendo, portanto, menos autoral que a Pampulha. A obra tornou-se esperança concreta da solução de um dos maiores problemas dos quase 60 anos da capital.

A “Obra do século.”

A Adutora do Rio das Velhas prometeu a solução de um dos principais problemas estruturais da cidade desde os seus primeiros anos, a falta d’água, e foi o maior empreendimento do município desde a autonomia administrativa de 1947. Para a sua

⁵⁶⁹ DM, 02 de fevereiro de 1956, p.8.

⁵⁷⁰ DM, 25 de dezembro de 1956, p.3-4.

realização, foi necessário captar financiamento do governo do estado, do governo federal, de bancos mineiros e de órgãos de desenvolvimento nacionais e internacionais. A “obra do século” extrapolou em 15 anos o seu cronograma inicial (com a previsão inicial de 5 anos para sua conclusão) e se tornou um dos assuntos mais debatidos na cidade, com trocas de acusações entre administradores públicos, promessas de inaugurações adiadas, objeto de discussões técnicas e improvisos para tentar antecipar a chegada de, pelo menos, parte da água para a cidade que carecia cada vez mais do “precioso líquido”.⁵⁷¹

Com o aumento da demanda por parte dos cidadãos por melhor fornecimento de água, a prefeitura propôs realizar pesquisa para elaboração de uma “solução definitiva” da falta do líquido, mesmo com a ciência de que a municipalidade não teria condições de assumir inteiramente com os custos da obra. Em janeiro de 1956, Azevedo nomeou a Comissão Especial do Novo Abastecimento com os seguintes membros: o diretor do Departamento de Águas e Esgotos (DAE) Saul Macedo e os professores Álvaro Andrade e Lincoln Continentino, da Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais, e Carvalho Lopes (professor da Escola de Minas da Universidade do Brasil). O grupo tinha como objetivo coordenar os trabalhos para indicar a fonte de suprimento mais adequada para realizar o reforço de abastecimento de água para Belo Horizonte.⁵⁷²

Mais uma vez a prefeitura contou com uma comissão provisória, com técnicos provenientes da PBH e da academia, para dirimir uma crise sanitária. Nesse caso, o objetivo era específico (diferentemente de outras comissões mais abrangentes citadas nesse trabalho), estudar a melhor alternativa, em um prazo determinado, para acabar de vez com o problema de abastecimento de água de Belo Horizonte. Lincoln Continentino, na época um dos principais sanitaristas do país, foi mais uma vez convidado. Além da contribuição técnica, Continentino oferecia legitimidade para os trabalhos da Comissão e contribui para a aumentar a repercussão positiva na imprensa mineira e entre os munícipes.

⁵⁷¹ VIANNA, 1997, p.62; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP) Saneamento Básico em Belo Horizonte: Trajetória em 100 Anos — Os Serviços de Água e Esgoto. Coleção Centenário, FJP, 1997; MESQUITA, Yuri. *Jardim de asfalto: água, meio ambiente, canalização e as políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte, 1948-1973*. 2013. 175f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013, p.87.

⁵⁷² VIANNA, 1997, p.55-67; MESQUITA, 2013, f.86-89; DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO (DNOS). *Abastecimento d'água de Belo Horizonte: Sistema Adutor do Rio das Velhas*. Ministério do Interior, Governo Federal, República Federativa do Brasil. Brasília: 1967, p.4; FJP, 1997, p.160-180.

Desde o princípio, a referida Comissão desaconselhou a captação de mananciais pequenos, pois estes não dariam resultados satisfatórios em médio prazo. Era preciso, portanto, a captação de um rio de porte, que resolvesse o problema imediato de falta d'água e que fosse capaz de atender à cidade em longo prazo, mesmo com a expansão demográfica prevista. Dessa forma, foram estudadas as possibilidades de captação de oito cursos d'água. Após percalços técnicos e logísticos, membros da Comissão pediram mais tempo de análises e que se realizasse estudos de outros mananciais. Entretanto, tempo era algo que a atual gestão da prefeitura não estava predisposta a oferecer, pois, na melhor das hipóteses, a obra seria inaugurada na gestão do prefeito que sucederia a Azevedo. O prefeito precisava de algo concreto para mostrar aos eleitores mineiros. Após pressões, principalmente em cima dos membros da Comissão que eram da municipalidade, se escolheu o rio das Velhas em decisão não consensual.⁵⁷³

Segundo Vianna, que trabalhou como engenheiro sanitário na prefeitura e na obra da Adutora do Rio das Velhas, Saul Macedo, o coordenador da Comissão, não era entusiasta da solução escolhida. Entretanto, o chefe do DAE insistiu na indicação do rio das Velhas nos trabalhos técnicos por ser a que melhor cumpria as determinações da PBH e do Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS.⁵⁷⁴ A Comissão Especial do Novo Abastecimento, após estudos realizados por ela e sugestões técnica apresentadas, foi compelida a referendar uma escolha que não era a melhor de acordo com suas próprias análises, mas era a menos dispendiosa considerando orçamentos preliminares entre as alternativas restantes (como a captação do rio Paraopeba). Lincoln Continentino julgou a escolha como “inadequada”, pois, além da poluição das águas, havia uma série de questões que deveriam ser mais bem analisadas, como a necessidade de se construir um

⁵⁷³ Originalmente, a Comissão achou o Rio das Pedras como escolha mais conveniente. A adutora seria construída a partir de uma barragem da CEMIG que seria desativada. Apesar da distância de 42 quilômetros da capital, o Rio das Pedras apresentava vantagens em comparação com as outras opções. Dentre elas, a maior qualidade da água, a vazão regular e a economia na compra de energia elétrica para a construção da adutora, que seria adquirida na própria usina da barragem. Apesar da vontade da municipalidade, não houve acordo com a CEMIG para o uso da represa. Depois de descartar o Rio das Pedras, o Rio dos Peixes também foi considerado inadequado pela prefeitura, restando o Rio Paraopeba e o Rio das Velhas. Ambos os rios estavam poluídos devido ao crescimento das cidades perto de suas margens e ao desmatamento das matas ciliares. O Rio das Velhas, apesar da contaminação de suas águas, foi o escolhido pela menor distância da capital. Nas palavras de Saul Macedo: “Entre o Rio Paraopeba e o das Velhas, ganha este último pela menor distância, uma vez que a elevação é sensivelmente a mesma e as águas de ambos são poluídas”. A escolha não foi consensual na Comissão e não agradava plenamente nem mesmo os engenheiros da municipalidade. Lincoln Continentino, por sua vez, julgou a captação do Rio das Velhas como inapropriada e difícil devido à poluição do afluente do Rio São Francisco. Sobre o processo da adutora ver: VIANNA, 1997, p.59; FJP 1997, p.161–190. Para detalhes técnicos sobre as escolhas da comissão ver: DNOS, 1967; VIANNA, 1997.

⁵⁷⁴ VIANNA, N.; VIANNA, D. 2009; VIANNA, 1997, p.60.

túnel que atravessaria a Serra do Curral para chegada da água em seu destino. Entretanto, o assunto era o mais urgente para os administradores públicos que pressionaram para uma escolha rápida. Uma obra tão importante de saneamento não poderia partir de uma canetada do prefeito, a melhor opção precisava de ser revestida com o devido respaldo técnico, o que justifica a pressão de membros do governo municipal e federal para que a Comissão definisse com celeridade, entre as opções, o rio da Velhas como o local da captação.

Como estudado no capítulo 2, o discurso técnico-científico ofereceu ao discurso político-administrativo uma hipotética áurea apolítica e, se não impediu, amenizou, possíveis questionamentos relacionados a interesses políticos-fisiológicos no seio das escolhas dos líderes do executivo. A técnica reforçou sua autoridade a partir da capacidade de instrumentalizar as políticas públicas e os especialistas, assim, conseguiram ampliar seu espaço nos aparelhos do Estado. Era um jogo de mão dupla complexo e em constante movimento, em que o discurso técnico teve mais ou menos autonomia ao longo dos anos. A decisão da captação do rio das Velhas, certamente, não era tecnicamente a mais adequada no momento, mas possibilitaria o início das obras em tempo menor em relação às outras escolhas. A obra, para alguns membros da administração pública, teria vantagens orçamentárias pela menor distância, fato questionado pelos engenheiros do DAE e por Continentino, que alegaram que era preciso estudos mais aprofundados. No fim, a partir dos relatórios preliminares da Comissão Especial, o prefeito pressionou por uma decisão rápida e politicamente mais conveniente para sua gestão.

Após a definição pelo rio das Velhas, a prefeitura, por meio do DAE, contratou a elaboração de um projeto para a nova rede de distribuição para comportar o novo volume de água e que contemplava toda extensão do município na época. O novo sistema de canalizações foi alcunhado pela municipalidade de “projeto Cardellini”, em referência ao coordenador do plano Andrea Cardellini, da Hidroeletra Nacional. O estudo de viabilidade técnico financeira considerou os novos planos de canalização e a Adutora do Rio das Velhas, de 14.500 metros, que atravessaria a Serra do Curral em um túnel, chamado de Túnel do Taquaril, que teria 350 metros de comprimento (este túnel se tornaria um desafio técnico, financeiro e logístico). O projeto previa, além da construção de novas estações de tratamento, a reforma das já existentes, como a estação do Carangola. Com isso, o custo inicial foi estimado em, aproximadamente, 13 milhões e

250 mil dólares (se aplicarmos a inflação⁵⁷⁵ do período, o valor dessa obra em 2023 seria de, aproximadamente, 148 milhões de dólares).⁵⁷⁶ Segundo o relatório anual de 1956, a receita foi de 452.560.000,00 de cruzeiros (US\$ 6.909.312)⁵⁷⁷ e a execução orçamentária de 563.429.426,90 (US\$ 8.601.975,98). Ou seja, a municipalidade era deficitária e somente o orçamento inicial da obra da Adutora extrapolava (em mais de 6 milhões de dólares) a receita anual do município.⁵⁷⁸

O orçamento, portanto, estava além da capacidade financeira da PBH, que pretendia manter o protagonismo na execução da obra. A primeira alternativa foi a busca de financiamentos externos. O Governo Federal, por meio do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), intermediou o primeiro empréstimo para execução de projetos para o início do empreendimento.⁵⁷⁹ O DNOS foi criado em 1940, época de intensificação da centralização das políticas sanitárias e de autonomização dos órgãos da área. O órgão foi criado com o intuito de orientar, estudar, projetar, contratar, fiscalizar e instituir os empreendimentos e assuntos relacionados às obras de saneamento e de defesa contra inundações. Assim como as comissões de saneamento, o DNOS, aprioristicamente, atuou em políticas emergenciais, como a falta de água em Belo Horizonte. A partir de 1962, quando se tornou uma autarquia, o DNOS passou a ter atuação maior e mais autônoma no planejamento sanitário a nível nacional.⁵⁸⁰

Com o projeto executivo finalizado, havia, finalmente, uma previsão concreta para o final do martírio da falta de água em Belo Horizonte, fato que aumentou a disputa política em torno do protagonismo da obra. Celso Mello de Azevedo, político da UDN (União Democrática Nacional) tentou adquirir a barragem do rio das Pedras para o município. Mas os esforços esbarraram na CEMIG, empresa do Governo de Minas Gerais, na época dirigido por Clóvis Salgado, do PSD (Partido Social Democrático). É possível fazer ilações que motivos políticos pesaram na negativa, pois, posteriormente, por meio do Governador Bias Fortes e do Presidente Juscelino Kubistchek, ambos do

⁵⁷⁵ A inflação é aplicada automaticamente por meio do site *inflationtool*. INFLATIONTOOL. *Inflation calculator - US Dollar*. Disponível em: <https://www.inflationtool.com/us-dollar>. Acesso em 11 abr. 2023.

⁵⁷⁶ CARDELLINI, Andrea. *Anteprojeto do Sistema Distribuidor de Água de Belo Horizonte: Memoria técnico, orçamento, especificações e peças gráficas*. Belo Horizonte: DEMA/E/Hidroeletra Nacional, 1961.

⁵⁷⁷ Um dólar valia 65,50 cruzeiros no câmbio de 1956. Correio da Manhã, 6 de dezembro de 1956, segundo caderno, p.5.

⁵⁷⁸ PBH, 1957, p.115.

⁵⁷⁹ O *Export-Import Bank of the United States (Eximbank)* um banco estatal norte-americano, concedeu o primeiro financiamento à PBH. Posteriormente, a prefeitura obteve vários empréstimos de organismos internacionais, principalmente durante a Ditadura Militar. DNOS, 1967, p.4-10; VIANNA, 1997, p.60.

⁵⁸⁰ HELLER e REZENDE, 2008, p.206.

PSD, houve a tentativa de que o Governo Federal, por meio do DNOS, assumisse todo o protagonismo da obra. A PBH, sem capacidade orçamentária, pretendia obter financiamentos para execução direta dos trabalhos. Nesse caso, a união atuaria como financiadora e intermediadora de empréstimos. Entretanto, JK anunciou que o empreendimento, por sua importância, seria totalmente financiado pelo Governo Federal e seria inaugurado em 1960, ainda na sua gestão. Juscelino fez essa declaração na solenidade de reinauguração da Barragem da Pampulha e do asfaltamento da avenida Antônio Carlos, em janeiro de 1958, quando o presidente afirmou que voltaria à capital mineira, ainda durante seu mandato, para inaugurar o “*novo serviço de abastecimento d’água*”, o sistema da Adutora do Rio das Velhas, que supriria com folga a demanda da capital até o momento em que ela atingisse dois milhões de habitantes. Juscelino sabia que (além da importância concreta da obra que tinha a potencialidade de resolver o que era considerado o maior problema de Belo Horizonte), a água era um dos principais instrumentos de barganha política na capital mineira e pretendia colher os louros do empreendimento para uso eleitoral. Com isso, o DNOS seria o responsável pela execução da obra em parceria com a PBH.⁵⁸¹

Azevedo, ao perder o controle central da Adutora do Rio das Velhas, se apressou em concluir outros trabalhos de abastecimento de água, já previstos, pois o problema precisava de soluções imediatas e ele tinha pouco tempo restante de mandato para aumentar seu capital político por meio de uma das maiores demandas dos cidadãos. A prefeitura, portanto, por meio do DAE, concluiu a construção dos reservatórios do Carapuça, do Cruzeiro, da Concórdia, em 1956.⁵⁸² Outra represa de maior vulto foi a do Morro Redondo, inaugurado em 1958, alimentado pelas águas captadas nos rios dos Fechos e do Mutuca.⁵⁸³ Este último fez parte de ampla divulgação pelo município, que fotografou a obra e publicou as imagens, como, por exemplo, a figura 25, que demonstra o prefeito presente na instalação das novas canalizações de água. Esta foto faz parte de uma série de imagens que demonstram as etapas dos trabalhos, as transformações no meio físico e as canalizações em concreto (algumas instaladas em túneis). Nesse caso, o prefeito se faz presente ao centro, com a tentativa de mostrar empenho pessoal para

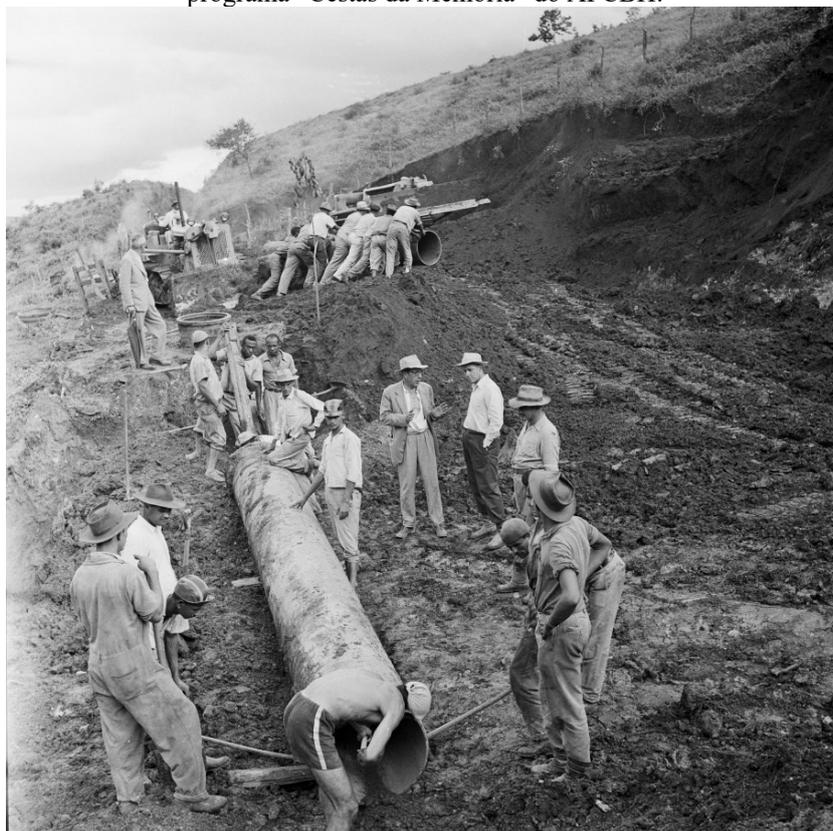
⁵⁸¹ VIANNA, 1997, p.58-70; FJP, 1997, p.172; VIANNA, Newton; VIANNA, Dalmo, 2009.

⁵⁸² PBH, 1956, p.53-55.

⁵⁸³ O reservatório do Morro Redondo foi inaugurado antes da sua estação de tratamento, todas as etapas dessa obra podem ser acompanhadas nos relatórios da gestão de Celso Mello de Azevedo e Amintas de Barros, entre 1954 e 1961, e nas fotografias do Fundo de Assessoria de Comunicação do Município, ambos disponíveis no APCBH.

dirimir a falta de água no município. Se pretendia demonstrar que a administração, apesar das dificuldades e da permanência do déficit no abastecimento, trabalhava incansavelmente para a solução do problema.

Figura 25: Adutora em reparo. Ao fundo e à esquerda: Saul Macedo (de cabelo branco, segurando guarda-chuva). Ao centro, da direita para a esquerda: 2º Prefeito Celso Mello de Azevedo (blusa clara, chapéu e mãos no bolso); 3º Oscar Ricardo Pereira (Capitinga) (blazer cinza e chapéu). Imagem identificada no programa “Cestas da Memória” do APCBH.



Fonte: ASCOM/APCBH.

Além dos reservatórios, a prefeitura ampliou a construção de poços artesianos, todos inaugurados diretamente por Azevedo em solenidades com a presença de vereadores, políticos de todas as partes do estado, engenheiros sanitários do DAE, membros da igreja católica, entre outros convidados. Os eventos contavam com a presença da imprensa e foram cobertos pelos fotógrafos da municipalidade. A figura 26 traz o prefeito em primeiro plano, descerrando a faixa do novo poço artesiano da cidade, numa clara tentativa de se apontar como o responsável por diminuir o problema da falta de água. As poses com prefeitos em destaque descerrando faixas de poços artesianos, abrindo registros de reservatórios e apresentando caminhões pipa, tornaram-se cada vez mais constantes. Azevedo, nos documentos oficiais e nas matérias pagas, se apresentou como o idealizador da “solução definitiva” e como o prefeito que se preocupou em

entregar novas captações e poços artesianos para diminuir a escassez do “precioso líquido” enquanto as águas do rio das Velhas não chegavam.

Figura 26: Inauguração de poço artesiano no Progresso Setembro de 1958. Figura identificada no programa “Cestas da Memória” do APCBH.



Fonte: ASCOM/APCBH.

Celso Mello de Azevedo propôs estruturar a prefeitura e capacitar o corpo técnico. Incentivou o planejamento em médio e longo prazo, como na iniciativa da Adutora do rio das Velhas, sua principal bandeira para resolver o problema do “tormentoso setor da água”, inaugurou poços artesianos e novos reservatórios, reestruturou o sistema de limpeza urbana e encomendou estudos para a publicação de um Plano Diretor para Belo Horizonte.⁵⁸⁴ Todavia, Azevedo pouco investiu no sistema de esgotamento sanitário, que

⁵⁸⁴ Azevedo, em agosto de 1958, no último ano de seu mandato, contratou a Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) para estudar a estrutura urbana de Belo Horizonte e para elaborar um Plano Diretor para o município. A SAGMACS, em seu relatório do estudo, apresentou uma Belo Horizonte em processo de metropolização, que levava ao crescimento de suas cidades vizinhas e à atração de migrantes do interior do estado. O estudo apresentou as deficiências dos serviços urbanos, água, esgoto, habitação, assistência médica e destacou a precária situação de metade da população belo-horizontina, que vivia em vilas, ou em mendicância nas ruas, em condições consideradas subumanas. Sobre o Plano da SAGMACS ver: LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel/FAUSP/FUPAM, 1999; OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. A SAGMACS no Brasil e o planejamento urbano em Belo Horizonte (1958-1962). *História e Cultura*, v. 4 n. 1 (2015): Dossiê História e Relações Internacionais. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1296>. Acesso em 09 jun. 2023.

permaneceu sem alcançar boa parte dos domicílios. Azevedo deliberadamente elencou a água como principal política da sua gestão e, numa prefeitura deficitária, preferiu investir em uma demanda manifesta da população belo-horizontina e que traria maior capital político.

Azevedo tentou se promover por meio da água, pois, além de se apresentar como quem iniciou a “solução definitiva” para o abastecimento, realizou obras que aumentaram a capacidade de abastecimento e fez questão de divulgar amplamente e de formas inéditas da história administrativa do município cada uma das suas ações. Entretanto, a permanência da escassez do líquido e a apropriação por parte do Governo Federal do controle da Adutora, em sua fase inicial, impactaram na popularidade de Azevedo, que terminou sua gestão com baixa aprovação popular, fato que refletiu nas eleições municipais de 1958.⁵⁸⁵

A questão da água dominou os debates e as propostas dos candidatos a prefeito de Belo Horizonte que, por sua vez, tentaram se afastar do chefe do executivo em final de mandato. O candidato da situação, Renato Falci, concentrou esforços e propagandas em jornais com o objetivo de se distanciar de Azevedo que, a pedido da coligação de Falci, se declarou neutro em sua sucessão. No final do pleito, Amintas de Barros foi o vencedor com uma plataforma focada nos problemas urbanos, principalmente de bairros periféricos.⁵⁸⁶ Havia a convicção, entre os candidatos, que o eleito inauguraria a Adutora do Rio das Velhas, terminando assim com o suplício da população belo-horizontina pela falta de água. Com o otimismo eleitoreiro sobre a conclusão da “obra do século”, O jornal *Diário de Minas*, em outubro de 1958, entrevistou Lincoln Continentino sobre o empreendimento da Adutora. O sanitarista criticou o projeto, pois, segundo ele, não foi a melhor escolha para resolver a questão do abastecimento da cidade e ainda o rio das Velhas era “bastante poluído” pela atividade industrial, urbanização descontrolada e desmatamento das suas matas ciliares. Continentino questionou o otimismo dos prefeitos e do presidente da República, pois, mesmo se a captação fosse finalizada até 1960, era necessária a atualização da canalização existente e a ampliação da rede para os novos bairros.⁵⁸⁷ A ansiedade pela chegada das águas do rio das Velhas era grande, portanto, os

⁵⁸⁵ DM, 01 de outubro de 1958, p.8-14.

⁵⁸⁶ Candidato pela terceira vez, Amintas se aproveitou da baixa popularidade de Azevedo para atacar o seu oponente com o slogan: “Renato Falci é o candidato de Celso Azevedo”. DM, quarta feira, 1 outubro de 1958, p.8-14.

⁵⁸⁷ Rio das Velhas não foi a melhor solução para o problema do abastecimento de Belo Horizonte. Entrevista de Lincoln Continentino ao jornal *Diário de Minas* (DM, 07 de outubro de 1958).

jornais veicularam várias matérias sobre tema desde seu anúncio que ressoaram o intenso debate técnico-político que havia em torno da obra, bem como as disputas pelo protagonismo da solução do abastecimento de água em Belo Horizonte.

A Adutora do Rio das Velhas inaugurou uma nova era nas políticas de saneamento básico em Belo Horizonte e demorou quase 20 anos para ficar pronta. O atraso aconteceu especialmente devido à falta de recursos e a irregularidade na execução orçamentária. A complexidade técnica da obra também foi preponderante, explicitada na dificuldade de perfurar o trecho do Túnel do Taquaril que passa por dentro da Serra do Curral.⁵⁸⁸ O fato de a obra ter participação ativa do DNOS aumentou a sua complexidade no cenário político-administrativo da capital. Houve transferência de responsabilidades, desentendimentos políticos e o receio de prefeitos, como Amintas de Barros (31/01/1959 - 31/01/1963) e Jorge Carone (31/01/1963 - 31/01/1965) de ficarem sem o controle da distribuição de água, uma das principais plataformas de promoção política durante o Intervalo Democrático em Belo Horizonte.

As gestões Amintas de Barros e Jorge Carone: as barganhas políticas em torno dos projetos sanitários.

Amintas de Barros iniciou sua gestão no último dia de janeiro de 1959 e se apresentou como o “prefeito de todos”. Seu programa consistia em continuar ações do antecessor com destaque para a captação do Rio das Velhas em parceria com o governo do Presidente Juscelino Kubistchek (ainda prevista, com otimismo, para ser inaugurada em 1960).⁵⁸⁹ A água dominou o cenário político belo-horizontino, o jornal *Diário de Minas*, em fevereiro de 1959, entrevistou o Vereador João Batista Alves dos Reis, que afirmou que a falta do “precioso líquido”, termo utilizado pela gestão de Amintas recorrentemente, era “problema magno da legislatura que ora se inicia”. Para Reis, Era “necessário arregimentar todas as forças para a equação desse angustiante problema”. Caso contrário, a ausência do líquido, além dos problemas urbanísticos e para o progresso da cidade, “acarreta dificuldades à higiene pessoal e (a) do meio ambiente, criando condições propícias para a disseminação de doenças”.⁵⁹⁰ A questão da água dominou os debates na CMBH. Vereadores de oposição criticaram o prefeito pela demagogia ao tratar do assunto. Em uma das discussões mais célebres, o Vereador Mário Bicalho acusou o

⁵⁸⁸ VIANNA 1997, p.59.

⁵⁸⁹ DM, 12 outubro de 1958.

⁵⁹⁰ DM, 27 de fevereiro de 1959, p.5.

engenheiro Tales Lobato, do Departamento de Águas e Esgotos (DAE), pela situação sanitária do município, especialmente pela falta de água, agravada em 1959, após estiagem no primeiro semestre do ano que resultou na diminuição do volume de águas dos reservatórios. O líder do governo na Câmara, Ruy da Costa Val defendeu a capacidade técnica do chefe do DAE e a gestão do prefeito Amintas. Bicalho retrucou afirmando que se o engenheiro fosse tão competente quanto descrito pelo governista, “era um verdadeiro criminoso”, pois, além da inércia nos trabalhos diários, recusou a concluir obras com materiais já empenhados.⁵⁹¹

A narrativa da oposição ao prefeito Amintas demonstra, mais uma vez, a importância do tema na cidade e como os cargos de confiança do DAE, ocupados quase invariavelmente por engenheiros da área, eram indicações, acima de tudo, políticas. Os prefeitos no período aqui estudado se preocuparam em escolher técnicos com lastro profissional. Seria um gesto arriscado colocar alguém sem expertise na área sanitária, pois os administradores precisavam de legitimidade técnica nos seus atos administrativos. O cargo era uma posição desgastante e delicada, os engenheiros do DAE eram acionados diretamente por munícipes, por meio de visitas inesperadas ou ligações de telefone, desesperados pela falta de água. O coordenador do Departamento serviu, por vezes, de escudeiro do prefeito, oferecendo explicações técnicas para os problemas de esgotamento sanitário e, principalmente, para a falta de água. A sistematização do DAE serviu de base para a argumentação de Amintas, presente no relatório do primeiro ano de sua gestão, apresentado à CMBH em 1960. O prefeito tentava tranquilizar os munícipes e os vereadores ao afirmar que o suplício teria data para terminar com a conclusão da Adutora em 1960, ano que a prefeitura acentuaria “a execução da nova rede distribuidora de água, orçada em aproximadamente seiscentos milhões de cruzeiros”.⁵⁹²

Amintas caracterizou o problema do abastecimento de água como complexo, um desafio aos “recursos normais da Prefeitura”. A questão teria complicadores como o das necessidades crescentes da capital mineira, provocadas pelo crescimento populacional acelerado, confundindo “os melhores esforços e intenções”. Esta dificuldade se somou aos problemas existentes e gerou ciclo de alívios momentâneos a partir de medidas da prefeitura. Entretanto, esse frescor era efêmero e, rapidamente, a cidade retornava à

⁵⁹¹ DM, 26 de janeiro de 1960, p.3.

⁵⁹² PBH. *Relatório de 1959 apresentado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Amintas de Barros. Fevereiro de 1960*. Relatório. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1960, p.94.

situação de “crise de maiores proporções”, pois “o drama da água repete-se dentro de um mesmo período administrativo, requerendo da municipalidade uma vigilância que, sem exagero, se pode qualificar de aflitiva”.⁵⁹³ O relatório, a todo momento, fez questão de frisar o montante orçamentário extraordinário necessário para solucionar de vez a escassez de líquido na capital. Havia a tentativa de se demonstrar minuciosamente as dificuldades técnico-orçamentárias para regularizar o abastecimento. A água ocupou espaço considerável no relatório. Em contraste, somente um parágrafo foi dedicado aos esgotos (e às canalizações de córregos), apenas indicando os números descritos nas tabelas.⁵⁹⁴

Amintas, durante sua gestão, discursou sobre a importância das políticas sanitárias, principalmente de abastecimento de água, com ações com potencial de alcance na imprensa. Um exemplo foi a alienação do Iate Tênis Clube (projeto de Oscar Niemeyer na Pampulha, com as benfeitorias, como obras de Cândido Portinari) e do Minas Tênis Clube (um dos principais clubes sociais do país), além de outros terrenos, com o objetivo de “realização de obras no setor do Departamento de Águas e Esgotos”.⁵⁹⁵ A privatização atendeu mais a interesses privados de pessoas vinculadas aos clubes em questão, então frequentados pelas parcelas de maior poder aquisitivo da população belo-horizontina.⁵⁹⁶ A venda foi realizada com valores considerados modestos e não se sabe se os recursos foram reinvestidos nas políticas sanitárias. O montante arrecadado pela PBH foi irrisório em comparação com o investimento necessário para a realização da principal bandeira do início da sua gestão, o término da obra da Adutora do Rio das Velhas e do novo sistema de distribuição.

Amintas, no início de sua gestão, investiu todas as suas fichas na inauguração da Adutora, fez questão de se mostrar próximo ao Presidente Juscelino Kubistchek e prometeu cumprir os prazos da empreitada. Isso fica evidente na matéria paga publicada

⁵⁹³ Idem, p.92-93.

⁵⁹⁴ Idem, p.95.

⁵⁹⁵ BELO HORIZONTE. *Lei municipal nº 814, de 19 de dezembro de 1959*. Autoriza o Prefeito a alienar imóveis, abrir crédito e dá outras providências: lei municipal nº 814, de 19 de dezembro de 1959. Belo Horizonte: Leis municipais de Belo Horizonte, 1959.

⁵⁹⁶ Sobre a alienação dos clubes sociais da PBH, em especial o Minas Tênis Clube, ver: RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. *Constituição do sentido moderno de esporte: pelas trilhas históricas do Minas Tênis Clube*. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências do Esporte). Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996; RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. *Esporte, Minas Tênis Clube e construção cultural de Belo Horizonte: um projeto das elites*. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 10., 1997, Goiânia. *Anais [...]. Goiânia: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 1997.*

no *Diário de Minas* em 02 de fevereiro de 1960, que comemorou o andamento acelerado do empreendimento.⁵⁹⁷ Todavia, a obra não foi inaugurada a tempo, os recursos minguaram e não havia expectativas para o término, principalmente pelos problemas na perfuração do túnel do Taquaril, especialmente em um trecho de cerca de 400m de extensão, onde foi preciso estudar soluções de impermeabilização e de consolidação sem os devidos recursos orçamentários. A imprensa passou a se referir ao empreendimento como “novela” e direcionou as críticas da falta de água na cidade ao prefeito.⁵⁹⁸ Em 1960, o sistema de abastecimento produzia 115.671.000 litros para uma população de 680 mil habitantes, um déficit diário de cerca de 129 milhões de litros/dia.⁵⁹⁹ A seca nas torneiras era tamanha e até informes publicitários ironizavam o suplício do belo-horizontino. Um exemplo é a propaganda de combustíveis, figura 27, com o título “alguma coisa está faltando” com um homem ensaboado no chuveiro que tenta, inutilmente, conseguir água para se enxaguar.⁶⁰⁰

⁵⁹⁷ DM, 10 de fevereiro de 1960, p.5. A mesma matéria paga afirmou que a prefeitura realizou “trabalhos dos mais insanos, enfrentando período difícil e prolongado de estiagem” na perfuração de poços artesianos. Além disso, a municipalidade ampliou a profilaxia e combate a gastroenterite e melhorou “enormemente” o serviço de coleta domiciliar.

⁵⁹⁸ VIANNA, 1997, p.62-66.

⁵⁹⁹ FJP, 1997, p.181. A taxa recomendada na época era de 300 litros por dia por habitante.

⁶⁰⁰ DM, 19 de abril de 1960, p.7.

Figura 27: DM. 19 de abril de 1960, p.7. Alguma coisa está faltando., p. 21.



**ALGUMA
COISA
ESTÁ
FALTANDO...**

Fica faltando, também, alguma coisa de importante para melhor proteção e maior eficiência do seu motor Diesel, quando Você não usa a dupla de sucesso — o lubrificante SHELL ROTELLA OIL (HD) e o combustível DIESSOLINE SHELL FILTRADO, que asseguram melhor desempenho ao seu caminhão, ônibus, lotação ou trator! Muito mais limpo, DIESSOLINE SHELL FILTRADO evita os enguiços nos injetores, enquanto SHELL ROTELLA OIL (HD) — o óleo indicado para serviços pesados — lubrifica e limpa o motor, reduzindo o desgaste.

**Diesoline
Shell
Filtrado**





**Shell
Rotella
Oil (HD)**

A VENDA NOS REVENDEDORES 

Fonte: Hemeroteca Histórica da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais.

Com a escalada dos problemas sanitários, a mortalidade infantil por gastroenterite estampou manchetes em periódicos da capital, como na matéria do *Diário de Minas*, de

26 de fevereiro de 1960, com o título: “Gastroenterite continua ceifando vidas em BH: mais 47 numa semana”.⁶⁰¹ Outro exemplo é a capa do mesmo periódico de domingo, dia 24 de abril, que publicou a foto de um bebê moribundo acompanhado da mãe, em um posto de saúde, com críticas ao executivo municipal que não tomou “providências realmente eficazes” para conter a “terrível moléstia”. O fato do verão, época de maior incidência da doença, já ter passado seria indício da inação do prefeito e dos problemas sanitários da cidade.⁶⁰²

O prefeito, açoitado pelas críticas, investiu em campanhas publicitárias veiculadas em periódicos, com uso recorrente das matérias pagas. A estratégia da gestão era admitir as dificuldades, mas seguindo uma narrativa que argumentava que, apesar dos percalços, a administração Amintas de Barros teria enfrentado os problemas realizando da melhor maneira possível o que estava ao alcance da municipalidade. O prefeito se apresentou como diligente, ampliou a cobertura fotográfica de atividades rotineiras, como, por exemplo, reuniões de gabinete com os engenheiros do Departamento de Água e Esgotos, sentado sempre à cabeceira da mesa. A tentativa era de se apresentar como o coordenador de um grupo técnico qualificado em busca da solução dos problemas sanitários da cidade, especialmente o da escassez de água. Essas reuniões, em alguns casos, renderam matérias como a do *Diário de Minas*, de 10 de fevereiro de 1960, com o título “Plano de Amintas: Mudança da rede de esgotos e abastecimento de água”. A reportagem descreve a reunião dos diretores do DAE com o prefeito para discutir o “plano de Amintas” para as redes de água e esgotos, “inegavelmente uma obra de grande alcance”. Além disso, anunciou as novas canalizações, a necessidade da construção da estação de tratamento do reservatório do Morro Redondo que complementaria o sistema, ampliado decisivamente pela Adutora do Rio das Velhas. Em todos os momentos, a reportagem ressaltou os valores exorbitantes das obras sanitárias e a dificuldade técnica para a realização delas.⁶⁰³ Os projetos, na prática, apesar de apresentados de forma personalista como “de Amintas”, não eram necessariamente novos, se tratava do projeto Cardellini para a rede de águas e de investimentos para diminuir a defasagem da rede de esgotos de autoria dos técnicos do DAE.⁶⁰⁴

⁶⁰¹ DM, 26 de fevereiro de 1960, p.5.

⁶⁰² DM, 24 de abril de 1960, capa.

⁶⁰³ DM, 10 de fevereiro de 1960, p.5.

⁶⁰⁴ Amintas teve postura personalista em várias ocasiões na prefeitura, nomeou edificações públicas com nome de parentes e pediu para governistas na CMBH renomearem a praça 7 como praça Amintas de Barros

As fotografias recorrentes, bem como a cobertura jornalística das reuniões com os engenheiros sanitários, tinham como objetivo demonstrar a diligência do prefeito ao liderar um corpo técnico qualificado para resolver as questões que mais afligiam os munícipes. A figura 28 demonstra o prefeito apontando para papéis em sua frente, enquanto os engenheiros sanitários olham atentamente em sua direção. A foto tem uma dinâmica que dá a impressão de movimento, a imagem de Amintas foi capturada enquanto falava, no centro, cercado por especialistas, que emprestam sua credibilidade técnica para os projetos sanitários divulgados como “de Amintas”, ou, até mesmo, para as desculpas pela falta de água e deficiências no sistema de esgotos. O prefeito, em sua estratégia de divulgação, parecia querer passar a impressão de que a sua gestão possuía todos os meios para a solução do problema, mas não contava com o apoio necessário de outras instâncias. Havia uma tentativa sutil de transferir as responsabilidades pelas mazelas sanitárias de Belo Horizonte, especialmente pelo atraso na Adutora do Rio das Velhas, onde realizou uma série de visitas às obras acompanhado de técnicos, vereadores, jornalistas convidados e membros do governo federal, todas amplamente cobertas pelos fotógrafos da PBH. Essa concepção está presente nos relatórios anuais e em entrevistas e matérias pagas publicadas em jornais, nas quais o prefeito se apresenta como um trabalhador que buscou incessantemente apoio para a conclusão da obra, mas com o orçamento limitado do município fez tudo que estava dentro das suas possibilidades.⁶⁰⁵

aproveitando a remoção do famoso “pirulito”. “Pirulito sai hoje e Praça Sete vai se chamar Amintas” DM, 08 de setembro de 1962; “E o pirulito foi ao chão” DM, 09 de agosto de 1962.

⁶⁰⁵ PBH. *Relatório de 1961 apresentado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Amintas de Barros. Fevereiro de 1962*. Relatório. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1962, p.2; PBH, *Relatório de 1962 apresentado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Amintas de Barros. Fevereiro de 1963*. Relatório. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1963, p.92.

Figura 28: Prefeito Amintas de Barros em reunião na Prefeitura. À mesa, fileira à esquerda, de baixo para cima: 2º Israel Coutinho Magalhães Drumond; 3º João Batista Sena Freire (cabelos grisalhos); 4º Geraldo Magela de Andrade; 5º Manoel Higino (ou Manoel Hygino ?). À cabeceira da mesa: Prefeito Amintas de Barros (sem paletó). Fileira à direita, de baixo para cima: 1º Engenheiro do Departamento de Águas e Esgotos - DAE Dalmo Cruz Vianna (paletó escuro); 2º Engenheiro do DAE Newton dos Santos Vianna; 3º Diretor do DAE Thales Lobato dos Santos; 4º Chefe do Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS Mário Andrade Reis. 01/06/1961. Imagem identificada no programa “Cestas da Memória” do APCBH.



Fonte: ASCOM/APCBH.

As imagens de gabinete e da visita em obras fizeram parte de um plano de comunicação que teve a água como foco. A prefeitura intensificou os releases para a imprensa e as divulgações das suas ações em propagandas nos periódicos não só da capital, mas de outras cidades mineiras, como Passos, Uberlândia, Juiz de Fora, Poços de Caldas e Montes Claros. Uma das matérias publicadas foi o combate ao desperdício de água, em agosto de 1960. Todas essas reportagens foram agrupadas em um clipping da Secretaria da Fazenda, que hoje compõe o acervo fazendário do APCBH, as vezes com o carimbo “pago” em cima de cada texto, como na figura 29.⁶⁰⁶

⁶⁰⁶ APCBH. *Fundo Secretaria da Fazenda*. Acervo fazendário, CC301011170, p.321-388.

Figura 29: Matéria Paga, Jornal de Montes Claros, Montes Claros, 29 de agosto de 1960. Todas essas reportagens foram agrupadas em um clipping da Secretaria da Fazenda, que hoje compõe o acervo fazendário do APCBH, as vezes com o carimbo “pago” em cima de cada texto

BELPRESS
AGÊNCIA DE RECORTES
E DE NOTÍCIAS
DIRETORES: OSWALDO NOBRE
E PAULO VENÂNCIO

Notícias de Minas para o Brasil

PROPRIEDADE DO JORNAL
O DEBATE
Av. Afonso Pena, 774
Salas 307 e 309 - Fone 2-9793

BANCO DA LAVOURA DE MINAS GERAIS S/A.
O banco que conhece Todo o Brasil

CAMIG
CIA. AGRÍCOLA DE MINAS GERAIS
esforço para industrialização e desenvolvimento de nossa lavoura.

LOTERIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Colabora para o desenvolvimento do Esporte no Estado

FAREM.
Nove anos de luta em favor da causa do homem do campo

A REDE MINEIRA DE VIAÇÃO
é a maior ferrovia que serve ao Brasil

A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA
Necessita do seu auxílio

Desperdício d'água está sendo punido
B. HTE. (Belpress) - A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte se encontra no momento, como nos anos anteriores, às voltas com um sério problema: o abastecimento d'água da cidade. Com a estiagem prolongada, os reservatórios da Capital mineira estão com a vazão muito baixa, causando a interrupção das autoridades municipais.
Uma providência foi tomada: fiscais da Municipalidade estão atentos para os gastos exagerados de água em certas residências, aplicando muitas em seus moradores e mesmo determinando o corte do fornecimento do precioso líquido. Vários casos de corte de água já foram registrados, mas o prefeito Amintas de Barros acredita que somente assim, forçando a população a fazer economia, será possível evitar uma crise no abastecimento d'água em Belo Horizonte. A medida, ao que

arece, vem dando certo, pois o número de pessoas que deixavam a água correr à vontade nas torneiras diminuiu consideravelmente nestes últimos dias. Ninguém quer ficar sem água, esta é a verdade..

Esta notícia foi publicada em Montes Claros no
jornal Jornal de M. Claros de 29/8/60

VALORIZE SEU PATRIMÔNIO, PERMUTANDO POR APÓLICES UNIFICADAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, SEUS TÍTULOS DE EMISSÕES ANTERIORES.

REDUZA OS SEUS IMPOSTOS ESTADUAIS, UTILIZANDO APÓLICES UNIFICADAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS PARA SEU PAGAMENTO, NA PROPORÇÃO DE 10%

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE
Contribuinte: Pague á Capital o Tributo de seu progresso

338

Fonte: APCBH/Fundo Secretaria da Fazenda.

Essa campanha no interior de Minas se justifica pela pretensão declarada de Amintas de se candidatar a deputado. Portanto, era preciso divulgar suas ações em tom positivo direcionadas ao eleitorado mineiro e belo-horizontino. A oposição na CMBH acusou o prefeito de não ter pudor em utilizar a prefeitura para sua própria promoção política. Em uma das oportunidades, os vereadores debateram o suposto uso de um automóvel adquirido pela municipalidade para fins eleitorais pessoais de Amintas,

conforme denúncia do jornal *Última Hora*.⁶⁰⁷ O prefeito utilizou a água como sua principal plataforma de promoção e instrumento de barganha política. Amintas buscou manter o controle de todas as ações relacionadas ao líquido e procurou direcionar inaugurações e benefícios para regiões onde poderia cultivar maior popularidade.⁶⁰⁸ Existiam indícios dessa prática no foco das ações paliativas em que investiu após o atraso da adutora que incluíram a abertura de poços artesianos, políticas de combate a desperdícios e benefícios a determinadas áreas nas já famigeradas manobras.⁶⁰⁹

Os registros eram fechados em determinadas regiões durante a noite, as vezes a partir do final da tarde, em horários de maior consumo, para não exaurir os reservatórios. O líquido acumulado era “manobrado” para diferentes regiões da cidade em períodos diferentes do dia.⁶¹⁰ Esse recurso gerou uma série de consequências, os lares passaram a encher tanques de água toda vez que os registros eram liberados e cidadãos de maior poder aquisitivo construíram reservatórios em seus lares. Ou seja, a manobra não era eficiente em atender uniformemente os bairros da cidade. Suspeitas e denúncias recaíram sobre o executivo acusado de supostamente beneficiar regiões consideradas como mais nobres ou com maior potencial de capital político para o prefeito e vereadores em detrimento de outras. Havia denúncias de irregularidades por parte de alguns funcionários da municipalidade que supostamente realizavam manobras por conta própria em benefício próprio. Havia suspeita de subornos de moradores e comerciantes para que mais água fosse destinada para as suas regiões. Essa denúncia também recaía nos caminhões tanque do município utilizados para fortalecer o abastecimento.⁶¹¹

Amintas sabia do potencial da água e intensificou o uso eleitoreiro das políticas sanitárias. Em agosto de 1962, por exemplo, a prefeitura solicitou junto ao BID um empréstimo no valor de 18,5 milhões de dólares para realização de obras sanitárias, principalmente a Adutora do Rio das Velhas. Para transferir o recurso, o órgão de desenvolvimento exigiu maior autonomia para o Departamento de Água de Esgotos

⁶⁰⁷ *Amintas já tem carro para sua campanha. Última Hora*, 04 de abril de 1961; *Vereadores comprovam denúncia. Última Hora*, 06 de abril de 1961. O fundo ASCOM da APCBH, entre as fotografias habituais de gabinete e do cotidiano da cidade, contém um dossiê com fotos das notícias, entrevistas, ofícios, registros do automóvel em questão na garagem, entre outros documentos reproduzidos. Essas fotografias se justificam pela prefeitura não contar com reprodução xerográfica na época, portanto as cópias eram feitas por mimeógrafos, fotografias, por microfilmagem, entre outras.

⁶⁰⁸ VIANNA, N.; VIANNA, D. 2009; VIANNA. 1997, p.62-67.

⁶⁰⁹ FJP, 1997, p.179-181.

⁶¹⁰ VIANNA, 1997, p.91.

⁶¹¹ VIANNA, N; VIANNA, D. 2009; VIANNA, 1997, p.76-89.

(DAE) em relação à prefeitura. Com isso, os técnicos do DAE propuseram ao prefeito que fosse a criação de uma autarquia responsável pela política sanitária do município. Amintas de Barros não aprovou a proposta, pois acreditava que com isso perderia o controle da gestão da água no município, para ele a maior fonte de votos para se eleger como deputado. Amintas preferiu renunciar a um empréstimo para o andamento da Adutora a perder parte do poder de barganha que tinha em relação a política sanitária.⁶¹²

Essa questão levanta uma indagação necessária. Teria sido conveniente para alguns administradores públicos (como Amintas de Barros) investir em uma “solução definitiva” para a falta de água? Após o atraso da Adutora do Rio das Velhas, antes prevista para 1960, e o aumento do orçamento do empreendimento, havia o temor de se investir em algo (coordenado por um órgão da União, o BNDES) a ser inaugurado por outro prefeito que colheria os louros do fim da seca na capital. A falta de água, a partir de soluções paliativas (beneficiando provisoriamente grupos e regiões específicas), somada a estratégias de transferência de responsabilidade poderia, em tese, servir aos interesses eleitorais além de aumentar o capital político do prefeito, que detinha o controle das políticas sanitárias da capital mineira. Para esse malabarismo político-fisiológico ter algum tipo de sucesso, era preciso contar com o discurso técnico que pudesse, de alguma forma, balizar os atos do executivo. Para isso, Amintas continuou a investir, por meio da municipalidade, em notícias sobre ações sanitárias, com fotos em obras e em gabinete, com o prefeito cercado dos diretores do DAE. O chefe do departamento, Thales Lobato, também serviu de escudeiro nos relatórios oficiais e em sessões da CMBH. Todavia, em diversas ocasiões o prefeito ignorou as recomendações de seus técnicos. Um exemplo evidente foi a exploração de minério em regiões de mananciais utilizados no sistema de abastecimento. Mesmo com a política de proteção de mananciais, Amintas decidiu, apesar de protestos dos engenheiros sanitários, criar a Ferro Belo Horizonte S.A. (Ferrobela) para exploração de minério, especialmente na região da Serra do Curral onde hoje se encontra o Parque das Mangabeiras. Segundo Vianna, esse fato contribuiu para a piora e para a diminuição do volume de água dos rios captados.⁶¹³

Com a intensificação do uso político-fisiológico da água, os esgotos continuaram praticamente ignorados. O sistema, além de insuficiente, permanecia sem estações de tratamento, previstas desde a CCNC e consideradas como indispensáveis a partir dos

⁶¹² FJP, p.179; VIANNA, N; VIANNA, D, 2009.

⁶¹³ VIANNA, 1997, p.87.

diagnósticos de Lincoln Continentino nos anos 1930. A falta de investimentos no sistema e o crescimento da urbe causou a propagação de a céu aberto em ruas de bairros periféricos, e o arrebentamento de canos da rede existente, onerada pelo maior volume. Enquanto isso, o déficit no sistema de abastecimento de água, mesmo com todas as campanhas publicitárias em torno do líquido, aumentou e o tema protagonizou os debates da eleição municipal de 1962.⁶¹⁴ Jorge Carone venceu o pleito com uma plataforma que priorizou nos discursos os bairros de menor poder aquisitivo e que prometeu acesso à água para as vilas e favelas.⁶¹⁵

O Prefeito Jorge Carone (1963 – 1965) seguiu uma abordagem parecida no uso político-fisiológico do acesso ao saneamento. Apesar de continuar com elementos do planejamento sanitário das gestões passadas, Carone privilegiou canalizações de córregos e pequenas intervenções para amenizar a crise do abastecimento de água, como a realização de um edital público para a abertura de 150 poços artesianos em Belo Horizonte e a construção de cerca de 5.000 metros de novas redes d'água em conformidade com o plano Cardellini.⁶¹⁶ Todavia, essas medidas tiveram pouco resultado prático e o déficit no abastecimento aumentou.⁶¹⁷ Parte dessas ações ocorreu nos programas “água para as favelas” e “água para o povo”, que compreendiam em uma série de medidas para amenizar a ausência de água nas regiões mais pobres da capital. As fotografias de Carone possuem um diferencial, são vários os retratos dele cercado de cidadãos, proferindo discursos as vezes com roupas desalinhadas. O maior volume de imagens é relacionado a ações que dariam maior capital político ao prefeito, como a pavimentação de vias e ampliação do abastecimento de água. Em uma sequência de fotografias, Carone abriu os registros de uma nova captação em Ibirité, como na Figura 30, acompanhado da esposa Nísia Carone e de sua filha, Nisinha. Ao seu redor, em um pequeno espaço, se espremem curiosos e membros da administração pública. O prefeito, desde o princípio, teve relação conturbada com o legislativo. Ao se apresentar cercado de eleitores, Carone parece querer demonstrar ao campo político seu apoio popular. As

⁶¹⁴ O candidato Nylton Velloso, por exemplo, publicou nos periódicos mineiros propagandas sobre a falta de água. Uma delas consistia numa foto de meia página de uma mulher com uma lata d'água na cabeça com a frase “Belo Horizonte hoje.” Segundo a peça eleitoral, Maria Nazaré, lavadeira, mãe de seis filhos, “mora no morro de uma cidade grande sem água”. Para exercer sua profissão, “lava roupa no ribeirão”, mas a água que “não serve para beber”, é o único recurso “para si e para os seus”. Dessa forma, a lavadeira faz percursos diários com latas de água pesada na cabeça. DM, 26 de agosto de 1962, p.10.

⁶¹⁵ DM, 26 de agosto de 1962, p.10.

⁶¹⁶ PBH. *Relatório de 1963 apresentado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Jorge Carone Filho. Fevereiro de 1964.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1964.

⁶¹⁷ FJP, p.180; VIANNA, p.75-93.

mesmas imagens serviram para divulgar suas ações em jornais como atento às questões populares e as vilas e favelas da capital. Em sua curta gestão, Carone argumentou a insuficiência do orçamento e campo de ação da prefeitura frente ao crescimento urbano. Qualquer benefício empreendido pelo executivo se tornava rapidamente insuficiente frente ao crescimento da capital.

Figura 30: Inauguração da captação do Tabões em Ibité. Prefeito Jorge Carone em inauguração. Em primeiro plano, da esquerda para a direita: 2ª Primeira-dama Nisia Carone; 3ª Nisia Flores Carone (Nisinha Carone); 4º Prefeito Jorge Carone (girando válvula). Imagem identificada no programa “Cestas da Memória” do APCBH.



Fonte: ASCOM/APCBH.

No seu único relatório anual relativo ao ano de 1963, o prefeito lamentou que, apesar de todas as suas ações, “quase nada aparece”, pois, “a capital cresce sem proporções, superando todas as estimativas”.⁶¹⁸ Carone investiu na comunicação externa e, talvez por esse motivo, seu relatório é mais pragmático, com menos reflexões e com uma introdução curta que serviu para se defender de críticas realizadas por vereadores municipais. Entretanto, o documento apresentado ao legislativo comentou sobre as atividades da seção de Microfilmagem e Fotografia, responsável pela produção fotográfica para “fins de documentação e divulgação pelos órgãos de imprensa e da

⁶¹⁸ PBH, 1964.

televisão”. O setor cobriu as obras municipais, com destaque para “canalizações, esgotos, abastecimento d’água (captação, condução, tratamento e distribuição), abertura de ruas, calçamento, abertura de vias de acesso, asfaltamento”, entre outras. Pelo decorrer do Relatório, fica evidente que o asfalto foi o astro das obras públicas, por meio da abertura de ruas, pavimentação asfáltica de existentes e canalizações dos córregos. Até mesmo a parte reservada ao DAE comemorou as novas malhas asfálticas a partir das canalizações do córrego do Zoológico e, principalmente, do Acaba Mundo na rua Professor Moraes.⁶¹⁹ As canalizações teriam a finalidade de “disciplinação dos cursos de água para evitar constantes transbordamentos” e trariam benefícios “sanitários e estéticos”.⁶²⁰ Nesse momento, o tamponamento dos córregos com a cobertura asfáltica era sinônimo de progresso de desenvolvimento e de embelezamento urbano. O asfalto era marcante, possibilitava uma entrega concreta revestida de obra sanitária e de progresso.

O Relatório apresentou a Adutora do Rio das Velhas como "em vias de parcial conclusão”, após “apressamento” das obras. Entretanto, a afirmação era, no mínimo, exagerada, pois mesmo 1963 representar o ano de maior investimento por parte do Governo Federal até então, principalmente pela criação do Fundo Nacional de Obras de Saneamento em 1962,⁶²¹ não havia recursos suficientes para uma previsão certa para a finalização dos trabalhos.⁶²² Com isso, a prefeitura buscou novos recursos e Carone anunciou em maio de 1963 um empréstimo junto à união de três bilhões de cruzeiros para a conclusão de parte das obras e as novas canalizações necessárias para o sistema de abastecimento. Entretanto, a verba atrasou e não foi liberada até o golpe de 1964. A municipalidade, portanto, permaneceu com a política de ações paliativas ou pontuais, como as perfurações de poços artesianos para “atenuar o eterno e grave problema da falta de água”. Outra medida, destinada às regiões sem canalizações, foi a compra de caminhões pipa por meio do Departamento de Bairros Populares. Estes veículos atenderiam, exclusivamente, as vilas e favelas em três turnos e eram inscritos com o nome

⁶¹⁹ Num primeiro momento, no final da década de 1940 e no início da década de 1950, o discurso para a canalização era embasado pela necessidade de sanear as regiões por onde passavam os córregos e evitar enchentes. A partir de meados da década de 1950, um discurso desenvolvimentista ficou cada vez mais evidente em todos os tipos de obras sanitárias realizadas na capital mineira. Nas obras de canalização a partir do início da década de 1960 isso ficou mais claro, principalmente na justificativa para a realização de uma modernização da cidade por meio da ampliação da malha asfáltica e na conseqüente melhoria dos graves problemas de trânsito. O assunto foi estudado na minha dissertação de mestrado: MESQUITA, 2013.

⁶²⁰ PBH, 1964, p.58.

⁶²¹ BRASIL. [Constituição (1988)]. *Lei nº 4.089, de 13 de junho de 1962*. Dispõe sobre a instituição do Fundo Nacional de Obras de Saneamento. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 14 jun. 1962. Seção 10.

⁶²² VIANNA, 1997, p.66.

do prefeito e do programa “Água para as Favelas”. A prefeitura fotografou caminhões no período noturno, como a figura 31, para tentar demonstrar que a administração trabalhava diuturnamente para amenizar o problema nos “bairros populares”. Carone pretendia explorar o potencial de votos nas regiões periféricas e transformou a água em um dos seus principais ativos políticos nessas áreas. Se apresentou como quem concedia os benefícios diretamente, que se importava com o “mais humilde”, ao contrário de seus antecessores. O prefeito encomendou a perfuração de poços em favelas e, no momento da inauguração, a prefeitura distribuía faixas pela região e cartazes para os cidadãos celebrando o chefe do executivo. Nas torneiras instaladas pela municipalidade nas vilas havia a inscrição do programa “Água para o Povo” e o nome do diretor responsável pelo Departamento de Bairros Populares (DBP). O nome do prefeito aparecia duas vezes, com a frase “Carone Realiza Mesmo” em destaque no final da placa.

Figura 31: Distribuição de água em domicílio no bairro Santa Tereza, 1963.



Fonte: ASCOM/APCBH.

Figura 32: Torneira em vila belo-horizontina instalada em poço artesiano no programa “Água para o povo”, 1963.



Fonte: ASCOM/APCBH.

Segundo Soraggi e Guarnieri, as favelas, lugar de moradia de parte considerável da população de baixa renda brasileira, são áreas normalmente caracterizadas pela precariedade da infraestrutura urbana e pela informalidade da posse. Em Belo Horizonte, essas áreas, assim como em outras regiões brasileiras, foram historicamente marcadas por ações violentas de remoções e, principalmente a partir da década de 1960⁶²³, pela produção habitacional de grandes conjuntos na periferia da cidade e nos municípios limítrofes. As vilas e favelas necessitam de projetos específicos que visem à regularização, a urbanização e integração desses assentamentos no seio das políticas urbanas e habitacionais. Somente dessa forma se garante o pleno direito à moradia.⁶²⁴

⁶²³ Em 1964 foi criado o Sistema Financeiro da Habitação/Banco Nacional da Habitação (SFH/BNH) que financiou a produção dos grandes conjuntos nas periferias.

⁶²⁴ SORAGGI, Ana Carolina Maria; GUARNIERI, Sophia. A política de urbanização de favelas em Belo Horizonte. In: MENDONÇA, Jupira *et al* (org.). *Reforma Urbana e Direito À Cidade – Belo Horizonte*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. p.226-227. Sobre o tema ver: COSTA, Heloísa. Habitação e Produção do Espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MOR, Roberto L. (coord.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR / UFMG: PBH, 1994. p. 51-77; GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões Belo Horizonte, cidade planejada*. 1991. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991; GUIMARÃES, Berenice Martins. *Favelas em Belo Horizonte: tendências e desafios. Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2-3, maio /dez. 1992; OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. *“Os trabalhadores favelados” : identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e Belo Horizonte*. 2014. 332f. Tese (Doutorado em História) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil,

Os projetos de Carone não contemplavam questões efetivas para urbanização da favela. No caso sanitário, consistiam em fornecimento de água, por meio de caminhões, ou por poços artesianos. Carone trabalhou a partir da escassez da água, um artigo de luxo na capital que foi apresentado como uma espécie de presente às camadas humildes da cidade possibilitado graças às benesses dos administradores. Dessa forma, com a falta de recursos para a Adutora e pelo aumento do seu isolamento político, foi conveniente para Carone investir em ações pontuais, como o “Água para as Favelas”, nas quais houve a tentativa de explorar o uso político da água e o desespero de cidadãos excluídos das políticas públicas.

Davis argumentou que não se pode analisar a segregação urbana como um *status quo* inalterável, mas sim uma guerra social incessante, na qual o estado intervém em nome de uma causa supostamente maior, como o sanitarismo, o progresso, o embelezamento e até a justiça social para os pobres. Entretanto, o poder público realizou essas ações, frequentemente, em prol de interesses privados como os de especuladores imobiliários, de investidores ou de empreiteiras. A camada de baixa renda da população sofreu com a negligência governamental sistemática, pois raramente se pensou as políticas públicas e as intervenções urbanísticas para essa parcela desprivilegiada. O programa “Água para as Favelas”, assim como outras ações da prefeitura, como desapropriações involuntárias com justificativas sanitárias, exemplificam a teoria de Davis, pois, fundamentalmente, a estrutura das vilas e favelas não mudou. Enquanto a prefeitura pavimentou uma série de ruas e canalizou córregos, prioridade manifesta nos relatórios e expressa nas imagens do Fundo ASCOM/APCBH, as favelas receberam como *benefício* uma quantidade insuficiente de água, entregue em tom personalista, como um benefício concedido pela pessoa física Jorge Carone, não a prefeitura.⁶²⁵

A água dos programas destinados às periferias por Carone já seria insuficiente se fosse inteiramente distribuída nas regiões em situação emergencial, todavia havia suspeitas que, em alguns casos, o líquido não chegava ao seu objetivo. A imprensa

Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014; URBEL. Urbanização de favelas e prevenção em áreas de risco em Belo Horizonte. In: BONDUK, Nabil (org.). *Habitat: as práticas bem sucedidas em habitação, meio-ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 1996, p.152-155.

⁶²⁵ DAVIS, M. Planeta favela. São Paulo: Bomtempo, 2006. Além de Davis, sobre problemas sanitários em favelas e áreas desprivilegiadas ver: CHAPLIN, Susan E. Cities, sewers and poverty: India's politics of sanitation. *Environment and Urbanization*, v. 11, n. 1, abril, 1999; HEATH, Iona. Let's get tough on the causes of health inequality. PCM, *US National Library of Medi-cine*. June 23, 2007. Disponível em: [10.1136/bmj.39247.502813.59](https://doi.org/10.1136/bmj.39247.502813.59). Acesso em: 08 abr. 2023.

publicou denúncias de motoristas que negociavam água do caminhão pipa em troca de dinheiro ou favores de moradores, como móveis, lanches, entre outros.⁶²⁶ Havia ainda a venda de água por particulares. Donos de carroças, camionetes e caminhões, enchiam tambores e veículos e vendiam o líquido de casa em casa. Não havia controle da origem da água, coletada das mais diversas fontes, como dos próprios córregos poluídos da capital.⁶²⁷ O comércio clandestino da água, a *commodity* mais desejada da capital mineira, se tornou comum nos anos 1960, fato que é mais um exemplo da desigualdade do acesso ao líquido em Belo Horizonte. O sistema municipal, sem as águas do rio das Velhas, dava sinais de colapso, com isso o sanitarista Lincoln Continentino propôs, emergencialmente, a captação de dois córregos no município de Sabará para que assim o sistema de abastecimento não atingisse situação ainda mais crítica. O projeto não foi adiante em grande medida pelo foco no término da captação do Rio das Velhas e pela situação financeira do município.⁶²⁸

Se a água, preferência manifesta das políticas sanitárias, estava em situação crítica, o sistema de esgotamento sanitário estava em situação pior. Ao mesmo tempo em que se fotografava os caminhões pipa estacionados nas entradas das vilas e favelas, o esgoto corria solto pelas ruas de terra em algumas regiões, levando os dejetos em enxurradas fétidas e perigosas para a saúde da população. Permaneceu na cidade a sensação de sujeira, pelos esgotos arreventados e pelo lixo acumulado pela exiguidade do sistema de coleta domiciliar.

O serviço de limpeza urbana, insuficiente desde os primeiros anos da capital, sofreu com restrições orçamentárias explícitas no relatório anual de Carone que indicou a diminuição da área varrida da cidade e do volume da coleta domiciliar (sua gestão

⁶²⁶ A população e a imprensa realizaram uma série de denúncias contra os motoristas de caminhões pipa da municipalidade. As denúncias foram enviadas pelos munícipes aos jornais e à corregedoria do município que, geralmente, julgava as reclamações improcedentes. Em dezembro de 1960, a corregedoria não aceitou as denúncias de cobrança de dinheiro por parte dos caminhoneiros, alegando que eles eram “motoristas de excelente folha de serviço”. DM, 02 de dezembro de 1960, p. 5.

⁶²⁷ Sobre o comércio clandestino de água ver: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP) Saneamento Básico em Belo Horizonte: Trajetória em 100 Anos — Os Serviços de Água e Esgoto. Coleção Centenário, FJP, 1997; MESQUITA, 2013. O Jornal de Minas, em maio de 1973, fez denúncias em relação à origem da água vendida pelos caminhões pipa e exibiu fotos de veículos pegando água na poluída Lagoa da Pampulha. Entre os flagras registrados na orla da Represa da Pampulha, o jornal destacou um funcionário da Prefeitura, que, depois de entregar a água do município, buscou água na lagoa para obter dinheiro extra. O jornal denunciou ainda que os “manobreiros” do município, desde que a prática foi adotada, não chegavam ao seu destino, vendendo a água da prefeitura, que deveria chegar aos bairros mais necessitados, para quem pudesse pagar. Jornal de Minas, 04 de maio de 1973, p.1.

⁶²⁸ FJP, 1997, p.180.

priorizou a chamada coleta pública e a limpeza de bocas de lobo).⁶²⁹ Havia uma série de irregularidades no descarte de resíduos por domicílios e comércios devido aos problemas da política pública e pelo desrespeito de alguns munícipes. Os jornais, bem como os documentos oficiais, em especial as fotografias do Fundo ASCOM/APCBH, demonstram algumas regiões da cidade com acúmulo de lixo e sujeira nas ruas (como nas regiões periféricas e nas proximidades dos mercados distritais e do mercado Central).

A PBH promoveu mudança de legislação e campanhas educativas, como a Semana da Limpeza, instituída por lei municipal em maio de 1963, que aconteceria nos primeiros seis dias do mês de maio. Essa ação deveria consistir na realização por parte da prefeitura, por meio do órgão gestor da política de limpeza, de programas nas escolas com a intenção de criar a “mentalidade de higiene pública, necessária ao conforto e bem-estar de todos”.⁶³⁰ As campanhas educativas para o descarte do lixo e para a importância da higiene aumentaram a partir da década de 1960, assim como portarias, decretos e projetos de lei sobre limpeza da cidade. Em 1965, por exemplo, os principais diretores da municipalidade passaram a constituir o Comitê Municipal para a Limpeza da Cidade. Outra portaria do mesmo ano recomendou a “todos os servidores municipais que anatem e encaminhem” qualquer ocorrência que deva ser objeto de ação da PBH, como acúmulo de lixo, esgotos arrebentados, desperdício de água e alimentos vendidos irregularmente.⁶³¹ O volume de leis e de medidas da prefeitura em prol da limpeza urbana indicam a importância do tema para a cidade. Os documentos oficiais reiteravam constantemente a necessidade de sanear a urbe e lamentavam que uma metrópole “moderna” ou “progressista”, não poderia ser suja e insalubre.⁶³² Ao mesmo tempo, o excesso de legislações sobre o tema indica a incapacidade da municipalidade em gerir efetivamente as políticas sanitárias. A prefeitura buscou alternativas para tentar diminuir

⁶²⁹ PBH, 1964, p.49.

⁶³⁰ BELO HORIZONTE. *Lei Municipal nº 1024, de 16 de maio de 1963*. Instituí a “Semana da Limpeza”. Lei Municipal nº 1024, de 16 de maio de 1963. Belo Horizonte: Câmara Municipal de Belo Horizonte, 1963.

⁶³¹ BELO HORIZONTE. *Portaria nº 1384 de 13 de abril de 1965*. Legislação Municipal Impressa 1891 – 1986.

⁶³² Ao longo da década foram vários exemplos de leis, decretos e portarias sobre o tema. Na gestão de Sousa Lima, por exemplo, a Lei nº 1377 de 4 de Julho de 1967 que: “Dispõe sobre o serviço de coleta de lixo e dá outras providências”, determinou multa para quem jogar lixo em via pública. (BELO HORIZONTE. *Lei municipal nº 1377 de 4 de Julho de 1967*. Dispõe sobre o serviço de coleta de lixo e dá outras providências”, determinou multa para quem jogar lixo em via pública: lei municipal nº 1377 de 4 de Julho de 1967. Belo Horizonte: Leis Municipais de Belo Horizonte, 1967); a Lei nº 1479 de 26 de Abril de 1968 regulamentou a queima domiciliar de lixo, proibindo que edifícios os utilizasse no período das 18:00 às 6:00 horas. (BELO HORIZONTE. *Lei municipal nº 1479 de 26 de Abril de 1968*. Regulamenta a Queima de Lixo: *Lei municipal nº 1479 de 26 de Abril de 1968*. Belo Horizonte: Leis Municipais de Belo Horizonte, 1967).

a sujeira e os desperdícios, porém sem sucesso, pois a cidade ficou mais suja e com menos água ao longo da década de 1960.

A situação sanitária piorou durante a gestão de Carone que, isolado politicamente após o Golpe de 1964, não contou com o apoio financeiro dos governos Federal e Estadual, fato que agravou a crise financeira da prefeitura e a interrupção de obras. Assim, entre bueiros arrebentados, buracos, lixo acumulado pelas ruas, gastroenterite infantil, enchentes e a falta de água, a Câmara de Belo Horizonte se reuniu, após pressão do governador Magalhães Pinto, em sessão extraordinária no último dia de janeiro de 1965, e decretou o impedimento do prefeito e do vice-prefeito de Belo Horizonte. O argumento do impedimento do executivo de Belo Horizonte não foi claro. O que ficou evidente foi a articulação política do Governo do Estado, em consonância com os militares de Brasília, que foi executada pela Câmara Municipal para ganhar roupagem democrática.⁶³³

A partir de 1964 houve uma nova sistematização das políticas sanitárias em nível nacional. O tema ganhou roupagem desenvolvimentista, além de novas linhas de financiamento e de novas diretrizes a partir dos programas federais. Enquanto isso, Belo Horizonte teve sua maior taxa de crescimento até então, assim, todos os problemas urbanos pioraram e o sistema sanitário entrou em colapso. Neste período as obras sanitárias, principalmente de abastecimento de água, ocupavam espaço cada vez maior nos discursos e documentos oficiais e foram propagandeadas como condição *sine qua non* para o desenvolvimento.

Oswaldo Pierucetti e os rearranjos sanitários após o golpe de 1964.

Após o golpe de 1964, o governo militar reforçou projetos de industrialização, prioridade de todos os governos desde os anos 1930. Todavia, o contexto era de crise financeira e com essa justificativa foram implementadas uma série de políticas de austeridade econômica, fazendo-se necessário a busca de financiamentos para o projeto de crescimento industrial. Para isso, foi utilizado o recurso da chamada “tripla aliança”

⁶³³ Sobre a gestão Jorge Carone ver: SIQUEIRA, Daniela Giovana. *Cenas de um Horizonte Político: O ano de 1963 e a produção de cinejornais a serviço de uma administração municipal na capital de Minas Gerais*. Belo Horizonte. 2007. 137f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

que financiaria os investimentos com capital local, estrangeiro (que aumentou consideravelmente após o golpe) e estatal.⁶³⁴

O novo governo interveio diretamente na política econômica e ampliou o número de estatais e de normativas de políticas públicas. Desde o princípio, a União demonstrou preocupação com a situação sanitária nacional e deu para o problema uma roupagem desenvolvimentista. Esse processo ficou evidente com o PAEG, Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1965) que teve como um dos objetivos viabilizar a expansão dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. O programa, já demonstrava a nova diretriz da Ditadura Militar de centralizar as normalizações da política sanitária e pretendia prover em 10 anos água para 70% da população urbana e coleta de esgotos para 30% dos habitantes das cidades.⁶³⁵ Depois do PAEG foi instituído o Grupo Executivo do Fundo Nacional de Financiamento para abastecimento de água (GEF), em 1965, sob coordenação do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, DNOS.⁶³⁶

A condição para a adesão ao GEF era a existência de uma sociedade autônoma, flexível e dinâmica, com papel jurídico exercido por meio de autarquia ou sociedade de economia mista. Previa-se contrapartida de um terço dos custos e 20 anos para o pagamento dos recursos disponibilizados no programa e a contratação de órgão de assistência técnica, cujo pessoal deveria ser treinado por técnicos americanos em cooperação com a *United States Agency for International Development (USAID)*⁶³⁷, reforçando a inserção do sanitarismo nas macros políticas de desenvolvimento da época.⁶³⁸ Em 1966, foi realizado o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e

⁶³⁴ DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na Industrialização Mineira*. Belo Horizonte: editora UFMG, 1981; EAKIN, Marshall C. *Tropical Capitalism: The Industrialization of Belo Horizonte, Brazil*. New York: Palgrave, 2001, p.129.

⁶³⁵ HELLER e REZENDE, 2008, p.242.

⁶³⁶ BRASIL. Câmara dos Deputados. *Decreto nº 56.752, de 18 de Agosto de 1965*. Ementa: Dispõe sobre a criação do Grupo Executivo do Fundo Nacional de Financiamento para abastecimento d'Água (GEF), previsto no Convênio DNOS/USAID. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 19 de agosto de 1965. Seção 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56752-18-agosto-1965-397271-norma-pe.html>. Acesso em: 26 de abr. 2023.

⁶³⁷ Sobre a USAID ver: LATHAM, Michael. *Modernization as Ideology – American Social Science and “Nation Building” in the Kennedy Era*. University of North Carolina Press, 2000; RIBEIRO, maria das Graças Martins. *A USAID e o ensino agrônomo brasileiro: o caso da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. Artigos • Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas 4 (3) Dez 2009*, <https://doi.org/10.1590/S1981-81222009000300007>; RIBEIRO, Ricardo Allagio. *A teoria da modernização, a Aliança para o Progresso e as relações Brasil/Estados Unidos*. Perspectivas, São Paulo, v. 30, p.151-175, 2006. Dossiê Cidadania cosmopolita, Democracia e Sociedade Civil global.

⁶³⁸ HELLER e REZENDE, 2008, p.242.

Social que incluía o diagnóstico detalhado do setor de saneamento e planejamento de disponibilização de recursos para a área em longo prazo. Nesse mesmo período o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ampliou os empréstimos para melhorias sanitárias e, juntamente com a USAID, definiu parâmetros para disponibilização do dinheiro, incluindo, como vimos no caso, cooperação técnica. O jornal americano *The New York Times* citou as cooperações entre o Brasil e os Estados Unidos e sugeriu que o país seria, naquele momento, seguro para investidores privados, que seriam protegidos de riscos como revolução e expropriação:

Brazil has finally joined other Latin-American countries that have signed investment-guarantee programs with the United States. When the Brazilian agreement is ratified, private American investors will be protected against revolution, expropriation, nonconvertibility and other such risks⁶³⁹

Esses programas, aliados a novas linhas de financiamento que uniam capital local, estatal e internacional abriram caminho para o PLANASA de 1971 e mudaram a dinâmica das políticas públicas de saneamento básico no Brasil. A cobertura dos serviços sanitários aumentou no país, todavia, os gestores continuavam a priorizar o financiamento dos serviços de abastecimento de água, em detrimento dos de esgotamento sanitário.⁶⁴⁰

A nova direção política foi decisiva para a criação do Departamento Municipal de Águas e Esgotos (DEMAE) em 1965, autarquia que possuía autonomia para contrair empréstimos para execução dos projetos. O órgão foi central para a municipalidade pela gravidade da situação sanitária do município no período. Como mencionado anteriormente, na época a prefeitura intensificou o ocultamento definitivo dos córregos de Belo Horizonte.⁶⁴¹ Esse processo (a partir desse período) estaria mais relacionado a

⁶³⁹ The New York Times, february 13, 1965, p.20.

⁶⁴⁰ Em 1980, a cobertura no abastecimento de água passou de 40 para 65%, enquanto a de esgotamento sanitário era de 35% (HELLER e REZENDE, 2008).

⁶⁴¹ Esse foi o tema da dissertação de mestrado Jardim de asfalto: água, meio ambiente, canalização e as políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte, 1948-1973 de 2013. A hipótese central defendeu que as iniciativas de canalização total dos cursos d'água de Belo Horizonte nesses anos relacionaram-se diretamente à concepção política desenvolvimentista na qual carros e asfalto foram protagonistas. A pesquisa em fontes diversas, como jornais, relatórios de prefeitos, fotografias, entre outros, evidenciou como o caso de Belo Horizonte oferece oportunidade exemplar para discutir as relações entre política, cidade, sociedade e natureza no contexto mais amplo de desenvolvimentismo, metropolização e vida política no Brasil (MESQUITA, 2013). Diferentemente da dissertação, que focou nos córregos e em políticas desenvolvimentistas em Belo Horizonte, na tese aprofundamos sobre sanitarismo e política em Belo Horizonte e de como a questão sanitária possibilitou uma nova forma de ação política na capital mineira.

um projeto político, apoiado em um modelo desenvolvimentista que teve no automóvel e no asfalto os grandes empreendedores desse progresso. As canalizações tornaram-se prioridades nas gestões de Oswaldo Pieruccetti e Sousa Lima, mas tiveram aqui um diferencial. Na década de 1960, principalmente após o golpe militar de 1964 e a fundação do DEMAÉ em 1965, esse tipo de obra foi propagandeada como obra de desenvolvimento e de ampliação da camada de asfalto, considerado pela PBH como elemento embelezador da paisagem urbana.⁶⁴²

A dinâmica das políticas sanitárias do governo militar era imbuída de uma visão de economia de mercado. Assim, era necessário realizar estudos de viabilidade econômica dos serviços. Apesar de avanços, esse conceito aumentou a desigualdade no acesso ao saneamento, pois grupos desfavorecidos economicamente ou politicamente não foram priorizados nessas políticas. Deste modo, o contexto ditatorial aumentou a centralização da gestão, diminuiu a participação social nas decisões do planejamento em longo prazo e, em várias ocasiões ignorou questões sociais e ambientais para execução de projetos.⁶⁴³ Essa concepção impactou diretamente as ações do primeiro prefeito da Ditadura Militar, Oswaldo Pieruccetti, que priorizou ações (como a ampliação das canalizações de água e esgotos, entre outras) em regiões de maior poder aquisitivo em Belo Horizonte.

Oswaldo Pieruccetti (31/01/1965 - 31/01/1967) foi nomeado prefeito pelo Governado Magalhães Pinto, de quem foi coordenador de campanha para o a disputa do governo de Minas pela União Democrática Nacional (UDN). Advogado com longa trajetória política, Pieruccetti pautou suas ações a partir das premissas do governo militar e fortaleceu a autarquia responsável pelas políticas sanitárias em Belo Horizonte, o DEMAÉ, criado em sua gestão. A partir do mandato de Pieruccetti, a Adutora, assim como outras obras sanitárias, adquiriu definitivamente a característica de obra de desenvolvimento. O mecanismo alcunhado por Diniz de “tripla aliança” foi largamente utilizado na captação do Rio das Velhas por meio de financiamento a partir de bancos locais, estrangeiros e de mecanismos do Estado.⁶⁴⁴ A partir de 1965, a municipalidade

⁶⁴² MESQUITA, Yuri. Melo. Os rios e a cidade: espaço, sociedade e as políticas públicas em relação ao saneamento básico em Belo Horizonte, 1964 – 1973. *Revista Espacialidades*, [S. l.], v. 3, n. 02, p. 01–30, 2010; PIERUC CETTI, Oswaldo. “Nova BH-66”. *Balanço da administração de Oswaldo Pieruccetti. Belo Horizonte - suplemento de O Cruzeiro*. Belo Horizonte: ASA, 1966.

⁶⁴³ MESQUITA, 2013; HELLER e REZENDE, 2008.

⁶⁴⁴ Sobre a tripla aliança e a situação econômica em Belo Horizonte na Ditadura Militar ver: DINIZ, 1981 e EAKIN, 2001.

contou com maior volume de financiamentos do BID para as obras sanitárias graças à nova dinâmica proposta no período ditatorial e pela autonomia do DMAE, pré-requisito de bancos estrangeiros para concessão de empréstimos.⁶⁴⁵

O relatório referente ao primeiro ano da gestão Pieruccetti é predominantemente estatístico. Segundo o documento, a prefeitura adotou um “critério racional de trabalho”. Com isso “uma equipe bem ajustada e bem dirigida” contribuiu para as realizações do executivo “hoje elogiado por todos”. O tom da apresentação é diferente dos relatórios anteriores, normalmente as apresentações eram permeadas de lamentos referentes a questões financeiras e práticas da vida administrativa da prefeitura. Alguns prefeitos aproveitaram o espaço para responder a críticas ou para elencar as prioridades de sua gestão. Pieruccetti não, pelo contrário, fez questão de frisar que era responsável por um “ingente programa de realizações” universalmente elogiado e que organizou racionalmente sua equipe.⁶⁴⁶ Mais uma vez um prefeito tentou se diferenciar dos demais a partir de uma pretensa racionalidade da sua gestão. Pieruccetti, diferentemente de Celso Mello de Azevedo, por exemplo, preocupou-se menos em justificar suas ações em textos elaborados a partir de dados técnicos. No relatório resumiu que parte do seu sucesso veio a partir de uma organização técnica e racional e apresentou uma série de tabelas sem desenvolver raciocínios elaborados que justificavam escolhas políticas e problemas da cidade.

Em aspectos gerais, houve empobrecimento da diagramação dos documentos, que passaram a ter menos fotografias e menos gráficos a partir dos anos 1960, principalmente após o golpe militar. Nos relatórios, os chefes do executivo até 1964 eram, geralmente, mais discursivos, com textos pessoais e longos sobre a dinâmica da municipalidade. Eles procuravam contar histórias da administração, os percalços e discutiam, até mesmo, o contexto político nacional. A partir dos anos 1960, os relatórios passaram a ser mais estatísticos, técnicos, com foco maior nas realizações minuciosamente descritas de forma, muitas vezes, monótona. Uma hipótese para essa mudança de padrão é o fato de que eles teriam perdido importância após o golpe de 1964, não era mais necessário explicar minuciosamente cada escolha do executivo, afinal, o Brasil passava por uma ditadura. Reiteramos que os relatórios anuais são destinados ao legislativo belo-horizontino e, a

⁶⁴⁵ DINIZ, 1981, p.21; EAKIN, 2001, p.3-8.

⁶⁴⁶ PBH. *Relatório de 1965 apresentado à egrégia Câmara Municipal de Belo Horizonte, pelo Prefeito Oswaldo Pieruccetti. Fevereiro de 1966*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1966, p.2.

partir de 1964, a pauta se restringiu e a CMBH trabalhou primordialmente como instância que aprovava as leis enviadas pelo executivo e para questões menores e celebrativas.⁶⁴⁷

As demandas pela água e as críticas da oposição ao executivo, comuns durante o Intervalo Democrático de 1945-1964, mudaram de característica a partir da Ditadura Militar. O novo governo proibiu organizações populares consideradas "subversivas", como a Federação de Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH). Além disso, a prefeitura ampliou a chamada "política de desfavelização". Nessa nova perspectiva, barracões em áreas de ocupação irregular (alguns até mesmo nas margens dos córregos) eram sumariamente demolidos ou desmontados. Esse processo foi coberto pelos fotógrafos municipais que demonstram aspectos das ocupações, a remoção dos pertences do interior dos lares improvisados e o desmonte dos barracos.⁶⁴⁸

Além de sufocar parte da oposição, a gestão de Pieruccetti também investiu nas divulgações positivas de seus atos na imprensa por meio de propagandas da municipalidade e matérias pagas. O apoio popular ainda era necessário, mesmo na Ditadura. O empobrecimento dos relatórios demonstra, primordialmente, a mudança da relação do executivo com o legislativo municipal. Todavia, no mesmo período, a municipalidade impulsionou o seu setor de comunicação, responsável pela produção de novas peças gráficas, logos de secretarias e programas (como o Nova BH-66). No início do seu primeiro mandato, o novo prefeito contou com apoio da maioria dos periódicos mineiros que, majoritariamente, publicaram notícias em tom elogioso.⁶⁴⁹ Pieruccetti fortaleceu a Seção de Fotografia e Microfilmagem da PBH, com destaque para as obras de asfaltamento, tamponamento dos córregos e da Adutora do Rio das Velhas, prioridade manifesta da sua gestão e destacou a pavimentação e as políticas sanitárias nas comunicações oficiais do município. O foco de enfatizar a água e, até mesmo, os esgotos (tão ignorados, no discurso e na prática, pelas últimas gestões) não foi por acaso. A crise no abastecimento agravou-se, bem como os problemas relacionados ao sistema de

⁶⁴⁷ No período da Ditadura Militar, o Fundo CMBH, disponível no APCBH, evidenciou a predominância de homenagens, leis celebrativas, concessão de títulos de utilidade pública, mudança de nomes de ruas e praças.

⁶⁴⁸ Ver: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte e o Departamento de Habitações e Bairros Populares (1956-1964). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 4, n. 7, jan-jun de 2012, p.100-120.

⁶⁴⁹ Oswaldo Pieruccetti encontrou oposição ferrenha somente no seu segundo mandato por meio do Jornal de Minas, de Afonso Paulino, desafeto declarado do prefeito.

esgotamento sanitário, com isso aumentou a frequência de notícias e propagandas sobre o tema nos jornais.

O *Estado de Minas*, do dia 01 de outubro de 1965 comemorou “Mais vinte quilômetros de rede de esgoto na capital”, o “importante melhoramento” serviria para beneficiar “vários bairros e vilas da cidade”.⁶⁵⁰ Uma propaganda, publicada no mesmo periódico um dia depois, afirmou que a municipalidade, por meio da administração Oswaldo Pieruccetti, “deu à cidade, em apenas oito meses, um enorme patrimônio em obras de calçamento, asfaltamento, água, esgotos”, entre outros benefícios. Isto só foi possível pela “indispensável cooperação financeira dos governos Estadual e Federal”. Logo em seguida, a peça publicitária destaca item por item das ações da PBH e o primeiro, não por acaso, foi a água, com a construção de 1920 metros de adutoras e 1600 metros de novas redes de distribuições além de novos poços artesianos, novos reservatórios e aperfeiçoamento das manobras. O destaque ficou para a Adutora do Rio das Velhas, com o empréstimo do BID no valor de 2 milhões de dólares para as obras e a nova rede de distribuição, bem como esforços conjuntos junto ao DNOS para, finalmente, concluir a primeira etapa da captação em “fins de 1966, fazendo jorrar na cidade água para 1 milhão e 500 mil habitantes”. Outro destaque ficou para a ampliação de rede de esgotos em diversas ruas da capital.⁶⁵¹

As reportagens dos jornais durante a gestão de Pieruccetti demonstram a importância das políticas sanitárias no cotidiano belo-horizontino. A discussão sobre os rumos da nova autarquia, o DEMAÉ, por exemplo, tomou os meios acadêmicos, técnicos e sindicados patronais. A Associação Comercial de Minas Gerais, em reunião de sua diretoria, reportada pelo *Estado de Minas* de 10 de outubro de 1965, concluiu que a ingerência política poderia prejudicar a autarquia. Para que se resolvesse os dois graves problemas que, “de há muito, atormentam a vida do belo-horizontino: água e esgotos”. O DEMAÉ, criado “sob aplausos gerais”, deve ser ocupado por “homens de valor, engenheiros sanitaristas e outros técnicos de renome”. Somente dessa forma se resolveria “em definitivo os sérios problemas” de água e esgotos. A expectativa em relação à nova autarquia era grande, pois “não se pode mais admitir que uma cidade civilizada como Belo Horizonte continue morrendo crianças atacadas de gastroenterite, por falta de um

⁶⁵⁰ Estado de Minas, 09 de outubro de 1965, p.7.

⁶⁵¹ EM, 02 de outubro de 1965, p.7.

perfeito abastecimento de água” e por não existir um “sistema completo de rede de esgotos”.⁶⁵²

Dias depois, o prefeito, por meio da seção “notas da prefeitura” publicada no *Estado de Minas*, anunciou “melhoria das condições sanitárias da capital”, a partir da criação do “comitê de limpeza da cidade” composto por técnicos da PBH.⁶⁵³ Apesar da divulgação, não houve qualquer avanço prático na situação sanitária de Belo Horizonte, o objetivo seria de reunir os principais diretores técnicos da municipalidade para manter a cidade limpa. O comitê, bem como as ações iniciais propostas, funcionaria a partir de “minucioso estudo” aprovado pelo prefeito.⁶⁵⁴ Com notícias como essa, a prefeitura continuou com a estratégia de transmitir que as ações de limpeza da cidade eram balizadas por estudos criteriosos e pelos principais técnicos do seu quadro. Para isso, Pieruccetti deu visibilidade aos seus principais engenheiros, montou comissões técnicas, como a que elaborou o projeto de criação do DEMAÉ⁶⁵⁵ e procurou especialistas para refazer pedidos de financiamento, como o sanitarista Newton Vianna que reformulou a argumentação técnica do pedido de empréstimo ao BID para a Adutora do Rio das Velhas. Para a direção da autarquia, Pieruccetti nomeou o engenheiro Fernando Otto von Sperling. Em comunicado à imprensa, a PBH afirmou que a administração da autarquia seria “exercida por um Diretor Geral, engenheiro civil ou sanitarista, de comprovada competência na especialidade, com mandato de quatro anos escolhido pelo prefeito”.⁶⁵⁶ O prefeito escolheria a partir de lista tríplice apresentada pelo Conselho Municipal de Águas e Esgotos, órgão de consultivo, com composição de técnicos de variadas áreas de conhecimento e de órgãos da Prefeitura.⁶⁵⁷

A partir da fundação do DEMAÉ, a prefeitura intensificou a busca por recursos para concluir a obra. Em 1966, o prefeito convocou o Sindicato de Bancos para discutir

⁶⁵² EM, 10 de outubro de 1965, p.11.

⁶⁵³ BELO HORIZONTE. *Portaria n° 1419, de 25 de outubro de 1965*. Legislação Municipal Impressa 1891 – 1986. Pela portaria, o prefeito de Belo Horizonte designou Aduino Buarque de Gusmão – Diretor do Departamento de Limpeza, Edgar Antunes Cerqueira – Diretor do Departamento de Assistência e Saúde, Hélio Carnevalli – Diretor do departamento de Obras, Hélio de Paula – Diretor do Departamento de Águas e Esgotos, José Leão – Diretor do Departamento de Abastecimento, Albert William Fraisse – Diretor do Departamento de Parques e Jardins, Zohyr Piedade Gavião – Diretor do Departamento de Fiscalização, Professor Geraldo Majela Rezende – Diretor do Departamento de Educação e cultura.

⁶⁵⁴ EM, 13 de outubro de 1965, capa.

⁶⁵⁵ A comissão que elaborou o projeto do DEMAÉ que, posteriormente, foi enviado à CMBH como projeto de lei do executivo, foi composta pelos engenheiros sanitaristas: Dalmo Cruz Vianna, Hélio de Paula, Israel Coutinho de Magalhães Drummond, Newton dos Santos Vianna e Palladio Barroso de Castro e Silva.

⁶⁵⁶ EM, 14 de outubro de 1965, p.7.

⁶⁵⁷ Idem; FJP, 1997, p.184.

proposta de empréstimo. Com a alegação de dificuldade burocráticas, o dinheiro liberado foi direcionado diretamente aos empreiteiros, com autorização por meio de lei.⁶⁵⁸ Esse fato diminuiu os mecanismos de controle de execução orçamentária por parte do poder público e facilitou a prestação de contas, o que, fatalmente, agradou as empreiteiras contratadas. Em novembro do mesmo ano, o Governo Federal solicitou ao congresso abertura de crédito para o abastecimento de água em Belo Horizonte, autorizado pelo Senado.⁶⁵⁹ Com o aumento dos recursos, a PBH impulsionou a divulgação da obra nos jornais e em coletivas do prefeito. Além disso, a municipalidade passou a convidar engenheiros para visitar o espaço e demonstrar a grandiosidade do empreendimento, bem como o desafio técnico imposto na perfuração do Túnel do Taquaril.⁶⁶⁰

Oswaldo Pieruccetti, em sua trajetória como prefeito, usou a retórica da “eficiência técnica” e da “racionalização” da máquina pública para apresentar seus atos. Pieruccetti foi o primeiro prefeito da Ditadura Militar e estava em consonância com a ideologia de desenvolvimentismo pregada a nível nacional. A partir de 1964, enquanto se suprimiam as liberdades democráticas com novo ordenamento jurídico autoritário e repressivo, o Governo Federal incentivou projetos de modernização com intervenção estatal e incentivo a investimentos com capital nacional e estrangeiro. As políticas sanitárias passaram a ser critério de desenvolvimento.

Desenvolvimento é um conceito que veio da biologia e descreve diferentes estágios dos seres vivos e de sua evolução. Nas primeiras décadas do século XX se utilizou o conceito nas políticas econômicas e sociais como uma ideia de superação intencional de uma situação de atraso econômico e social relativo. Segundo Dulci, o desenvolvimentismo é um projeto político no qual o importante não é apenas a expansão da produção a partir do aumento do PIB, mas também a natureza desse crescimento. A nação para ser considerada como desenvolvida necessita de população com acesso à educação, baixa taxa de desemprego, baixa mortalidade infantil, saneamento básico. É preciso ter distribuição de recursos, indicadores sociais favoráveis e uma baixa taxa de

⁶⁵⁸ BELO HORIZONTE. *Lei municipal nº 1265 de 10 de agosto de 1966. Autoriza o prefeito a garantir operações de financiamento.* Legislação Municipal Impressa: Belo Horizonte, 1967.

⁶⁵⁹ VIANNA, 1997, p.66; BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 5.192 de 20 de dezembro de 1966. Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.545.000.000 em favor do Departamento Nacional de Obras e Saneamento para as obras de abastecimento d'água de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 20 dezembro de 1965.

⁶⁶⁰ EM, 17 de outubro de 1965, capa.

pobreza.⁶⁶¹ As políticas desenvolvimentistas latinas remontam os anos de 1930 e foram ressignificadas pelo pensamento de Celso Furtado, Raul Prebisch e do grupo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).⁶⁶² Entretanto, o conceito ao ser aplicado, segundo Escobar, foi geralmente etnocêntrico, tecnocrata e de cima para baixo.⁶⁶³ O discurso e a estratégia desenvolvimentista produziram o oposto do que se preconizou: “subdesenvolvimento, empobrecimento, exploração e opressão”.⁶⁶⁴

Furtado alertou para os problemas do discurso desenvolvimentista que seria um *mito* por ser impossível estender os padrões de consumo dos países ricos para a periferia capitalista. A pretensa generosidade das nações desenvolvidas que, por meio dos empréstimos de agências internacionais de desenvolvimento e de outras formas de auxílios, largamente utilizada pelo Governo Militar iniciado em 1964, manteve as relações desiguais entre o “centro” e a “periferia” capitalista e acentuou a concentração de renda na América Latina.⁶⁶⁵ A suposta prevalência da técnica, tão propalada pelos militares, deve ser questionada, pois, no final das contas, as vontades político-fisiológicas prevaleciam. No caso das políticas sanitárias, apesar da elevação dos engenheiros nos aparelhos do estado, da criação de conselhos consultivos, nas parcerias com universidades, efetivamente o orçamento dos órgãos sanitários diminuiu a nível nacional e

⁶⁶¹ DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p.114.

⁶⁶² O órgão, vinculado ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc), publicou diversos estudos entre o final da década de 1940 e o início da década de 1950. Neles, o atraso relativo da América Latina foi explicado pelas relações de trocas internacionais nas quais o “centro”, por reter os frutos do progresso técnico, por exportar bens industrializados de maior valor agregado e por possuir melhor organização social e sindical, se beneficiava com as trocas com a “periferia”, que exportava bens primários de baixo valor agregado cujos preços não subiam com o aumento da demanda e sempre caíam quando a procura por eles reduzia. A única saída desse ciclo vicioso de trocas desfavoráveis seria o desenvolvimento econômico por meio da industrialização e aumento da produção de bens tecnológicos de alto valor. Segundo essa visão, na ausência de uma burguesia forte para tocar o projeto industrial na América Latina e pela escassez de recursos econômicos e técnicos, seria necessária a ação do Estado. Sobre desenvolvimentismo e CEPAL ver: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco (org.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930 – 1990): Crescimento, Modernização e Política Externa*. v.1, Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2006; BUENO, Clodoaldo. “Alinhamento e desenvolvimento associado (1946-1961)”. In: CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3ª ed. ampliada, Brasília: UNB, 2008; CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008; DULCI, 1999; EAKIN, 2001; FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

⁶⁶³ ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Nova York: Princeton University Press, 1995, p.44.

⁶⁶⁴ ESCOBAR, 1995, p.4.

⁶⁶⁵ Os conceitos de “Centro” e “Periferia” foram utilizados por teóricos do imperialismo desde o final do século XIX e no início do século XX e pressupõe um sistema de dominação, ou, no mínimo, de relações desiguais entre os dois blocos. Com a teoria cepalina, o conceito ganhou uma dimensão maior, adquirindo perspectivas da própria periferia. Esse par de conceitos assimétricos foi muito utilizado no vocabulário do desenvolvimentismo a partir do final dos anos de 1940, assim como desenvolvidos/subdesenvolvidos e primeiro mundo/terceiro mundo.

quando se precisou de escolher entre melhorias no saneamento e grandes obras a curto prazo, com destaque para o asfalto, a escolha, quase invariavelmente, ficou para o último.⁶⁶⁶ Em Belo Horizonte isso ficou evidente no projeto “Nova BH-66”.

O “Nova BH-66” foi uma parceria da Prefeitura de Belo Horizonte com a Escola de Arquitetura da UFMG que marcou o auge do processo em que o asfalto e o carro se transformaram no destaque das políticas urbanas. O projeto consistiu em investimento maciço da prefeitura no transporte público a partir de ônibus movidos a óleo diesel e em obras de todos os tipos, em especial de tamponamento dos córregos e pavimentação, mas também de esgotos, águas pluviais e novas canalizações de água.⁶⁶⁷ Todavia, o orçamento do programa era ambicioso e onerou a PBH em uma época de crise econômica em Minas Gerais. Com isso, a prefeitura protelou obras sanitárias, principalmente as intervenções nos esgotos. O asfalto permaneceu prioridade nas gestões seguintes, como na de Luiz Gonzaga De Sousa Lima,⁶⁶⁸ (31/01/1967-18/03/1971) que sucedeu a Oswaldo Pieruccetti.

Sousa Lima, segundo seu primeiro relatório apresentado à CMBH em 1968, descontinuou o projeto “Nova BH-66” e, devido à míngua financeira e a necessidade de pagar os bancos a quem “a prefeitura recorria quase por hábito,” propôs a reestruturação do orçamento municipal adotando um discurso de corte de gastos.⁶⁶⁹ No arrocho empregado pelo novo prefeito, o DEMAÉ precisou adaptar seus projetos a partir do novo orçamento.⁶⁷⁰ A carestia nas políticas sanitárias aconteceu no momento de maior taxa de crescimento da população de Belo Horizonte e seus arredores.

Entre 1950 e 1970, a capital mineira teve a maior taxa de crescimento populacional proporcional do país. Saltou de uma população de 352.000 habitantes em 1950 para 1.250.030 em 1970. Em Belo Horizonte, essa taxa aumentou a partir da década

⁶⁶⁶ Segundo HELLER e REZENDE, apesar da saúde pública ser fator de produtividade e desenvolvimento a partir de meados da década de 1960, aconteceu uma progressiva desobrigação do Governo Federal com o custeio dessas políticas. Prevaleceu estratégia de cuidados individuais, o que causou entraves no desenvolvimento de políticas amplas de saneamento (HELLER e REZENDE, 2008, p.228-229).

⁶⁶⁷ O Nova BH-66 foi estudado na dissertação de mestrado deste autor: MESQUITA, 2013 e DUARTE, Regina Horta. 'Eu quero uma casa no campo': a busca do verde em Belo Horizonte, 1966-1976. *Topoi (Online): revista de história*, v.15, p.159-186, 2014.

⁶⁶⁸ Sousa Lima, nomeado prefeito pelo governador Israel Pinheiro, era empreiteiro, mostrando, mais uma vez, a força dessas empresas na política mineira.

⁶⁶⁹ PBH. *Relatório do exercício de 1967 enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Gonzaga de Sousa Lima. Janeiro de 1968*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1968, p.3.

⁶⁷⁰ PBH, 1968, p.2-8.

de 1930 e seu ápice foi nas décadas de 1950/60. Já a região metropolitana apresentou crescimento maior na década de 1960/70, devido à concentração de indústrias naquelas cidades. Todavia, não houve apenas uma concentração industrial, concentrou-se também a renda. As taxas de desemprego continuaram altas, as vilas e favelas de Belo Horizonte aumentaram e a situação estrutural da cidade tornou-se progressivamente pior.⁶⁷¹ Devido a esses fatores, a situação sanitária da cidade piorou criticamente entre 1967 e 1973.

A década de 1960 foi de transformações na composição e de adaptação de planos de esgotos em diversas cidades. Segundo Burian *et all.*, o período pós Segunda Guerra Mundial foi de crescimento do número de automóveis, com a expansão das cidades para áreas anteriormente não urbanizadas, fato que provocou modificações nos projetos de água e esgotos. Todavia, a partir de 1950 os domicílios de classe média contaram com novos chuveiros, máquinas de lavar roupa, entre outros eletrodomésticos que aumentaram o volume dos esgotos e a sua composição. Era necessário mudar a forma de coletar e tratar os resíduos, ainda mais pela presença de novos elementos químicos e tóxicos não considerados nos projetos iniciais.⁶⁷² O caso de Belo Horizonte é marcado pela negligência de décadas em relação às águas servidas, com as mudanças e o aumento de volume durante o processo de metropolização, o sistema entrou em pane.

Crise sanitária em Belo Horizonte.

Lincoln Continentino, em entrevista realizada pelo jornal *Diário de Minas* em dezembro de 1967, fez um apanhado da situação sanitária de Belo Horizonte. O sanitarista se mostrou preocupado com o aumento da população da cidade, do parque industrial e da poluição do ar e da água. Chamou atenção, também, para os cursos de água que depositavam no ribeirão Arrudas todos os detritos, transformado num esgoto a céu aberto. Todavia, sua maior preocupação eram as doenças, o que tornaria Belo Horizonte “uma cidade inabitável”, com 60% da população com algum tipo de verminose e que não poderia garantir para seus habitantes, especialmente as crianças, saúde e as mínimas condições sanitárias. Enquanto a cidade crescia sem precedentes, não se combateu o “mal

⁶⁷¹ SOUZA, Joseane; BRITO, Fausto. Expansão urbana de Belo Horizonte e da RMBH: a mobilidade residencial e o processo de periferização nos anos 80 e 90”. In: *Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira [Proceedings of the 13th Seminar on the Economy of Minas Gerais]*, 2008, p.4-6.

⁶⁷² BURIAN, Steven J.; *et all.* Urban Wastewater Management in the United States: Past, Present, and Future. *Journal of Urban Technology*, v.7, n.3, p.33-62, 2000, p.20.

que nos atrasa mais de 30 anos.” Uma das maiores bandeiras do sanitarista desde o início de sua militância na cena pública os esgotos foi destaque de sua fala ao periódico. Apenas 40% da população belo-horizontina tinha acesso a esse serviço e, mesmo nas regiões mais centrais, havia problemas. A situação tendia a piorar com o aumento populacional e poderia se prever um estado de calamidade pública.⁶⁷³

O célebre sanitarista representou a liminaridade entre o campo técnico e político e é um dos melhores exemplos de como os limites entre essas áreas são fluidas ou, até mesmo, inexistentes. Sua carreira foi prolífica em trabalhos técnicos e em cargos político administrativos e ele soube transitar bem, em diferentes momentos, nos dois meios. Seu nome era significativo na cidade, e, talvez por isso, teve mais liberdade que alguns de seus pares para criticar abertamente políticas sanitárias da prefeitura. É importante frisar que suas entrevistas, mesmo quando se apresentou como sanitarista e com análise dita como exclusivamente técnica, eram, também, atos políticos. A partir da crítica da situação sanitária da cidade, dos cortes orçamentários no DEMA e no andamento das ações da municipalidade, Continentino tentou se distanciar dos problemas na implementação de projetos dos quais ele participou. Ao lamentar o “mal” que atrasava Belo Horizonte, ele tentou reforçar a importância do sanitarismo e da atuação de técnicos da área na execução das políticas públicas. O tom alarmista e de denúncia de sua fala, apesar de algumas hipérboles, foi baseado em dados concretos da realidade belo-horizontina do final dos anos 1960.

O sistema de esgotos entrou em pane em 1967 e começou a transbordar em diversos pontos da cidade. Os consertos realizados eram meros paliativos, visto que todo o sistema precisava de uma reforma total. A rede de águas pluviais também não suportou a demanda. Nos períodos de chuva a situação piorava devido às enchentes e à sobrecarga do sistema.⁶⁷⁴ Os periódicos publicaram diversos relatos de problemas relacionados aos esgotos. A rua Tupis, no Centro de Belo Horizonte, viveu com esgoto arrebitado por mais de um ano entre 1966 e 1967.⁶⁷⁵ O *Diário de Minas* descreveu regiões da cidade onde não havia canalizações de águas servidas, como a região do bairro Dom Bosco, onde os moradores cavaram um “rego” que se transformou em esgoto a céu aberto.⁶⁷⁶ A

⁶⁷³ Idem.

⁶⁷⁴ CASTRO E SILVA, Paládio Barroso; VIANNA, Newton dos Santos. “O Abastecimento de Água e o Serviço de Esgotos de Belo Horizonte.” In: *IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária; VIII Seminário dos Professores de Engenharia Sanitária*. Brasília, 1967, p.28-32; VIANNA, 1997.

⁶⁷⁵ DM, domingo, 2 julho de 1966, p.9. DM, sexta-feira, 3 março de 1967, p.6.

⁶⁷⁶ DM, terça-feira, 24 janeiro de 1967, p.6.

reportagem descreveu o perigo de contaminação das crianças que se divertiam nas proximidades da água contaminada em uma região que teria incidência considerável de gastroenterite e esquistossomose. Com a demora nas obras de canalização, os moradores levantaram 2 milhões de cruzeiros por meio de doações e vaquinhas para financiar parte da implantação da rede de esgotos do bairro.⁶⁷⁷

Os sanitaristas do DEMA E Newton Vianna e Palládio Barroso, em uma apresentação da prefeitura no IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária em julho de 1967, lamentaram a situação dos esgotos sanitários de Belo Horizonte e pelo fato de “nenhum administrador municipal (...) em virtude do vulto e da complexidade da questão, não só técnica como financeira, ousou atacar o problema como era necessário.”⁶⁷⁸ A escolha dos administradores recaiu em “pequenas soluções parciais, simples paliativo, nada resolveram”. A situação não era mais grave, pois na parte central as “antigas redes”, calculadas no sistema unitário para águas pluviais e esgotos, passaram a receber apenas os sanitários com a adoção do “separador absoluto” desde 1909.⁶⁷⁹ As falhas no sistema sanitário oneravam os córregos da cidade que, na estiagem, “eram constituídos somente de esgotos sanitários, o que os transforma em verdadeiros esgotos a céu aberto, com grave perigo para a saúde pública.” Em mais de 200 quilômetros de logradouros, onde as edificações não eram ligadas às redes públicas pela inexistência de canalizações, os resíduos eram “até mesmo lançados diretamente nas vias públicas.”⁶⁸⁰ A situação poderia se agravar com a finalização da obra do Rio das Velhas, pois as canalizações de resíduos existentes não dariam conta do volume de água. Novos estudos para o planejamento de novo sistema de esgotos sanitários, “há muito reclamado” eram agora inadiáveis.⁶⁸¹

A análise de Vianna e Barroso relata, sem eufemismos, os problemas sanitários da cidade, especialmente relacionados ao esgotamento sanitário. A liberdade dos sanitaristas do DEMA E em expor essas questões também se justifica por se tratar do início do mandato de Sousa Lima, quando o ônus não recairia sobre o prefeito recém nomeado. Outro elemento de destaque no documento foi a estratégia de convencimento dos técnicos sobre a necessidade de se reformar o sistema de esgoto, a partir de 1969, antes da inauguração da Adutora do Rio das Velhas.⁶⁸² Assim, uma das cláusulas de

⁶⁷⁷ Idem.

⁶⁷⁸ CASTRO E SILVA e VIANNA, 1967, p.30.

⁶⁷⁹ Como estudado no capítulo 2 desta tese.

⁶⁸⁰ CASTRO E SILVA e VIANNA, 1967, p.31.

⁶⁸¹ Idem.

⁶⁸² CASTRO E SILVA e VIANNA, 1967, p.32.

empréstimo do BID à prefeitura, por meio do DEMAÉ, foi a de se destinar financiamento para o projeto e a implementação de nova rede de esgotos como condição *sine qua non* para liberação dos recursos. A relativa maior autonomia da nova autarquia possibilitou ao corpo técnico municipal a garantia de recursos ao sistema de esgotos que não poderia ser facilmente cortado pelo executivo, pois se tratava de uma verba vinculada a um contrato de empréstimo junto ao BID com cláusulas e etapas previstas. As falas públicas de sanitaristas como Lincoln Continentino e os problemas visíveis no sistema de resíduos da cidade reclamados pela população também pressionaram o executivo. Entretanto, apesar da garantia de recursos e da visibilidade do tema no final dos anos 1960, a prioridade das políticas sanitárias continuou a ser o abastecimento de água, assunto que gerou o maior volume de críticas direcionadas à municipalidade.

Para amenizar a rejeição, a prefeitura continuou a inaugurar poços artesanais e a promover essas ações por meio da imprensa mineira.⁶⁸³ As várias fotografias da perfuração e dos eventos de inauguração desses espaços deixam entrever os problemas sanitários da cidade, especialmente nas regiões periféricas. Na figura 33, o prefeito Sousa Lima, à direita, acompanhado do engenheiro Lúcio Fonseca de Castro, observam, com expressões que parecem transmitir incômodo ou perplexidade, uma manilha de esgotos. Ao lado, uma criança brinca inocentemente nas imediações da água poluída, enquanto um homem carrega um balde ao fundo, provavelmente de água do poço recém-inaugurado. Os poços artesanais eram paliativos insuficientes para dirimir a falta de água da cidade. Com isso, o velho problema se agravou, fato que intensificou as críticas à prefeitura.

Figura 33: Visita a poços artesanais do bairro Sagrada Família, setembro de 1967. Prefeito Sousa Lima em visita. Da esquerda para a direita: 1º Chefe de Gabinete do Diretor do Departamento Municipal de Águas e Esgotos - DEMAÉ, Jorge Washington Cançado (ou George Washington Cançado ?); 2º Lúcio Fonseca de Castro; 3º Prefeito Sousa Lima. Imagem identificada no programa “Cestas da Memória” do APCBH.

⁶⁸³ FJP, 1997, p.195.



Fonte: ASCOM/APCBH.

A frequência de editoriais, matérias e reclamações de munícipes relacionadas aos problemas sanitários da cidade, em especial sobre a falta d'água, aumentou durante a gestão de Sousa Lima. O *Diário de Minas* publicou editorial acusando o prefeito de não se importar com o desespero da população, que não teria água nem para beber.⁶⁸⁴ O mesmo jornal, em uma edição de domingo, em outubro de 1968, publicou longa matéria sobre a rotina da “lata d'água na cabeça”, problema que atingia especialmente as mulheres que cuidavam da casa e da família, em uma cidade onde “ninguém se preocupava com falta d'água”. A questão antiga na cidade teria se tornado mais grave, pois anteriormente se buscava água “nas bicas lagos e repuxos”, enquanto “hoje em dia vale qualquer coisa. Tanto faz que a água seja de necrotérios, hospitais, pântanos”. O que interessa é que “sem água, Maria (forma que o jornal apelidou as mulheres que buscavam água na cabeça) não pode viver.”⁶⁸⁵ Por todas essas questões, a situação sanitária da cidade, principalmente nas vilas e favelas em crescimento, piorou sensivelmente no final da década de 1960. Em novembro de 1968, houve um surto de gastroenterite com 4 mil crianças atendidas no

⁶⁸⁴ DM, quinta-feira, 1 de julho de 1967, p.4.

⁶⁸⁵ DM, 06 e 07 de outubro de 1968, p.6.

Hospital de Gastroenterite do Estado, entre as quais faleceram 21.⁶⁸⁶ Os problemas de saneamento afetaram toda a cidade, mas as consequências afetaram especialmente os mais vulneráveis: a população mais pobre da periferia urbana, principalmente as mulheres e as crianças.

A prefeitura priorizou as canalizações e as obras de esgotos como “solução para o problema sanitário e o das enchentes.” A municipalidade adquiriu novos caminhões para a coleta de lixo, ampliou os leitos em hospitais públicos e propôs a construção de estações de tratamento de água para combate a gastroenterite, uma das maiores preocupações dos munícipes.⁶⁸⁷ Com isso, segundo o prefeito, a ação da PBH começou a “tornar BH uma cidade limpa” e a política de arborização, planejada para tornar a cidade “mais saudável”, consistiu no plantio de 10 árvores para cada uma derrubada por questões de “trânsito ou de ordem urbanística”.⁶⁸⁸

Para as obras sanitárias, a prefeitura contou com empréstimos do BID para financiamento de 48% das ações previstas no contrato com o banco, como a nova rede de esgotos, estações de tratamento dos sistemas do Morro Redondo e Ibirité e, especialmente, a finalização da obra da Adutora do Rio das Velhas.⁶⁸⁹ Além do BID, a PBH buscou recursos com o Banco Nacional de Habitação (BNH), com o Governo Federal e com outros bancos locais.⁶⁹⁰ Após obter os recursos financeiros, a prefeitura anunciou a inauguração do novo sistema de abastecimento para março de 1969 e intensificou a instalação das novas canalizações de água e esgotos.⁶⁹¹

O processo da implementação dos canos não era simples, principalmente em uma cidade em expansão e com várias questões urbanísticas. Foi preciso fechar trechos das ruas onde caminhões descarregavam materiais pesados, como os canos, as vezes em horários inconvenientes para moradores de regiões residenciais. Havia perfurações do solo e remoção de entulho e de terra. Escavadeiras, britadeiras e, posteriormente, rolo

⁶⁸⁶ “Mais de 600 casos de gastro em um dia na capital”; “Calor diminui, mas gastro continua matando”; “Mais de 650 casos de *gastro* ontem na capital”; “Gastro levou 4000 crianças ao hospital em uma semana”. DM, Belo Horizonte, 5- 8 e 12 de novembro de 1968.

⁶⁸⁷ PBH. *Relatório do exercício de 1968 enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Gonzaga de Sousa Lima. Belo Horizonte, março de 1969.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1969, p.1.

⁶⁸⁸ PBH, 1969, p.2.

⁶⁸⁹ Os outros 52% do valor orçado deveriam ser empenhados pelo DNOS e pela PBH. O contrato foi assinado em junho de 1967 (CASTRO E SILVA e VIANNA, 1967, p.30).

⁶⁹⁰ FJP, 1997, p.194.

⁶⁹¹ PBH, 1969, p.1-4.

compressor de asfalto passaram a fazer parte do cotidiano dos munícipes durante as obras que demoravam tempo considerável. Os munícipes relataram paralisações frequentes das empreitadas, como na matéria do *Diário da Tarde*, de setembro de 1969, criticando que “o pior é que os serviços levam muito tempo, são paralisados durante dias, semanas e até meses, e de nada adiantam as reclamações”.⁶⁹² As interrupções aconteceram, em alguns casos, pelo excesso de obras simultâneas e por problemas logísticos e orçamentários. Segundo o jornal *Diário de Minas*, os fechamentos de logradouros e as obras incomodavam especialmente os comerciantes, que alegavam prejuízos pelas dificuldades de estacionar e de se locomover nas calçadas, frequentemente ocupadas por canos e por outros materiais. Por mais de uma ocasião, o prefeito convidou associações patronais para debater o assunto e garantiu liberar as vias em períodos de maior movimentação no comércio.⁶⁹³

O prefeito visitou frequentemente os canteiros de obras com o objetivo de mostrar a grandiosidade das intervenções antes do recapeamento do asfalto ou do reparo das calçadas. A figura 34, por exemplo, demonstra o prefeito ao centro, enquanto funcionários de alto escalão da municipalidade observam as obras de implementação das novas canalizações. A foto deixa entrever as dificuldades e o tamanho do empreendimento, com um comércio fechado com entulho em sua porta. Os projetos sanitários condicionam a estrutura de uma cidade desde o princípio. Qualquer modificação substancial nos planos de água e esgotos requer uma série de ações administrativas como a necessidade de remoção de moradores de áreas tradicionais, à paralisação e quebra de vias públicas e calçadas e à interrupção temporária dos serviços sanitários.⁶⁹⁴

Figura 34: Prefeito Sousa Lima visita obras sanitárias na rua Platina, bairro Prado. Da direita para a esquerda: 6º Prefeito Sousa Lima (calvo). Julho de 1970. Imagem identificada no programa “Cestas da Memória” do APCBH.

⁶⁹² *Diário da Tarde*, 23/09/1969, p. 3.

⁶⁹³ EM, 05 de dezembro de 1969, p.8.

⁶⁹⁴ MELOSI, Martin V. *The Sanitary City: Environmental Services in Urban America from Colonial Times to the Present*. Abridged Edition. Pittsburgh, Pennsylvania: University of Pittsburgh Press, 2008.



Fonte: ASCOM/APCBH.

Havia a necessidade de divulgar a reestruturação nas redes de água e esgotos em Belo Horizonte, pois ainda não havia uma entrega concreta, haja vista que os problemas sanitários pioraram no final dos anos 1960. Com isso, a comunicação da prefeitura promoveu os canos como personagens centrais nas propagandas, desde o momento que da compra até o assentamento. Em um evento celebrativo, por exemplo, Sousa Lima acompanhado de diretores municipais, vereadores e membros dos governos estadual e federal, caminhou pela Avenida Afonso Pena exibindo centenas de canos para as redes de água (acomodados nas carrocerias de caminhões) adquiridos por meio do financiamento com o BID, conforme a Figura 35. Os tubos ficaram expostos na porta da prefeitura para a população e foram exibidos antes que fizessem parte do subterrâneo da cidade. Os fotógrafos da PBH retrataram todas as etapas, desde as reuniões de gabinete entre o prefeito, até as obras nos logradouros municipais. Nesse período, as fotos de obras sanitárias, que já eram proporcionalmente abundantes no acervo, cresceram no volume, boa parte retratando o prefeito em visitas às intervenções, fato que demonstra mais uma vez a relevância política do saneamento em Belo Horizonte no final dos anos 1960.⁶⁹⁵

⁶⁹⁵ FJP, 1997, p.198.

Essa importância se deu pelo referencial simbólico do sanitarismo na capital mineira e pela questão prática da crise sanitária.

Figura 35: Tubulações de água e esgotos recém adquiridas pelo DEMAÉ expostas na porta da prefeitura. Agosto de 1968.



Fonte: ASCOM/APCBH.

Os documentos oficiais e as reportagens nos periódicos demonstram que o final da década de 1960 marcou um dos momentos mais críticos relacionados ao esgotamento sanitário e ao abastecimento de água. O DEMAÉ continuou a empregar ações paliativas para tentar atenuar a crise por meio de campanhas educativas contra o desperdício, multas, reforço no abastecimento por meio de caminhões-pipa, instalação de hidrômetros para cobrança de tarifas proporcionais ao consumo. Entretanto, as medidas não foram suficientes e os problemas se agravaram, aumentando a expectativa da população na chegada da água do rio das Velhas.⁶⁹⁶

Entretanto a prefeitura adiou, novamente, o prazo de conclusão da obra. O principal motivo alegado foi a complexidade na perfuração do túnel do Taquaril. Havia relato de desmoronamentos, de dificuldades na perfuração, de problemas logísticos, financeiros e de segurança. Com a ampliação da novela da Adutora e com a necessidade de novos recursos frente ao desafio da perfuração da Serra do Curral, se lançou mão, mais

⁶⁹⁶ FJP, 1997, p.198.

uma vez, de uma solução provisória que bombeava água por meio de tubulações que circulavam a Serra do Curral. Entretanto, esse recurso só conseguiria distribuir 1/4 da capacidade de água prevista na obra. Em 12 de dezembro de 1969, Belo Horizonte começou a receber água do rio das Velhas, fato que amenizou a crise em alguns bairros centrais. Segundo o prefeito, em reportagem do *Estado de Minas*, a obra teria consumido 85 bilhões de cruzeiros, entretanto seriam necessários mais 10 bilhões para a conclusão do túnel do Taquaril, recurso que a prefeitura não dispunha. Sousa Lima marcou uma solenidade para o dia do aniversário da capital, mas o DNOS afirmou preferir “deixar a festa para o dia em que o projeto ficar pronto.”⁶⁹⁷

O reforço no abastecimento não foi o suficiente para a solução da escassez de água em Belo Horizonte. De imediato, o alcance foi desigual com algumas regiões sem qualquer melhoria.⁶⁹⁸ Posteriormente, nos períodos de estiagem, entre maio e setembro, a escassez do líquido afetou toda a cidade. A partir do verão de 1971, apenas dois anos depois da inauguração da solução paliativa da adutora, o nível dos reservatórios da capital chegou a patamar crítico.⁶⁹⁹ Esse fato aumentou o clamor pela conclusão da obra da Adutora do Rio das Velhas, que passou a ser chamada pela população de “a obra dos 100 anos” ou “a obra de um século” em ironia ao fato da obra ser alcunhada por alguns administradores, como o Governador Rondon Pacheco (1971-1975), como a “obra do século”.⁷⁰⁰ A obsessão pela Adutora, assim como a priorização de políticas rodoviaristas em Minas Gerais, contribuíram para o adiamento de projetos indispensáveis para o saneamento da cidade, como o tratamento dos esgotos.

Com a verba do empréstimo do BID, o DEMAÉ, em 1969, contratou uma empresa para a elaboração do Plano Diretor de Esgotos que foi finalizado em 1971.⁷⁰¹ O intuito do Plano era o de nortear os investimentos para a expansão e adequação da rede de águas servidas que passava por obras emergenciais na época. O estudo relatou a falta de investimentos sistemática no sistema de esgotos desde a inauguração da cidade. De toda

⁶⁹⁷ EM, 02 de dezembro de 1969, p.14.

⁶⁹⁸ VIANNA, 1997, p.65-75; DM, segunda-feira, 22 de dezembro de 1969, p.16.

⁶⁹⁹ Segundo estudo da Fundação João Pinheiro, o nível do reservatório dos Pintos, que abastecia bairros como Gutierrez, Santo Agostinho, Prado, Carlos Prates, Barroca, Calafate e Barro Preto, que, somados, correspondiam a cerca de 40% da população de Belo Horizonte, chegou a apenas 8% de sua capacidade. (FJP, 1997, p.200).

⁷⁰⁰ EM, 12 de julho de 1973, p.4; EM, 01 de julho de 1973, p.9; EM, 03 de julho de 1973, p.12; EM, 03 de julho de 1973, capa.

⁷⁰¹ A empresa em questão foi a PLANIDRO. PBH. *Plano Diretor de Esgotos de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, Departamento de Águas e Esgotos (DEMAE), 1971.

a rede existente durante a elaboração do estudo, 60% foi construída pela CCNC e adaptada para o sistema separador absoluto (como estudado no capítulo 02). O Plano detalhou o crescimento das cidades ao redor de Belo Horizonte e os problemas decorrentes da metropolização, com o crescimento industrial que contribuiu com a poluição dos cursos de água.⁷⁰² Esse fato, somado ao crescimento do volume dos dejetos domiciliares, urgiu pela necessidade da implementação do tratamento das águas servidas. A partir dessa conclusão, o estudo propõe o planejamento de esgotos a nível metropolitano e a construção de duas estações de tratamento.⁷⁰³

Todavia, o Plano Diretor de Esgotos seguiu a mesma trajetória de planejamentos anteriores e quase nada foi implementado. O valor de investimento para a realização da primeira etapa do Plano era o equivalente ao orçamento necessário para a finalização da Adutora do Rio das Velhas e para a implementação da rede de distribuição de água. O executivo municipal priorizou o abastecimento de água e outras políticas, como o tamponamento dos córregos e a pavimentação asfáltica de ruas e ignorou o Plano. As estações de tratamento, defendidas pelos sanitaristas como essenciais desde os anos 1930, só foram implementadas com o Programa de Saneamento Ambiental das Bacias dos Ribeirões Arrudas e Onça na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PROSAM), da década de 1990.⁷⁰⁴

Sousa Lima e Pieruccetti, em documentos oficiais e na comunicação da prefeitura, reiteraram repetidamente o saneamento e os esgotos como prioridade, mas, quase que invariavelmente, desprivilegiaram, ou atenderam em partes, as recomendações técnicas que defendiam a necessidade de investimentos prementes e continuados na rede de esgotos. As águas servidas fazem parte dos subterrâneos da cidade moderna, suas obras são dispendiosas e objeto de críticas por parte de comerciantes e cidadãos incomodados com os buracos nas calçadas e nas vias públicas. Com isso, os administradores continuaram a privilegiar a água, maior demanda dos belo-horizontinos, e o asfalto, o novo símbolo do progresso. Nessa época, a justificativa para a priorização do asfaltamento ganhou novos contornos de desenvolvimentismo, de embelezamento urbano

⁷⁰² VIANNA, 1997, p.103-107; FJP, 1997, p.206-208.

⁷⁰³ Seria uma estação de tratamento para a bacia do ribeirão Arrudas e outra para a bacia do Pampulha-Onça. Ver: FJP, 1997, p.207.

⁷⁰⁴ PBH.GOV.BR. *Plano Municipal de Saneamento de Belo Horizonte 2016/2019, concluído em novembro de 2016*. Disponível em <http://pbh.gov.br>. Acesso em: 22 abr. 2023.

e até mesmo de saneamento, principalmente quando se incluía o tamponamento dos córregos.

Mesmo com a priorização das obras de abastecimento de água, o drama da seca persistiu. A cidade continuou a sofrer com as enchentes nos verões, com os casos de gastroenterite e a escassez de água nas torneiras. A falta de estimativa concreta para a conclusão da Adutora do Rio das Velhas preocupou o executivo municipal, em especial o DEMAE, pois havia o risco da não liberação dos recursos pelo BID. O contrato com o banco previa a liberação de parcelas do financiamento para a nova rede distribuidora condicionadas à conclusão de etapas específicas do sistema de adução. De fato, após uma série de percalços, a obra ficou totalmente paralisada a partir de março de 1970 com o Túnel do Taquaril ainda incompleto.

A maior prioridade manifesta da segunda gestão de Oswaldo Pieruccetti (18/08/1971, 10/04/1975), em consonância com o governo estadual e federal, foi finalizar o Túnel do Taquaril antes da transferência dos serviços sanitários para a Companhia Mineira de Águas e Esgotos (COMAG) no contexto do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA).⁷⁰⁵ O prefeito, em seu segundo mandato, priorizou a construção dos “mais modernos sistema de águas e esgoto” e elegeu os canos, especificamente os de água, como símbolos das campanhas de divulgação da prefeitura, juntamente com o “João de Barro: símbolo do trabalho de povo e prefeitura”, o logotipo da sua segunda gestão.⁷⁰⁶ Esta priorização das obras sanitárias ficou evidente nos documentos oficiais, especialmente nas fotografias da municipalidade, e em diversas campanhas publicitárias da prefeitura publicadas em Belo Horizonte e em outras cidades brasileiras, como a propaganda de uma página do periódico carioca *Correio da Manhã*, figura 36, com a representação de canos de água ao lado do João de Barro. A mesma propaganda destacou o DEMAE e afirmou que a municipalidade e o DNOS retomaram a obra do Túnel do Taquaril em agosto de 1971 após a assinatura, em abril do mesmo ano, do aditamento ao contrato de 1968 entre a PBH e o BID.⁷⁰⁷ A publicidade explicitou a reestruturação do DEMAE, que possuía “equipes especializadas de técnicos” que faziam parte de uma das “maiores indústrias de bens e serviços do país, com seus 1572 funcionários trabalhando diariamente para cada

⁷⁰⁵ Em um acordo entre a PBH e o executivo estadual, se decidiu por adiar a transferência dos serviços do DEMAE para a COMAG até a inauguração da obra da Adutora do Rio das Velhas. O executivo municipal fazia questão de inaugurar o empreendimento considerado a maior obra executada pela prefeitura até então.

⁷⁰⁶ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, domingo, 30 de abril de 1972, p.33.

⁷⁰⁷ Idem; FJP, 1997, p.201; VIANNA, 1997, p.70-75.

belo-horizontino tenha muita água e um sistema de esgotos sanitários perfeito.” Mais uma vez a municipalidade prometeu (com alarde), em curto prazo, a construção da primeira estação de tratamento de esgotos (que não foi sequer licitada). Pela narrativa da prefeitura no início dos anos 1970, os tubos trariam a redenção à Belo Horizonte, acabando com a seca que durava desde a sua inauguração. A cidade, finalmente, alcançaria sua vocação de possuir sistemas de água e esgotos modernos. A nova narrativa das obras sanitárias na administração Pieruccetti incluiu a reestruturação do DEMAÉ, que teria passado a ter “espírito empresarial”, em consonância com a política sanitária a nível nacional.

O fim da novela: A inauguração da Adutora do Rio das Velhas no contexto do PLANASA.

Em 1971, o regime militar consolidou mudanças nas políticas de saneamento por meio do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA). Segundo Rezende e Heller, o PLANASA foi, efetivamente, a primeira tentativa sistemática de uma política nacional para o setor de saneamento. O Plano se assentou no princípio da autossustentação tarifária, no qual deveria se adotar tarifas proporcionais para viabilizar a cobertura dos custos de operação e custeio dos serviços, além de gerar, quando possível, excedentes para pagar os financiamentos característicos das obras sanitárias durante a Ditadura Militar. No PLANASA, houve a decisão política de valorizar as empresas estaduais para viabilizar a maior centralização da política sanitária em modelos de gestão caracterizados pela ausência de efetiva participação social.⁷⁰⁸

Para a viabilização do Plano que pretendia aumentar a qualidade e o alcance de serviços sanitários para a crescente população brasileira, foi criado o Fundo de Água e Esgotos (FAE) que contou com financiamentos a nível estadual, federal, com contrapartidas municipais, além de recursos provenientes do FGTS.⁷⁰⁹ Em 1973, o Prefeito Oswaldo Pieruccetti e o Governador Rondon Pacheco acordaram a transferência dos serviços do Departamento Municipal de Águas e Esgotos (DEMAE) para a Companhia Mineira de Águas e Esgotos (COMAG), atendendo, assim, as condições para acessar os recursos do Plano. Com a incorporação do DEMAE, o Governo do Estado de Minas Gerais pretendia fortalecer o órgão estadual responsável pelos serviços de saneamento que, até então, atuava em poucos municípios, com o objetivo de possibilitar a aplicação do PLANASA no estado. Esse fato foi importante para a COMAG, que recebeu infraestrutura e técnicos capacitados oriundos da municipalidade, possibilitando, mais tarde, a criação e a expansão da COPASA.⁷¹⁰ Entretanto, a prefeitura solicitou realizar a transferência após a inauguração do Sistema da Adutora do Rio das Velhas, o maior empreendimento da sua história até então.

⁷⁰⁸ Segundo Heller e Rezende, o PLANASA propiciou avanços na cobertura dos serviços, mas causou conflitos entre estados e municípios, de longa duração e com consequências atuais, que dificultaram avanços em uma nova agenda para o saneamento básico. Sobre o PLANASA ver: HELLER, REZENDE, 2008; ARRETCHE, Marta T. S. *Política Nacional de Saneamento: a reestruturação das companhias estaduais*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 1999.

⁷⁰⁹ HELLER e REZENDE, 2008.

⁷¹⁰ FJP, Saneamento Básico Em Belo Horizonte, Trajetória Em 100 Anos, Os Serviços de Água e Esgoto: COPASA: Os Caminhos de uma empresa de saneamento. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1997, p. 13.

Como dito, a PBH justificou os sucessivos adiamentos para a inauguração da Adutora por problemas técnicos no Túnel do Taquaril. Entretanto, um relatório do DNOS divergiu em partes da desculpa preferencial da municipalidade. Segundo o documento sobre o Sistema do Rio das Velhas, publicado no final da década de 1960, o túnel de 1770 metros de comprimento consistiu em “trabalho e técnica bastante complicados”, no qual se adaptou soluções sofisticadas, como a utilizada na abertura do túnel da Usina Roseland, na França. Entretanto, a publicação elencou razões de ordem financeira como o principal motivo do atraso da conclusão do túnel, pois “paralisações ou decréscimos do ritmo de trabalho, vêm sobrepujando os problemas de engenharia defrontados até agora”.⁷¹¹ Os técnicos do DEMA e do DNOS, as vezes sutilmente e as vezes explicitamente, afirmaram em diversas oportunidades que havia plena capacidade técnica para concluir os trabalhos do Túnel do Taquaril. Todavia, para isso, era necessário contar com os devidos recursos financeiros, aplicados regularmente, sem cortes inesperados ou remanejamentos orçamentários. Os documentos assinados pelos engenheiros ressaltam que a adoção repetida de soluções meramente paliativas para uso político da obra, como a empregada por Sousa Lima em 1969, os atrasos nos pagamentos de fornecedores e as frequentes paralisações, contribuíram para onerar o orçamento da perfuração do túnel iniciada em 1959. Estes fatores, portanto, foram mais determinantes em atrasar a conclusão dos trabalhos do que as dificuldades de ordem técnica.⁷¹²

O túnel que atravessaria a Serra do Curral foi abundantemente fotografado pela PBH, especialmente no final da sua perfuração. As poses, algumas com a presença do prefeito, serviram para compor relatórios técnicos, para a prestação de contas e para divulgação nos periódicos locais. Se pretendia demonstrar a complexidade técnica do empreendimento, com a presença de técnicos e operários trabalhando diuturnamente para concluir a perfuração em um ambiente úmido e escuro. A figura 37, por exemplo, mostra os trabalhos de perfuração, com técnicos sujos de lama, em meio a luz escassa, com a parede de pedra maciça amparada com tábuas e escoras de ferro. Em outras poses, o prefeito visitou as obras acompanhado dos técnicos do DEMA e do DNOS, vereadores, militares e membros do executivo estadual. As fotos dessas efemérides pretendiam demonstrar uma comunhão entre os diversos órgãos em prol da finalização da empreitada. A abertura do túnel foi concluída em junho de 1973 com uma travessia simbólica, liderada

⁷¹¹ DNOS, 1967, p.64-65.

⁷¹² Idem; CASTRO E SILVA e VIANNA, 1967.

pelo prefeito e o governador, encabeçando uma fila de técnicos e de membros do executivo e legislativo. A caminhada serviu, para os administradores, como a representação de uma *conquista* sobre o meio físico. A travessia simbólica das chamadas “autoridades públicas”, representadas na figura 38, seria uma vitória da técnica, coordenada pelo prefeito, sobre a serra que impôs a maior dificuldade para que Belo Horizonte recebesse água do rio das Velhas. O último e custoso obstáculo foi, finalmente, superado.

Figura 37: Perfuração do Túnel Taquaril. Abril de 1969.



Fonte: ASCOM/APCBH.

Figura 38: Inauguração do Túnel do Taquaril, julho de 1973.



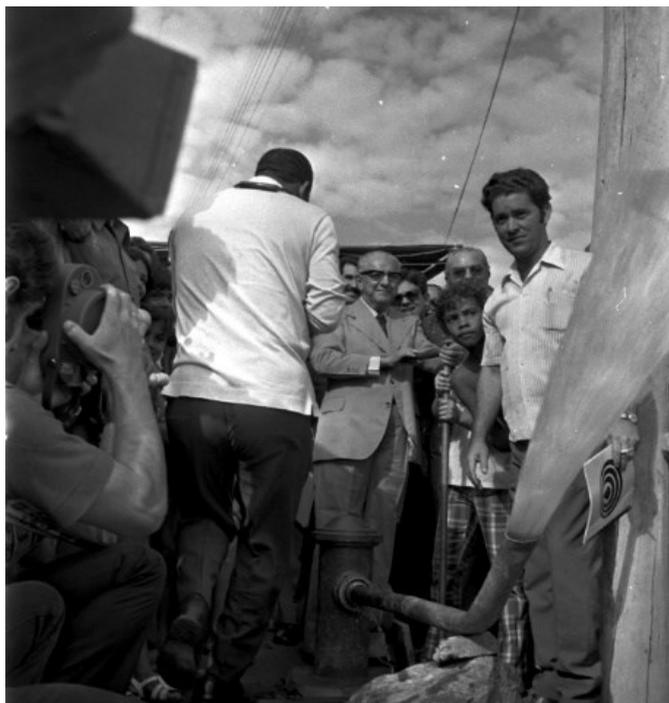
Fonte: ASCOM/APCBH.

A inauguração da “obra do século”, forma como o Governador Rondon Pacheco se referiu à Adutora durante seu discurso, foi matéria de capa da primeira edição do mês de julho dos periódicos belo-horizontinos. A capa do *Diário de Minas* relatou festividades em toda a cidade, como na avenida Afonso Pena, um dos principais eixos da cidade, que se transformou, por minutos, “numa imensa fonte, com água jorrando pelos seus hidrantes. (...) Este era o momento que toda a população da cidade aguardava há mais de 17 anos”.⁷¹³ Pieruccetti foi o responsável por abrir, cercado por crianças, o primeiro hidrante com água que atravessava o Túnel do Taquaril, fato registrado pela imprensa de todo o país, como o fotógrafo da PBH fez questão de retratar na figura 39. O *Estado de Minas* do dia 01 de julho de 1973 destacou que “o impossível aconteceu”, Belo Horizonte poderia “respirar aliviada”, pois “pode-se abrir a torneira e a água aparece.” A inauguração do novo sistema de abastecimento foi tema de várias matérias da edição do jornal que frisou o papel da imprensa que teria lutado durante os quase 20 anos do empreendimento cobrando a conclusão da obra.⁷¹⁴

Figura 39: Solenidade de inauguração da Adutora do rio das Velhas. Ao centro, abrindo a válvula, Prefeito Oswaldo Pieruccetti. Julho de 1973.

⁷¹³ DM, 03 de julho de 1973, capa.

⁷¹⁴ EM, 01 de julho de 1973, capa e p.9.



Fonte: ASCOM/APCBH.

Em outra matéria, *O diário* descreveu com minúcias os dramas da captação do rio das Velhas. Entre todas as dificuldades logísticas e orçamentárias, “a maior delas foi a perfuração do Túnel do Taquaril, que se tornou um verdadeiro drama, uma novela das mais longas”. Este seria um dos maiores feitos da história de Belo Horizonte no qual “engenheiros, técnicos e operários trabalharam 24 horas por dia. Saía uma turma, entrava outra, sem interrupção para vencer a grande montanha”.⁷¹⁵ O túnel era “considerado, mundialmente, como um dos mais difíceis até hoje perfurados”.⁷¹⁶ O texto ressoa a pretensão de subjugação do meio biofísico em prol da ordem urbana, presente também na divulgação da obra por parte da PBH. Entretanto, na própria narrativa dos membros do poder público e dos textos jornalísticos fica evidente a impossibilidade de tal feito. Os aspectos geológicos da Serra do Curral foram preponderantes na elaboração do projeto e na execução dos trabalhos, bem como na localização das estações de tratamento e das canalizações.⁷¹⁷

Conclusão

⁷¹⁵ Idem.

⁷¹⁶ Idem

⁷¹⁷ DUARTE, Regina Horta. A cidade e sua natureza: uma história ambiental de Belo Horizonte. In: BOSCHI, Caio César Boshi e DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *Estudos sobre Belo Horizonte e Minas Gerais nos trinta anos do BDMG Cultural*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2018.

A abundância de registros oficiais sobre o Túnel do Taquaril atesta a importância da obra para a cidade. Finalmente, Belo Horizonte teria solução para uma das questões mais reclamadas pela população, a água, como frisou o Prefeito Oswaldo Pieruccetti no Relatório apresentado em 1974:

O ano de 1973, como oportunamente se anunciou, representou o fim da lei seca pra Belo Horizonte. O término da perfuração do Túnel do Taquaril, em condições as mais árduas, possibilitou ainda a adução de água do rio das Velhas, abundante e de boa qualidade, para o sistema de distribuição da cidade. Afirmam os técnicos que, com esta importante realização, que o eminente Governador Rondon Pacheco disse poder considerar-se a Obra do Século, no âmbito municipal, Belo Horizonte terá seu problema de água potável resolvido até o ano 2000.⁷¹⁸

O mesmo documento destacou que, graças a transferência do DEMAÉ à COMAG, o Estado de Minas Gerais criou condições para aderir ao PLANASA, “instituído sob os melhores auspícios pelo Presidente Médici”.⁷¹⁹ No relatório quadrienal, que abarcou toda sua gestão, Pieruccetti afirmou que a Adutora, um dos maiores feitos da história da capital mineira, resolveu o problema da água, “cuja escassez já atingia limites de calamidade pública”. Nos agradecimentos pela conclusão da obra, o prefeito não citou seus antecessores, mas somente o Governador Rondon Pacheco e os presidentes Medici e Geisel, que “deram apoio e cobertura aos projetos da capital”.⁷²⁰ O chefe do executivo municipal ignorou os técnicos e operários da obra nos seus agradecimentos que estiveram na linha de frente e enfrentaram problemas econômicos, técnicos e administrativos durante a trajetória conturbada do empreendimento.

Os engenheiros do DEMAÉ atuaram de forma decisiva nas várias esferas administrativas da Adutora. A partir de instrumentos que requeriam habilidade técnica e política, costuraram soluções para questões prementes em Belo Horizonte, como o atrelamento de investimentos na rede de esgotos como cláusula para o empréstimo junto ao BID. Dessa forma, o executivo não conseguiria remanejar essa verba específica. Os mesmos técnicos garantiram legitimidade para as recorrentes desculpas no atraso do

⁷¹⁸ PBH. *Relatório do exercício de 1973 enviado à egrégia Câmara Municipal pelo Prefeito Oswaldo Pieruccetti. Março de 1974*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1974, p.1-2.

⁷¹⁹ Idem, p.2.

⁷²⁰ PBH. *Relatório do quadriênio 1971-1974 enviado à egrégia Câmara Municipal pelo Prefeito Oswaldo Pieruccetti. Março de 1975*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1975, p.4.

empreendimento, com a autoria de discursos, a publicação de relatórios e por, simplesmente, posarem com o prefeito em obras e em fotos do gabinete. Os sanitaristas da municipalidade ganharam reconhecimento na cidade, receberam reclamações em seus próprios domicílios pela falta de água e participaram dos círculos mais próximos ao prefeito. Foram, ainda, vitais na proposição de soluções paliativas ou improvisadas, muitas com pretensões fisiológicas, a mando do executivo municipal. Com isso, expandiram seu campo de atuação e conseguiram maior autonomia por meio de uma autarquia, o DEMAÉ, que se tornou referência na área sanitária a nível nacional.

A obra da Adutora é paradigmática para a demonstração da hipótese central deste trabalho. A escolha do local de captação foi fruto de uma comissão técnica, que foi instrumentalizada em prol de uma decisão considerada como a mais conveniente do ponto de vista político-administrativo entre as apresentadas para o executivo municipal. O Engenheiro Chefe do então Departamento de Água e Esgotos, DAE, referendou a escolha mesmo não a considerando como a mais adequada. As discussões em torno da obra foram abundantes na mídia mineira, com a participação de sanitaristas, de médicos, de técnicos da prefeitura e dos membros do primeiro escalão do executivo municipal. O discurso da municipalidade investiu nas obras da adutora diversos sentidos e esperanças, remontando glórias de projetos passados que tinham a pretensão de fazer uma cidade moderna e sanitária.

A “obra do século” foi tema de inúmeros editoriais e matérias de periódicos, bem como de reclamações de munícipes direcionadas aos jornais e à prefeitura. Foi tema de eventos em sindicatos patronais, de simpósios de engenharia sanitária, de reuniões do legislativo belo-horizontino. Em todas essas ocasiões, houve cobrança pela conclusão da Adutora, bem como se discutiu a necessidade para dirimir a crise sanitária em curso no município simbolizada, principalmente, pela falta de água. O empreendimento que trouxe água do rio das Velhas para Belo Horizonte é o maior exemplo da preferência manifesta pela construção de redes de água em detrimento das redes de esgotamento sanitário. A Adutora, declarada pela municipalidade como a obra mais importante da história da capital mineira até então, demonstra a complexidade do discurso sanitário em Belo Horizonte em um empreendimento considerado como redentor para a melhoria dos padrões higiênicos da cidade que teria nascido para ser sanitária e para trazer progresso e modernidade para o maior polo de Minas Gerais. A Adutora demonstra como foi possível

fazer uso político-fisiológico do sanitarismo, o alcance do assunto na imprensa da época e de como os técnicos, intencionalmente ou não, foram essenciais para essas práticas.

Saudoso blues do subterrâneo – Conclusão

Oh, get born, keep warm
Short pants, romance
Learn to dance, get dressed
Get blessed, try to be a success
Please her, please him, buy gifts
Don't steal, don't lift
20 years of schoolin' and they put you on the day shift
Look out kid, they keep it all hid
Better jump down a manhole, light yourself a candle
 Subterranean Homesick Blues, Bob Dylan, 1965.

Os subterrâneos da urbe moderna são objeto de fascínio. O desconhecido do subsolo desafia nossas pretensões de controle e aguçam a nossa imaginação, gerando várias interpretações, receios e lendas. A célebre canção de Bob Dylan, com título inspirado no romance: *Os Subterrâneos*, de Kerouac⁷²¹, possui andamento frenético, refletindo o ritmo de uma cidade. A letra retrata os subterrâneos da vida, de descontentamento social, da violência policial contra a minorias, do vazio da vida pós-moderna, da cultura produtivista e da mecanização das relações. Nesse cenário, parafraçando Dylan, melhor pular dentro de um esgoto e acender uma vela. Frequentemente ignoramos os subterrâneos urbanos, questão que a própria divulgação da prefeitura frisou em mais de uma oportunidade. O cinejornal “Era uma vez um Leitão”, por exemplo, ressaltou que a canalização do córrego, feita com a “melhor técnica (...) e *know how* todo mineiro”, com o tempo seria esquecida pela população, pois seria coberta pelo asfalto e escondida da vida urbana.⁷²² O cinejornal citado exemplifica dois aspectos discutidos nessa tese, o fato de as obras sanitárias contarem com técnicas desenvolvidas localmente e a invisibilidade delas após a conclusão.⁷²³

Na intenção de comprovar a hipótese de que o sanitarismo se tornou um símbolo belo-horizontino e propiciou elementos para um tipo de ação política, demonstramos como o discurso político belo-horizontino se apropriou do discurso sanitário e vice-versa. A nossa narrativa mostrou como essa simbiose contribuiu para elevar o sanitarismo a símbolo da capital e como foi elemento balizador de decisões políticas. As políticas

⁷²¹ KEROUAC, Jack. *The Subterraneans*. London: Penguin Classics, 2001 (original release 1958).

⁷²² ERA UMA VEZ UM LEITÃO: ENCHENTES NO CÓRREGO DE LEITÃO – BELO HORIZONTE. Museu da Imagem e do Som. Belo Horizonte: Argus Filmes, 1972. 1 vídeo (0,54 min). Publicado por Canal MIS BH. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pBaQrHhxdg>. Acesso em: 04 maio 2023.

⁷²³ Como demonstrado no capítulo 3 e 4, a prefeitura defendia o tamponamento dos córregos como “obras sanitárias”, todavia elas, efetivamente, não se enquadram nessa categoria.

sanitárias fizeram parte de utopias, evocaram visões idealizadas do passado e se apresentaram como condição para o progresso da cidade.

A municipalidade foi responsável pelo serviço de abastecimento de água e de esgotamento sanitário entre 1897 e 1973. A questão sanitária em Belo Horizonte, pelo seu dispêndio e complexidade, serviu, também, para justificativas de problemas urbanos de toda a ordem, como o trânsito, o transporte público, a questão de habitação, o abastecimento de gêneros alimentícios, o recolhimento de lixo, entre outros.⁷²⁴ Dessa forma, o sanitarismo se configurou como elemento catalizador de intervenções urbanas em Belo Horizonte e foi constantemente ressignificado por administradores públicos, legisladores, técnicos, estudiosos e cidadãos desde os primeiros anos da capital.

A tese foca especificamente a questão sanitária belo-horizontina, todavia acredito que diz respeito a temas que extrapolam os limites da capital mineira. Trabalhei com questões urbanas comuns a cidades de todo continente latino-americano. A cidade se faz no conflito, com vários interesses em torno da urbe e do sanitarismo. Analisamos a fluidez do discurso técnico-político, as visões utilitárias em relação ao meio biofísico e a pretensão de controlar esses elementos em prol da cidade. Com isso, esta tese contesta a retórica, largamente difundida, que alega a existência de um domínio técnico isento. Essa concepção serviu como artifício para membros do corpo político-administrativo evitarem questionamentos em seus atos. Isso não diminui a importância do campo técnico, pelo contrário, o discurso e as práticas sanitárias foram essenciais para políticas públicas de todos os tipos, para a expansão do poder do estado e para os projetos urbanos e de saúde pública. O que se torna claro é que a técnica e seu uso são, também, terrenos de enfrentamento político.

É preciso ressaltar que ações compulsórias, ou invasivas, relacionadas ao controle de doenças e outras políticas relacionadas ao saneamento, tiveram, e ainda têm, resultados práticos indubitavelmente positivos. Campanhas de vacinação, presentes desde os primeiros anos da República e intensificadas durante a Ditadura Militar, salvaram milhões

⁷²⁴ Prefeitos do período a partir de 1945, após a autonomia administrativa da cidade, mencionaram nos seus relatórios a dificuldade de ter que arcar com o serviço sanitário e de como isso dificultava a solução de outros problemas. No Plano-Programa do Prefeito Giannetti de 1951, por exemplo, o fluxo migratório crescente do campo em direção à cidade é apontado como uma das grandes causas do agravamento dos problemas urbanos, mas em Belo Horizonte a solução desses problemas era mais difícil em relação a outras capitais brasileiras, que tinham seus serviços públicos mantidos por outras esferas administrativas, como o governo estadual e federal. GIANNETTI, Américo René. Plano-Programa de Administração para Belo Horizonte. Apresentado pelo Prefeito à Câmara Municipal na Sessão Ordinária de 22 de junho de 1951. Belo Horizonte: Gráficos Santa Maria, 1951.

de vidas ao longo dos anos. Posturas urbanísticas, exames compulsórios para acesso a serviços públicos, realocação de moradores de áreas insalubres, entre outras ações, ajudaram a salvar vidas e a aumentar a expectativa de vida. Em Belo Horizonte, cidade fundada sob a égide do sanitarismo e onde o discurso sanitário teve ampla ressonância política no período cronológico da tese, não foi diferente. Todavia, existem ocasiões em que essas ações são mal comunicadas e desiguais.

Comprovamos nossa hipótese por meio de quatro pontos de análise divididos nos capítulos da tese. O capítulo 01 (A doença vai embora junto com a sujeira) mostrou como o sanitarismo foi central no empreendimento da mudança da capital de Minas Gerais e ofereceu maior legitimidade a atos políticos de todos os tipos. Desde antes da inauguração da Nova Capital de Minas, um tipo de discurso técnico-político foi se moldando, expandindo o campo de ação da municipalidade e justificando ações impositivas. As discussões em torno da escolha e do projeto da nova capital eram permeadas da ideia de um domínio técnico isento. Isso contribuiu para estratégias de poder que beneficiaram os técnicos e os políticos. Os primeiros firmaram seu espaço nos aparelhos do estado, os segundos distorciam argumentos técnico-científicos para justificar seus atos e para fazer politicagens de todos os tipos.

O capítulo 02, *Nem luxo, nem Lixo*, explorou as singularidades de Belo Horizonte, responsável direta pelos serviços sanitários e o único município mineiro sem autonomia administrativa. A cidade não contava com um poder legislativo efetivo, fato que resultou em instabilidade na incipiente prefeitura, prefeitos com mandatos efêmeros e dependência do aparelho estadual. A capital mineira estava defasada nos serviços urbanos, com falta de água, deficiências no recolhimento de lixo e no esgotamento sanitário. Mesmo com as falhas na limpeza da urbe, um discurso político-sanitário local se consolidou. Essa narrativa exaltava a capital mineira pelos seus aspectos higiênicos e sanitários, mas também utilizava a necessidade de investimentos vultuosos na área, ditos como prioridade, como desculpas para a não solução de problemas urbanos de todo o tipo.

O terceiro capítulo, *Lenda do Futuro*, abordou o crescimento sem precedentes a partir de 1930, período em que se consolidou o processo de metropolização de Belo Horizonte. Esse contexto trouxe desafios maiores a uma prefeitura sem autonomia e com orçamento insuficiente para responder às urgentes demandas da população. A nova realidade urbana causou a valorização ao discurso técnico, com a projeção de sanitaristas.

As avenidas radiais e as novas políticas de calçamento evidenciaram que um novo elemento começou a se firmar no cenário urbano, o asfalto. Este fato impactou as políticas sanitárias em diversos aspectos, como o tamponamento dos córregos para ampliação da malha asfáltica, a execução orçamentária (com os maiores recursos destinados ao asfaltamento e canalização) e o aumento da impermeabilização do solo, fato que contribuiu para a incidência de enchentes nos verões. A autonomia administrativa da PBH de 1947, após a redemocratização, contribuiu para maior estabilidade na administração pública e para o aumento e a capacitação do quadro dos servidores. A partir desse marco e das eleições municipais, a água ganhou ainda mais importância como elemento de barganha política.

O Capítulo 4, A cidade pó, demonstrou como o asfalto e o desenvolvimentismo se tornaram protagonistas no discurso político durante o projeto e a construção da Adutora do Rio das Velhas, obra apresentada pela municipalidade como a mais importante da história da capital mineira até então. As discussões em torno do empreendimento e como elas foram abundantes na mídia mineira, com a participação de sanitaristas, de médicos, de técnicos da prefeitura e dos membros do primeiro escalão do executivo municipal. O poder público investiu nas obras da adutora diversos sentidos e esperanças, remontando glórias de projetos passados que tinham a pretensão de fazer uma cidade moderna e sanitária. Esse empreendimento explicitou a preferência manifesta pela construção de redes de água em detrimento das redes de esgotamento sanitário. A Adutora exemplificou formas de fazer uso político-fisiológico do sanitarismo e de como os *técnicos*, intencionalmente ou não, foram essenciais para essas práticas.

O trabalho explorou um tema abrangente e relevante para discussões mais amplas sobre urbanismo, saneamento, meio ambiente e vida política na contemporaneidade. Na elaboração do trabalho buscamos desconstruir análises recorrentes na bibliografia de Belo Horizonte, que simplificam análises de planejamento urbano e de sanitarismo. Uma matéria da *Folha de São Paulo*, de 11 de fevereiro de 2023, com o título: “Como Belo Horizonte, uma cidade planejada, perdeu o trem do saneamento” agrega muitas dessas falácias. Apesar de comentários pertinentes e entrevistas com especialistas na área, o texto pecou em algumas generalizações imprecisas. Segundo o jornal, Belo Horizonte era “a Cidade planejada que desprezou o saneamento.” Depois das reflexões expressadas nesta tese podemos afirmar que, certamente, a questão sanitária na capital mineira jamais foi desprezada. Houve priorizações questionáveis, escolhas político-fisiológicas que

causaram consequências sanitárias amargas, principalmente para as camadas mais desfavorecidas da população. A descontinuidade de projetos na área, especialmente os de esgotamento sanitário, também foi recorrente. Entretanto, em nenhum momento da história político-administrativa de BH, especialmente no recorte cronológico deste trabalho, o sanitarismo foi ignorado. Pelo contrário, esse movimento de saúde pública se firmou como uma espécie de símbolo, de patrimônio da capital mineira e foi central em práticas de ação política.

As políticas em torno do saneamento básico belo-horizontino, no período estudado, eram complexas e contaram com diversos atores políticos, entre eles os técnicos que desenvolveram técnicas locais e os cidadãos que demandavam melhores condições sanitárias. Para encerrar as discussões em torno do tema é preciso ressaltar que sempre fica a percepção que, talvez, cometi injustiças com algum dos atores e atoras citados(as) no trabalho ou negligenciei alguns temas importantes que entrecruzaram o ponto focal da análise. Mas pela densidade do assunto e pela amplitude do período cronológico, foi necessário permanecer atento à questão sanitária em Belo Horizonte. Adoraria detalhar questões urbanas importantes, que também impactaram ou foram impactadas por políticas sanitárias, como os cemitérios, outros aspectos da política de saúde, de educação, de abastecimento alimentar, de habitação, entre outras, mas isso não foi possível.

Ao concluir essa tese é preciso admitir que novas perguntas me instigam. Temos ainda muitos documentos para destrinchar e aspectos da vida política de Belo Horizonte para explorar. Entretanto, a minha trajetória de pesquisa de 17 anos (completos em 2023), que começou e terminou indagando sobre os inúmeros canos nas fotografias do Fundo ASCOM/APCBH, se finda aqui. Talvez seja hora de refletir sobre outros aspectos do subterrâneo de Belo Horizonte, não os literais, mas os que ficaram escondidos em transações e práticas administrativas obscuras preservadas na rica documentação sobre a capital mineira. Ao finalizar esta longa trajetória, remonto à expressão que as Tartarugas Ninja (que abriram e, de certa forma, inspiraram esse trabalho) utilizavam todas as vezes que concluíam algo ou quando se lançavam em novas aventuras:

Cowabunga!

FONTES

BIBLIOTECA DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA (BRASIL). *Discurso Pronunciado pelo Dr. Getúlio Vargas por Ocasião de sua Posse como Chefe do Governo Provisório da República 3 de novembro de 1930*. Biblioteca da Presidência da República, 1930. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1930/03.pdf/view>. Acesso em: 26 abr. 2023.

BICALHO, Francisco de Paula. Relatório da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras. In: BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: Memória histórica e descritiva*. Belo Horizonte: FJP, 1896.

BRITO, Saturnino; IMBEAUX, Édouard. Notes sur le tracé sanitaire des villes (technique sanitaire urbaine). Préface du Dr Edm. Imbeaux. Paris: Chaix, 1916.

BRITO, Saturnino de. *Abastecimento de águas: parte geral, tecnológica e estatística*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1943.

CAMARATE, Alfredo (“Alfredo Riancho”). Por montes e vales: crônica XLVI. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. “Minas Gerais” de 25 out. 1894, p.2. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, p.172, out. 1985.

CHADWICK, Edwin. *Report on an inquiry into the sanitary condition of the labouring population of Great Britain*. London: Twelve Volumes, v. XXVI, 1842. Disponível em <https://www.parliament.uk/about/living-heritage/transformingsociety/livinglearning/coll-9-health1/health-02/>. Acesso em: 08 abr. 2023.

CONTINENTINO, Lincoln. *Saneamento e urbanismo*. Belo Horizonte: s.n., 1937.

CRISTIANO MONTEIRO MACHADO. In: *Fundação Getúlio Vargas (FGV)/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea o Brasil (CPDOC)*. Rio de Janeiro: CPODC, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cristiano-monteiro-machado>. Acesso em 04 de nov. 2022.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO (DNOS). *Abastecimento d’água de Belo Horizonte: Sistema Adutor do Rio das Velhas*. Ministério do Interior, Governo Federal, República Federativa do Brasil. Brasília, 1967.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Recenseamento geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1892.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico: 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, 1950 (Departamento de população).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico: 1960*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. (Departamento de população).

GIANNETTI, Américo René. *Plano-Programa de Administração para Belo Horizonte. Apresentado pelo Prefeito à Câmara Municipal na Sessão Ordinária de 22 de junho de 1951*. Belo Horizonte: Gráficos Santa Maria, 1951.

Metropolis Management Act 1855, An Act for the better Local Management of the Metropolis, 14th August 1855. Disponível em: <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/Vict/18-19/120/contents/enacted>. Acesso em: 08 abr. 2023.

MINAS GERAIS. Congresso Mineiro. Mensagem dirigida ao Congresso Constituinte Mineiro pelo Dr. Antônio Augusto de Lima. In: _____. *Anais do Senado mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1891.

MINAS GERAIS. *Relatório da Comissão das localidades indicadas para a nova capital (CELINC). Relatório do Engenheiro chefe da Comissão*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

MINAS GERAIS. Congresso Mineiro. *Anais do Senado Mineiro: Ata da 48ª sessão ordinária, 3 de julho de 1893: Terceira Sessão da Primeira Legislatura, no ano de 1893*. Ouro preto: Imprensa Oficial, 1893.

MINAS GERAIS. *Relatório do engenheiro-chefe para o Presidente do Estado com apresentação de projetos de canalização de água potável para a Cidade de Minas e pedido de autorização para executá-los de 24 de novembro de 1894*. Relatório. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1894. (MHAB).

MINAS GERAIS. Congresso Mineiro. Ata da sessão solene de instalação do Congresso Legislativo do Estado de Minas Gerais, em Barbacena, 7 de dezembro de 1893. In: *Anais do Congresso Mineiro em Sessão Extraordinária em Barbacena e das sessões preparatórias do Senado e da Câmara dos Deputados realizadas na mesma cidade, de 22 de novembro a 18 de dezembro de 1893*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1894.

MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. *Revista Geral dos Trabalhos*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts, 1895. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242462>. Acesso em: 08 abr. 2023.

MINAS GERAIS. *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Gerais doutor Crispim Jacques Bias Fortes ao congresso mineiro. Primeira Sessão Ordinária da Segunda Legislatura. 1895*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1895.

MINAS GERAIS. *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Gerais doutor Crispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua Segunda Sessão Ordinária da Segunda Legislatura no ano de 1896*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1896.

MINAS GERAES. Congresso Mineiro. *Annaes do Congresso Constituinte do Estado de Minas Geraes (1891)*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896.

MINAS GERAIS. *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado doutor Francisco Silviano de Almeida Brandão ao Congresso Mineiro em sua Terceira Sessão Ordinária da Terceira Legislatura no ano de 1901*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1901.

MINAS GERAIS. *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado, Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, ao Congresso Mineiro em sua 1ª sessão ordinária da 7ª Legislatura no ano de 1915*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915.

MINAS GERAIS. *Presidente, 1914-1918 (Delfim Moreira da Costa Ribeiro). Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, ao Congresso Mineiro em sua 2ª sessão ordinária da 7ª legislatura no ano de 1916*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916.

MINAS GERAIS. *Constituição (1947). Constituição do Estado de Minas (1947)*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1965.

NEVES, Lourenço Baeta. *Hygiene das cidades: com as leis e regulamentos sobre melhoramentos municipais no Estado de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1912.

NEVES, Lourenço Baeta. *Trabalhos de Engenharia Sanitária*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Caderneta n.1, 1912a.

NEVES, Lourenço Baeta. *Fornecimento de Materiais e Execução de Obras de Engenharia Sanitária*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Caderneta n.3, 1912b.

NEVES, Lourenço Baeta. *Abastecimento d'agua e esgotos de Caxambú*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, [s.n.], 1907.

OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. Rio de Janeiro, 84 ed. p.54-55, Jan. 1943. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=123021&pagfis=13276>. Acesso em 23 abr. 2023.

PBH. Sessão de Instalação, reuniões extraordinárias de agosto e setembro; reunião ordinária de setembro, outubro e novembro. In: *Anais da Câmara Municipal de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1936.

PBH. *Plano – Programa para a administração de Belo Horizonte, 1951*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1951.

PBH. *Plano. Programa de administração para Belo Horizonte. Apresentado pelo Prefeito à Câmara Municipal na sessão ordinária de 22 de junho de 1951*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1951.

PBH; DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (DEMAE). *O Abastecimento de Água e o Serviço de Esgotos em Belo Horizonte*. In: *IV Congresso*

Brasileiro de Engenharia Sanitária VIII Seminário dos Professores de Engenharia Sanitária. Brasília: 1967.

PBH. *Plano de Qualificação Urbanística Centro Lagoinha – Diagnóstico*. Belo Horizonte: SUPLAN/SMPU, 2021.

PBH. *Plano Diretor de Esgotos de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, Departamento de Águas e Esgotos (DEMAE), 1971.

PBH, PLANEJAMENTO DA REGIAO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (PLAMBEL). *O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970*. Belo Horizonte: PLAMBEL/Governo do Estado de Minas Gerais, Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana, 1979.

PIERUCCETTI, Oswaldo. “Nova BH-66”. *Balanço da administração de Oswaldo Pieruccetti. Belo Horizonte - suplemento de O Cruzeiro*. Belo Horizonte: ASA, 1966.

RMBH.GOV. *Portal Plano Metropolitano*. Disponível em: <http://www.rmbh.org.br/index.php>. Acesso em 01 de dez. 2022.

Relatórios de Prefeitos

PBH. *Conselho Deliberativo da Cidade de Minas apresentada em 19 de setembro de 1900 pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro 1899 – 1900*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1900.

PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro. 12 de setembro a 31 de agosto de 1899 - 1902*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1902.

PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em 10 de setembro de 1903*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1903.

PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da cidade de Belo Horizonte pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em setembro de 1904 a 1905*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1905.

PBH. *Relatório apresentado aos Srs. membros do Conselho Deliberativo pelo prefeito interino Dr. Antônio Carlos Ribeiro e Andrada [dois relatórios encadernados juntos: 1905 e 1906]*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1906.

PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamim Jacob em 28 de setembro de 1907*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1907.

PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamim Jacob em 16 de setembro de 1906*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1908.

PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamin Brandão em janeiro de 1910, sobre assuntos referentes ao ano decorrido de agosto de 1908 a setembro de 1909.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1909.

PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo com o projeto de orçamento para 1911, pelo prefeito Dr. Olyntho Meirelles em novembro de 1910.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1910.

PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles em 16 de setembro de 1911.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1911.

PBH. *Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles em setembro de 1912.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1912.

PBH. *Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Cornélio Vaz de Mello em setembro de 1915.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915.

PBH. *Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Cornélio Vaz de Mello em setembro de 1916.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916.

PBH. *Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Cornélio Vaz de Mello em setembro de 1917.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917.

PBH. *Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Affonso Vaz de Mello em outubro de 1918.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1918.

PBH. *Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Affonso Vaz de Mello em setembro de 1919.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1919.

PBH. *Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Affonso Vaz de Mello em setembro de 1920.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1920.

PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flavio Fernandes dos Santos.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1922.

PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flavio Fernandes dos Santos. Setembro de 1923.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1923.

PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flavio Fernandes dos Santos. Setembro de 1924.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1924.

PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flavio Fernandes dos Santos. Setembro de 1925.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1925.

PBH. *Relatório de 1926, apresentado pelo prefeito Christiano Machado. Outubro de 1926.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926.

PBH. *Relatório do primeiro ano da administração municipal no quadriênio iniciado em 1926, outubro de 1927.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1927.

PBH. *Mensagem apresentada ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Christiano Monteiro Machado. Outubro de 1928.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1928.

PBH. *Mensagem apresentada pelo prefeito Christiano Monteiro Machado ao Conselho Deliberativo de Belo Horizonte em 10 de outubro de 1928. Relatórios Anexos.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1929.

PBH. *Relatórios apresentados ao prefeito pelos diretores e chefes de serviço da Prefeitura de Belo Horizonte em outubro de 1930.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1930.

PBH. *Relatório geral dos serviços do novo abastecimento d'água de Belo Horizonte apresentado ao prefeito Alcides Lins, pelo engenheiro Octacílio Negrão de Lima, chefe dos serviços. 1930.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1930.

PBH. *Relatório da Diretoria Geral de Obras, relativo ao ano de 1931 apresentado ao prefeito Luiz Penna.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1931.

PBH. *Relatórios da Diretoria Geral das Obras relativos ao ano de 1931, apresentado ao prefeito Luiz Penna.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1933.

PBH, *Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Governador Benedicto Valladares Ribeiro pelo prefeito Octacílio Negrão de Lima e relativo ao período administrativo de 1935-1936.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1936.

PBH. *Mensagem à Câmara Municipal em 7 de agosto de 1936. Prefeito de Belo Horizonte Octacílio Negrão de Lima.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1936.

PBH. *Relatório sobre a situação econômico-financeira do Município de Belo Horizonte, referente ao exercício de 1936, apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Dr. Octacílio Negrão de Lima. [15 de janeiro de 1937].* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1937.

PBH. *Relatório de 1937. Apresentado a S. Excia. o Sr. Governador Benedicto Valladares Ribeiro pelo prefeito de Belo Horizonte*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1937.

PBH. [Relatório do prefeito Juscelino Kubitschek Oliveira para o Governador Benedicto Valladares Ribeiro, 1940-1941](#). Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1942.

PBH. *Relatório do exercício de 1948. Prefeito Octacílio Negrão de Lima*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1948.

PBH. *Relatório do exercício de 1949 apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Octacílio Negrão de Lima*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1949.

PBH. *Relatório geral dos serviços do novo abastecimento d'água de Belo Horizonte apresentado ao prefeito Alcides Lins, pelo engenheiro Octacílio Negrão de Lima, chefe dos serviços*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950.

PBH. *Relatório do prefeito Américo René Giannetti apresentado ao presidente da Câmara Municipal [título atribuído]*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1951.

PBH. *Relatório de 1952 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Américo René Giannetti*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1952.

PBH. [Relatório de 1953 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Américo René Giannetti](#). Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953.

PBH. *Relatório de 1953 - volume II- Prestação de contas. Apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Américo René Giannetti*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953.

PBH. *Prestação de contas do executivo municipal relativa ao exercício de 1954 encaminhada à egrégia Câmara dos Vereadores em fevereiro de 1955*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955.

PBH. *Relatório Anual de 1956 [Celso Mello de Azevedo]*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956.

PBH. *Relatório de 1957 apresentado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Celso Mello Azevedo. Fevereiro de 1958*. Relatório. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1957.

PBH. *Relatório de 1959 apresentado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Amintas de Barros. Fevereiro de 1960*. Relatório. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1960.

PBH. *Relatório de 1961 apresentado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Amintas de Barros. Fevereiro de 1962*. Relatório. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1962.

PBH, *Relatório de 1962 apresentado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Amintas de Barros. Fevereiro de 1963.* Relatório. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1963.

PBH. *Relatório de 1963 apresentado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Jorge Carone Filho. Fevereiro de 1964.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1964.

PBH. *Relatório do exercício de 1967 enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Gonzaga de Sousa Lima. Janeiro de 1968.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1968.

PBH. *Relatório do exercício de 1968 enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Gonzaga de Sousa Lima. Belo Horizonte, março de 1969.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1969.

PBH. *Relatório do exercício de 1973 enviado à egrégia Câmara Municipal pelo Prefeito Oswaldo Pieruccetti. Março de 1974.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1974.

PBH. *Relatório do quadriênio 1971-1974 enviado à egrégia Câmara Municipal pelo Prefeito Oswaldo Pieruccetti. Março de 1975.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1975.

Documentos Jurídicos (Lei / Decretos / Ofícios)

BELO HORIZONTE. *Lei municipal nº 275 de 12 de setembro de 1899.* Institui na capital do estado um conselho deliberativo eleito pelo povo da mesma capital e contém outras disposições: lei nº 275 de 12 de setembro de 1899. Belo Horizonte: Câmara Municipal de Belo Horizonte, 1899.

BELO HORIZONTE. *Lei municipal nº 173 de 2 de outubro de 1919.* Estabelece a obrigatoriedade da construção de fossas nas áreas não atendidas pelo serviço de esgotamento sanitário: lei nº 173 de 2 de outubro de 1919. Belo Horizonte: 1919.

BELO HORIZONTE. *Decreto-Lei municipal nº 84, de 21 de dezembro de 1940.* Aprova o Regulamento de Construções da Prefeitura de Belo Horizonte: lei nº 84, de 21 de dezembro de 1940. Belo Horizonte: Câmara Municipal de Belo Horizonte, 1940.

BELO HORIZONTE. *Lei municipal nº 51, de 21 de novembro de 1948.* Dispõe sobre a reforma dos serviços da prefeitura: lei municipal nº 51, de 21 de novembro de 1948. Belo Horizonte: Leis municipais de Belo Horizonte, 1948.

BELO HORIZONTE. *Lei municipal nº 232 de 8 de setembro de 1951.* Cria o serviço do plano diretor e dá outras providências: lei municipal nº 232 de 8 de setembro de 1951. Belo Horizonte: Câmara Municipal de Belo Horizonte, 1951.

BELO HORIZONTE. *Lei municipal nº 333 de 8 de maio 1953.* Dispõe sobre a organização administrativa da prefeitura de belo horizonte, e dá outras providências: lei

municipal nº 333 de 8 maio de 1953. Belo Horizonte: Leis municipais de Belo Horizonte, 1953.

BELO HORIZONTE. Decreto-Lei municipal nº 568 de 6 de setembro de 1956. Altera e amplia dispositivos da lei municipal nº 519, de 29 de novembro de 1955 e dá outras providências. Lei nº 568 de 6 de setembro de 1956. Belo Horizonte. Leis Municipais de Belo Horizonte, 1956.

BELO HORIZONTE. *Lei municipal nº 814, de 19 de dezembro de 1959*. Autoriza o Prefeito a alienar imóveis, abrir crédito e dá outras providências: lei municipal nº 814, de 19 de dezembro de 1959. Belo Horizonte: Leis municipais de Belo Horizonte, 1959.

BELO HORIZONTE. *Lei Municipal nº 1024, de 16 de maio de 1963*. Institui a “Semana da Limpeza”. Lei Municipal nº 1024, de 16 de maio de 1963. Belo Horizonte: Câmara Municipal de Belo Horizonte, 1963.

BELO HORIZONTE. *Lei municipal nº 1377 de 4 de Julho de 1967*. Dispõe sobre o serviço de coleta de lixo e dá outras providências”, determinou multa para quem jogar lixo em via pública: lei municipal nº 1377 de 4 de Julho de 1967. Belo Horizonte: Leis Municipais de Belo Horizonte, 1967.

BELO HORIZONTE. *Lei municipal nº 1479 de 26 de Abril de 1968*. Regulamenta a Queima de Lixo: *Lei municipal nº 1479 de 26 de Abril de 1968*. Belo Horizonte: Leis Municipais de Belo Horizonte, 1967.

BELO HORIZONTE. *Portaria nº 1384 de 13 de abril de 1965*. Legislação Municipal Impressa 1891 – 1986.

BELO HORIZONTE. *Portaria nº 1419, de 25 de outubro de 1965*. Legislação Municipal Impressa 1891 – 1986.

BELO HORIZONTE. *Lei municipal nº 1265 de 10 de agosto de 1966*. Autoriza o prefeito a garantir operações de financiamento. Legislação Municipal Impressa: Belo Horizonte, 1967.

BELO HORIZONTE: *Lei municipal nº 7.165, de 27 de agosto de 1996*. Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte: lei municipal nº 7.165, de 27 de agosto de 1996. Belo Horizonte: 1996. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/Lei_7165_Plano_Diretor.pdf. Acesso em 06 julho 2023.

BRASIL. *Lei nº 4.089, de 13 de junho de 1962*. Dispõe sobre a instituição do Fundo Nacional de Obras de Saneamento. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 14 jun. 1962. Seção 10.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Decreto nº 56.752, de 18 de Agosto de 1965*. Ementa: Dispõe sobre a criação do Grupo Executivo do Fundo Nacional de Financiamento para abastecimento d'Água (GEF), previsto no Convênio DNOS/USAID. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 19 de agosto de 1965. Seção 1. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56752-18-agosto-1965-397271-norma-pe.html>. Acesso em: 26 de abr. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Lei nº 5.192 de 20 de dezembro de 1966*. Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.545.000.000 em favor do Departamento Nacional de Obras e Saneamento para as obras de abastecimento d'água de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 20 dezembro de 1965.

MINAS GERAIS. Decreto estadual nº 680, de 14 de fevereiro de 1894. Regula o Disposto no Art. 2º da Lei nº 3 de 17 de dez. de 1893, Adicional À Constituição do Estado. In: *Coleção das Leis e Decretos de Minas Gerais*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, col. 1, 1894.

MINAS GERAIS. Lei Adicional nº 3, de 17 de dezembro de 1893. Comissão Construtora da Nova Capital. *Revista Geral dos Trabalhos*. Rio de Janeiro. v. II, abr – ago. 1895.

MINAS GERAIS. Ofício nº 26, de 23 de março de 1895. Comissão Construtora da Nova Capita. *Revista geral dos trabalhos*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts, abr. 1895.

MINAS GERAIS. Decreto estadual nº 1.088, de 29 de dezembro de 1897. Cria a Prefeitura da Cidade de Minas Gerais. In: *Legislação Mineira, Assembleia Legislativa de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial: 29 dez. 1897. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=1088&comp=&ano=1897>. Acesso em: 11 julho de 2022.

MINAS GERAIS. *Decreto estadual nº 1093, de 3 de janeiro de 1898*. Declara Extinta a Comissão Construtora da Nova Capital e Dá Providências para a Continuação das Obras em Andamento. Decreto nº 1093, de 3 de janeiro de 1898. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 03 de jan. 1898.

MINAS GERAIS. Lei estadual nº 546 de 27 de setembro de 1910. Autoriza o Presidente do Estado a Promover Obras de Saneamento e Outros Melhoramentos nos Municípios. In: *Legislação Mineira, Assembleia Legislativa de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial: 1910. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=546&comp=&ano=1910>. Acesso em 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. *Lei estadual nº 832 de 15 de setembro de 1922*. Plano Definitivo para a Cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Câmara Municipal de Belo Horizonte, 1922.

MINAS GERAIS. Lei estadual nº 363, de 4 de Setembro de 1930. Revogada pela Lei nº 6.370, de 12 de agosto de 1993 (Item 358 – Anexo I). Approva o regulamento geral de construções em Bello Horizonte. In: *Câmara Municipal de Belo Horizonte*. Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa>. Acesso em 21 de abr. 2023.

MINAS GERAIS. *Decreto estadual nº 9768 de 15 de dezembro de 1930*. O conselho deliberativo foi fechado em 15 de dezembro de 1930, por meio do Decreto nº 9790 de 1930. Belo Horizonte: Pró Memória, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1930.

MINAS GERAIS. *Decreto estadual nº 48, de 4 de maio de 1935*. Autoriza o prefeito de belo horizonte a proceder à reforma do regulamento geral da prefeitura. Decreto estadual nº 48, de 4 de maio de 1935. Belo Horizonte, Leis Estaduais, 1935.

Páginas consultadas

BBCNEWSBRASIL. *'Verão do descontentamento': Reino Unido enfrenta greves e boicotes por alta de preços*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62685192>. Acesso em: 30 mar. 2023.

CAU/MG: 122 anos da primeira cidade moderna planejada do Brasil. Disponível em: <https://www.caumg.gov.br/122-anos-da-primeira-cidade-planejada-do-brasil/>. Acesso em: 05 abr. 2023.

EBB&FLOW. *Tapping into the History of New York City's Water A Collaboration between the New York City Municipal Archives and the Museum of American finance*. Disponível em: <https://www.archives.nyc/ebb-flow>. Acesso em 06 jun. 2023.

EM.COM.BR. *Restaurantes, pizzarias e pastelaria são alagados com forte chuva em Belo Horizonte*. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/01/28/interna_gerais,1117723/restaurntes-pizzarias-e-pastelaria-sao-alagados-com-forte-chuva-em-b.shtml. Acesso em: 07 abr. 2023.

EM.COM.BR. *Copasa faz operação para identificar roubo de água; são estimadas 300 mil ligações irregulares*. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/11/11/interna_gerais,1203731/copasa-faz-operacao-para-identificar-roubo-de-agua.shtml. Acesso em: 06 julho 2023.

EM.COM.BR. *Lixômetro da Praça Sete acumula peso equivalente a mais de 7 elefantes*. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/12/14/interna_gerais,1013387/lixometro-da-praca-sete-acumula-peso-equivalente-a-mais-de-7-elefantes.shtml. Acesso em: 06 julho 2023.

INFLATIONTOOL. *Inflation calculator - US Dollar*. Disponível em: <https://www.inflationtool.com/us-dollar>. Acesso em 11 abr. 2023.

NYCOPENDATA. *Open Sewer Atlas NYC*. Disponível em: <https://opendata.cityofnewyork.us/projects/open-sewer-atlas-nyc/>. Acesso em: 06 jun. 2023.

PBH.GOV.BR. *Alerta Enchentes*. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/saude/Enchentes%20Atualizado.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2023.

PBH.GOV.BR. *Estatísticas e indicadores, indicadores demográficos e socioeconômicos de Belo Horizonte*. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/estatisticas-e-indicadores>. Acesso em: 09 maio 2023.

PBH.GOV.BR. *Prefeito transfere seu gabinete para centro de operações a partir desta quinta*. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prefeito-transfere-seu-gabinete-para-centro-de-operacoes-partir-desta-quinta>. Acesso em: 07 abr. 2023.

PBH. GOV.BR. *Plano Municipal de Saneamento de Belo Horizonte 2016/2019, concluído em novembro de 2016*. Disponível em <http://pbh.gov.br> .Acesso em: 22 abr. 2023.

PBH.GOV.BR. *Lixômetro registra 21 toneladas de resíduos coletados na Praça Sete*. Disponível em: <http://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/lixometro-registra-21-toneladas-de-residuos-coletados-na-praca-sete>. Acesso em: 06 julho 2023.

SNIS.GOV.BR. *Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - Série Histórica, ano de 2019*. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

OTEMPO.COM.BR. *Copasa e Cemig combatem gatos de água e luz em megaoperação na Grande BH*. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/copasa-e-cemig-combatem-gatos-de-agua-e-luz-em-megaoperacao-na-grande-bh-1.2442513> . Acesso em: 06 julho 2023.

UNICEF.ORG. *Lavar as mãos com sabão – fundamental na luta contra o coronavírus – está "fora de alcance" para bilhões*. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/lavar-maos-com-sabao-fundamental-contracoronavirus-fora-de-alcance-de-bilhoes>. Acesso em: 15 fev. 2021.

Periódicos (Jornais / Revistas)

Correio da Manhã, 06 de dezembro de 1956.

CM, Rio de Janeiro, 30 de abril de 1972.

CM, 30 de abril de 1972.

O Diário, 02 de julho de 1960.

O Diário, dia 03 de fevereiro de 1961.

Diário de Minas, 21 de abril de 1954.

DM, 20 de fevereiro de 1955.

DM, 03 de janeiro de 1956.

DM, 18 de janeiro de 1956.

DM,19 de janeiro de 1956.

DM, 02 de fevereiro de 1956.

DM, 05 de dezembro de 1956.

DM, 08 de dezembro de 1956.

DM, 25 de dezembro de 1956.

DM, 01 de outubro de 1958.

DM, 07 de outubro de 1958.

DM, 12 de outubro de 1958.

DM, 27 de fevereiro de 1959.

DM, 26 de janeiro de 1960.

DM, 10 de fevereiro de 1960.

DM, 26 de fevereiro de 1960.

DM, 19 de abril de 1960.

DM, 24 de abril de 1960.

DM, 02 de dezembro de 1960.

DM, 08 de setembro de 1962.

DM, 09 de agosto de 1962.

DM, 26 de agosto de 1962.

DM, 02 de julho de 1966.

DM, 24 de janeiro de 1967.

DM, 03 de março de 1967.

DM, 03 e 04 de dezembro de 1967.

DM, 01 de julho de 1967.

DM, 06 e 07 de outubro de 1968.

DM, 05- 08 e 12 de novembro de 1968.

DM, 22 de dezembro, 1969.

DM, 03 de julho de 1973.

Diário da Tarde, 16 de junho de 1936.

Estado de Minas, 04 de outubro de 1934.

EM, 29 de fevereiro de 1948.

EM, 02 de março de 1948.

EM, 07 de dezembro de 1950.

EM, 12 de dezembro de 1950.

EM, 15 de dezembro de 1950.

EM, 02 de outubro de 1965.

EM, 09 de outubro de 1965.

EM, 10 de outubro de 1965.

EM, 13 de outubro de 1965.

EM, 14 de outubro de 1965.

EM, 02 de dezembro de 1969.

EM, 05 de dezembro de 1969.

EM, 12 de julho de 1973.

EM, 01 de julho de 1973.

EM, 03 de julho de 1973.

Folha de Minas, 15 de junho de 1934,

FM, 31 de outubro de 1934.

FM, 19 de outubro de 1934.

FM, 29 de fevereiro de 1948.

FM, 25 de agosto de 1950.

Folha de São Paulo, 11 de fevereiro de 2023

Jornal de Minas, 04 de maio de 1973.

Jornal de Montes Claros, 29 de agosto de 1960.

O Pharol, 04 de julho de 1893.

Revista Alterosa, número 66, outubro de 1945.

Revista Econômica, número 01, junho de 1935.

Revista Econômica, número 02, julho de 1935.

Revista Silhueta, número 01, Março de 1932.

Revista Silhueta, número 03, Maio de 1932.

The New York Times, february 13, 1965.

Última Hora, 04 de abril de 1961.

UM, 06 de abril de 1961.

Inventário

APCBH. *Fundo Secretaria da Fazenda*. Acervo fazendário, CC0301011170.

APCBH. *Fundo Secretaria da Fazenda*. Acervo fazendário. CC301011170.

Inventário Sumário do Dossiê da Comissão Especial destinada a apurar as causas sobre o rompimento da Barragem da Pampulha 1936-1956.” (BRA.30000. APCBH//AC.00.00.00-01).

Cinejornais

BELO HORIZONTE – AS AGUAS VÃO ROLAR. Museu da Imagem e do Som. Belo Horizonte: Plantel Produções, 1973. 1 vídeo (3,31 min). Publicado por Canal MIS BH. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pBaQrHhxxdg>. Acesso em: 04 maio 2023.

ERA UMA VEZ UM LEITÃO: ENCHENTES NO CÓRREGO DE LEITÃO – BELO HORIZONTE. Museu da Imagem e do Som. Belo Horizonte: Argus Filmes, 1972. 1 vídeo (0,54 min). Publicado por Canal MIS BH. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pBaQrHhxxdg>. Acesso em: 04 maio 2023.

Entrevistas

HELLER, Leo. Novo marco legal do saneamento vai na contramão do que se vê hoje no mundo. *Entrevista cedida a UFMG Educativa*. UFMG Educativa. Belo Horizonte, sexta-feira, 17 de julho 2020. Disponível em:

<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/novo-marco-legal-do-saneamento-vai-na-contramao-do-que-se-ve-hoje-no-mundo-afirma-leo-heller>. Acesso em: 06 julho 2023.

SOUZA, Luiz. Entrevista no Programa Cestas da Memória do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. *Entrevista concedida a Yuri Mello Mesquita*. Belo Horizonte, junho de 2012.

VENTURA, Deisy. *Brasil falhou em todos os aspectos na resposta à pandemia*. Entrevista cedida a UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/07/01/brasil-falhou-em-todos-os-aspectos-na-esposta-a-pandemia-diz-especialista-da-usp.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 03 mar. 2021.

VIANNA, Newton; VIANNA, Dalmo. Entrevista durante o Programa Cestas da Memória do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. *Entrevista concedida a Yuri Mello Mesquita*. Belo Horizonte, 5 jun. 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. *Vastos subúrbios da nova capital: formação de espaços urbanos na primeira periferia de Belo Horizonte*. 2006. 445f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco (org.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930 – 1990): Crescimento, Modernização e Política Externa*. v.1, Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2006.

ALDEMAN, Jeffry. *Urban planning and reality in republican Brazil: Belo Horizonte, 1890-1930*. 1974. 275f. Tese (Doutorado em História) – Indiana University, Bloomington. Acervo Biblioteca da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 1974.

ALMANDOZ, Arturo (org.) *PLANNING LATIN AMERICA'S CAPITAL CITIES – 1850-1950*. Londres: Routledge, 2002.

ANDRADE, Gênese. *Modernismos 1922-2022*. São Paulo: Companhia das Letras, 1922.

ARANTES, Antônio. "A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano". *Revista do Patrimônio-IPHAN*, Ministério da Cultura, n. 23, 1994.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE (APCBH). Arreguy, Cíntia Aparecida Chagas; Ribeiro, Raphael Rajão (coords.). *Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Centro-Sul*. Belo Horizonte: APCBH/ACAP-BH, 2008.

ARRETCHE, Marta T. S. *Política Nacional de Saneamento: a reestruturação das companhias estaduais*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 1999.

ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). *As políticas da política: Desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT*. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

ARRUDA, Rogério Pereira. Belo Horizonte e La Plata: cidades-capitais da modernidade latino-americana no final do século XIX. *Revista de História Comparada*, v. 6, n.1, p.85-123, 2012.

ASSIS, Eleonora Sad de. *Impactos da forma urbana na mudança climática: método para previsão do comportamento térmico e melhoria de desempenho do ambiente urbano*. 2000. 273f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

AUGÉ, Marc. *Non-places: Introduction to an anthropology of supermodernity*. Translated by John Howe. London, 1995.

BAHIA, Denise Marques. *A arquitetura política e cultural do tempo histórico na modernização de Belo Horizonte (1940-1945)*. 2011. 179f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

BARBOSA, Daniel Henrique Diniz; BARBOSA, Lidiany Silva. Elites Técnicas, Estado e Desenvolvimento Regional em Minas Gerais na Era Vargas. *Caderno CRH*. Salvador, v. 23, n. 58, p.111-128, jan-abr. 2010.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história antiga e história média*. 2º ed. Belo Horizonte: FJP/CEHC, 1995.

BARROS, Gelka Arruda de. *Para a família do Brasil: o cultivo do corpo e a diversão em Belo Horizonte nas páginas da revista Alterosa (1939 1945)*. 2018. 263f. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer), Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

BENJAMNIN, Walter. *Little History of Photography. Selected Writings*. v. 2: 1927 – 1934. *The Belknap Press of Harvard University Press*. Cambridge, Massachusetts, and London: England, 1999.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BOTELHO, Danilo. *Belo Horizonte underground: os sistemas de saneamento e as canalizações dos cursos d'água na nova capital de Minas Gerais*. 2018. 245f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

_____. *O éthos urbanístico do Acaba Mundo: estabilização, manutenção e reprodução do modelo de canalizações de cursos d'água desde a construção de Belo Horizonte*. 2020. 330f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

BRAILOVSKY, Antonio Elio y Dina Foguelman. *Memoria verde, historia ecológica de la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 1997.

BUENO, Clodoaldo. "Alinhamento e desenvolvimento associado (1946-1961)". In CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3ª edição ampliada, Brasília: UNB, 2008.

BURGI, Sérgio. *Introdução à preservação e conservação de acervos fotográficos: técnicas, métodos e materiais*. Rio de Janeiro: INFoto/Funarte, 1985.

BURIAN, Steven J.; *et all.* Urban Wastewater Management in the United States: Past, Present, and Future. *Journal of Urban Technology*, v. 7, n. 3, p.33-62, 2000.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2019.

CARDELLINI, Andrea. *Anteprojeto do Sistema Distribuidor de Água de Belo Horizonte: Memoria técnico, orçamento, especificações e peças gráficas*. Belo Horizonte: DEMA/E/Hidroeletra Nacional, 1961.

CARSALADE, Flávio de Lemos. *Pampulha. BH. A Cidade de cada um*. Belo Horizonte: Conceito, v.10, 2007.

CASTRIOTA, Leonardo; PASSOS, Luiz. "O Estilo Moderno". Arquitetura em Belo Horizonte nos anos 30 e 40. In: CASTRIOTA, Leonardo (org.). *Arquitetura da Modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG/IAB-MG, 1998.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Perspectivas da Pampulha na Belo Horizonte no limiar do Século XXI. In: FINGUERUT, Silvia; CASTRO, Mariângela. *Igreja da Pampulha: restauro e reflexões*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.

CASTRO E SILVA, Paládio Barroso; VIANNA, Newton dos Santos. "O Abastecimento de Água e o Serviço de Esgotos de Belo Horizonte." In: *IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária; VIII Seminário dos Professores de Engenharia Sanitária*. Brasília, 1967.

CASTRO-SANTOS, Luiz A. *Power, ideology, and public health in Brazil (1989-1930)*. PhD Thesis, Harvard University, 1987.

CAVALCANTI, Lauro. *Moderno e brasileiro: A história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CERTEAU, Michel de. "Walking in the City". In: _____. *The Practice of Everyday Life*. Translated by Steven Rendall. Berkeley. Los Angeles: University of California Press, 1984.

CERVANTES César Federico Macías; VALDÉS, José Luis Lara (coords.). *Relatos de Agua. Agua y sociedades en el centro occidente de México através del tiempo*, 1ªed. Guanajuato: Universidad de Guanajuato, 2021.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3ª ed. Ampliada. Brasília: UNB, 2008.

_____. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAPLIN, Susan E. *Cities, sewers and poverty: India's politics of sanitation*. Environment and Urbanization: v. 11, n. 1, april, 1999.

_____. *Cities, sewers and poverty: India's politics of sanitation*. Environment and Urbanization, v. 11, n. 1, April, 1999; HEATH, Iona. Let's get tough on the causes of health inequality. PCM, US National Library of Medicine. June, 2007.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades: uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

COLUSSI, Eliane Lucia; BALBINOT, Antônia Valmíria. Propaganda e educação sanitária na década de 1970: “Povo desenvolvido é povo limpo” In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto alegre, v. 15, n. 28, p.253-275, dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.7973>. Acesso em: 17 abr. 2023.

CONTINENTINO, Lincoln. Conferência do engenheiro Lincoln Continentino sobre urbanismo, realizada no Rotary Club, em 1934. Arquitetura, Belo Horizonte, n. 2, jun. 1935. In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Históricos e Culturais. *100 anos de Modernidade: anuário da arquitetura de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 2001. v. 9, v.1, Biblioteca: FJP, 2001.

CORDEIRO SOUZA, Tatiane. *Plantas Ornamentais: Nichos Ecológicos do Parque Municipal Américo Renê Giannetti*. Lavras: Editora Universidade Federal de Lavras, 2009.

COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

COSTA, Helouise. Da fotografia de imprensa ao fotojornalismo. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.6, n.I-2, p. 75-86, jan-dez 1993.

_____. *Habitação e Produção do Espaço em Belo Horizonte*. In: MONTE-MOR, Roberto L. (coord.) *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR / UFMG: PBH, 1994.

CRONON, William (org). *Uncommon Ground – rethinking the human place in nature*. New York: W.W. Norton & Company, 1996.

DAGENAIS, Michèle; DURAND, Caroline. “Cleansing, Draining, and Sanitizing the City: Conceptions and Uses of Water in the Montreal Region.” *The Canadian Historical Review*, v. 87, n. 4, p.621-651, dec. 2006.

DIAMANT, Rolf. The Olmsteds and the Development of the National Park System In: LAWLISS, Lucy, et al. *The Master List of Design Projects of the Olmsted Firm 1857–1979*. District of Columbia: National Association for Olmsted Parks and National Park Service, 2008.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Bomtempo, 2006.

DIAS, José Luciano de M. Engenheiros. In: GOMES, Ângela M. de Castro (org.) *Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na Industrialização Mineira*. Belo Horizonte: editora UFMG, 1981.

_____. *A questão regional e as políticas governamentais no Brasil*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2001.

_____. : A industrialização mineira após 1930. In: SZMRECSÁNYI, Tamás, SUZIGAN, Wilson (org.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/ABPHE/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002.

DUARTE, R. H.; OSTOS, N. S. “Entre ipês e eucaliptos”. *Nômades*. Bogotá, n. 22, p.74-85, abril, 2005.

DUARTE, Regina Horta. “Por um pensamento ambiental histórico: O caso do Brasil”. *Luso-Brazilian Review*, v. 41, n. 2, 2005.

_____. “À sombra dos ficus: cidade e natureza em Belo Horizonte”. *Ambiente & Sociedade*. Campinas, v. X, n. 2, p.25-44, jul-dez. 2007.

_____. “*Nem parece que a gente está no Brasil*”: Country clubs e condomínios privados numa cidade brasileira, Belo Horizonte, 1951-1964. Belo Horizonte: MIMEO, 2011.

_____. “It Does Not Even Seem Like We Are in Brazil:’ Country Clubs and Gated Communities in Belo Horizonte, Brazil, 1951-1964”. *Journal of Latin American Studies*, v. 44, p.435-466, 2012.

_____. 'Eu quero uma casa no campo': a busca do verde em Belo Horizonte, 1966-1976. *Topoi (Online): revista de história*, v.15, p.159-186, 2014.

_____. A cidade e sua natureza: uma história ambiental de Belo Horizonte. In: BOSCHI, Caio César; DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *Estudos sobre Belo Horizonte e Minas Gerais nos trinta anos do BDMG Cultural*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2018.

DULCI, Otávio Soares (coord.). *As Constituintes mineiras de 1891, 1935 e 1947: uma análise histórica*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1989.

_____. Política e recuperação econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. “João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro”. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

EAKIN, Marshall C. *Tropical Capitalism: The Industrialization of Belo Horizonte, Brazil*. New York: Palgrave, 2001.

ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008.

ENGELS, Friedrich. *The Condition of the Working Class in England*. English edition. New York: 1887. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/condition-working-class-england.pdf>. Acesso em: 08 dez.

ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development: the Making and Unmaking of the Third World*. Nova York: Princeton University Press, 1995.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Rodrigues Alves. *Apogeu e Declínio do Presidencialismo*. v.I. São Paulo: José Olímpio, 1973.

_____. *Um estadista da República: (Afonso de Melo Franco e seu tempo)*. Rio de Janeiro: J Olympio, 1955.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14ª ed. São Paulo: Edusp, 2019.

FONSECA, Cristina Maria O. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945): Dualidade Institucional de um Bem Público*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. (Coleção História e Saúde).

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FUNDAÇÃO JOAO PINHEIRO. *Saneamento Básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos - os serviços de água e esgoto: A Comissão Construtora e o Saneamento da Nova Capital*. Belo Horizonte: FJP, COPASA, 1996.

_____. *Saneamento básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos - os serviços de água e esgoto: Saneamento e Paisagem Urbana*. Belo Horizonte: FJP, COPASA, 1996.

_____. *Saneamento básico em Belo Horizonte, trajetória em 100 anos, os serviços de água e esgotos: Os Sanitaristas e Belo Horizonte: Percursos na Engenharia Sanitária*. Belo Horizonte: FJP, 1997.

_____. *Saneamento básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos– os serviços de água e esgoto*. Coleção Centenário. Belo Horizonte: SEPLAG, FJP/CEHC, 1997.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Formação econômica do Brasil*. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARCIA, Luiz Henrique Assis. Ruptura e expansão: Pampulha em contrastes (1954 – 1979)”. In: PIMENTEL, Thais Velloso Cougo (org.). *Pampulha Múltipla: uma região da cidade na leitura do Museu Histórico Abílio Barreto*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2007.

_____. *Águas passadas: as memórias sobre enchentes e o processo de territorialização às margens do Rio Doce em Governador Valadares (1979-1997)*. Belo Horizonte: UFMG (MIMEO), 2011.

GIERYN, Thomas. Boundary-work and the Demarcation of Science from Non-sciences: Strains and Interests in Professional Ideologies of Scientists. *American Sociological Review*. Washington, v.48, n.6, p.781-95, dec. 1983.

GOMES, Ângela Maria de Castro (org.). *Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

_____. *Regionalismo e centralização Política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

_____. *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

GOMES, Maria do Carmo Andrade de. *Mapas e mapeamentos: dimensões históricas: as políticas cartográficas em Minas Gerais (1850-1930)*. 2005.435f. Tese (doutorado em História) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2005.

_____. O mapeamento cadastral do Curral del-Rei: arqueologia de um assentamento urbano de origem colonial. In: III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. *Anais [...]*. Ouro Preto, 2009.

GORELIK, Adrián. *Miradas sobre Buenos Aires: história cultural y crítica urbana*. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2007.

GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões. Belo Horizonte cidade planejada*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.

_____. *Cafuas, barracos e barracões Belo Horizonte, cidade planejada. 1991*. Tese (Doutorado em Sociologia) Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

_____. *Favelas em Belo Horizonte: tendências e desafios. Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2-3, maio /dez. 1992.

ROSA, Guimarães. *Primeiras Estórias: O espelho*. São Paulo, Global Editora, edição de 26 agosto de 2019.

HAIIDVOGL, Gertrud. The channelization of the Danube and urban spatial development in Vienna in the nineteenth and early twentieth centuries. In: CASTONGUAY, Stéphane and EVENDEN, Matthew (org.). *Urban Rivers: Remaking Rivers, Cities, and Space in Europe and North America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2012.

HALLIDAY, Stephen. *An Underground Guide to Sewers or: Down, Through, and Out in Paris, London, New York*. London: Thames & Hudson Ltd, 2019.

HEATH, Iona. Let's get tough on the causes of health inequality. PCM, *US National Library of Medicine*. June 23, 2007. Disponível em: [10.1136/bmj.39247.502813.59](https://doi.org/10.1136/bmj.39247.502813.59). Acesso em: 08 abr. 2023.

HELLER, Léo; REZENDE, Sonaly. *O saneamento no Brasil: políticas e interfaces*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *Tempos fraturados: Cultura e sociedade no século XX*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2013.

HOYUELA, Antônio; MESQUITA, Yuri. Um Plano Diretor para o Parque Municipal: patrimônio cultural e ambiental da cidade de Belo Horizonte. In: Seminário Mestres e Conselheiros: Agentes Multiplicadores do Patrimônio, 6., 2015, Belo Horizonte. *Anais eletrônicos* [...]. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 2015. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/seminarios/2015/anais/06.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo: Editora da Unesp, 2016.

IGLESIAS, Francisco. A constituinte de 1891. In: DULCI, Otávio Soares (coord). *As Constituintes mineiras de 1891, 1935 e 1947: uma análise histórica*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1989.

JULIÃO, Leticia. *Belo Horizonte, Itinerários da Cidade Moderna (1891-1920)*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992.

KAMEL, Roberto Chafik Abu. *Gestão Municipal e o processo de organização do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte (1894-1960)*. Belo Horizonte: FJP, 2007.

KEROUAC, Jack. *The Subterraneans*. London: Penguin Classics, 2001.

KOOLHAAS, Rem. *Nova York Delirante*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica do tempo histórico*. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2006.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ática, 1989. (Coleção Princípios, 176); BENJAMNIN, Walter. *Little History of Photography. Selected Writings. Volume 2: 1927 – 1934*. THE BELKNAP PRESS OF HARVARD UNIVERSITY PRESS. Cambridge, Massachusetts, and London, England 1999.

_____. *Fotografia e História*. São Paulo: Ática, 1989. (Coleção Princípios, 176).

LASSANCE, Antônio. Revolução nas políticas públicas: a institucionalização das mudanças na economia, de 1930 a 1945. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 33, n. 71, p.511-538, set-dez. 2020; DINIZ, Clélio. Campolina. A industrialização mineira após 1930. In: SZMRECSÁNYI, Tamás, SUZIGAN, Wilson (org.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/ABPHE/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002.

LATORRE, María Clara Torres. “*El alcantarillado de Bogotá 1886-1938, institucionalización de un problema ambiental*.” Tesis de maestría en Medio Ambiente y Desarrollo, Universidad Nacional de Colombia, 2010.

_____. El alcantarillado de Bogotá: discursos e institucionalización de um problema ambiental, 1886-1938. In: LÓPEZ, Rosalva Loreto; BARRERA, Laura Caso; FERNÁNDEZ, Mario Aliphath. (org.). *Ciudad, Paisaje y Patrimonio en America Latina*, v.4 de Colección Estudios urbanos y ambientales. Puebla: Benemerita Universidad Autonoma de Puebla, 2015.

LEGÉ, Bernard. “Reabilitação e desobstrução simbólica. É possível uma justiça espacial?” *Revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de história* PUC-SP. São Paulo: educ, FAPESP, 1999.

LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel/FAUUSP/ FUPAM, 1999.

LE VEN, Michel Marie. *As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914)*.1977. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1977.

LOAIZA RIOS, Myriam Astrid. “Alcantarillas y Aguas Para Bogotá 1870-1924 Del Caos Sanitario a La Transformación de Espacios Públicos y Privados.” Maestría en Historia, Pontificia Universidad Javeriana, 2015.

LOPEZ, Rosalva Loreto (org.). *Agua, poder urbano y metabolismo social*. Puebla: Editora de La Benemerita Universidad Autónoma de Puebla, 2009. (ColeçãoEstudios Urbanos y Ambientales, v. 1).

MACÍAS, Mauricio Angel. *Contaminacion del aire y salud en Bogotá en la segunda mitad del siglo XX: Una historia ambiental*. Ph.D. Public Health, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2021.

MANTOVANI, Rafael: *O que foi a polícia médica? História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro. v. 25, n. 2, apr - june. 2018.

MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. *O Segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)*. Belo Horizonte: Crisalida, 2009.

MARQUES, Rita de Cássia. A pandemia gripal de 1918 em Minas Gerais. *Revista Médica de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 2, n. 4, jan – mar. 1997.

MASSON, Terezinha Jocelen; MIRANDA, Leila Figueiredo de; MUNHOZ JR, Antônio Hortêncio. Aproveitamento do Lixo Urbano Pelo Processo de Compostagem. In: *XIV Safety, Health and Environment World Congress*. 2014, July. p.20 – 23. Disponível em: <http://copec.eu/congresses/shewc2014/proc/works/52.pdf>. Acesso em 22 abr. 2023

MAUAD, Ana Maria. Flávio Damm. Profissão fotógrafo de imprensa: o fotojornalismo e a escrita da história contemporânea. *História*. São Paulo, v.24, n.2, p.41-78, 2005.

MELOSI, Martin V. “Sanitary Engineers in American Cities: Changing Roles from the Age of Miasmas to the Age of Ecology,” In: *Civil Engineering History: Engineers Make History, Proceedings of the First National Symposium on Civil Engineering History*. New York: ASCE, 1996

_____. *Effluent América: Cities, Industry, Energy, and the Environment*, Pittsburgh, Pennsylvania: University of Pittsburgh Press, 2001.

_____. *Garbage in the Cities. Refuse Reform, and the Enviroment*. Pittsburgh, Pennsylvania: University of Pittsburgh Press, 2005.

_____. *The Sanitary City: Environmental Services in Urban America from Colonial Times to the Present*. Abridged Edition. Pittsburgh, Pennsylvania: University of Pittsburgh Press, 2008.

MESQUITA, Yuri. Melo. Os rios e a cidade: espaço, sociedade e as políticas públicas em relação ao saneamento básico em Belo Horizonte, 1964 – 1973. *Revista Espacialidades*, [S. l.], v. 3, n. 02, p. 01–30, 2010.

_____. *Jardim de asfalto: água, meio ambiente, canalização e as políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte, 1948-1973*. 2013. 175f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

_____. Repensar Belo Horizonte: metropolização, trânsito, administração pública e saneamento básico, 1948-1954. In: Rosalva Loreto López; Laura Caso Barrera; Mario Aliphath Fernández. (org.). *Ciudad, Paisaje y Patrimonio en America Latina*. Puebla: Benemérita Universidad Autonoma de Puebla, v. 1, p.145-165, 2016.

_____. *Jardim de Asfalto: água, meio ambiente, canalização e as políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte, 1948-1973*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

MERHY, Emerson Elias. *Capitalismo e a saúde pública: a emergência das práticas sanitárias no estado de São Paulo*. 2º ed. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014.

MOLANO, Frank. *Las políticas de la basura en Bogotá: Estado, ciudadanía y derecho a la ciudad en la segunda mitad del siglo XX*. Trabajo de grado – Doctorado, 2019.

MYTRE, Maya. As relações entre ciência e política, especialização e democracia: a trajetória de um debate em aberto. *Revista Estudos Avançados. Mercado de trabalho. Energia e ambiente. Cultura e política*. São Paulo, v.30, n.87, p.284, mai – ago. 2016.

NASCIMENTO, N. de O.; BERTRAND-KRAJEWSKI, J.-L.; BRITTO, A. L. Águas urbanas e urbanismo na passagem do século XIX ao XX: o trabalho de Saturnino de Brito. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p.102–133, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/2677>. Acesso em: 23 fev. 2022.

NETO, Guilherme Nunes de Avelar. *Ciclones e macaréus: o parlamento na história de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Câmara Municipal de Belo Horizonte, Programa Pró-Memória Legislativa, 2010.

NORONHA, Carlos Roberto. *Área Central de Belo Horizonte: Arqueologia do Edifício Vertical espaço urbano construído*. 1999. 472f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

NUNES, Silvia Alexim. *Medicina Social e Regulação do Corpo Feminino*. 1972. Dissertação (Mestrado) Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1972.

NUNNALLY, Nelson; KELLER, Edward. *Uses of Fluvial Processes to Minimize Adverse Effects of Stream Channelization*. Water Resources Research. Institute of the University of North Carolina. Charlotte, 1979.

OLIVEIRA, Natália Mara Arreguy. *Regulação urbana: Complexidades da legislação e dos parâmetros urbanísticos de Belo Horizonte*. 2019. 445f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte e o Departamento de Habitações e Bairros Populares (1956-1964). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 4, n. 7, jan-jun de 2012.

_____. *“Os trabalhadores favelados”: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e Belo Horizonte*. 2014. 332f. Tese (Doutorado

em História) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

_____. A SAGMACS no Brasil e o planejamento urbano em Belo Horizonte (1958-1962). *História e Cultura*, v. 4, n. 1, 2015. Dossiê História e Relações Internacionais. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1296>. Acesso em 09 jun. 2023

_____. O “desfavelamento” em Belo Horizonte: política urbana, habitação popular e assistência social no âmbito municipal (1940-1959). *Revista de História Regional* 27(1): 223-253, 2022. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>. Acesso em 23 abr. 2023.

OSORIO, Julian Alejandro. *La Historia Del Agua En Bogotá: Una Exploración Bibliográfica Sobre La Cuenca Del Río Tunjuelo, En El Siglo XX*. Mem.soc / Bogotá(Colombia), 12 (25):107-116 / julio-diciembre 2008.

PALACIO CASTAÑEDA, Germán A. *Urbanismo, naturaleza y territorio en la Bogotá Republicana. 1810-1910*. Puebla: Universidad Nacional de Colombia Sede Amazonía. Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. 2012.

PASSOS, Luiz Mauro Carmo. *A metrópole cinquentenária - fundamentos do saber arquitetônico e imaginário social da cidade de Belo Horizonte (1897-1947)*. 309f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

PEREIRA, André Mascarenhas. *Traços de Belo Horizonte: a contribuição dos caricaturistas para a consolidação do modernismo na cidade moderna*. 2011. 212f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

PEREIRA, Sônia Gomes. *A Reforma Urbana de Pereira Passos e a Construção da Identidade Carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 46ªed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RESENDE, Maria Efigênia Lage. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n. 39, 1974.

REZENDE, Vera (org.). *Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras*. Niterói: Editora da UFF/Intertexto, 2012.

ROCHA, Lucas Vinícius Erichsen da. *História Desanima(liza)da: Os Matadouros da Cidade do Rio de Janeiro (1771-1881)*. 2020. 273f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

ROCHA, Osvaldo Porto. *A Era das demolições. Cidade do Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

RODRÍGUEZ, Alicia Torres; GARCÍA, Adriana Hernández, JUÁREZ, Juan Manuel Durán. Usos del agua y reconfiguraciones regionales en los ríos Zula y Santiago, siglo XIX y XX. *Revista del Seminario de Historia Mexicana, Diversae*, tercera época, volumen 2, Núm. 2, Primer semestre 2015, Universidad de Guadalajara, Centro Universitario de los Lagos, Guadalajara, Jal., Méx.

RODRIGUES, Carla Corradi. *Quem detém a mídia, detém o poder? Jornalismo e política nas páginas da revista Alterosa (1962- 1964)*. 206f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. *Constituição do sentido moderno de esporte: pelas trilhas históricas do Minas Tênis Clube*. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências do Esporte). Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996.

_____. Esporte, Minas Tênis Clube e construção cultural de Belo Horizonte: um projeto das elites. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 10., 1997, Goiânia. *Anais [...] Goiânia: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*, 1997.

ROMERO, José Luís. Cidades Massificadas. In: ROMERO, José Luís. *América Latina: as cidades e as ideias*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

RYAN, William James. “Reporting the ‘51 Flood: An Oral History of the Impact of a Natural Disaster on Local Broadcast News”. In: *American Journalism Historians Association Annual Meeting*. Lawrence, Kansas, October 1-3, 1992.

SADER, Emir & GENTILI, Pablo (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SALGUEIRO, Heliana, Angotti. *Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão*. Belo Horizonte: FJP, 1997.

SÁNCHEZ CALDERÓN, Fabio Vladimir. *La urbanización del río Tunjuelo: Desigualdad y cambio ambiental en Bogotá a mediados del siglo XX*. Bucaramanga: Universidad Industrial de Santander, 2021.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Razões da desordem*. 3.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHWARCZ, Lília Moritz e STARLING, Heloisa Maria Murgel. *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SCHWARTZ, Joan M. *Photographic repetitions: Landscape interpretation and life writing*. October 2007. *Environmental History* 12(4):966-993. Published by Oxford University Press. Disponível em: 10.1093/envhis/12.4.966. Acesso em: 17 julho 2023.

SEDREZ, Lise, and Regina Horta Duarte. "The Ivy and the Wall: Environmental Narratives from an Urban Continent." In: *A Living Past: Environmental Histories of Modern Latin America*, edited by John Soluri, Claudia Leal, and José Augusto Pádua, 1st ed., 13:138–62, Berghahn Books, 2019.

SEDREZ, Lise. *Cidade alagada: chuvas de verão, classe e estado no Rio de Janeiro 1966-1967*. Long Beach: California State University, 2008.

_____. "Historia ambiental de América Latina: Origen, principales interrogantes y lagunas". *Repensando la naturaleza: reflexiones desde la historia ambiental*. Palacio y Ulloa (eds.). Bogotá: Icanh, 2002.

SHATTUCK, Lemuel - *Report of a general plan for the promotion of general and public health devised, prepared and recommended by the commissioners appointed under a resolve of the legislature of Massachusetts, relating to a sanitary survey of the state*. Boston: Dutton Wentworth, 1850.

SILVA, Regina Helena Alves da. *A cidade de Minas*. 1991. 161f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, 1991.

SILVA, Regina Helena Alves da. *A Invenção da Metrópole*. 1997. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SILVA, Regina Helena Alves da (coord.) et al. *O Legislativo e a Cidade domínios de construção do espaço público*. Belo Horizonte: CMBH, 1998.

SILVEIRA, Anny Jacqueline Torres. *A Influenza Espanhola e a cidade planejada*. Belo Horizonte: Argumentum, 2007.

SIQUEIRA, Daniela Giovana. *Cenas de um Horizonte Político: O ano de 1963 e a produção de cinejornais a serviço de uma administração municipal na capital de Minas Gerais*. 2007. 137f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SNOWDEN, Frank. The Sanitary Movement and the "Filth Theory of Disease". In: *HIST 234 - Epidemics in Western Society Since 1600*. Lecture 11. Open Yale Courses, 2010. Transcript. Disponível em: <https://oyc.yale.edu/history/hist-234/lecture-11>. Acesso em: 10 abr. 2023.

SORAGGI, Ana Carolina Maria; GUARNIERI, Sophia. A política de urbanização de favelas em Belo Horizonte. In: MENDONÇA, Jupira et all (org.). *Reforma Urbana e Direito À Cidade – Belo Horizonte*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

SOUZA, Bruno Rangel Capilé de. *Os muitos rios do Rio de Janeiro: interações entre dinâmicas sociais e sistemas fluviais da cidade do Rio de Janeiro (1850-1906)*. 2018.

Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2018.

SOUZA, Cesarina Marina Nobre.; *et all.* *Saneamento: promoção da saúde, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

SOUZA, Joseane; BRITO, Fausto. Expansão urbana de belo horizonte e da RMBH: a mobilidade residencial e o processo de periferização nos anos 80 e 90”. In: *Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira [Proceedings of the 13th Seminar on the Economy of Minas Gerais]*, 2008.

SOUZA, Joseane. *A expansão urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte: o caso específico do município de Ribeirão das Neves*. 2008. 194f. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SOUZA, Lays, Silva de. *Viver e Comer na Cidade: Políticas públicas para o abastecimento alimentar em Belo Horizonte (século XX)*. 2020. 173f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

STORY, Emily. *Constructing Development: Brasília and the Making of Modern Brazil*. 2006. Dissertation (for the degree of Doctor of Philosophy in History) - Faculty of the Graduate School, Vanderbilt University, Nashville, Tennessee, (MIMEO), 2006.

_____. “The heart of Brazil: Envisioning the Planalto Central”. História ambiental e Cultura da Natureza. In: *IV Simpósio da Sociedade Latino Americana e Caribenha de História Ambiental*. Diamantina: Editora Maria Fumaça, 2008.

TELLES, Vera da Silva. “Trajetórias Urbanas: Fios de uma descrição da cidade”. In: TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (org.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006.

TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro. *A Engenharia Das Águas Saneadas: Planejamento, Construção e Uso do Sistema de Saneamento na Capital Mineira (Belo Horizonte, 1890- 1910)*. 2022. 469f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural – mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TORRES, María Clara. “El alcantarillado de Bogotá 1886-1938, institucionalización de un problema ambiental.” Tesis de maestría en Medio Ambiente y Desarrollo, Universidad Nacional de Colombia, 2010.

TORRES, Rodríguez Alicia. Infraestructura hidráulica en Guadalajara para el abastecimiento de agua potable: el caso de sustentabilidad en las galerías filtrantes de Guadalajara. *Estudios de historia y sociedad*, v. XXXIV, n.136, 2013, p.317-357. El Colegio de Michoacán, A.C, Zamora, México, 2013.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. Do Ebola ao Zika: as emergências internacionais e a securitização da saúde global. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.32, n.4, e00033316. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010211X2016000400302&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 mar. 2021.

URBEL. Urbanização de favelas e prevenção em áreas de risco em Belo Horizonte. In: BONDUK, Nabil (org.). *Habitat: as práticas bem sucedidas em habitação, meio-ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

VIANNA, Newton dos Santos. *Belo Horizonte: seu abastecimento de água e sistema de esgotos 1890 - 1973*. Belo Horizonte, 1997.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. “A Política Externa do Governo JK (1956-61)”. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon e CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco (org.) *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930 – 1990) Volume I: Crescimento, Modernização e Política Externa*. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2006.

WOLFE, Joel. *Autos and Progress: The Brazilian Search for Modernity*. New York: Oxford University Press, 2010.

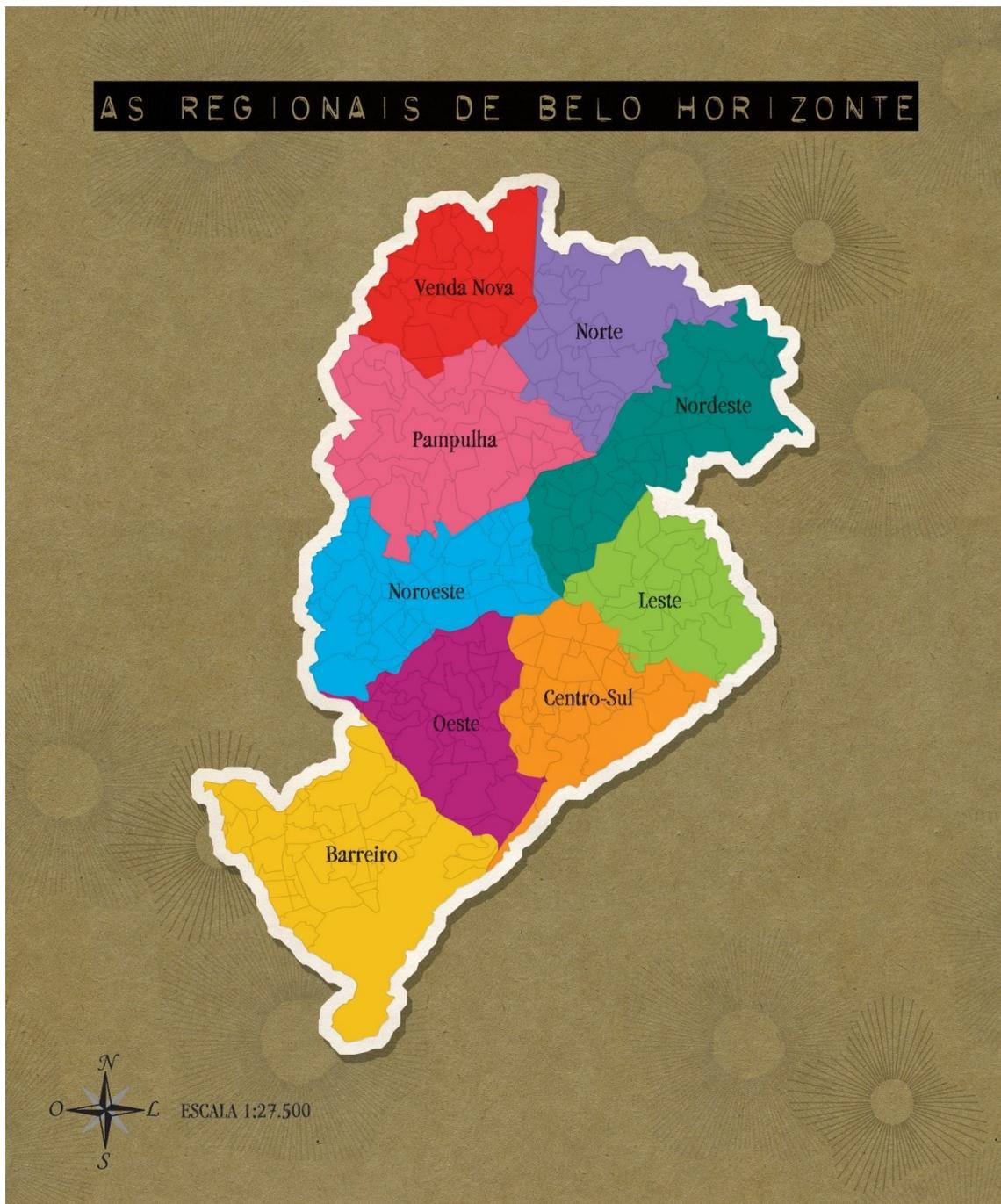
WORSTER, Donald. *Nature's economy : a history of ecological ideas*. Cambridge: Cambridge University Press. 1985.

_____. *The Ends of the earth: perspectives on modern environmental history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

ANEXO 1 – Hidrografia Belo Horizonte



Fonte: SISCTM / PRODABEL/PBH

ANEXO 2 – Regionais de Belo Horizonte Design

Fonte: Greco Design / APCBH